

ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO

Vol. III - Transdisciplinaridades, Patrimônios
e Problemas Contemporâneos

Leandro Mageste
Alencar de Miranda Amaral
Rosemary Aparecida Cardoso
(Org.)

ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO

Vol. III - Transdisciplinaridades, Patrimônios
e Problemas Contemporâneos

Leandro Mageste
Alencar de Miranda Amaral
Rosemary Aparecida Cardoso
(Org.)

SÃO RAIMUNDO NONATO
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF
Gabinete da Reitoria
Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI)
Av. José de Sá Maniçoba, s/n, Campus Universitário – Centro CEP 56304-917
Caixa Postal 252, Petrolina-PE, Fone: (87) 2101- 6760, biblioteca@univasf.edu.br



Revisão

Leandro Mageste
Alencar de Miranda Amaral
Rosemary Aparecida Cardoso



Projeto Gráfico, Diagramação e Capa
Daniela Santana de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação - CIP

A772 Arqueologia e Patrimônio: transdisciplinaridades, patrimônios e problemas contemporâneos / Leandro Mageste, Alencar de Miranda Amaral, Rosemary Aparecida Cardoso (organizadores). – São Raimundo Nonato: Univasf, 2021.
162 p. : il. color.
Conteúdo: v. 1 - Arqueologia e Patrimônio: experiência, métodos e teorias; v. 2 - Arqueologia e Patrimônio: arqueologias históricas e patrimônios. v. 3 - Arqueologia e Patrimônio: transdisciplinaridades, patrimônios e problemas contemporâneos.
ISBN 978-65-88648-78-0
1. Arqueologia histórica. 2. Preservação patrimonial. 3. Patrimônio cultural. 4. Patrimônio histórico. I. Mageste, Leandro. II. Amaral, Alencar de Miranda. III. Cardoso, Rosemary Aparecida. IV. Título.

CDD 930.1

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UNIVASF.
Bibliotecária: Kênia Leandra Ferreira Alves CRB – 15/886.

SUMÁRIO

- 6 **PREFÁCIO**
Leandro Elias Canaan Mageste
- 11 **VISÃO PANORÂMICA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL DA UNIVASF**
Janaina C. Santos
- 21 **FRONTEIRAS, INTERIORES E NOVOS MUNDOS: BREVE ENSAIO SOBRE A ANTROPOLOGIA NA UNIVASF E A EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**
Natacha Simei Leal
- 30 **ESTRATIGRAFIA DAS VOZES E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: DIÁLOGOS DA ARQUEOLOGIA COM A COMUNIDADE INDÍGENA KAPINAWÁ (PE)**
Mariana Zanchetta Otaviano
- 44 **UMA FESTA PARA O SANTO DE AMARANTE EM UM QUILOMBO DO PIAUÍ: A RODA DE SÃO GONÇALO EM LAGOA DAS EMAS**
Vanderléia Lima da Silva, Alencar de Miranda Amaral
- 58 **OBJETOS DE MEMÓRIA: ANÁLISE DA COLEÇÃO DA “DONA VANI” E “SEU VALDOMIRO” ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA**
Thor Gabriel Martins, Alencar de Miranda Amaral
- 70 **PATAXÓS HÃ HÃ HÃES: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA RESERVA CARAMURU PARAGUAÇU-BA**
Brisa Santana Pires, Fabiana Comerlato
- 84 **PLANO DE CONSERVAÇÃO PARA UM SÍTIO HISTÓRICO URBANO: O CASO DO CASARÃO DA VÁRZEA, RECIFE – PE**
Eduardo de Freitas Muniz, Gabriela de Andrade Monteiro, Ravena Barbosa Machado de Souza, Renata Alves Lucena, Ana Catarina Peregrino Torres Ramos
- 98 **A LAVAGEM DA ESCADARIA DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO EM VALENÇA-BA: UM ENSAIO SOBRE O PATRIMÔNIO IMATERIAL NA CONTEMPORANEIDADE**
Vaneza da Silva Nunes, Inaiara Lôbo Mendes

- 106 ARQUEOLOGIA, NOVA HISTÓRIA CULTURAL E QUADRINHOS: UMA ABORDAGEM POSSÍVEL NO ESTUDO DO PASSADO RECENTE**
Tácio Vieira Machado, Leandro Elias Canaan Mageste
- 133 REFLEXÕES INICIAIS SOBRE AS ARQUEOLOGIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO**
Leandro Elias Canaan Mageste, Alencar Miranda de Amaral, Mayke Lopes dos Santos
- 161 PRÊMIO DOUTORA FÁTIMA LUZ**
Maria de Fátima Ribeiro Barbosa, Gisele Daltrini Felice, Alencar de Miranda Amaral, Rosemary Aparecida Cardoso

PREFÁCIO

É com imensa nostalgia que apresento nesta oportunidade, o terceiro volume da série ‘Arqueologia e Patrimônio’, decorrente das pesquisas e reflexões que compuseram o 1º Simpósio de Arqueologia e Patrimônio do Laboratório de Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (1º SAPA LAPA-UNIVASF), realizado em maio de 2019, no município de São Raimundo Nonato, interior do Piauí, no Campus Serra da Capivara. Apesar de soar estranha ou mesmo contrassenso, a palavra nostalgia é a que melhor sintetiza o processo de editoração, desistências, revisões, atrasos e afetos que marcaram o trabalho que executamos nos últimos dois anos. Do individual ao coletivo, do político ao afetivo, da saudade a tristeza, a nostalgia configura-se como uma possibilidade de expressar contraditórios e informar, em parte, sobre a complexidade que foi mergulhar nesses escritos e reelaborar um tempo vivido, simultaneamente com as expectativas de um tempo que poderia ter sido.

De acordo com o dicionário Michaelis Online, nostalgia pode ser entendida como “melancolia ou tristeza profunda causada em pessoa exilada ou longe de sua terra natal”. É também o termo aplicado para definir a tristeza sentida “por alguém, pela lembrança de eventos ou experiências vividas no passado; saudades ou tristeza por algo ou alguém que já não existe mais ou que já não possuímos mais”. Em reportagem da Revista Piauí de setembro de 2020, Felipe de Brigard, professor associado dos departamentos de Psicologia e Neurociência da Universidade de Duke, traçou uma genealogia para a nostalgia. Foi percebida em 1668 pelo médico suíço Johannes Hofer, que criou o termo para designar uma enfermidade caracterizada por saudade intensa da “terra natal”. Nostalgia articulava, assim, o desejo de voltar e a sua impossibilidade de concretização. Entre o século XIX e início do século XX, foi tratado como patologia psiquiátrica e psicanalítica, em compasso com a melancolia. A virada sobre o assunto aconteceu na década de 1940, com o desenvolvimento de um entendimento mais abrangente, que abordou a ideia de terra natal de forma ampla, não condicionada ao aspecto físico, mas permeada por experiências e momentos passados, de períodos vividos diretamente ou não. A nostalgia não é desse modo nem patológica ou benéfica, mas um cruzamento de perspectivas individuais, sociais, históricas e políticas.

O convite para a nostalgia emerge como possibilidade de sintetizar em palavras a saudade e o gosto amargo que permanecem em nossas bocas, ao imaginar e idealizar o presente do passado que apresentamos. Demarca também o desejo de retorno para um outro momento, minimamente mais confortável e promissor, ao mesmo tempo que percebemos que já não temos mais caminhos para isso. Explicando melhor, os artigos que se seguem foram produzidos no interstício de reflexões conduzidas até o ano de 2019, em um momento importante de consolidação do Campus Serra da Capivara como um centro qualificado de produção e difusão de conhecimento. Conhecimento

que se revela em parte nos textos aqui sintetizados, mas que ressoa com as vozes, cheiros, cores, parcerias, afastamentos, desejos e provocações que configuraram o 1º SAPA LAPA-UNIVASF. Tratam-se de intercessões que transformaram a universidade em um fórum vivo, articulando mais de 300 pessoas de diferentes partes do país para refletir sobre os desafios teóricos, metodológicos e políticos que se impunham naquele panorama para as práticas arqueológicas e patrimoniais. Do meu ponto de vista como docente, o evento serviu como catalisador de expectativas e sonhos no que diz respeito aos nossos discentes, sinalizando para a construção de trajetórias acadêmicas, erigidas nos laços e discussões fermentadas no semiárido. Naquela ocasião, a celebração do evento coincidiu com o início das atividades do Programa de Pós Graduação em Arqueologia da UNIVASF, fruto dos esforços de docentes e discentes para o estabelecimento de um mestrado acadêmico no interior do Piauí.

Porém, entre o 1º SAPALAPA-UNIVASF e a publicação desse livro, constituiu-se uma distância pavimentada por memória, sangue e corpos. São fluxos coincidentes com as experiências vividas e compartilhadas no Brasil que se apresenta para os nossos sentidos em 2021. No momento que escrevo essas palavras, atravessamos o segundo ano da pandemia do COVID-19, e sua gestão criminosa em domínio nacional já foi co-responsável pela perda de milhares de vidas. Ao mesmo tempo, assistimos ataques incessantes as universidades e pesquisadores, traduzindo-se em perseguições judiciais; contingenciamento de recursos e cortes sistemáticos de bolsas; as tentativas cada vez mais bem sucedidas de destruição da arquitetura do licenciamento ambiental; os projetos de construção de uma ‘nova identidade nacional’, forjada na bala e na Bíblia; o genocídio persistente de populações em situações de vulnerabilidade; os índices alarmantes e crescentes de depressão, especialmente entre os jovens; o acirramento das lutas agrárias; os recordes nas taxas de desemprego....Situar a imensa quantidade de nossas tragédias cotidianas certamente extrapolariam o espaço dedicado para a abertura dessa obra. Contudo, são bons exemplos para sinalizar que a dor, o luto e a frustração, instauraram-se no horizonte como um eterno presente, nublando as perspectivas de devir. Desse modo, os fragmentos de 2019 aqui reunidos podem ser vistos, ao mesmo tempo, como documentos históricos de um outro mundo; e como chamado para o reencontro com futuros possíveis, para reimaginar o que um dia já desejamos.

Assim, se nostalgia fala da vontade por um retorno que não é mais possível, podemos ressignificar essa ausência para potência: invocá-la como parte do esforço de mirar o passado e abraçar a saudade, no intuito de abrir novas avenidas, capazes de conduzir para outros lugares. É com esse pensamento que apresento os artigos que se seguem, organizados no eixo temático “Trandisciplinaridades, Patrimônios e Problemas Contemporâneos”. Tratam-se de reflexões, ensaios e pesquisas, que nos desafiam a imaginar cenários de trabalho com a Arqueologia, mais fluida no tocante as divisões disciplinares e processos de produção de conhecimento; atenta para seus efeitos no mundo. De autoria de graduandos, pós-graduandos e pesquisadores docentes, em compasso com os demais volumes da série “Arqueologia e Patrimônio”, pode ser vista como cenário de experimentação e de (re) existência. Tratam-se de manifestos que se expressam no ato persistente de questionamento, de confrontação, de imaginação e nos esforços para manter a universidade pública viva e atuante. São atravessados por lugares, histórias, memórias, pessoas e afetos, que se cruzam com múltiplas arqueologias, patrimônios e formas de atuação junto à sociedade. Nem sempre a distinção entre sujeito e objeto, entre arqueológico, antropológico, histórico e artístico, ou entre passado ou presente está clara. Acredito que são nessas dissonâncias que reside o principal mérito da coletânea.

O volume começa pelo texto de Janaina C. Santos, intitulado VISÃO PANORÂMICA

DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL DA UNIVASF. O trabalho consiste na exposição do perfil da graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial, por meio da sistematização dos indicadores que caracterizam o funcionamento do curso até o ano de 2015: seus princípios políticos, organização didática pedagógica, estratégias de assistência estudantil, egressos, corpo docente e técnico, corpo administrativo, infraestrutura, processos avaliativos e proposições futuras. Santos nos oferece um retrato do cenário de onde partimos na concepção dessa proposta, que é a primeira graduação em Arqueologia oferecida em uma universidade pública federal no interior do país. São dados que permitem extrapolação, ao instigar reflexões sobre o quadro que se configurou para além do período focado no artigo, em consonância com as transformações do Brasil.

Na sequência, é possível vislumbrar parte da complexidade desse passado recente, pelo menos no que diz respeito às propostas de interiorização da universidade pública e os efeitos da constituição de novos centros de produção de conhecimento. No tocante ensaio FRONTEIRAS, INTERIORES E NOVOS MUNDOS: BREVE ENSAIO SOBRE A ANTROPOLOGIA NA UNIVASF E A EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL, Natacha Simei Leal apresenta a gênese e imbricamentos que marcaram a criação e funcionamento do bacharelado em Antropologia no Campus Serra da Capivara, no ano de 2016. Sua narrativa busca costurar as ações empreendidas na consolidação da graduação com a identificação de certos desafios políticos, epistemológicos e ontológicos, que marcam a expansão das universidades e, particularmente, a produção de Antropologia no interior do país.

Saindo da UNIVASF, mas permanecendo na seara de conjecturar sobre a produção de saberes, seguimos com Mariana Zanchetta Otaviano, em ESTRATIGRAFIADAS VOZES E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: DIÁLOGOS DA ARQUEOLOGIA COM A COMUNIDADE INDÍGENA KAPINAWÁ (PE). O interesse da pesquisadora é o de discutir algumas hierarquias epistemológicas relacionadas com a interpretação dos vestígios arqueológicos, que sempre priorizaram somente um tipo de voz: aquela denominada de científica, ocidentalizada e, necessariamente, caracterizada por se constituir na exclusão de outras vozes. Com essa constatação, elabora pesquisa colaborativa no território indígena Kapinawá, localizado na transição do Agreste para o Sertão, em Pernambuco. No estudo, procura entender os significados e interpretações associados aos vestígios arqueológicos dispersos na região. Contra narrativas únicas, Otaviano defende uma “estratigrafia de vozes”, que se estabelece na conexão entre múltiplas arqueologias, temporalidades e lutas políticas.

Tais provocações ressoam com os trânsitos de Vanderléia Lima da Silva e Alencar de Miranda Amaral, em UMA FESTA PARA O SANTO DE AMARANTE EM UM QUILOMBO DO PIAUÍ: A RODA DE SÃO GONÇALO EM LAGOA DAS EMAS. Por meio da Arqueologia Pública, discutem a realização da Roda de São Gonçalo do Amarante na comunidade Lagoa das Emas, parte do Território Quilombola de Lagoas, situado na zona rural do município de São Raimundo Nonato. A discussão considera os elementos materiais, os agentes sociais e os diversos saberes que atravessam a experiência da festa. Na conjuntura, é conferido protagonismo para as narrativas, memórias e pessoas envolvidas com o folguedo, no intuito de refletir sobre seus desdobramentos políticos e afetivos. Explicitamente, a pesquisa compromete-se com uma trajetória de lutas e resistências tecidas pelas comunidades quilombolas do Sudeste do Piauí. Ao mesmo tempo, nos inspira ao indicar as potencialidades de abordagens arqueológicas para a imaterialidade do material.

No viés do afeto, prosseguimos com o sensível trabalho de Thor Martins e Alencar de Miranda Amaral, em OBJETOS DA MEMÓRIA: ANÁLISE DA COLEÇÃO DA DONA VANI E SEU

VALDOMIRO ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA. O texto aprofunda-se na relação entre materialidade e trajetórias de vidas, a partir das biografias e experiências de um casal de idosos que residem nas imediações do Campus Serra da Capivara, no bairro Ingazeira, em São Raimundo Nonato. Nas relações entre pessoas e objetos, emergem ricas narrativas que tensionam as formas tradicionais de elaboração de patrimônios, pautadas em uma rígida divisão entre sujeito e objeto; ou entre sentimento e objetividade. Nas experimentações conduzidas, na ênfase conferida ao cotidiano, a Arqueologia transmuta-se em instrumento capaz de permitir o trânsito por diferentes operações com a memória, que se configuram nos laços afetivos e colaborativos firmados no decorrer da pesquisa e para além dela.

A comunicação adquire protagonismo no desenvolvimento dessa Arqueologia plural, que manifesta preocupação com a democratização dos saberes e que dialogue com as expectativas de agentes variados. Trata-se de uma postura que sustenta reflexões críticas sobre os discursos de preservação patrimonial e sua efetividade, considerando as conexões que são estabelecidas entre pesquisadores e sociedade; entre as práticas arqueológicas e os grupos sociais. Parte dessas questões podem ser observadas em PATAXÓS HÃ HÃ HÃES: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA RESERVA CARAMURU PARAGUAÇU - BA, de Santana Pires e Fabiana Comerlato. O artigo expõe o percurso das pesquisadoras, que conduziram iniciativas de educação patrimonial junto ao público da Escola Estadual da Aldeia Indígena Caramuru-Paraguaçu, situada em reserva homônima, no Sul da Bahia. As atividades executadas abordaram a direção da escola, professores e estudantes indígenas, fundamentando-se em estratégias voltadas para pensar coletivamente sobre cultura, identidade e pertencimento.

Na sequência, em PLANO DE CONSERVAÇÃO PARA UM SÍTIO HISTÓRICO URBANO: O CASO DO CASARÃO DA VÁRZEA, RECIFE – PE, Eduardo de Freitas Muniz, Gabriela de Andrade Monteiro, Ravena Barbosa Machado de Souza, Renata Alves Lucena e Ana Catarina Peregrino Torres Ramos, buscam apresentar alguns imbricamentos entre preservação patrimonial e sociedade. O pano de fundo que embasa o exercício são as etapas que culminaram na proposta de proteção de antigo casarão histórico situado no bairro da Várzea, em Recife. O edifício constitui vínculos com a população local, tanto na memória quanto no cotidiano, sendo alvo de diversas manifestações que ressaltam a sua relevância e necessidade de cuidado. Assim, no texto, o mapeamento de danos e a realização do diagnóstico propositivo de ações mitigadoras para o prédio, são consonantes com iniciativas de comunicação social e educação patrimonial.

Perceber os processos de invenção de patrimônios se torna um objetivo para algumas das Arqueologias que se configuram neste volume. São propostas que reconhecem o poder do patrimônio em comunicar determinados discursos e servir como instrumento para a formatação de memória social, que opera em diferentes sentidos a partir de seus fluxos com a sociedade. Em A LAVAGEM DA ESCADARIA DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO EM VALENÇA – BA: UM ENSAIO SOBRE O PATRIMÔNIO IMATERIAL NA CONTEMPORANEIDADE, Vaneza da Silva Nunes e Inaiara Lôbo Mendes caracterizam e sinalizam algumas possibilidades de pesquisa concernente a patrimonialização da lavagem retratada. Ao longo do tempo, o evento dedicado à padroeira dos operários, foi transformado: inicialmente vinculado aos trabalhadores da cidade, reconfigura-se entre as décadas de 1970 a 1980, com a participação de grupos relacionados às manifestações religiosas de matriz afro. Entre agentes, significados e práticas, imaginamos as implicações políticas inerentes à construção de discursos patrimoniais.

Nos experimentos aqui conduzidos, as Arqueologias também aparecem como instrumento de análise, no que diz respeito às narrativas e visões de materialidade, que foram empregados na

consagração de determinadas visões de passado. Nesse sentido, seguimos com ARQUEOLOGIA, NOVA HISTÓRIA CULTURAL E QUADRINHOS: UMA ABORDAGEM POSSÍVEL NO ESTUDO DO PASSADO RECENTE, de Tácio Vieira Machado, com minha participação. Na pesquisa, pretendemos ampliar a noção de fonte arqueológica, considerando uma materialidade produzida no contexto da indústria cultural: o mangá japonês. Particularmente, enfocamos as representações de paisagens urbanas contidas na obra “Gen Pés Descalços”, de autoria de Keiji Nakazawa, que compôs uma narrativa autobiográfica a respeito da explosão da bomba atômica em Hiroshima e seus efeitos. Na análise, percebemos a utilização de um determinado tipo de linguagem gráfica para gerar efeitos sobre as visões de tempo, morte e ambiente. Ao acompanhar a trajetória do próprio mangá no tempo, percebemos como alguns desses sentidos puderam ser instrumentalizados na construção de uma memória sobre a tragédia japonesa.

Como encerramento, trazemos o ensaio REFLEXÕES INICIAIS SOBRE AS ARQUEOLOGIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO, que elaborei juntamente com Alencar Miranda de Amaral e Mayke Lopes dos Santos. O texto consiste em uma reflexão a respeito da trajetória histórica do curso de graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial da UNIVASF, considerando os temas, interesses e objetivos que caracterizam a produção discente, expressos nos trabalhos de conclusão de curso. Ao nosso ver, algumas dessas iniciativas têm tensionado as formas tradicionais de produção do conhecimento arqueológico, por meio da incorporação de afetividades e o mergulho em contextos familiares.

O livro encerra-se com homenagem à Dra. Fátima Luz (in memoriam), que inspirou o Prêmio Fátima Luz, destinado para os autores das melhores comunicações orais e posters apresentados durante o 1º SAPA LAPA-UNIVASF. Personagem marcante na História da Arqueologia no Piauí, sua trajetória de vida se mistura com a da consolidação das instituições científicas e educacionais de São Raimundo Nonato.

Ao final dessa abertura, despeço-me com a esperança de que os debates instaurados não se encerrem nesta publicação, mas que sejam um fermento para a construção de novas perspectivas, relações e (re) encontros. Boa leitura!

Leandro Elias Canaan Mageste
Laboratório de Preservação Patrimonial da UNIVASF
Colegiado de Pós-Graduação em Arqueologia
Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial

CAPÍTULO 1

VISÃO PANORÂMICA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL DA UNIVASF

Janaina C. Santos¹

PRINCÍPIOS

Nesse breve ensaio pretende-se apresentar um panorama institucional do primeiro Bacharelado em Arqueologia de uma escola pública e federal, o curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial fundado no ano de 2004 na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) sediado no *campus* Serra da Capivara na cidade de São Raimundo Nonato, no estado do Piauí.

A construção desse panorama foi efetuada a partir do recolhimento de informações presentes no corpo de documentos que foram sistematizados e produzidos para a segunda avaliação do curso conduzida no ano de 2015 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do Ministério da Educação (MEC). Esse conjunto de documentos foi construído através de trocas de memorandos, ofícios, e-mails e comunicações pessoais entre a então coordenação de curso e as diversas instâncias administrativas da Univasf.

O surgimento da Univasf seguramente é um dos resultados da aplicação da Lei Complementar nº 113 de 19 de setembro de 2001 que criou a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA, com o propósito de incentivar programas e projetos para a região voltados especialmente para irrigação, recursos hídricos, turismo, reforma agrária, meio ambiente e sistema de transporte, e os demais relativos à infraestrutura básica e geração de empregos (BRASIL, 2001).

É importante destacar na criação da Univasf a figura do deputado federal Osvaldo Coelho que ainda na década de 1970 defendia que o alcance democrático do ensino superior só se daria através da sua interiorização. A história da Univasf começa a sair dos ideais do deputado quando ele convenceu o ministro da educação Paulo Renato Souza a manifestar publicamente o seu apoio a criação da Universidade Federal do Vale do São Francisco na solenidade de criação do Bolsa Escola em abril de 2001. Em maio do mesmo ano Osvaldo Coelho junto com o senador José Coelho entregaram um estudo de viabilidade chamado “Demanda para a criação da Universidade Federal do Vale do São Francisco” juntamente com a minuta de um anteprojeto de lei. A Univasf então surgiu no papel sob a Lei nº 10.473 de 27 de junho de 2002 (RODRIGUES, 2019).

A Univasf foi formalizada juridicamente em 26 de dezembro de 2002 através do Registro Público no Cartório do Primeiro Ofício em Petrolina (PE). Na mesma data foi efetivada sua inscrição no Cadastro Geral de Pessoa Jurídica (CNPJ), sob o nº. 05440725/000114.

Foi criada para ministrar ensino, desenvolver pesquisa e promover a extensão universitária em uma inserção regional diferenciada com dois *campi*, um deles localizado em Petrolina/Pernambuco

e o outro localizado em Juazeiro/Bahia, sendo, portanto, a única universidade federal brasileira, até o momento, concebida para atuar em mais de um estado da República Federativa.

O decreto nº4465 de 13 de novembro de 2002 determinou que a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) seria responsável pela implantação da Univasf, executando as atividades de administração de pessoal, material, patrimônio, serviços gerais, orçamento e finanças e controle interno, no limite da dotação orçamentária destinada à sua implantação e outros recursos. Sendo assim o reitor da UFES, José Weber Freire Macedo, foi designado Gestor Geral da Univasf tendo sido autorizado a exercer tal cargo até o final do ano de 2004 (BRASIL 2002b; 2003)

A primeira ação do Gestor Geral foi publicar em 5 de dezembro de 2003, o Ato administrativo 01/2003 que estabeleceu o rol de cursos a serem ministrados nas cidades de Petrolina e Juazeiro, totalizando 10. Sendo os seguintes cursos implantados em Petrolina: Administração; Enfermagem; Medicina; Psicologia e Zootecnia. Já na cidade de Juazeiro foram implantados: Engenharia Civil; Engenharia da Produção; Engenharia Agrícola e Ambiental; Engenharia Mecânica e por fim Engenharia Elétrica. Esse ato administrativo foi embasado na constituição federal; na Lei 10.473; em estudos de dados secundários e, na pesquisa qualitativa e quantitativa em 50 municípios dos estados da BA, PE e PI (num raio de 250km de Petrolina) discutidos em audiência pública.

A lei de criação da Univasf (BRASIL, 2002a) estabelece que a atuação da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco se dará na região do semiárido nordestino. Sustentada sob esse parâmetro surge uma articulação para levar um *campus* para a cidade de São Raimundo Nonato no Piauí, internacionalmente conhecida por abrigar uma atividade de pesquisa arqueológica responsável pela criação de um parque nacional reconhecido como patrimônio cultural da humanidade, sendo assim o deputado Paes Landin junto com Niède Guidon e Anne-Marie Pessis capitanearam os esforços para que fosse criada uma graduação em Arqueologia nessa cidade.

No começo do ano seguinte é publicado o ato administrativo 02/2004 de 14 de janeiro de 2004, que foi baseado em estudos e contatos técnicos com a Fundação Museu do Homem Americano (Fumdam), de reconhecida competência na pesquisa arqueológica brasileira, diante da ausência de formação de arqueólogos no Brasil e da notória necessidade de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Sendo assim o gestor da Univasf estabelece a criação do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial e do respectivo *campus* Serra da Capivara no estado do Piauí. A Univasf passaria a funcionar em 18 de outubro de 2004 com 11 cursos de graduação distribuídos em três unidades administrativas, cada uma delas num estado diferente da Federação.

É interessante notar que foi aventado a criação da Universidade Federal de Petrolina, mas a ideia de atender todo o semiárido foi a que prevaleceu. E o semiárido se apresentou a esse desafio com bastante entusiasmo, o primeiro vestibular contou com 11.800 inscritos para 530 vagas (RODRIGUES, 2019).

Conforme pode ser visto no quadro 1, percebe-se que a instituição ao longo dos seus 15 anos de existência teve um salto qualitativo e quantitativo. Iniciando com 530 alunos em 11 cursos de Graduação no ano de 2004, e hoje no ano de 2019 possui cerca de 10.000 estudantes. Ao longo do tempo passou a ter 30 cursos de graduação sendo a adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em 2008, um fator importante para esse crescimento do número de cursos de graduação ofertados. Existem também duas graduações vinculadas ao Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). Além dos *campi* já citados os demais são: Ciências Agrárias (Petrolina-PE), Senhor do Bomfim e Paulo Afonso, localizados na Bahia; e Salgueiro, localizado em Pernambuco. Para os cursos na

área de saúde humana e animal, em 2010 foi inaugurado Hospital Veterinário Universitário. Já o HU-Univasf foi inaugurado em 2008, como Hospital de Urgências e Traumas Doutor Washington Antônio de Barros (HUT), administrado pelo município até 2013. Nesse ano passa a ser patrimônio da Univasf, sendo até o ano de 2015 administrado por convênio pelo Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar (ISGH). Desde fevereiro de 2015, o hospital passou a ser administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

Em 2010, com a implantação da Secretaria de Educação a Distância da Univasf (Sead), surgiu a oferta de cursos na modalidade Educação a Distância (EAD). A Sead oferece, 5 cursos de graduação, 11 de Pós-Graduação e 6 cursos de Formação Pedagógica.

Em relação a pós-graduação *Latu sensu* a Univasf oferece 14 cursos diferentes distribuídos em Residências Médicas, Residências Multiprofissionais, Educação para o Campo, Prática Hospitalares em Cães e Gatos, Gestão de Sistemas Agroindustriais e, por fim, em Ensino de Ciências.

Quadro Institucional /Ano	2004	2019
<i>Campi</i>	03	07
Corpo discente	530	10.000
Hospital Universitário	0	01
Hospital Veterinário	0	01
Graduação	11	30
Graduação Pronera	0	02
Graduação EAD	0	05
Especialização EAD	0	11
Formação Pedagógica EAD	0	06
Pós-graduação Latu Sensu	0	14
Mestrado	0	17
Doutorado	0	04

Quadro1: Evolução do Quadro Institucional da Univasf de 2004 a 2019.

Em relação aos programas de pós-graduação, o primeiro mestrado acadêmico, em Ciências dos Materiais foi criado em 2007. Em 2011 surge o primeiro mestrado profissional, o Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional e no ano de 2019 a Univasf totalizava a oferta de 17 cursos mestrados. No ano de 2018 foram aprovados os primeiros quatro cursos de doutorado da Univasf, três oferecidos na modalidade acadêmica: Ciências dos Materiais, Ciências Veterinárias no Semiárido, Ciência Animal e um oferecido na modalidade profissional: Agroecologia e Desenvolvimento Territorial na modalidade profissional.

O curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial nasceu tendo uma sólida larga e densa base para se firmar, pois foi idealizado para promover a formação de arqueólogos no Brasil diante do seu rico e diverso patrimônio cultural mas também para somar seus esforços a uma atividade de pesquisa que já tinha mais de 30 anos de atuação na cidade de São Raimundo Nonato, contando já com a existência de um centro de pesquisa - Centro Cultural Sérgio Motta, sede da Fumdham -

com infraestrutura física diferenciada por seus laboratórios, seu acervo arqueológico e até mesmo pela existência de um Museu, o Museu do Homem Americano. Até o começo do ano de 2008 o *campus* Serra da Capivara funcionava inteiramente em suas instalações e laboratórios. Esse arranjo foi regulamentado através de um convênio de cooperação mútua entre as instituições e permite o uso compartilhado das instalações, destacando os seus laboratórios de Vestígios Líticos; Vestígios Cerâmicos; Vestígios Orgânicos; Paleontologia; Fotografia e de Geoprocessamento.

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA PEDAGÓGICA

O curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial funciona desde de 18 de outubro de 2004 com entrada anual, operando no turno diurno e oferecendo 40 vagas anuais. O acesso foi feito via concurso vestibular até o ano de 2009. A partir do ano de 2010 o acesso se dá via Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Há ainda a opção de entrada no curso via: transferência interna e externa; reintegração; portabilidade de diploma superior e programas de cooperação internacional.

Do ponto de vista da integralização, as métricas estabelecidas no Projeto Pedagógico de Curso são: tempo mínimo para a conclusão do curso 04 anos; tempo médio esperado para a conclusão do curso: 06 anos; Tempo máximo esperado para a conclusão do curso: 08 anos.

De acordo com o Projeto Pedagógico de Curso, os objetivos gerais do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial consistem em “formar profissionais bacharéis em Arqueologia e Preservação Patrimonial para que possam responder às necessidades de pesquisa, análise e conservação da cultura material e natural do Brasil”.

Essa formação irá permitir que o profissional esteja apto a “elaborar, executar, supervisionar e gerenciar projetos de salvamento, de resgate, de preservação e de conservação de monumentos, artefatos e outras expressões da cultura material e patrimonial”.

Essas competências serão adquiridas a partir das disciplinas ofertadas na nossa matriz curricular:

Há três eixos que norteiam o curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial: a) Arqueologia pré-histórica, cujas disciplinas associadas são: Introdução a Arqueologia, Pré-história da África, do Velho Mundo, do Novo Mundo, Pré-história do Brasil, Registro Rupestre, Métodos e Técnicas Arqueológicas I e II, Laboratório I, Desenho, Topografia e Informática; b) Arqueologia histórica, cujas disciplinas associadas são: Arqueologia histórica I e II, Laboratório II, Métodos e Técnicas Arqueológicas III e IV, Desenho, Topografia e Informática e por fim, c) Preservação Patrimonial cujas disciplinas associadas são: Preservação Patrimonial I, Preservação Patrimonial II, Preservação Patrimonial III e Preservação Patrimonial IV.

Como bases apoiadoras são ofertadas disciplinas voltadas para a) compreensão do método científico: Teoria e Metodologia da Pesquisa Científica, Elaboração do Texto Científico, Seminário de Pesquisa, Monografia, Métodos e Técnicas Arqueológicas I, II, III e IV, Laboratório I e II; para b) compreensão do pensamento arqueológico: Introdução a Arqueologia, Teoria Arqueológica I e II, Introdução a Antropologia Arqueologia Histórica I e II; para c) instrumentação do registro do registro arqueológico: Desenho, Topografia e Informática, para d) compreensão da interação entre as Geociências e Arqueologia: Geologia Geral, Geoarqueologia I e II; d) para a interação entre as Ciências Biológicas e a Arqueologia: Educação Ambiental, Evolução Humana, Bioarqueologia e Antropologia Física e por fim e) interação entre a História e a Arqueologia: História da Arte, História do Brasil Colonial e História Indígena I e História Indígena II.

Há ainda a disciplina denominada Núcleo Temático que congrega na sua estrutura atividades de ensino, extensão e pesquisa de caráter interdisciplinar e transdisciplinar tendo como contexto de estudo os problemas regionais.

O curso ainda conta com a oferta de diversas disciplinas optativas que são correlatas as disciplinas obrigatórias e com a oferta por outros cursos de disciplinas de caráter eletivo. Diante da natureza diversa das disciplinas, a sua distribuição de carga horária é: a) 2610h de disciplinas obrigatórias, b) 300h de disciplinas optativas e, por fim c) 120 h de disciplinas eletivas. Sendo assim os estudantes para integralizar o curso devem cumprir 3030h, dispostas em 8 semestres letivos.

Outras instâncias da Univasf, especificamente as Pró-reitorias de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPPGI), de Ensino (Proen) e de Extensão (Proex) ofertam programas institucionais que visam despertar vocações científicas, extensionistas e de ações voltadas para o ensino.

A PRPPGI oferece:

a) Programa de Iniciação Científica nas modalidades bolsista e voluntário que visa despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação;

b) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio que tem por finalidade desenvolver as atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes do ensino médio e;

c) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação voltado para despertar a vocação tecnológica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação.

A Proen disponibiliza aos alunos o Programa de Educação Tutorial, que destina-se a apoiar grupos de alunos que demonstrem potencial, interesse e habilidades destacadas e a Monitoria Acadêmica que tem por finalidade propiciar a formação e iniciação à docência do aluno.

A Proex oferta o Programa Institucional de Bolsas de Extensão que oferece bolsas para estudantes interessados no desenvolvimento de projetos de extensão e o Programa de Bolsas de Incentivo Acadêmico tem por objetivo integrar os ingressantes dos cursos de graduação em atividades de pesquisa e extensão, visando melhor aproveitamento nas atividades de ensino, estimulando-os desde o início do curso a aplicar o conhecimento científico no enfrentamento dos problemas relacionados à convivência com a seca e para o desenvolvimento do semiárido.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Univasf promove ações voltadas aos seus estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que são os estudantes com renda *per capita* igual ou inferior a 1,5 salários mínimos. Essas ações estão expressas no Programa de Assistência Estudantil (PAE) que é conduzido pela Pró-reitoria de Assistência Estudantil - Proae, buscando viabilizar igualdade de oportunidades entre todos os alunos, promovendo a melhoria do desempenho acadêmico. Esse programa também tem ação preventiva na busca de reduzir a repetência e a evasão devido a limitações socioeconômicas ou ainda limitações criadas por obstáculos simbólicos que decorram de barreiras atitudinais ou de preconceito étnico-racial, gênero, orientação sexual, deficiência física, dentre outros.

Sendo assim para dirimir a vulnerabilidade socioeconômica e sociocultural são ofertadas pela Proae os seguintes programas: Bolsa Permanência, Auxílio Alimentação, Residência Estudantil, Auxílio Manutenção e Transporte Estudantil.

A bolsa permanência visa fornecer apoio financeiro a estudante de graduação selecionado

prioritariamente conforme o critério de vulnerabilidade socioeconômica.

O Auxílio Alimentação tem por finalidade prover apoio financeiro mensal que visa contribuir com a manutenção das necessidades alimentares/nutricionais. A Residência Estudantil e o Auxílio Manutenção vêm disponibilizar para os estudantes moradia aos que tenham seu grupo familiar residindo fora da zona urbana do município e por estudantes que estejam impedidos do convívio familiar. O Transporte Estudantil se dá através do cumprimento de uma rota de trânsito que permite o deslocamento dos estudantes dos diversos bairros da cidade para o *campus* universitário.

EGRESSOS

Nosso corpo docente seguiu sua carreira profissional de diversas maneiras. Através de aprimoramento de formação, em programas de Mestrado (UFPE, UFPI, UFS, Programa *Erasmus-Mundus*) e de Doutorado (UFPE, UFS). Ocupando cargos no serviço público, federal, estadual e municipal, tais como Iphan, Embasa, Ibram. Ou ainda trabalhando na Arqueologia de Contrato nas diversas empresas que prestam serviços de licenciamento ambiental.

CORPO DOCENTE E TÉCNICO

Quando o curso foi instituído em 2004 o seu corpo docente era composto por 10 pessoas. A titulação desse corpo docente estava distribuída da seguinte maneira: 90% mestres, 5% doutor, 5% especialização. Atualmente o corpo docente do Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial é composto por 15 docentes, sendo 85,72% Doutores e 14,28% Mestres. Os professores possuem graduação em: História, Geografia, Ciências e Ciências Biológicas e Arqueologia. E os professores doutores são titulados em Arqueologia, História e Geociências.

O curso conta com duas técnicas em Laboratório, que estão a serviço do Laboratório de Arqueologia Pré-Histórica e do Laboratório de Arqueologia Histórica. É importante destacar que ambas as técnicas são alunas egressas do nosso curso.

CORPO ADMINISTRATIVO

O corpo administrativo do *campus* Serra da Capivara é composto por: 01 administrador, 01 bibliotecária, 02 técnicos em Assuntos Educacionais para o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), 01 técnico de laboratório e o curso de Arqueologia possui uma Técnica em Assuntos Educacionais para o seu secretariado.

O *campus* conta ainda com uma série de funcionários terceirizados que prestam uma gama importante de serviços de: recepção, motorista, serviço geral, portaria, vigilância, limpeza e atividades de escritório.

INFRAESTRUTURA

A infraestrutura do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial conta com: gabinetes de trabalho para professores; espaço de atendimento de demandas acadêmicas dos alunos; salas de aula; salas de reunião; laboratórios didáticos especializados: biblioteca; auditório; residência universitária e espaço de convivência que serão descritos a seguir.

O Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial possui atualmente 15 professores de tempo

integral e para atender esse quantitativo possui 8 gabinetes de trabalho. Cada gabinete de trabalho é ocupado por dois (02) professores e eventualmente é dividido com professores dos demais cursos, ou ainda, o docente pode ter o seu gabinete de trabalho no laboratório do qual faz parte.

No que diz respeito ao atendimento dos alunos quanto as suas demandas acadêmicas, eles podem recorrer ao SIC. Para efetuar requerimento de realização de prova de segunda chamada, pedido de transporte para congresso, pedido de dispensa de disciplina, entre outros, o corpo docente do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial recorre ao SIC. O SIC encaminha tais requerimentos para a coordenação do curso. A coordenação do curso encaminha para o Colegiado do Curso que delibera sobre os pedidos em reuniões ordinárias ou extraordinárias. O resultado da deliberação é comunicado ao estudante via SIC. O SIC atualmente conta com 02 servidores.

Há também a sala da Administração que atende as atividades gerais de administração, de recepção dos estudantes e do público em geral. É ocupada pelo administrador do *campus* e por duas recepcionistas. O colegiado também conta com a presença de um assistente administrativo.

O curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial possui atualmente 06 salas de aula, localizadas nas dependências da Univasf. A Fumdam abriga mais duas salas de aula, a sala de aula de Desenho Arqueológico e o Laboratório Integrado de Informática e Topografia, utilizado como sala de aula para as disciplinas de Informática e Topografia.

O *campus* conta com 09 (nove) laboratórios, que são utilizados pelos cursos de Arqueologia e Preservação Patrimonial, Ciências da Natureza e Química. O curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial conta com os seguintes laboratórios: 1) Laboratório de Arqueologia Pré-Histórica; 2) Laboratório de Arqueologia Histórica; 3) Laboratório de Registros Gráficos; 4) Laboratório de Geociências; 5) Laboratório de Bioarqueologia; 6) Laboratório de Preservação Patrimonial.

É importante destacar a existência do convênio 021/2009, firmado entre a Universidade Federal do Vale do São Francisco e a Fumdam, que regulamenta o acesso da Univasf aos laboratórios de: Vestígios Líticos; Vestígios Cerâmicos; Vestígios Orgânicos; Paleontologia; Fotografia e de Geoprocessamento e também ao rico acervo, construído ao longo de quase 50 anos de pesquisa.

O *campus* possui uma biblioteca que atende aos seus quatro cursos. Foi inaugurada no segundo semestre de 2015 e conta com espaços para: estudo individual, estudos em grupo, sala de coleções. Além do espaço de recepção dos usuários, gabinetes de trabalho para os servidores e banheiros.

O acervo da Biblioteca *Campus* Serra da Capivara atende aos cursos de Arqueologia e Preservação Patrimonial, Antropologia, Ciências da Natureza e Química, bem como obras de áreas afins. Seu acervo total é composto por 3.428 títulos e 8.466 exemplares, compondo-se de livros, folhetos, dicionários, enciclopédias, DVDs, CD-ROM, periódicos (647 exemplares), normas, fotografias, trabalhos de conclusão de curso (177 exemplares), entre outros, adquiridos por meio de doações e compra com recursos do orçamento da Univasf.

O *Campus* Serra da Capivara possui uma Residência Estudantil com 12 quartos com capacidade para 24 estudantes (12 mulheres e 12 homens), sendo 06 quartos femininos e 06 quartos masculinos. No mês de dezembro de 2016 foram contabilizados 14 (quatorze) estudantes do Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial ocupando a residência.

Existe ainda o Centro de Convivência um espaço destinado à oferta de serviços como reprografia e venda de alimentos. Outras salas estão sendo utilizadas como: depósito, almoxarifado e a sala de informática dos estudantes.

Foi inaugurado no segundo semestre de 2015 um espaço de auditório anexo ao novo prédio da biblioteca. Neste espaço conta-se com 150 lugares, além de um palco e contrapalco.

PROCESSOS AVALIATIVOS

Do ponto de vista do seu funcionamento todo curso universitário deve ser reconhecido pelo MEC e o reconhecimento do curso é condição necessária para a validade nacional dos diplomas emitidos pela instituição.

O reconhecimento deve ser solicitado pela instituição de ensino quando o curso de graduação tiver completado 50% de sua carga horária (e antes de completar 75%), nesse primeiro momento é preenchido um formulário eletrônico - FE - que é preenchido em plataforma eletrônica do MEC com diversas informações sobre os seguintes parâmetros: organização didático-pedagógica; corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas do curso a ser avaliado.

O segundo momento se dá após a integralização da carga horária da 1ª turma. Há uma visita *in loco* de avaliadores que irão verificar a veracidade das informações fornecidas no formulário eletrônico, sendo assim, são feitas conferências de documentos, reuniões com todos os segmentos (administrativo, coordenação de curso, docente, técnico e discente) e visitas as diversas instalações que compõem a infraestrutura do curso. Ao final da avaliação é emitida uma nota de 1 a 5. O curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial foi reconhecido em avaliação realizada no ano de 2010 e recebeu a nota 3.

Com o curso reconhecido pela primeira vez, as renovações de reconhecimento seguintes, passam a usar um outro parâmetro. A avaliação geralmente passa a ser regida pelo Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) que tem um ciclo de 3 anos e que realiza provas avaliativas com alunos que estão no começo e no fim de seus cursos. Sendo assim o Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial foi avaliado no ciclo do Enade finalizado em 2012, com resultado divulgado no ano de 2013.

As provas do Enade são baseadas em Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) que são orientações para a elaboração dos currículos, tais diretrizes apontam indicações de tópicos ou campos de estudo e demais experiências de ensino-aprendizagem para cada curso universitário permitindo que eles sejam avaliados segundo suas especificidades. Em 2012 não existiam a DCNs para a Arqueologia e, faz-se necessário dizer que ainda hoje ainda não existem.

O nosso curso foi, portanto, avaliado como a DCNs do curso de História, sendo assim a sua nota foi 1, pois é claro e notório que um curso de Arqueologia não é um curso de História, bem como o contrário também é verdadeiro. E então o Conceito Preliminar de Curso baixou para 2. Essa nota é uma nota de alerta, cursos com nota 2 são claros candidatos a serem extintos. Mas antes dessa ação definitiva de extinção, existe uma oportunidade de reestabelecimento, sendo assim o MEC apresenta a universidade e ao curso em questão um Protocolo de Compromisso a ser cumprido.

O Protocolo de Compromisso apresenta uma série de obrigações a serem cumpridas tanto pela Instituição como pelo curso e a sua avaliação deve ser feita novamente por uma equipe *in loco*. Desse Protocolo de Compromisso resultou a visita de avaliação e renovação de reconhecimento feita no ano de 2015. Nesse momento foi constatado que a Univasf e o curso cumpriram o imposto pelo Protocolo de Compromisso e o curso recebeu nota 4. É importante destacar que desde o ano de 2013 os cursos que não tem DCNs não são mais avaliados pelo ENADE, passando a ser avaliados *in loco* a cada triênio.

PROPOSIÇÕES

Diante dos 15 anos do primeiro curso de Arqueologia numa escola de ensino pública e gratuita finalizo esse ensaio com algumas ideias de ordem administrativa, pedagógica e filosófica para serem ponderadas e refletidas no nosso contexto.

Com o funcionamento dos atuais quatro cursos de graduação no *Campus* Serra da Capivara o estabelecimento de um ciclo básico comum seria bem-vindo para sanar deficiências e fortalecer potencialidades ao ofertar disciplinas de caráter básico como Introdução a Filosofia, Introdução às Ciências Sociais, Português Instrumental, Estatística Básica. Ainda nessa perspectiva a ausência da oferta de disciplinas sobre línguas estrangeiras de caráter instrumental é um gargalo ao acesso a manuais e publicações.

Ainda abarcando o *campus* como uma unidade é necessária a composição de um corpo técnico para a otimização das ações de Assistência Estudantil, cumprindo assim uma importante missão da Univasf, o desenvolvimento regional, neste caso, o semiárido nordestino, local marcado por profundas dificuldades socioeconômicas que se traduzem na maioria dos nossos estudantes categorizados como vulneráveis economicamente. Para a otimização das atividades de Assistência estudantil faz-se necessário que o *campus* conte com servidores das áreas de Serviço Social e Psicologia. Nessa linha de assistir ao estudante para além das atividades acadêmicas, a saúde mental e a saúde física poderiam ser melhor cuidadas na universidade através da oferta de atividades de lazer, que antes de mais nada necessitam de construção de áreas específicas para tais fins.

Nos últimos anos tem se firmado por ação estudantil a semana de recepção de calouros é preciso parabenizar essa ação e encorajar a continuidade. Falta ao curso a instituição de uma semana acadêmica, onde sejam congregadas e partilhadas as atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelos discentes e docentes do curso. Cremos também na importância na formalização da comemoração do dia do Arqueólogo e fazer dela um momento de reflexão sobre por exemplo a regulamentação da profissão e a sua inserção em conselhos e sociedades.

Finalizando é preciso lançar o desafio não só ao curso de Arqueologia da Univasf, mas a todas as graduações em Arqueologia do país, as DCN são o elemento básico da existência de um curso junto ao Ministério da Educação pois definem, em âmbito nacional, os princípios, os fundamentos, as condições e os procedimentos da formação de Arqueólogos e devem ser aplicadas na organização, no desenvolvimento e na avaliação dos projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação em Arqueologia ofertados pelas instituições de ensino superior do País, faz-se necessário a criação da DCN do curso de Arqueologia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 4.935 de 23 de dezembro de 2003. Prorroga o prazo de que trata o § 1º do art. 8º do Decreto nº 4.465, de 13 de novembro de 2002, que dispõe sobre a organização administrativa da Fundação Universidade do Vale do São Francisco, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 140, n. 250, p.14, 23 dez., 2003.

BRASIL. Lei nº 10.473, de 27 de junho de 2002. Institui a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 123, p. 1, 28 jun. 2002a.

BRASIL. Decreto nº4465 de 13 de novembro de 2002. Dispõe sobre a organização administrativa da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 221, p. 9, 14 nov., 2002b.

BRASIL. Lei Complementar nº 113 de 19 de setembro de 2001. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 181, p. 3, 20 set. 2001.

RODRIGUES, R. J. P. *Perfil Parlamentar 74 - Osvaldo Coelho*. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

NOTAS

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: janaina.santos@univasf.edu.br

CAPÍTULO 2

FRONTEIRAS, INTERIORES E NOVOS MUNDOS: BREVE ENSAIO SOBRE A ANTROPOLOGIA NA UNIVASF E A EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL¹

Natacha Simeí Leal²

Primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade de publicar as palavras que se seguem. Num momento de incessantes cortes de recursos para as universidades públicas e órgãos de fomento à pesquisa brasileiros, se faz profícuo registrar experiências positivas, como aquelas que vêm acontecendo no Bacharelado de Antropologia - *campus* Serra da Capivara - da recente Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Desta feita, aviso aos eventuais leitores e leitoras deste ensaio que as linhas a seguir comporão um texto muito pouco formal ou afeito às regras e a rigidez de artigos científicos. Antes, apresenta reflexões compartilhadas com as professoras Vanessa Linke, Janaína Carla dos Santos e Marcia Bezerra que dividiram comigo a mesa *Ensino de Arqueologia e Antropologia na Graduação e na pós-graduação: Desafios em uma nova conjuntura*, ocorrida maio de 2019 durante o 1º Simpósio de Arqueologia e Patrimônio do Laboratório de Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco, a quem agradeço nominalmente pelo proveitoso debate.

Gostaria de dar início a este ensaio afirmando a satisfação de notar que no *campus* Serra da Capivara da Universidade Federal do Vale do São Francisco, onde trabalho como docente, tem havido um diálogo cada vez mais intenso entre a Arqueologia e a Antropologia. Na Univasf, diferentemente de outras universidades brasileiras, essas duas graduações são separadas. São colegiados distintos, com projetos político-pedagógicos diversos, mas que, paulatinamente, começam a se encontrar.

Penso que o registro desta interlocução e os efeitos que estes cursos têm provocado em São Raimundo Nonato - PI, cidade sede do *campus* Serra da Capivara da Univasf, e em toda a região do Sudeste do Piauí justifica, por si só, o porquê de desenvolver este texto.

São Raimundo Nonato é uma cidade polo do sudeste do Piauí. Distante da capital Teresina por 550 quilômetros, apesar de pequena, com cerca de 35 mil habitantes³, atende muitos moradores dos municípios do entorno. Segundo o IBGE, as métricas indicadoras de desenvolvimento do município, como o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano) e PIB (Produto Interno Bruto) melhoraram substancialmente nos últimos quinze anos. Mesmo assim, 45,8% da população do município com rendimentos formais recebe menos de meio salário mínimo por mês. Apesar do comércio ser pujante, capaz de empregar bastante gente, parte da população produz e comercializa produtos de suas roças localizadas na zona rural de São Raimundo ou nos pequeníssimos municípios da região, popularmente chamados por aqui de *interior*.

Interior, inclusive, foi o termo que muitos alunos e alunas usaram no primeiro dia de aula do curso de Antropologia da Univasf. Naquele momento de recém-chegada ao Piauí, ainda muito

impactada com as diferenças infraestruturais da região em relação a São Paulo - onde morei durante dez anos para cursar meu mestrado e doutorado - e ainda me acostumando com a vida em uma cidade que, naquele momento, considerava muito pequena, me embasbaquei e concomitantemente me situei quando boa parte de nossos estudantes disseram ao se apresentarem: “Sou do *interior* de São Raimundo!”.

Naquele momento ainda não tinha a dimensão de que São Raimundo sediava muitos equipamentos estatais (Justiça Federal, IBGE, IPHAN, ICMBio, Receita Federal, Justiça do Trabalho, Fórum Estadual, Correios, Detran), o Hospital Regional e as agências bancárias de toda a região. Sabia da presença das três instituições públicas de ensino superior na cidade - a Uespi (Universidade Estadual do Piauí), o IFPI (Instituto Federal do Piauí) e a Univasf (Universidade Federal do Vale do São Francisco) - e, claro, do equipamento cultural mais famoso do município que inclusive nomeia o *campus*: O Parque Nacional da Serra da Capivara, um patrimônio mundial da humanidade.

O trabalho da missão franco-brasileira de Arqueologia, liderado pela arqueóloga Niéde Guidon, acontece no sudeste do Piauí desde a década de 70. E foi decisivo tanto para a fundação do Parque Nacional da Serra da Capivara, quanto para a criação da primeira graduação em Arqueologia de uma universidade pública brasileira em São Raimundo Nonato-PI. O curso de Bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial da Univasf nasce junto com a fundação da própria universidade, no ano de 2004.

Já o curso de Antropologia é bem mais recente, de 2016. Como me contam alunos e professores da Univasf, a fundação do curso de Antropologia foi uma demanda do curso de Arqueologia que diante da possibilidade de trazer novas graduações para o *campus* Serra da Capivara, escolheu um Bacharelado em Antropologia em razão da necessária interlocução entre estes campos de conhecimento que tem se evidenciado, de sobremaneira, através de um conjunto de atividades que professores e alunos vêm desenvolvendo conjuntamente.

As atividades no “Núcleo Temático³ Diagnóstico Cultural, Econômico e Social do Semiárido Piauiense”, por exemplo, desde sua primeira edição, contam com professores e estudantes da Arqueologia e da Antropologia. A presença de alunas e alunos de ambos bacharelados frequentando disciplinas eletivas em um e outro curso e a participação de parte dos docentes da Antropologia e da Arqueologia em projetos de pesquisa e bancas uns dos outros, evidencia uma interlocução muito rica que pode vir a gerar muitos frutos.

Quando eu estava afinando as ideias que deram origem ao presente ensaio, me dei conta de um fato. Ao longo da minha carreira, eu sempre fui chamada para compor mesas ou grupos de trabalho que tratavam de Antropologia Rural, Antropologia da Ciência, Organização Social e Parentesco, Antropologia Política ou Antropologia das Relações Humano - Animais. Acontece que nos últimos tempos, e não apenas porque eu me tornei coordenadora do CANT (Colegiado de Antropologia da Univasf), tenho sido convocada para refletir sobre as condições de possibilidade de exercício da Antropologia no Brasil.

Penso que isso é efeito de um contexto bastante controverso.

Seja porque as universidades públicas brasileiras vêm sofrendo cortes consideráveis desde pelo menos 2016, com a PEC dos gastos. Seja porque a Ciência (e em especial as ciências humanas) estão sob constantes suspeitas. Assim, antes de eu falar sobre o projeto do Bacharelado de Antropologia da Univasf, diga-se de passagem, a mais recente graduação em Antropologia do país, gostaria de retomar algumas ideias que tenho produzido, em parceria com outros colegas, que intuo que tem muito a ver com o tema deste ensaio.

AS NOVAS UNIVERSIDADES. O FIM E O COMEÇO DE MUNDOS

Na última reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que aconteceu em dezembro de 2018 em Brasília, junto com os colegas Rafael Noletto, Diógenes Cariaga e Rafael Antunes de Almeida que atuam em novos *campus* e universidades - UFT (Universidade Federal do Tocantins, *campus* Tocantinópolis-TO), UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, *campus* Amambai-MS) e Unilab (Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, *campus* Redenção-CE) - propomos uma mesa para discutir uma espécie de estado da arte da expansão e interiorização do ensino superior no Brasil e os efeitos que vem produzindo para o ensino, pesquisa e extensão em Antropologia e Ciências Sociais em pequenos municípios do país.

Além de apresentarmos um quadro geral das políticas públicas - como o Programa de Expansão da Educação Superior Pública (EXPANDIR, 2003-2006) e o Programa de Apoio aos Planos de Expansão e Reestruturação de Universidades Federais (REUNI, 2007-2012) - que através de universidades multicampi e da criação de novos cursos de graduação, atenderam às chamadas “vocações locais” de diversas regiões do interior do país, como o Vale do São Francisco, debateu-se o exercício da docência em Antropologia fora dos grandes centros de formação em Ciências Sociais.

O debate foi muito rico e, diga-se de passagem, caloroso. Seja porque se evidenciou as especificidades de pesquisa, ensino e extensão de cada um desses novos *campus* e universidades, que trazem contribuições até então impensáveis para as ciências e a vida universitária brasileira, mas especialmente porque o público que assistia essa mesa era composto, majoritariamente, por estudantes dessas novas universidades, muitos nascidos em cidades do interior do Brasil, que ali presentes nos colocaram uma chuva de questões e entre elas uma bastante capciosa: “Por que nossos professores passam nos concursos e logo vão embora?”

Eu respondo. Em boa medida, porque as condições de possibilidade de acessar recursos para a pesquisa não são as mesmas que a dos grandes centros onde boa parte desses professores cursou seus mestrados e doutorados. Na Univasf, por exemplo, há poucas bolsas de iniciação científica e os critérios de acesso a estes poucos recursos são, em boa medida, fundamentados pelas métricas de produtividade das ciências agrotécnicas, exatas e da saúde que são incompatíveis com as das ciências humanas e sociais. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (Fapepi), a quem deveríamos contar para realizar nossas pesquisas, possui pouquíssimos editais para a realização de eventos e estudos. A referida fundação ainda não dispõe de bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado capazes de subsidiar as pesquisas de nossos alunos e mesmo pesquisas de professores.

E isso é difícil? Tenho que admitir que é sim! Mas é impossível produzir conhecimentos nessas condições? Não! E sobre isso volto a falar quando apresentar o que o Colegiado de Antropologia tem feito aqui na Univasf e no Sudeste do Piauí.

Outro desses momentos recentes de discutir o exercício da antropologia foi a abertura da Semana de Ciências Sociais da Univasf, *campus* de Juazeiro, de 2018. Eu fui convidada para falar na mesa de abertura que tinha como tema “Educação e o ensino de Ciências Sociais”. Fazia bem pouco tempo da ocorrência do incêndio no Museu Nacional e eu intui que talvez fosse o caso de promover uma reflexão sobre isso.

E por quê? A Antropologia, e igualmente a Arqueologia, costumam estudar populações cujo mundo, na forma de sua cosmologia, no caso da Antropologia, ou cultura material, no caso

da Arqueologia, de certo modo, acabou. E a Antropologia, em especial, vem mostrando através de uma miríade de etnografias como essas populações, quando resistem, reagem com muita criatividade com o fim de seus mundos. Com alegria ou com tristeza, com falas fortes ou rezas, em rituais, participando de assembleias ou da política nacional, nas bordas ou no centro, com e contra o Estado, empreendem, cotidianamente, formas de luta.

O que talvez a gente não tenha se dado conta é que o incêndio no Museu Nacional destruiu a casa e mundo de muita gente (no caso, a nossa casa e nosso mundo). E que talvez seja interessante que a gente aprenda com os povos que a gente estuda como lidar com eminência do fim das nossas casas e mundos.

Junto com incêndio de livros, notas de campo, ossadas, fósseis, múmias, cerâmicas, registros linguísticos foi queimada parte de nossa cosmologia e cultura. Foi queimado uma espécie de mundo-modelo para os antropólogos e arqueólogos, que dava sentido a nossa existência e cosmologia.

Eu não estudei no Museu Nacional, mas tenho plena consciência de que a antropologia produzida ali era (e é) interessante porque permitia a realização de pesquisas. Os professores que ali trabalham dedicam-se única e exclusivamente a pós-graduação. Por terem recursos materiais (como, por exemplo, a maior biblioteca de antropologia da América Latina) tinham mais possibilidades que os demais docentes das universidades do Brasil de desenvolver estudos, estar atualizados em debates teóricos, fazer trabalho de campo, criar e consolidar grupos de pesquisa.

É claro, que esse incêndio não foi um simples acidente. A gente ouviu falar na imprensa que não havia água nos hidrantes, que o Museu recebia muito menos recursos do que deveria e que o prédio, centenário, não recebia as manutenções adequadas. E estou duplamente de acordo com as falas do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro em uma entrevista⁵ que deu no dia 4 de setembro de 2018 a um jornal português sobre o incêndio no Museu. Como ele, acho que nada deveria ser reconstruído naquele lugar. As ruínas do museu poderiam ficar ali como um monumento, a ser estudado pelos colegas arqueólogos quem sabe, como uma memória dos mortos, das coisas mortas, dos povos mortos, dos arquivos mortos, destruídos naquele incêndio. E também concordo com o antropólogo que essa tragédia é um efeito de um projeto nacional: um projeto de devastação e de criação de desertos.

A questão é como lidar com esse projeto nacional. E mais especificamente, como nós, alunos e professores, lotados em uma universidade na Caatinga, considerada por muita gente como seca, infértil, quiçá, naturalmente desértica, podemos reagir.

A UNIVASF, O DESENVOLVIMENTO E A CAATINGA

No *campus* da Univasf da Serra da Capivara tudo está sendo construído. Esse é o nosso trunfo e nós, alunos e professores, reagimos todos os dias. Juntos, docentes – bastante jovens, diga-se de passagem - estudantes, técnicas e técnicos dos Bacharelados em Arqueologia, Antropologia e das licenciaturas em Ciências da Natureza e Química, presentes no *campus*, cotidianamente, tentamos construir uma universidade humanística e inclusiva, capaz de, por um lado, suprir as inegáveis demandas de inovação e desenvolvimento de uma das regiões mais pobres do país, mas, sobretudo, oferecer aos nossos alunos e alunas uma formação cidadã.

A Univasf foi a primeira universidade multicampi do Brasil. Presente em seis municípios do semiárido nordestino (Petrolina-PE, Juazeiro-BA, São Raimundo Nonato-PI, Senhor do Bonfim-BA, Salgueiro-PE e Paulo Afonso-BA), nasce há 15 anos atrás, com a missão de “interiorizar” a

formação superior, no sentido lato do termo. Nenhuma das cidades em que se faz presente é uma capital de estado. É uma universidade que se propõe a desenvolver uma região, o Vale do São Francisco, que há muitos anos tem sido foco de políticas públicas e, por essa razão, objeto de estudos e trabalhos potentes das ciências sociais⁶.

Grandes obras e projetos - desde a construção da Barragem de Sobradinho, e, mais recentemente, a transposição do Rio São Francisco e a instalação de fazendas de energia eólica e solar - vêm sendo empreendidos a fim de solucionar problemas com a seca e desenvolver economicamente toda a região cortada pelo chamado “Rio da Integração Nacional”. A irrigação, por exemplo, que contemporaneamente, parece ser a pedra de toque fundamental para consolidar o polo do agronegócio fruticultor e de vinhos em Juazeiro-BA e Petrolina-PE, acontece no Vale desde a década de 40 (Ver PIERSON, 1972). E em boa medida, esse lócus e esse projeto de desenvolvimento do Vale – que dura mais de 50 anos – orientou a fundação da Univasf em meados dos anos 2000 e ainda orienta sua política científica.

Não sem razão, a universidade conta com muitos cursos graduação e pós-graduação em engenharia e ciências agrárias: a Univasf é uma universidade da inovação, uma importante produtora de patentes para desenvolver tecnologias agrárias na caatinga. E se isso, indubitavelmente, se faz muito positivo, por outro lado, os únicos quatro cursos decididamente de humanas da universidade (Antropologia, Arqueologia, Artes e Ciências Sociais), como disse em momento anterior, têm de enfrentar as métricas e os critérios de produtividade das ciências duras.

Há ainda uma outra questão. São Raimundo não está localizada no Vale do São Francisco, está no Piauí. Ainda que o vínculo com o Vale seja indubitável, na medida que pelo discurso oficial da História a cidade foi fundada pelos vaqueiros e tropeiros que ao avançarem do Vale São Francisco para o rio Piauí instalaram onde hoje se localiza São Raimundo fazendas e moradas, o rio (São Francisco) fica a 100 quilômetros da cidade, na vizinha Remanso – BA. O *campus* foi criado pela proximidade com Petrolina, sede da Univasf e, como já dito, por ser sede de pesquisas arqueológicas decisivas para a história das Ciências no Parque Nacional da Serra da Capivara.

Essas questões, meramente informativas, não são menos importantes. Sabemos que arranjos políticos variados e, por vezes, controversos organizam regiões administrativas e, igualmente, universidades. Mas vale registrar que até o presente momento, nenhum dos docentes do Colegiado de Antropologia tem desenvolvido pesquisas diretamente no Parque Nacional da Serra da Capivara como muitas pessoas podem vir a imaginar. E mesmo parte dos professores e alunos da Arqueologia, tem voltado seus olhos para outros lócus de pesquisa.

A presença do segundo maior Quilombo do Brasil (Território Quilombo Lagoas) que fica em São Raimundo Nonato, as manifestações religiosas e de cultura popular (como benzimentos e reisados), as práticas tradicionais de agricultura e pecuária, a análise de infraestruturas, políticas e da economia local, os usos e técnicas de recursos hídricos em uma região notadamente marcada pela seca e a presença (e ausência) indígena na região tem aguçado, muito mais, o olhar dos alunos e professores. Eu arrisco a dizer, que estamos em vias de consolidar uma Antropologia do Semiárido e da Caatinga.

A ANTROPOLOGIA NA UNIVASF

Eu tenho muita sorte de estar construindo um curso robusto de Antropologia, o primeiro na Caatinga, que possui uma ampla carga teórica e temática da área da antropologia clássica e contemporânea, discussões sobre produção de relatórios, laudos e trabalhos técnicos e práticas

de pesquisa e extensão (disciplinas de campo) orientadas pelo corpo docente.

Como já afirmei em outro momento, O colegiado de Antropologia da Univasf, é a mais recente graduação em Antropologia do país. Ainda não temos turmas formadas. O corpo docente é ainda bastante diminuto. Somos o menor colegiado de Antropologia das UF's, brasileiras, com apenas 8 docentes. Mas professores e professoras atuam em diversas áreas de pesquisa: Antropologia Urbana, Antropologia Rural, Antropologia Política, Patrimônio, Antropologia da Religião, Parentesco, Antropologia da Ciência, Antropologia da Técnica, Teoria e História das Ciências Sociais, Etnologia indígena, Etnologia das populações afro-brasileiras, Relações étnico-raciais.

Essa formação ampla do quadro docente permitiu a construção de um projeto político pedagógico bastante robusto teoricamente. Nossos alunos e alunas frequentam sete disciplinas de teoria antropológica (Introdução a Antropologia, Teoria Antropológica 1, Teoria Antropológica 2, Teoria Antropológica 3, Teoria Antropológica 4, Teoria Antropológica 5 e Teoria Antropológica 6, que dão conta de produzir um sobrevoos sobre escolas clássicas e contemporâneas de ciência antropológica. Cursam, igualmente, outra série de disciplinas obrigatórias do eixo-complementar: Antropologia Rural, Antropologia Urbana, Organização Social e Parentesco, Linguística, Etnologia Ameríndia, Etnologia Afro-Brasileira, Antropologia da Religião, Patrimônio e Museologia, Cultura Material, Teoria e História da Antropologia Brasileira, Conhecimento, Poder e Ambiente e Antropologia e Cultura Popular. Além destas disciplinas teóricas, há um eixo metodológico composto pelas disciplinas de Relatórios Técnicos Pareceres e Perícias, Métodos e Técnicas em Antropologia e dois cursos de trabalho de campo (Práticas de pesquisa e extensão). Por fim, os alunos e alunas ainda têm de frequentar seis disciplinas optativas ofertadas pelo Colegiado de Antropologia e mais duas disciplinas eletivas cursadas em outras graduações da Univasf.

Paralelamente a estas atividades de ensino, o Colegiado de Antropologia fomenta a extensão. Avalio que na Univasf, em comparação a universidades mais centrais, a extensão se faz muito mais pujante. Seja trabalhando com populações tradicionais da região com projetos de Cartografia Quilombola, se inserindo em programas governamentais - como os Territórios da Cidadania - ou promovendo projetos culturais e de educação - como um cursinho popular, um cineclube que promove a mostra de filmes latino-americanos que, muitas vezes, estão em cartaz nos cinemas de arte das grandes cidades e em projetos com música e cultura popular - a Antropologia da Univasf, com seus alunos e professores, tem paulatinamente alterado a dinâmica da relação dos habitantes de São Raimundo com a universidade, que até pouco tempo era vista com muita desconfiança.

Temos ainda um esforço de interlocução com pesquisadores de outras instituições. Ao longo dos últimos três anos realizamos seminários constantes que fazem parte de um projeto nomeado como *Canteiro de Antropologia*. Com o *Canteiro*, já trouxemos para o *campus* Serra da Capivara trinta e oito palestrantes pesquisadores de diversas universidades brasileiras. Este é um número robusto, haja a vista a distância de São Raimundo de aeroportos e de grandes centros de pesquisa.

Além disso, em 2019, lançamos a primeira edição de nossa revista, a Mimeo, uma publicação um tanto idiossincrática. No formato de um boletim, a Mimeo tem por objetivo publicar traduções de artigos de ciências humanas, críticas de textos clássicos das Ciências Sociais, documentos diversos sobre o semiárido brasileiro e resenhas de obras com mais de 20 anos de data da publicação original, sobretudo, para subsidiar nossas disciplinas e contribuir para a formação de alunos de graduação.

Não menos importantes são as atividades de nosso “Núcleo Temático de Diagnóstico Social Econômico e Cultural do Semiárido Piauiense”. Nesta disciplina, que mistura pesquisa e extensão, nos propomos a produzir, com alunos e professores dos outros cursos do campus, um

diagnóstico do semiárido para além de seus aspectos meramente ambientais. Se os regimes de seca e chuva, a peculiaridade da vegetação da caatinga e mesmo os saberes tradicionais das populações sertanejas são bem conhecidos e documentados, a região ainda precisa ser analisada pela chave do conflito, impasses e precariedades na medida que a diversidade da região também é composta pelas dificuldades que a assolam. Assim, nessa proposta realizamos pesquisas sobre embates agrários, infraestruturas urbanas e serviços municipais, políticas de igualdade social e promoção cultural, tensões étnico-raciais e do reconhecimento de identidades a fim de produzir informações (no formato de relatórios) sobre a realidade cultural, econômica e social do semiárido piauiense capazes de subsidiar políticas públicas na região. Essa experiência, que tem reunido a comunidade acadêmica e não acadêmica na produção de documentos sobre os mais variados temas, vem mostrando uma das qualidades distintivas da Antropologia: uma ciência diagnóstica e, sobretudo, interdisciplinar.

ANTROPOLOGIA PARA FILHOS DE AGRICULTORES

Todas as atividades que viemos realizando ao longo desses quase quatro anos de curso - diga-se de passagem, com pouquíssimos recursos, financiamentos ou apoio para a pesquisa - é efeito de muito trabalho de um diminuto, porém empenhado, corpo docente. É fato, no entanto, que o início de qualquer curso requer empenho e que muitos de nossos professores e professoras certamente trabalharam muito para fundar as graduações e pós-graduações em que nos formamos.

Faz-se necessário ressaltar, no entanto, que a mais nova graduação em Antropologia do país está em vias de consolidação no preciso momento em que funcionários do alto escalão Governo Federal não só fazem declarações controversas a respeito das universidades públicas brasileiras, mas atacam diretamente às ciências humanas. Impossível não lembrar de uma declaração da máxima autoridade da educação do país em uma entrevista - de 10 de abril de 2019, logo que assumiu o cargo - que por seu tom, parecia ser dirigida aos novos cursos de Antropologia das universidades do interior do Brasil:

Precisamos escolher melhor nossas prioridades porque nossos recursos são escassos. Não sou contra estudar filosofia, gosto de estudar filosofia. Mas imagina uma família de agricultores que o filho entrou na faculdade e, quatro anos depois, volta com título de antropólogo?⁷

A maioria de nossos alunos e alunas é filha de agricultores. Como já afirmei no início deste ensaio, são jovens sertanejos do interior de São Raimundo. E a entrada desses alunos e alunas na universidade tem transformado e pode transformar ainda mais o modo em que aprendemos e, igualmente, ensinamos antropologia.

Dia desses, em uma aula de Antropologia Rural, eu apresentava um trabalhoso texto do Professor Mauro Almeida, “Redescobrendo a Família Rural” (1986), em que analisa minuciosamente o estatuto da família camponesa brasileira. Como professora de primeira viagem, tentava, com cautela, explicar os preceitos de Alexander Chayanov que Almeida traz em seu texto que apresentam as relações entre a produção de alimentos e a unidade técnica familiar. Tentava definir, o que era grupo doméstico, unidade doméstica, família nuclear, ciclo de desenvolvimento doméstico, casamento neolocal, agricultura familiar, o estatuto do camponês.

A explicação estava demasiadamente abstrata, árida, até que uma das estudantes do interior de São Raimundo, que apresentava comigo o texto, foi ao quadro para me ajudar. Desenhou

a propriedade de sua família, descreveu como era a roça e o sistema de criação de cabras e gado, como consomem e onde comercializam o que produzem, como trabalham em família, onde estavam localizadas as casas e roçados, como foi herdada e distribuída aquela terra que outrora tinha sido de seus bisavôs.

Todos os presentes na sala entenderam os complexos conceitos do texto de Mauro Almeida, inclusive eu. Esses conceitos, mais que compreendidos teórica ou etnograficamente, eram vividos nas trajetórias de boa parte dos alunos e alunas. Finalmente, entendi como se aprende e se ensina Antropologia e me dei conta da potência política e transformadora de uma universidade no interior do semiárido brasileiro e dos conhecimentos antropológicos para filhos de agricultores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mauro. “Redescobrimo a família rural”. RBCS, São Paulo, n.1. p. 63-83, 1986

FURTADO, Celso. *O Nordeste e a saga da Sudene (1958-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

PIERSON, Donald. *O Homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972.

SIGAUD, Lígia. Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: As Barragens de Sobradinho e Machadinho. *Comunicação do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional*, n. 9, p. 1-116, 1986.

Sites da internet consultados:

<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-defende-tirar-bolsa-familia-de-aluno-agressor,70002785912> (Acesso em 11 de novembro de 2019)

<http://www.publico.pt/2018/09/04/culturaipsilon/entrevista/eduardo-viveiros-de-castro-gostaria-que-o-museu-nacional-permanecesse-como-ruina-memoria-das-coisas-mortas-1843021>. (Acesso em 10 de novembro de 2019)

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/sao-raimundo-nonato/panorama> (Acesso em 9 de novembro de 2019).

<http://portais.univasf.edu.br/antropologia> (Acesso em 11 de novembro de 2019)

NOTAS

¹ As reflexões presentes nesse ensaio podem ser também visualizadas em: LEAL, Natacha Simei. Por uma Antropologia na Caatinga: um breve ensaio sobre o bacharelado em Antropologia na Univasf e a interiorização do ensino superior no Brasil. *Anuário Antropológico* v. 46, n. 1, 2021, p.39-57.

² Professora Adjunta do Colegiado de Antropologia (CANT), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Doutora e mestra em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: natacha.leal@univasf.edu.br

³ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/sao-raimundo-nonato/panorama>

⁴ Tratarei deste projeto a seguir.

⁵ Disponível em: <http://www.publico.pt/2018/09/04/culturaipsilon/entrevista/eduardo-viveiros-de-castro-gostaria-que-o-museu-nacional-permanecesse-como-ruina-memoria-das-coisas-mortas-1843021>. Acesso em: 10 nov. 2019.

⁶ Penso, especialmente, na obra de Donald Pierson, “O Homem no Vale do São Francisco” (1972), que é efeito de um longo estudo de comunidade desenvolvido a partir de uma pesquisa coletiva realizada na década 50 com apoio da Escola de Sociologia e Política, Superintendência do Vale do São Francisco e Comissão do Vale do São Francisco. Igualmente, penso na brilhante etnografia de Ligia Sigaud “Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: As Barragens de Sobradinho e Machadinho (1986) em que analisa os impactos da instalação daquele empreendimento nas populações ribeirinhas do Vale. Também não poderia deixar de mencionar as entrevistas e escritos de Celso Furtado sobre a consolidação da Operação Nordeste e da SUDENE, que entre outros efeitos, propunham políticas específicas para o semiárido nordestino e para a região do Vale do São Francisco (ver: a coletânea - O Nordeste e a saga da Sudene 1958-1964.)

⁷ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-defende-tirar-bolsa-familia-de-aluno-agressor,70002785912>. Acesso em: 11 nov. 2019.

CAPÍTULO 3

ESTRATIGRAFIA DAS VOZES E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: DIÁLOGOS DA ARQUEOLOGIA COM A COMUNIDADE INDÍGENA KAPINAWÁ (PE)

Mariana Zanchetta Otaviano¹

Pensar a teoria e prática arqueológica para além do que fomos acostumados a estudar é desafiador, pois nos força a refletir para além das estruturas dominantes, identificar, por exemplo, os efeitos da colonização para além do âmbito geográfico, evidenciando as formas de dominação epistemológica e as violências que nossas teorias podem causar.

Nesse caminho notei o quanto nós, arqueólogos e pesquisadores, costumamos replicar lógicas colonialistas na construção de nossas pesquisas e saberes. Munidos de teorias, explicamos o passado embasados em preceitos que pouco falam sobre as especificidades do fenômeno humano pretérito aqui, onde hoje chamamos de Brasil.

E ainda mais, embasados nessas lógicas de pesquisa, acabamos atribuindo valores aos diferentes modos de conhecer, onde, por vezes, não escutamos as vozes fora da academia e ainda pior, em algumas ocasiões silenciemos, rejeitamos e soterramos essas vozes.

Minha proposta é trazer para a construção do conhecimento arqueológico, não somente a minha fala embasada por diversos pesquisadores da área e de áreas a fins, mas agregar ao discurso outras formas de entender e compreender essas coisas feitas pelas pessoas do passado e como essas coisas tem ressonância no presente.

Partindo dessa ideia, construí uma pesquisa que envolvesse o grupo indígena Kapinawá, cujas aldeias estão em Pernambuco e onde pode-se encontrar diversos sítios arqueológicos de registro rupestre.

Localizado na transição do Agreste para o Sertão, no Estado brasileiro de Pernambuco, o território indígena Kapinawá situa-se em três municípios, Buíque, Tupanatinga e Ibimirim.

A comunidade indígena Kapinawá é composta por 33 aldeias, 18 estão situadas no TI (Território Indígena já demarcado e homologado), são elas: Santa Rosa, Areia Grossa, Maniçoba, Maçaranduba, Macaco, Palmeira, Julião, Mina Grande, Coqueiro, Riachinho, Pau-Ferro Grosso, Carnaúba, Tabuleiro, Cajueiro, Ponta da Vargem (Várzea), Quiri d'Alho, Lagoa e Marias Pretas (ANDRADE, 2014) e outras 15 aldeias estão ainda no processo de regularização: Baixa da Palmeira, Caldeirão, Colorau, Malhador, Dor de Dente, Batinga, Cumbê, Igrejinha, Serrote 1, Serrote 2, Aldeia Flor, Ferrão, Mundubi, Salgado e Pedra Preta.

Algumas aldeias estão no limite do PARNA do Catimbau, criado em 2002 no âmbito das Unidades de Conservação da Caatinga, com uma área de 62.294,14 hectares.

O grupo indígena Kapinawá, assim como outros grupos indígenas no Nordeste, teve problemas agrários e casos de conflitos e tensões sociais, situações que mobilizaram a comunidade em busca do reconhecimento étnico e por seus direitos.

O movimento de mobilização, resistência e defesa de terras fez com que os trabalhadores rurais da Mina Grande, autodenominados caboclos, se integrassem para que a identidade Kapinawá se erguesse.

Esse processo de construção da identidade Kapinawá foi uma estratégia política adotada para subsidiar uma luta territorial e por reconhecimento étnico. Para essa formação identitária, o território e a história do grupo fizeram-se importantes para a corroboração dos ideais defendidos, onde:

A população toma como estratégia política o fato de se representarem como uma comunidade etnicamente diferenciada dentro do Estado-nação e um conjunto de indivíduos inseridos em um grupo geograficamente delimitado e legitimado por uma ancestralidade encontrada na memória social, em busca por direitos étnicos renegados no passado. A construção dessa territorialização se dá, portanto, nessas diversas formas de organização e reorganização socioculturais dos membros desse grupo, tomando-as enquanto mecanismos políticos de luta pelo território (FERREIRA, 2008, p.121).

É profícuo salientar que, especificamente no Nordeste, a questão indígena era tratada apenas de maneira esporádica, quando da necessidade de resolução de conflitos. Essa posição de desdém e preconceito também refletiu repercussões no campo das pesquisas científicas, onde pesquisadores não se interessavam por essa região.

Esta falta de interesse pode ser reforçada pela perspectiva do essencialismo cultural, onde a cultura seria imutável e as identidades seriam estáticas, onde a: “identidade consistiria em (...) ser idêntica a um modelo, e supõe assim uma essência; enquanto a cultura seria um conjunto de itens, regras, valores, posições etc. previamente dados” (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p.259).

Essa noção estática de cultura, onde os povos indígenas só seriam “autênticos” caso mantivessem uma sabedoria intocada é uma visão moderna de sociedade que acredita que os povos tradicionais são aqueles “parados no tempo”. Essa forma de pensar cria moldes de realidade que são falsos, uma vez que a cultura é dinâmica e o sistema cultural está sempre em mudança (GEERTZ, 1989) e ainda “o mundo humano constitui uma multiplicidade, uma totalidade de processos interligados” (WOLF, 2005, p.25).

Esses processos interligados, segundo Wolf (2005) fazem referência também a não estaticidade das culturas, onde as multiplicidades culturais são incorporadas, adaptadas e resignificadas. Ou ainda: “passar a trabalhar com processos de circulação de significados, enfatizando que o caráter não estrutural, dinâmico e virtual é constitutivo da cultura” (OLIVEIRA, 1999, p.34).

Um dos elementos para o reconhecimento indígena no Nordeste é a prática do toré, que “(...) é, talvez, a síntese dessa forma de funcionamento de uma memória étnica” (ARRUTI, 1999, p.271). Segundo Sampaio (2011, p.111): “Esses rituais, chamados “ouricuri”, “praiá”, “toré” ou “particular”, comportam diversas variações de etnia para etnia”, a realização dessa cerimônia é, pois, um “elemento privilegiado na auto-definição étnica destes grupos em seu conjunto, já que só eles, e todos eles, o praticam”.

Entretanto, segundo Arruti (1999):

O Toré, apesar de necessário não é suficiente para o reconhecimento de uma comunidade como grupo indígena. Tal reconhecimento pode continuar sendo obstruído por interesses locais ou do próprio órgão indigenista oficial, de acordo com a flutuação das verbas ou dos cálculos de ganho político, sempre contextuais (ARRUTI, 1999, p.271).

Ainda segundo Arruti (1999), o toré foi utilizado como “máquina de guerra” quando diferentes

interesses obstruíram as demandas e objetivos das comunidades indígenas (ou caboclas). Em uma aprendizagem recíproca, dançar o toré tornou-se também estratégia para organização dos grupos, luta e resistência.

Com relação à denominação “Caboclo” pode-se dizer que o termo “caboclisto”, cunhado por Cardoso de Oliveira (1964) fala das representações que os grupos indígenas fazem de si mesmos e das incorporações que são feitas a partir do olhar do “outro”, o “não indígena”. A interpretação desses fatores não pode desconsiderar as influências do quadro colonial para a composição dessas representações. E a noção de identidade étnica também possui “como característica definidora a sua natureza “contrastiva” e situacional” (SAMPAIO, 2011, p.127).

A questão situacional e a natureza contrastiva aparecem, por exemplo, no assunto de nem todos os membros de uma mesma comunidade participarem dos rituais do toré e de incorporarem essa prática mediante ensinamento de outros grupos. Esses “empréstimos” que se estabelecem culturalmente são “elementos a mais de identificação entre os diversos povos do Nordeste, sem prejuízo, entretanto, das suas individualidades, inclusive em função da intensa reelaboração ritual e simbólica” (SAMPAIO, 2011, p.111).

O território, então, vem como mais um fator para formação da identidade étnica, e, para o caso Kapinawá, ainda há um elemento importante atrelado a isso: a presença de sítios arqueológicos em sua área.

Segundo Palitot e Albuquerque (2002, p.79) em seu relatório sobre os indígenas do Nordeste, os Kapinawá: “afirmam que os inúmeros sítios arqueológicos existentes nas furnas da região são espaços sagrados, habitados pelos espíritos de seus antepassados”.

A existência dos sítios arqueológicos em território Kapinawá é a materialização da presença de seus antepassados no local, o que corrobora e corroborou a defesa de que aquele espaço já era, há muito tempo, ocupado por eles.

“Os Kapinawá se reconhecem como a rama nova, isto é, descendentes diretos dos índios Paratiote (Paratió), aldeados na Serra do Macaco ainda no século XVIII, e cujos títulos de posse da terra datam do século XIX”. (PALITOT, ALBUQUERQUE, 2002, p.79).

Segundo Oliveira (1999, p.61),

Os antepassados seriam “os troncos velhos” e as gerações atuais “as pontas de rama”. Quando as cadeias genealógicas foram perdidas na memória e não há mais vínculos palpáveis com os antigos aldeamentos, as novas aldeias têm de apelar aos “encantados” para afastar-se da condição de “mistura” em que foram colocadas. Só assim podem reconstruir para si mesmas a relação com os seus antepassados (o seu “tronco velho”), podendo vir a redescobrir-se enquanto “pontas de rama” (OLIVEIRA, 1999, p. 61).

E ainda, segundo Sampaio (2011, p.121):

Os atuais Kapinawá aparentemente não “recordam” a denominação Paratió – ou Parakió, como aparece nas fontes do século XVIII – o que pode ser tomado como uma indicação de que esta lhes fosse atribuída apenas por terceiros, como os Xukurú, e de que tenha, ao que parece, um sentido pejorativo. Seja como for, intercâmbios relativamente intensos entre diferentes populações indígenas na região central do Estado de Pernambuco certamente não são apenas recentes nem se têm articulado somente em função de mobilizações étnicas com maior repercussão externa (SAMPAIO, 2011, p.121).

Desse modo, é no processo de territorialização que se gera a transformação da coletividade

de forma organizada, com uma identidade própria, onde as formas culturais são reestruturadas e são instituídos mecanismos para as representações e tomadas de decisões.

No Nordeste, segundo Oliveira (1999), os povos indígenas teriam passado por dois momentos de territorialização, o primeiro, no contexto colonial, entre os séculos XVII e XVIII, no âmbito dos aldeamentos das missões religiosas, onde um mesmo espaço era utilizado para a catequização de diferentes grupos. Foi nesse momento que surgiu a denominação “índios mansos”.

Na primeira década do século XVIII, o governo colonial passa a estimular o casamento inter étnico, fixando assim alguns colonos nos antigos limites dos aldeamentos, é também nesse momento que estas terras passam a ser deixadas para os descendentes e, em 1850 os antigos aldeamentos são extintos e divididos entre as comarcas dos municípios, pela Lei de Terras.

Ainda segundo o mesmo autor, a territorialização no Nordeste passa por outro momento no período pós-colonial, sob influência do SPI, Serviço de Proteção ao Índio, agência indigenista oficial do governo. As ações desempenhadas por ela, foram a implementação de postos indígenas, o trabalho antiassimilacionista e o trabalho para reconhecer uma política indianista. Foi este mesmo órgão que estabeleceu elementos para o reconhecimento de povos indígenas, como uma organização interna (presença de cacique e pajé, por exemplo) e a prática do toré.

Esse processo de territorialização, entre as décadas de 1970 e 1980 não trouxe uma nova etnicidade, para Oliveira (1999) ela deve ser entendida partindo das circunstâncias específicas e dos processos políticos e a utilização de termos tais como “índios emergentes” ou “emergência étnica” não contribuem para o real entendimento dessas novas construções de identidades, uma vez que “(...) sugere associações de natureza física e mecânica quanto ao estudo da dinâmica dos corpos, o que pode trazer pressupostos e expectativas distorcidos quando aplicada ao domínio dos fenômenos humanos” (OLIVEIRA, 1999, p.62).

Para este autor não existe uma nova ou uma velha etnicidade, pois:

A etnicidade supõe, necessariamente, uma trajetória (que é histórica e determinada por múltiplos fatores) e uma origem (que é uma experiência primária, individual, mas que também está traduzida em saberes e narrativas aos quais vem a se acoplar). O que seria próprio das identidades étnicas é que nelas a atualização histórica não anula o sentimento de referência à origem, mas até mesmo o reforça. É da resolução simbólica e coletiva dessa contradição que decorre a força política e emocional da etnicidade. (OLIVEIRA, 1999, p.64).

Os sítios arqueológicos são denominados pelos Kapinawá como Furnas², Furnas com Letreiros³, Letreiros dos Índios ou Letreiros dos Caboclos e nestes locais, com os registros rupestres, há a materialização dos seus antepassados, mostrando suas marcas e formas de viver registrados na pedra, esses locais são sagrados.

Essa relação com os sítios arqueológicos se mostrou muito profícua para pensarmos como esses espaços são apropriados e recebem diferentes significações. Trazer para a discussão acadêmica os diferentes discursos que foram e são construídos representa assim o estabelecimento de uma relação simétrica entre as diferentes perspectivas de se pensar e de se criar conhecimento, admitindo que todas as maneiras são legítimas e que trazem contribuições em todas as frentes.

Tornar o conhecimento não acadêmico relevante cientificamente é uma das propostas que Haber (2004, 2016) traz em uma perspectiva descolonial para a arqueologia, na qual as diferentes ontologias se inserem na construção dessas compreensões. Partindo dessa proposta de simetria dos conhecimentos, o autor vai falar de uma abordagem contra hegemônica, em que as diferentes

formas de saber devem estar integradas sem hierarquias de relevância de pensamentos.

Sendo assim, essa troca de conhecimentos, de maneira dialógica e colaborativa traz diferentes inferências e interpretações para o contexto arqueológico, assim como outras abordagens para os sítios. Na tentativa de se livrar de mecanismos de dominação epistêmica, assumimos a relevância de todas as formas de saber e ainda “Os encontros entre diferentes sistemas de conhecimento não devem buscar alcançar consensos, mas sim criar pontes de comunicação, em que trocas possam ser realizadas, acarretando inclusive transformações” (CABRAL, 2014, p.35).

Nessa troca de experiências e saberes, pude apresentar para os moradores da Mina Grande sítios arqueológicos que não eram conhecidos por eles e eles me disseram quais os significados das imagens registradas nas rochas.

No território da aldeia da Mina Grande dois são os espaços sagrados: a Furna dos Caboclos⁴ e o Letreiro da Mina Grande. Estes dois locais são e foram importantes para a construção da identidade étnica Kapinawá. No primeiro foi encontrado um sepultamento coletivo que, segundo relato dos moradores, estão enterrados antigos indígenas, mortos em conflito com grileiros de terra. Neste mesmo local há a presença de um cruzeiro e duas pequenas estátuas, uma do Padre Cícero e outra de São Sebastião⁵.

É na Furna dos Caboclos que o grupo se reúne para realizar os rituais do toré, em especial quando os encantados pedem, por meio do pajé. Já o Letreiro da Mina Grande é um sítio de pinturas rupestres, amplamente conhecido pela comunidade da aldeia.

As múltiplas arqueologias (SILVA, 2012) trazem a possibilidade de um olhar antropológico para arqueologia. Dentro desta multiplicidade, temos a Arqueologia do Presente (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008) que propõe pensar não só nas questões do passado, mas também identificar as necessidades do presente, entendendo que as relações entre o ontem e o hoje estão em simbiose.

Ao assumir tais posturas tento abandonar a perspectiva de utilizar as comunidades do presente para entender as comunidades do passado e passo a tentar construir um conhecimento que seja múltiplo, multivocal e que possa inclusive ser utilizado para advogar em causas políticas, como por exemplo, a demarcação de terras indígenas.

Um de meus objetivos nesta pesquisa, por exemplo, era entender como a comunidade indígena Kapinawá percebia e se apropriava do patrimônio arqueológico que está em seu território e quais conhecimentos são produzidos.

No movimento de trocas e conversas percebi a dimensão da importância destes sítios não só para a confirmação de uma identidade indígena, mas também para a defesa do próprio território.

A presença destes sítios arqueológicos é, para os Kapinawá, a confirmação da presença de seus antepassados no território, foram os “antigos caboclos” que desenharam e ocuparam aqueles espaços muito antes dos colonizadores chegarem. Esta presença materializada em forma de cultura material subsidia a questão de uma ocupação milenar do território.

Segundo Oliveira:

Até fins do século XX, discussões a respeito das relações entre arqueologia, identidade étnica e direitos territoriais dos povos indígenas eram escassas no Brasil. À época, prevalecia a ideia de que a maioria dos arqueólogos estudaria os “índios mortos”, ao passo que etnólogos, linguistas e outros profissionais trabalhariam com os “índios vivos”. Essa dicotomia simplifica questões epistemológicas demasiadamente complexas, minimiza a responsabilidade social e a ética na prática arqueológica e, conseqüentemente, favorece um processo de alienação em relação à situação histórica dos povos originários no tempo presente. Chama ainda a atenção para a colonialidade que caracteriza o processo de institucionalização do campo da arqueologia no Ocidente, verificado especialmente a partir

do século XIX, sob a égide de percepções eurocêntricas, evolucionistas e nacionalistas acerca do mundo e da humanidade. Soma-se a isso uma grande influência da presença dos Estados-nações e do colonialismo interno característico de cada país (OLIVEIRA, 2017, p.33).

A fala de Oliveira faz refletir como a arqueologia trabalhava (e ainda trabalha) com os povos indígenas. A perspectiva do essencialismo cultural, por exemplo, excluía a incorporação de vozes dos grupos atuais, em especial as vozes dos indígenas do Nordeste.

Trazer para as pesquisas atuais as vozes de comunidades até então subjugadas pela disciplina é uma dívida histórica da arqueologia, admitindo também as violências epistêmicas que a teoria arqueológica foi capaz de causar em suas construções de conhecimento.

Partindo destes pressupostos, elaborei a ideia da Estratigrafia das Vozes, coloquei, metaforicamente, os conhecimentos produzidos em estratos e, ao analisar o perfil, pude perceber as diversas vozes que compõem esta estratigrafia.

As vozes acadêmicas, ditas científicas estão nas partes superiores desta escavação epistemológica e as outras formas de conhecer estão abaixo destas vozes “oficiais”.

Quando faço esta alusão quero mostrar que o conhecimento produzido pela academia além de vir primeiro, também é um conhecimento mais recente. Recente quando pensamos em uma tradição de conviver e entender os espaços que têm sido ocupados muito antes da disciplina arqueológica se efetivar no Brasil.

Nessa escavação de conhecimentos chego aos estratos mais profundos, a saberes mais antigos, que acabaram sendo soterrados pela camada anterior.

O que quero aqui é analisar, registrar e estudar os estratos, observando inclusive as microestratigrafias existentes, e quem sabe causar uma bioturbação, misturando as camadas, respeitando as especificidades de cada uma, mas entendendo que todas as formas de conhecer, entender e explicar são importantes.

Mas então trago uma questão: quem vai realizar esta escavação das vozes? Sim, será uma arqueóloga, dentro do espaço acadêmico, produzindo um trabalho acadêmico. Admito aqui que, por muito tempo, favorecemos em nossas pesquisas uma visão colonialista e eurocentrista de cultura. Mas consciente disso (mesmo que tardiamente), quero então fazer o exercício de rompimento com as hierarquias e os valores que foram atribuídos às diferentes maneiras de construir os conhecimentos.

Acredito que trabalhar com respeito às epistemologias locais, realizando assim, um trabalho multivocal é, além de tentar corrigir dívidas históricas da disciplina, um compromisso ético e social da academia.

Na área do PARNA do Catimbau estão registrados 33⁶ sítios arqueológicos que já foram alvo de algumas pesquisas (OLIVEIRA, 2001, 2006; MARTIN, 2005; AMARAL, 2007; BARBOSA, 2007; PROENÇA, 2013; SOUZA, 2016).

Na região são realizados estudos desde a década de 1970, cujas principais expoentes foram Gabriela Martin e Alice Aguiar, sendo o foco inicial foram os registros rupestres (SOUZA, 2016).

Com relação às datações, para esta área tem-se registradas idades entre seis mil a quatro mil anos, “(...) trabalhos realizados por Albuquerque (1987) no Sítio PE 91 – Mxa, na reserva particular ‘Paraíso Selvagem’, obteve a datação de 6.640 ± 95 anos AP, a mais antiga para a presença humana no Vale do Catimbau” (SOUZA, 2016, p.62). O método utilizado para se realizar esta datação foi o exame radiocarbônico nos restos esqueléticos encontrados no sítio.

As datações com números entre 4.851 ± 30 anos AP e 888 ± 25 anos AP são do sítio Alcobaça

e também foram feitas a partir do exame radiocarbônico, mas neste caso analisando os carvões que foram encontrados nas fogueiras, evidenciadas pelas escavações arqueológicas (OLIVEIRA, 2001).

A maior parte das pesquisas realizadas nesta área se concentra no estudo do registro rupestre, entretanto existe um trabalho que fala da cestaria do sítio Alcobaça e para isso foi feito um trabalho etnográfico com os Kapinawá, a fim de se fazer uma análise tecnológica e se observar uma possível continuidade estilística (COSTA, LIMA, 2016, p.105).

Após análise destas referências teóricas, que tratam sobre as pesquisas nesta área, diagnostiquei que a comunidade indígena, no geral, não participou destes estudos. Em um artigo os Kapinawá chegam a ser citados, como pode-se ver neste fragmento de Martin (2005):

As aldeias do grupo Capinawá ocupam parte da área arqueológica com suas terras demarcadas numa área de doze mil hectares. A presença dessa população indígena na área não significa, a priori, que eles sejam descendentes diretos das populações que ocuparam a região na pré-história, pois, a partir do século XVIII começaram os colonizadores a explorar o salitre na região e, como mão de obra, foram enviados oitenta casais de índios, deslocados de missões religiosas de outras áreas, formando-se assim um novo aldeamento. O estudo das origens desses grupos indígenas e das suas migrações voluntárias ou impostas, é também um importante elo de enlace entre a pré-história e a história colonial (MARTIN, 2005, p.32).

Acredito que podemos fazer uma desconstrução de algumas colocações realizadas por Martin no fragmento acima. Primeiramente, no que tange a questão dos Kapinawá não serem “descendentes diretos das populações que ocuparam a região na pré-história” essa proposição faz pensar que, se seguissem uma continuidade étnica, os grupos teriam um mesmo código cultural.

Entretanto, como já apresentado em algumas citações (GEERTZ, 1989; OLIVEIRA, 1999; WOLF, 2005; CARNEIRO DA CUNHA, 2009), entendemos que a cultura é dinâmica, mesmo quando pertencente a um mesmo grupo.

E, mesmo entendendo que a cultura é dinâmica, sob a luz dos processos de reorganização territorial, étnica e cultural (OLIVEIRA, 1999; SAMPAIO, 2011) a ascendência e o reconhecimento enquanto indígenas são colocadas por eles próprios.

Desse modo, é preciso cuidado na utilização de proposições que possam criar argumentos para desclassificar ou questionar movimentos indígenas. Provavelmente, a ideia latente de continuidade cultural, fez com que os indígenas do Nordeste, os “Índios Misturados” (OLIVEIRA, 1999), não fossem consultados para as elaborações e proposições para inferências da arqueologia.

Pensar em uma continuidade cultural⁷, ao longo do tempo, é admitir que as culturas são estáticas, monolíticas e intransponíveis, entretanto, acredito que:

(...) a aceitação de que o passado nunca está morto e de que os restos arqueológicos são passíveis de serem envolvidos na construção corrente de identidades potencialmente diversas e fluidas vai facilitar o desenvolvimento de relações dinâmicas e engajadas entre a arqueologia e as comunidades contemporâneas (JONES, 1997, p.141).

Voltando às pesquisas arqueológicas realizadas no Vale do Catimbau, os registros rupestres⁸ foram classificados como pertencentes às tradições⁹ Agreste e Nordeste. Há ainda os grafismos puros, que são aquelas: “Representações rupestres que não permitem o reconhecimento” (PESSIS, 1984, p.100) podendo também ser denominados como sinais ou figuras geométricas.

Essas classificações fazem parte de uma metodologia de estudo desenvolvida para que os

registros rupestres pudessem ser categorizados e para que os estudos dos mesmos seguissem uma orientação de agrupamento, pressupondo que determinados grupos étnicos produzissem as mesmas expressões gráficas.

Entretanto, proponho a pensar que os registros rupestres, por mais semelhantes que sejam, não necessariamente foram feitos pelo mesmo grupo, isso nos faz refletir também nas questões relacionadas a multiplicidade de grupos.

Os repertórios culturais e a cultura material são dinâmicos, segundo Siân Jones (1997):

“Categorias étnicas podem persistir, enquanto a cultura material envolvida na significação consciente destas categorias muda e, da mesma forma, as referências étnicas de um estilo particular de cultura material podem mudar, enquanto os estilos continuam os mesmos. Portanto, a relação entre os estilos da cultura material e a expressão da etnicidade pode estar constantemente mudando de acordo com o tempo e o espaço” (JONES, 1997, p.122).

Devido às múltiplas possibilidades, a arqueologia muito provavelmente jamais conseguirá codificar os símbolos expressos em forma de registros rupestres. Ainda assim acredito que as pesquisas etnográficas, tanto em campo quanto nas referências bibliográficas, são importantes subsídios para se pensar as possibilidades, não no sentido de realização de analogias diretas, mas na proposta de se pensar um passado heterogêneo.

Essas diversas possibilidades me fazem olhar para o registro arqueológico e pensar as várias alternativas para analisar as grafias que estão na rocha¹⁰, entretanto existem os grafismos puros, também conhecidos como grafismos geométricos, abstratos ou astronômicos, que são figuras que não identificamos (MARTIN, 2008, p.237).

Esses grafismos que não conseguimos identificar geram uma série de hipóteses, na tentativa de compreender o que eles poderiam representar. Segundo Martin (2008):

Pelas equivalências etnográficas e experiências específicas realizadas com grupos indígenas sobre os possíveis significados dos grafismos “geométricos”, sabemos que são interpretados como animais, rios, deuses e até a vida e a morte, dependendo do grupo ao qual o índio interpelado pertencia (MARTIN, 2008, p.237).

Na obra acima referida não nos é fornecida a informação de quais grupos foram pesquisados nas equivalências etnográficas, mas buscando a compreensão destes grafismos levantou-se inclusive a hipótese de que eles poderiam ter sido feitos sob a influência de plantas psicotrópicas, fazendo um paralelo com os fosfenas.

Os fosfenas são: “(...) imagens que aparecem no campo visual na obscuridade ou na penumbra, eventualmente estimulados com alucinógenos. Em geral essas imagens são motivos abstratos de composições simples, na forma de luzes e cores brilhantes” (MARTIN, 2008, p.244).

Pesquisas nesse sentido foram feitas no campo da antropologia cultural, onde se pode constatar que existem fosfenas muito parecidos com grafismos rupestres.

No trabalho acadêmico não se pode dizer o que eles significam, baseado na ideia de que não há o acesso aos repertórios culturais de quem os produziu e nem ao menos afirmar que estes desenhos foram produzidos sob o efeito de plantas alucinógenas. Entretanto será que membros da comunidade Kapinawá tem algo a dizer sobre esse tipo de desenho?

O INSIGHT DA CESTA

Estava fazendo trabalho de campo e me acompanhava o Ronaldo Kapinawá, que aceitou o convite em trabalhar comigo no desenvolvimento da pesquisa. Trabalhávamos em conjunto, enquanto fazia os registros e medições do sítio, o Ronaldo me contava sobre sua infância e sobre suas relações com aqueles espaços.

Neste dia de trabalho fomos ao sítio “Furna dos Veados”, no sítio “Guardião” e na “Toca do Gato”, todos eles se encontram na aldeia Quiri d’Alho, na zona de amortecimento do PARNA do Catimbau.

No sítio Guardiã, que possui alguns registros de círculos concêntricos, em um determinado momento o Ronaldo começou a fazer uma cesta com fibras recolhidas no entorno. Ele me disse que aprendeu a trabalhar as fibras das plantas desde criança e que quase todos os Kapinawá sabem fazer objetos com elas. O chapéu feito da fibra do caroá, inclusive, é um dos símbolos do grupo e eles o utilizam quando dançam o toré.

Dentro da cesta que o Ronaldo fez, coloquei algumas frutas que havia levado para o almoço e continuei o trabalho no sítio Guardiã, o último registro rupestre que iria catalogar era um círculo concêntrico, desenhado bem no alto do paredão rochoso.

A cesta presenteada a mim foi colocada no chão, que continha uma areia muito fina. Foram feitas as fotos e as medições daquele grafismo puro na cor vermelha (Figura 1).



Figura 1: Círculo concêntrico do sítio Guardiã

Finalizado o trabalho naquele sítio, seguimos para o sítio Toca do Gato, a alguns metros dali. A cesta que estava no chão de areia fina foi retirada do local e para a minha surpresa vi a marca (Figura 2) que ela deixou:

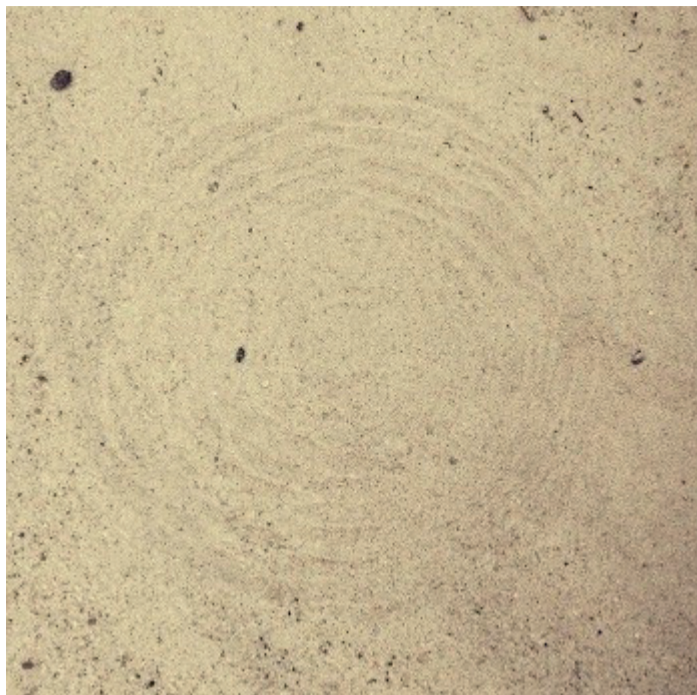


Figura 2: Marca da cesta no chão de areia

A comparação realizada com o carimbo do fundo da cesta na areia e com o círculo concêntrico foi instantânea. Nesse momento chamei o Ronaldo para ver aquilo e ele tranquilamente me disse: “mas se você pedir para alguém mais velho desenhar uma cesta, ele vai desenhar assim”.

Percebi então que olhava para aquele registro de um jeito diferente, que era uma questão de perspectiva, que era preciso mudar a perspectiva.

E além dos círculos concêntricos sozinhos, existem também aqueles que possuem um apêndice junto a ele, como na próxima imagem (Figura 3). Para essa questão o Ronaldo foi certo “é a alça da cesta”.



Figura 3: Circulo concêntrico do sítio Tauá 2

Para mim estava claro que para o repertório cultural dos Kapinawá, a priori, pela voz do Ronaldo, que aqueles círculos concêntricos representavam cestas.

No artigo de Berta Ribeiro “A mitologia pictórica dos Desâna”, ela apresenta uma citação de Reichel-Dolmatoff sobre seu estudo etnográfico com os indígenas Tukano, onde:

Círculos concêntricos marcam o lugar onde um espírito colocou o bocal de sua sarabatana no solo; uma impressão dupla marca o local onde outro se sentou para descansar; ou o

desenho do esboço de um artefato comemora a ocasião em que um desses espíritos concebeu pela primeira vez um cesto, um instrumento musical ou uma armadilha de peixe (REICHEL-DOLMATOFF 1978, p. 2 *apud* RIBEIRO, 2000, p.44. Grifos nossos).

Pensando na ideia dos círculos concêntricos serem cestas, apresento duas cenas de antropomorfos interagindo com o objeto (Figura 4), ambas as imagens são de sítios arqueológicos no PARNA do Catimbau.



Figura 4: Registro Rupestre do sítio Loca dos Caboclos

Nesta imagem, além da interação do antropomorfo com o círculo concêntrico, podem-se ver também as possíveis estruturas da cesta.

Na imagem abaixo (Figura 5) observa-se, além da interação com o objeto, a sobreposição de um antropomorfo no centro do círculo.



Figura 5: Registro Rupestre do sítio Loca das Cinzas

Os círculos concêntricos, quando foram feitos, talvez não representassem cestas, porém, pelo paralelo etnográfico realizado com os Tukano por Reichel-Dolmatoff podemos dizer que está é uma possibilidade.

Com as interpretações do Ronaldo e posteriormente com outros membros do grupo Kapinawá, estas representações, com ou sem o apêndice (alça) são, para a comunidade Kapinawá, cestas.

Os registros rupestres são conhecidos pelos Kapinawá “desde sempre” e as pinturas/letreiros foram feitas pelos caboclos, seus antepassados.

Pedi para o Sr. Arlindo e para a Dona Dôra, dois antigos líderes indígenas Kapinawá, da Aldeia da Mina Grande, para fazerem desenhos de cestas (Figura 6 e 7) sem uma contextualização prévia, só pedi para que os fizessem. Após a realização dos desenhos, no transcorrer da nossa conversa e visita às fotos dos sítios que levei, mostrei algumas imagens de círculos concêntricos.

Sem dizer nada, só observando a apreciação das fotos, o Sr. Arlindo, ao ver os círculos, falou tranquilamente apontando para as fotos: “Aqui as cestas que os caboclos faziam, é igual a minha”.



Figuras 6 e 7: Desenho da cesta do Sr. Arlindo e da Dona Dôra

Acredito que a arqueologia pode se incorporar aos discursos indígenas e no caso, ao discurso Kapinawá, para pensar os tempos e possibilidades de ocupação, assim como a arqueologia pode também incorporar as perspectivas dos entrevistados para pensar a própria arqueologia e o fazer arqueológico.

O que não podemos mais continuar fazendo é isolar as comunidades dos processos de trabalho arqueológico e da gestão de seus patrimônios. A incorporação de diferentes vozes na produção do conhecimento evidencia um passado múltiplo, com diversas possibilidades.

Mas além das possibilidades de melhor entender e problematizar o passado, o presente e o futuro devem estar engajados em realizar pesquisas que se desprendam das amarras coloniais.

Devido a manutenção da ideia do saber científico fundamentado nos métodos de pesquisa, muitas vezes, um determinado conhecimento, é considerado errado, pois não se encaixa nos preceitos metodológicos de investigação. Defendo então que não existe conhecimento certo ou conhecimento errado, mas o que existem são diferentes epistemologias, diferentes modos de conhecer.

Na ideia da estratigrafia das vozes percebi que, dentro da academia, muitas vezes ignoramos diferentes modos de ver, perceber e interpretar o mundo. A intenção não é dar voz para essas comunidades (porque essa voz elas já possuem), mas proporcionar meios de visibilizar essas vozes, compreendendo que o passado é múltiplo, assim como é o presente.

O trabalho em conjunto com alguns membros do grupo indígena Kapinawá descortinou possibilidades para pensar novas possibilidades na arqueologia, em contrapartida, as pesquisas arqueológicas, especialmente aquelas que envolvem datações, se mostraram de grande valia para o grupo, pois ajudam a corroborar a longa duração da habitação no território.

Deixo aqui os meus mais profundo e sincero agradecimentos ao grupo Kapinawá.

REFERÊNCIAS

- ARRUTI, J. M. A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. In: OLIVEIRA, J. P. (Org). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contracapa, p. 229-278, 1999.
- CABRAL, M. P. *No tempo das pedras moles: arqueologia e simetria na floresta*. Tese, Doutorado em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- FERREIRA, F. M. G. *Serrote do Gado Brabo: identidade, territorialidade e migrações em uma comunidade remanescente de quilombos*. Dissertação, Mestrado em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.
- GEERTZ, C. *Nova luz sobre a antropologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- HABER, A. Arqueología de la naturaleza/naturaleza de la arqueología. In: A. HABER (Ed.). *Hacia una arqueología de las arqueologías latinoamericanas*. Bogotá: Universidad de los Andes, p.15-31, 2004.
- JONES, S. *The Archaeology of ethnicity: constructing identities in the past and present*. Londres; New York: Routledge, 1997.
- MARTIN, G. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. 5. ed. Recife: Editora UFPE, 2008.
- MARTIN, G. As pinturas rupestres do sítio Alcobaça, Buíque - PE, no contexto da Tradição Agreste. *Clio: Série Arqueológica*, n. 18, Recife, p.27-49, 2005.
- OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, J. P. (Org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contracapa, p.47-77, 1999.
- PESSIS, A. M. *Imagens da Pré-história. Parque Nacional Serra da Capivara*. Images de la Préhistoire; Images from Pre-History, São Paulo: Editora FUMDHAM; PETROBRAS; A&A Comunicação, 2003.
- RIBEIRO, B. A mitologia pictórica dos Desâna. In: VIDAL, L. (Org.). *Grafismo indígena: estudos de antropologia estética*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Editora da USP, p.35-52, 2000.
- SAMPAIO, J. A. L. De caboclo a índio: etnicidade e organização social e política entre povos indígenas contemporâneos no nordeste do Brasil; o caso Kapinawá. *Cadernos do Laboratório de Estudos em Movimentos Étnicos*, Campina Grande, v. 3, n. 2, p. 88-191, 2011.
- SILVA, F.A. O passado no presente: narrativas arqueológicas e narrativas indígenas. In: MENEZES, L. (Org.). *Multivocalidade*, 2012.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. *Encontros*. Rio de Janeiro: Azougue, (Entrevistas), 2008.
- WOLF, E. R. *A Europa e os povos sem história*. São Paulo: Ed. USP, 2005.

NOTAS

¹ Historiada e Arqueóloga, Doutoranda em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: mariana.arqueologia@gmail.com

² Furna: Os lugares na pedra em que dá para entrar. Ou cavidade profunda na encosta de uma rocha, floresta etc.; caverna, gruta, cova.

³ Letreiro: Local onde tem coisas escritas e desenhadas pelos antepassados. Ou inscrição em tabuleta, que serve aos mais diversos tipos de informação; genericamente, qualquer texto projetado na tela.

⁴ Também conhecida como Furna Sagrada, Furna dos Encantados ou Furna da Mina Grande.

⁵ Os Kapinawá expressam sua religiosidade nos rituais do toré onde costumam beber o Anjúca, o vinho da Jurema, e receber os espíritos de seus antepassados. Também são adeptos sinceros do catolicismo, festejando o seu padroeiro, São Sebastião, no final de janeiro, com novena, missa, zabumba, pífanos, e samba-de-coco (PALITOT, ALBUQUERQUE, 2002, p.82).

⁶ Além da continuidade cultural há também a questão de continuidade cultural com descendência biológica (MARTIN, 2008).

⁷ Chamamos aqui de registro rupestre as gravuras e pinturas encontradas em suportes rochosos

⁸ O conceito de tradição rupestre faz referência à prática de uma recorrência estilística por um grupo cultural em um determinado período cronológico e em espaço geográfico circunscrito (grandes regiões rupestres) (JUSTAMAND et al, 2017 p.154).

CAPÍTULO 4

UMA FESTA PARA O SANTO DE AMARANTE EM UM QUILOMBO DO PIAUÍ: A RODA DE SÃO GONÇALO EM LAGOA DAS EMAS¹

Vanderléia Lima da Silva²

Alencar de Miranda Amaral³

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pautou-se no levantamento etnográfico sobre a Roda de São Gonçalo do Amarante, com vistas a analisar e compreender como se deu a chegada dessa manifestação no povoado da Lagoa das Emas. Buscou-se, também, apresentar os elementos da cultura material e os agentes sociais (mestres e cantadeiras) associados à organização desse folguedo, bem como discutir a importância da Roda de São Gonçalo para aquela comunidade.

O povoado de Lagoa das Emas é uma comunidade quilombola situada no entorno do Parque Serra da Capivara, a 18km da cidade de São Raimundo Nonato – PI. O acesso se dá pela BR-020, no sentido à cidade de Campo Alegre de Lourdes – BA.

A Roda de São Gonçalo do Amarante é uma manifestação cultural introduzida em todo Brasil pelos colonizadores portugueses. É de caráter religioso e festivo que se destaca, mormente, na região Nordeste. Sendo realizada por um devoto que faz uma promessa ao santo de Amarante, e promove a roda para agradecer as bênçãos alcançadas (FALCÃO, 2006). No município de São Raimundo Nonato, a Roda de São Gonçalo ocorre no ambiente rural e urbano, porém é menos recorrente que outrora.

Tendo em consideração a legislação nacional, a Roda de São Gonçalo pode ser considerada como um bem patrimonial cultural, pois segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade nos quais se incluem: I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III as criações científicas; artísticas e tecnológicas; IV- as obras; objetos; documentos; edificações e demais espaços destinados as manifestações artístico-culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológicos, paleontológico, ecológico e científico.

Por meio da observação e das histórias contadas pelas pessoas da comunidade, pode-se perceber o quanto é dinâmico o processo de construção do patrimônio cultural no território quilombola em São Raimundo Nonato. Deste modo, estudar a Roda de São Gonçalo do Amarante é um meio importante e eficiente para se analisar e compreender a diversidade e especificidades das práticas culturais da comunidade de Lagoa das Emas.

É fato que a Roda de São Gonçalo acontece há pelo menos 80 anos na comunidade.

Observando que atualmente a maior parte das pessoas que dançam são os adultos, um dos questionamentos iniciais que instigou a presente pesquisa foi analisar se a Roda de São Gonçalo estava perdendo importância como um evento lúdico e religioso capaz de construir e fortalecer as relações sociais entre os moradores do Território das Lagoas.

Apesar desse questionamento, com o decorrer da pesquisa pode-se perceber que a comunidade Lagoa das Emas elabora estratégias próprias e eficazes de preservação e reprodução desse patrimônio. Pensando nessa problemática, um dos objetivos do presente trabalho foi compreender a Roda de São Gonçalo como patrimônio imaterial da comunidade Lagoa das Emas, analisando os mecanismos de execução e reprodução desse saber popular, das músicas, gestos, indumentárias e dança que compõem esse rito.

Tendo sempre em consideração as narrativas e a memória das pessoas envolvidas com a Roda de São Gonçalo, buscou-se na análise deste bem cultural se apropriar dos preceitos teóricos e metodológicos da Arqueologia Pública (CARVALHO, FUNARI, 2007). Segundo Hodder (1999), Arqueologia Pública, para além de uma ação preservacionista ou de educação patrimonial, é uma prática de libertação e autonomia, pois permite o envolvimento das comunidades na construção do seu passado, além de promover a inserção de grupos socialmente marginalizados nas práticas de representação do seu patrimônio.

Em consonância com os preceitos teóricos e metodológicos da Arqueologia Pública (FUNARI, OLIVEIRA E TAMANINI, 2008), buscou-se, através da oralidade e da cultura material e imaterial, entender a dinâmica dessa manifestação cultural, bem como analisar as transformações na forma de se fazer a Roda de São Gonçalo na comunidade de Lagoa das Emas.

Assim, em consonância com Hodder (1999) e com os preceitos da Arqueologia Pública e Colaborativa, defendeu-se a importância das comunidades terem voz ativa na realização e encaminhamento das pesquisas acadêmicas e procurou-se adotar essa perspectiva para realização do presente trabalho.

Pensando nos conceitos de Arqueologia Pública e propostas pós-processualistas⁴, a intenção foi promover a multivocalidade na pesquisa. Proposta por Hodder (1999), essa perspectiva é uma forma de constituir novas interpretações arqueológicas para além dos discursos oficiais, sendo uma maneira de munir e estimular os grupos, que ficaram às margens da construção desses discursos, para que eles próprios realizem suas interpretações e representações sobre o passado e seu patrimônio cultural. Como se pode perceber, essa perspectiva se enquadra perfeitamente à realidade da Lagoa das Emas, uma comunidade quilombola que luta pelo reconhecimento dos seus direitos territoriais e valorização do seu patrimônio cultural.

Ao se pensar na legislação que ampara o patrimônio cultural e os territórios quilombolas⁵, deve-se salientar que o quilombo é um lugar privilegiado de resistência e existência de várias manifestações culturais de matriz africana (ALMEIDA, 2012). Sejam elas a fala, nomeações, danças, gastronomia e religiosidade que, embora tenham sofrido violentas repressões pelo processo de colonização, continuam extremamente fortes. Mesmo quando mesclados à elementos advindos da colonização, como é o caso da Roda de São Gonçalo, permanecem extremamente importantes para a autoafirmação dos territórios quilombolas.

Ao se pensar em fazer um trabalho com comunidades quilombolas umas das primeiras dificuldades encontradas foi a bibliografia para compor a pesquisa, pois a temática ainda é pouco explorada no sudeste do Piauí. Além disso, existem poucas pesquisas no âmbito da Arqueologia Brasileira que realmente trabalhem com as comunidades quilombolas. Geralmente os trabalhos ligados as comunidades quilombolas estão ligados a antropologia, história, geografia, em certa

medida, devido aos processos de demarcação do território quilombola. Sendo os Estados Unidos o principal cenário para as pesquisas associadas a Arqueologia da Resistência e Arqueologia da Escravidão (BORBA, 2013).

Neste contexto é importante se entender que o quilombo é um local de emancipação e resistência. Novamente se reforça o discurso da Arqueologia Pública, já que essa abordagem permite pensar o território quilombola como espaço de ações de resistência e liberdade de grupos de famílias que hoje se reafirmam com descendentes de pessoas que foram escravizadas (ALMEIDA, 2012).

Vale ressaltar a relevância das pesquisas arqueológicas em comunidades quilombolas, pois o conhecimento gerado muitas vezes pode ser utilizado como ferramenta fundamental dos direitos desses povos e, particularmente, de garantias de terras. Em todo mundo os arqueólogos vêm sendo chamados a se posicionar frente às questões relativas a definição de territórios de populações tradicionais e patrimônio arqueológicos encontrados naqueles locais.

METODOLOGIA

Com esses preceitos em mente, o primeiro contato com as pessoas da comunidade Lagoa das Emas se deu em março de 2017. Inicialmente, em decorrência das atividades de extensão do PET⁶ da Univasf, foram realizadas duas visitas, de cerca de duas horas, por semana (as terças e sextas feiras); e nos últimos meses também se passou a ir para o território quilombola nos fins de semana para realizar mais entrevistas e construir a documentação imagética (fotos e vídeos) da Roda de São Gonçalo. Nestas ocasiões, optou-se pela utilização da clássica observação participante (AGROSINO, 2009), que permitiu uma descrição etnográfica densa⁷.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e, às vezes, entrevistas informais ou livres de forma que o entrevistado se sentisse mais confortável. O público alvo foi composto de mestres, cantadeiras, dançarinos e pessoas idosas, ao todo dez pessoas, muitas delas foram indicadas pela própria comunidade. O levantamento etnográfico buscou identificar tanto os elementos da cultura material, como as vestimentas, artefatos/objetos associados a Roda de São Gonçalo, quanto as representações da cultura imaterial, como os passos de dança e as músicas. Deste modo, almeja-se com o prosseguimento das pesquisas na área, contribuir para elaboração do inventário cultural do Território Quilombola das Lagoas⁸.

HISTÓRICO DA RODA DE SÃO GONÇALO NO BRASIL

Realizada em Portugal desde o século XIII, as festas dedicadas a São Gonçalo⁹ chegaram ao Brasil no início do século XVIII, com os fiéis do santo de Amarante. Sendo realizadas no interior das igrejas de São Gonçalo, em 10 de janeiro, data de sua morte em 1259. Em Portugal, o festejo era chamado de Festa das Regateiras, pois era grande a participação de mulheres que queriam se casar (SANTOS, 2009).

A Roda de São Gonçalo talvez possa ser descrita como uma dança com ação religiosa, uma oferenda litúrgica. Sendo que as promessas não eram só para moças que queriam casar, mas também para os enfermos, especialmente do estomago e ventre (PELLEGRINI, 1990).

Segundo Câmara Cascudo, as primeiras aparições da Roda de São Gonçalo do Amarante no Brasil aconteceram na cidade de Salvador, em janeiro de 1718. A festa de São Gonçalo acontecia dentro da igreja, onde a dança era acompanhada por guitarras e gritarias de frades, mulheres,

fidalgos, escravos, num “saracoteio delirante” (CASCUDO, 1969); no final os bailarinos tomaram a imagem do santo do altar e dançaram com ela. Logo após distúrbios ocorridos em Salvador, em decorrência da realização das festas do santo de Amarante, Vasco Fernandes César Menezes, proibiu a dança de São Gonçalo na região.

Nuno Marques Pereira, governador da cidade de Salvador, presenciou várias vezes festas em honra a São Gonçalo, que aconteciam nas ruas da cidade. Segundo seus relatos, era comum ver, homens brancos, mulheres, meninos e negros com violas, pandeiros e adufes, em grande algazarra dando vivas e revivas ao santo. Por isso mandou proibir a prática, com graves penas aqueles que se achassem em semelhantes festas tão desordenadas.

A popularidade de São Gonçalo, e da festa em sua homenagem, tomou dimensões inesperadas. Para além de uma dança proibida, se tornou nome de municípios espalhados por alguns estados do Nordeste, e suas imagens eram cultuadas em muitas casas e igrejas no interior nordestino.

São mais comuns, duas maneiras de reproduzir o santo violeiro. São Gonçalo do Amarante representado à moda das vestimentas camponesa portuguesa da época, ou seja: calção preso pouco abaixo do joelho, meia preta, bota braguesa (para andar em local úmido), chapéu na cabeça, capa azul nas costas e viola na mão¹⁰ (SANTOS, 2009). Esta representação (Figura 1) de São Gonçalo é a mais popular entre os grupos que fazem os folguedos em honra ao santo, por ser uma imagem mais descontraída.

Já a imagem normalmente encontrada nos templos é a de São Gonçalo Padre. Sendo o santo representado de batina, crucifixo no pescoço, chapéu de padre, sapatos (que não eram sapatos comuns, pois tinham pregos que furavam seus pés e serviam de penitência durante a celebração de sua missa, onde cantava, tocava e dançava) e sem viola (Figura 2).



Figura 1: Imagem de São Gonçalo - Violeiro. Autoria: Alencar Amaral, 2018.



Figura 2: Imagem de São Gonçalo - Padre. Autoria: disponível em <https://igrejasaogoncalo.weebly.com> acessado 20/06/2018.

RODA DE SÃO GONÇALO NA COMUNIDADE LAGOA DAS EMAS

No que concerne a transformação da Roda de São Gonçalo, esta pesquisa visa descrever etnograficamente as Rodas de São Gonçalo que ocorrem na comunidade Lagoa das Emas; uma comunidade quilombola localizada no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara, a 18km da cidade de São Raimundo Nonato – PI. Importante ressaltar que o território Lagoa das Emas faz parte do complexo quilombola das Lagoas (Figura 3). Uma comunidade grande, com aproximadamente 1.200 famílias, todas descendentes da família Marques, que foram os primeiros que chegaram à comunidade rural, cuja renda familiar vem da agricultura e pecuária. Salienta-se que o processo de reconhecimento do Território Quilombola das Lagoas se inicia na fazenda São Victor¹¹, uma comunidade que atuou significativamente nesse processo de reconhecimento do território.

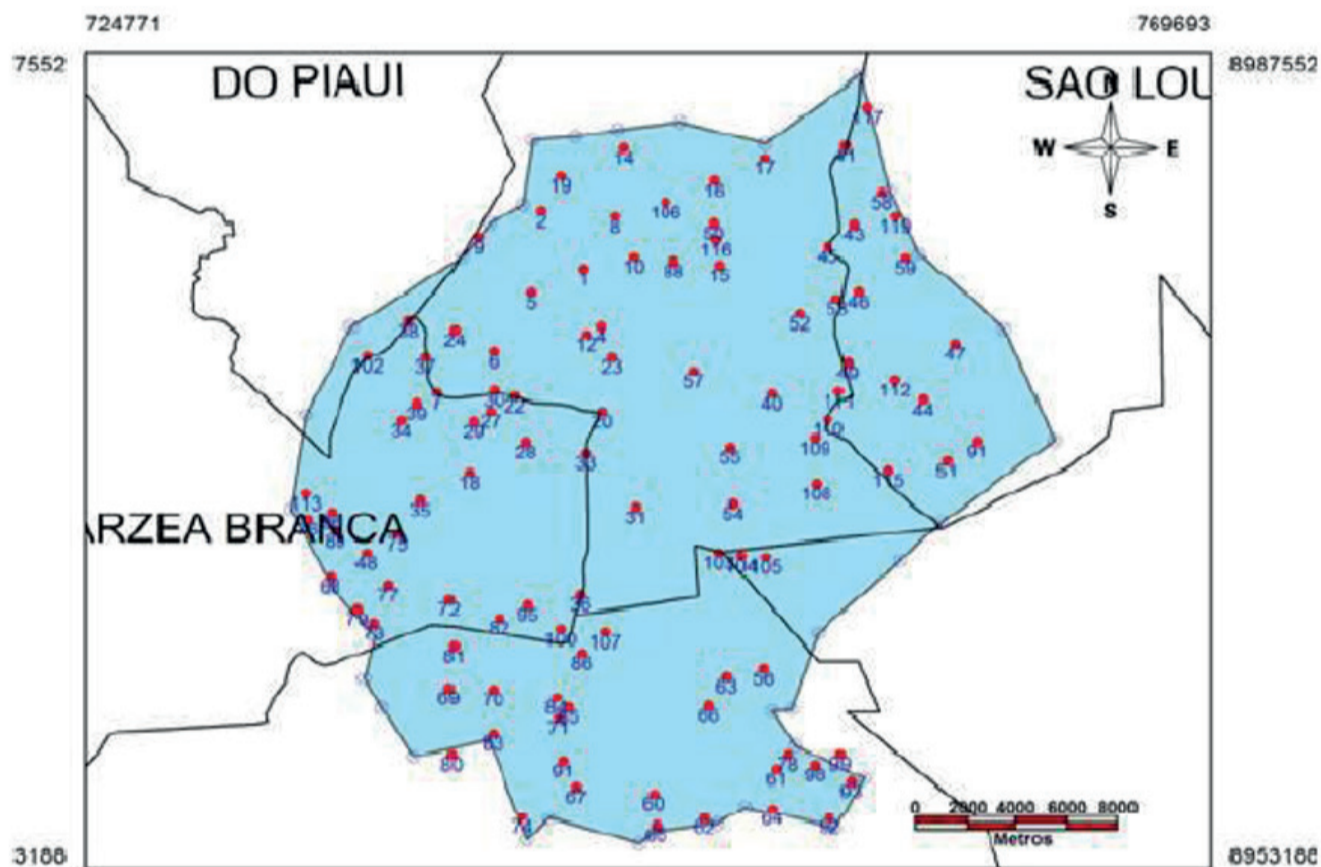


Figura 3: Cartograma do Território Quilombola das Lagoas. Fonte: RITD-IN CRA, 2010.

A ocupação da área onde atualmente está instalada a comunidade de Lagoa das Emas teria se iniciado com a vinda de José Pereira dos Bons Olhos¹², o primeiro morador da localidade, que teria construído a barragem que deu o nome a comunidade Lagoa das Emas¹³. Segundo os relatos orais, José Pereira foi um grande agricultor, e cultivava de tudo um pouco (milho, feijão, abóbora, mandioca até mesmo arroz), e após a colheita vendia os alimentos na feira que acontecia na cidade de São Raimundo Nonato. A fertilidade das terras em Lagoa das Emas fez com que crescesse a procura por terrenos no local, e assim, pessoas vinham de outros locais atraídos pela possibilidade de grande fartura na agricultura.

Atualmente a comunidade Lagoa das Emas pode ser caracterizada como um núcleo populacional rural dentro do Território Quilombola das Lagoas¹⁴. Além da Roda de São Gonçalo, estão presentes na comunidade outros tipos de manifestações culturais, como a capoeira de quilombo, dança afro e o reisado.

Segundo relato dos moradores, a Roda de São Gonçalo se iniciou na comunidade com o

mestre Jose Pereira dos Bons Olhos, que saiu da localidade Moisés¹⁵ e fez morada na Lagoa das Emas. Ele teria ensinado a prática do folguedo para seus filhos Raimundo Pereira Marques e Raimunda Pereira Marques, atualmente os mais velhos da comunidade. Dona Raimunda tem 85 anos, é uma figura de grande admiração e respeito na comunidade sendo a matriarca da família Marques. Foi uma das principais cantoras da festividade na região, mas atualmente, devido sua idade e sua saúde um pouco debilitada, não participa mais das rodas, porém ensinou os cantos para muitas mulheres da comunidade, principalmente para suas filhas.

Raimundo Pereira Marques, 75 anos, é mestre da Roda de São Gonçalo. Iniciou-se no folguedo ainda muito jovem com seu pai José Pereira Bons Olhos, apenas como dançarino, mais por sua vontade e persistência se tornou mestre, cargo que ocupa há mais de 30 anos. Ele já realizou oficinas para ensinar as crianças da comunidade como deve ser a Roda de São Gonçalo. Foi o responsável por treinar e ensinar o mestre Zacarias Santos.

Zacarias Santos e Raimundo Marques são os atuais mestres de Roda de São Gonçalo em Lagoa das Emas e, junto com as cantadeiras, são os responsáveis por manter a tradição viva na comunidade, fazendo as rodas com certa frequência. Como o dia do São Gonçalo do Amarante é 10 janeiro os mestres procuram realizar a Roda nessa data, porém, como São Gonçalo também é um santo casamenteiro, se faz a dança em outras datas para moças solteiras conseguirem um esposo ou para se pagar uma promessa.

Mestre Raimundo Marques, costuma dizer que não tem uma quantidade definida de participantes na roda de São Gonçalo. Começando a Roda todo mundo dança, do mais novo ao mais velho, é um folguedo democrático e como quase todos da comunidade idolatram o santo, toda vez que é realizada, a Roda se transforma em uma verdadeira festa comunal.

RESULTADOS

Em Lagoa das Emas, a Roda de São Gonçalo não tem lugar certo para acontecer, chamando o mestre e os dançarinos a dança ocorre em qualquer lugar. Porém, é importante que o local para que a Roda aconteça seja amplo e tenha espaço, pois geralmente são muitos os dançarinos. A única preferência é que a dança seja feita no fim da tarde ou no começo da noite, quando o Sol esteja menos abrasador e as comemorações possam se estender após o término da homenagem ao santo. Quando a Roda é encerrada, as músicas e danças populares, como o forró, começam a ser executadas pelos próprios músicos e dançarinos que compõem o folguedo.

Mestre Raimundo deixa claro que enquanto viver vai guiar a Roda de São Gonçalo. Sua devoção ao santo é admirável. Ele relata que já realizou o folguedo em vários lugares para além da comunidade; já dançou em Teresina, Bonfim do Piauí, no Museu do Homem Americano e quer continuar levando essa tradição para outros lugares.

Importante salientar que a dança em Lagoas das Emas sofreu um processo de modificação. Há mais de 70 anos que ela ocorre no local, sofrendo assim alterações no tempo, até porque não se tem cultura imóvel e estática, ela se modifica, porém, não perdendo seu caráter festivo de fé. As modificações ocorreram nas cantigas, alguns passos da dança, nos arcos e indumentárias utilizadas (SILVA, 2017).

A Roda de São Gonçalo atual pode ser pensada como um elemento catalisador da coletividade e resistência negra na comunidade de Lagoa das Emas. Como problematizado por Lima (2011), as manifestações culturais são elementos formadores de uma coletividade, podem se apresentar e serem abordadas, nas formas mais diversificadas dentro das perspectivas arqueológica,

antropológica e histórica. Além disso, por serem elementos geridos e gestados em um território quilombola, essas manifestações culturais também podem ser entendidas como uma expressão de resistência ao sistema escravocrata, que buscava desumanizar e reprimir a fé, a criatividade e a alegria das pessoas submetidas à escravidão.

Deste modo, na comunidade quilombola de Lagoa das Emas, a Roda de São Gonçalo auxilia na construção e manutenção tanto do sentimento de comunidade, quanto de valorização da ascendência negra. Porque, apesar de nem todos os membros da comunidade dançarem ou atuarem efetivamente para a execução da roda, a grande maioria participa, mesmo como espectador ou público que, ocasionalmente, ajuda a cantar e bater palmas para marcar o ritmo ou estimular os dançarinos. Assim, tudo isso remete a coletividade e afetividade que se manifestam durante a Roda de São Gonçalo.

No que tange aos instrumentos musicais utilizados na Roda de São Gonçalo são eles violões, sanfona, pandeiro, triângulo e zabumba (Figuras 4 e 5). Os instrumentos são poucos, há apenas uma sanfona, um pandeiro, um triângulo e uma zambumba, que não pertencem ao grupo de São Gonçalo. Todos os instrumentos pertencem a associação de moradores e estão disponíveis e são utilizados por outros grupos culturais da comunidade como, por exemplo, grupo de capoeira ou de dança afro.



Figura 4: Zabumba, Sanfona e pandeiro. Autoria: Vanderléia Silva, 2017.



Figura 5: Zabumba, Sanfona e Triângulo. Autoria: Vanderléia Silva, 2017.

Alguns grupos que dançam em homenagem a São Gonçalo têm indumentárias específicas para apresentação na Roda, o que hoje em dia não é observado em Lagoa das Emas. Segundo os dançarinos da comunidade, antigamente se tinha uma indumentária específica, se referindo as roupas coloridas que eram utilizadas apenas para a realização do folguedo, porém, com o tempo as roupas foram ficando velhas, se perdendo e eles não tiveram condições financeiras de substituí-las. Atualmente se dança com roupas do dia a dia (Figura 6), porém as mulheres procuram dançar com saias coloridas para dar mais movimentos aos passos (Figura 7).

A estátua de São Gonçalo do Amarante normalmente utilizada nas Rodas da Lagoa das Emas é aquela que representa a imagem do santo camponês com viola, sendo sempre colocada em um altar defronte aos dançarinos. Porém, o mestre Raimundo conta que a imagem do santo é importante, mas não fundamental para a realização da festa, sendo que ele já fez muitas jornadas sem o santo, pois, “o que vale mesmo é a fé”.

A representação do santo tem cerca 30cm, é feita de gesso e pintada de tinta acrílica, nas cores rosa, vinho, preto, castanho claro, verde e prata, sendo pouco detalhada e com marcas de desgaste causadas pelo tempo (Figura 8). O santo pertencia a mãe de Dona Mercês, que morava na comunidade do Boi Morto, sendo a única imagem disponível nas proximidades e por isso está sendo utilizado pelo grupo do mestre Raimundo, porém o santo está de posse da Dona Mercês. Talvez a existência de uma única imagem na comunidade e as limitações financeiras para conseguir outras imagens, expliquem o fato do senhor Raimundo informar que já realizou muitas Rodas sem a presença da estátua do santo de Amarante.



Figura 6: Vestimenta masculina. A autoria: Vanderléia Silva, 2017.



Figura 7: Vestimenta Feminina. A autoria: Vanderléia Silva, 2017.



Figura 8: Imagem de São Gonçalo do Amarante utilizada na Roda em Lagoa das Emas. Autoria: Vanderléia Silva, 2017.

Entre as alegorias utilizadas na Roda de São Gonçalo destacam-se os arcos feitos por cipós (Figuras 9 e 10). Segundo mestre Raimundo, esses são os elementos mais importantes para composição da roda, pois todos os passos se dão com a junção dos arcos. O cipó de cesto, como é conhecido popularmente, é uma planta encontrada na caatinga e é coletado no próprio território quilombola, sendo também utilizado para fazer artesanato, como cestos, esteiras e chapéu. O responsável pela coleta é o mestre Raimundo, e geralmente o cipó é recolhido horas antes da roda acontecer.



Figura 9: Coreografia com os arcos de cipó. Autoria: Vanderléia Silva, 2017.



Figura 10: Evoluções com arcos de cipó para alto. Autoria: Vanderléia Silva, 2017.

Ao descrever os artefatos, pode-se observar o valor simbólico que cada um deles possui, bem como a sua ação social, o sistema de cooperação e as redes de solidariedade que existem dentro da comunidade. Já que o grupo de São Gonçalo não possui os próprios instrumentos e o santo é de uma moradora da comunidade vizinha, pode-se perceber um sistema de trocas e compartilhamento de bens acontecendo, com a finalidade de viabilizar a execução da roda, demonstrando o papel da Roda de São Gonçalo como elemento aglutinador e promotor das relações sociais e dos vínculos comunitários entre os moradores do Território Quilombola das Lagoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desse trabalho espera-se que o material audiovisual produzido com a colaboração dos moradores possa também ser um instrumento na luta pela demarcação das terras do território do quilombo e valorização do patrimônio cultural local. Também é relevante frisar que o material possibilita ações futuras vinculadas aos processos de musealização, preservação e registro junto ao IPHAN, desse bem patrimonial que é a Roda de São Gonçalo.

Nossas expectativas foram superadas, visto que, para além de uma pesquisa que visava classificar objetos através de um levantamento etnográfico, o trabalho foi se enveredando pela Arqueologia Pública e colaborativa, possibilitando que o objeto de estudo não se limitasse apenas a Roda de São Gonçalo. Foi essencial à pesquisa incluir as pessoas que fazem parte da roda, e com isso, construir um sentimento de pertencimento, assim como uma responsabilidade afetiva de como a história do folgado está sendo escrita pela comunidade de Lagoa das Emas.

A própria comunidade acolheu o projeto e os questionamentos da pesquisa foram sanados. Acredita-se que isso só aconteceu por terem sido utilizados os preceitos teóricos e metodológicos atinentes a uma arqueologia socialmente engajada, que vai além dos nossos desejos e objetivos como pesquisadores e que considera as demandas e necessidades das pessoas que colaboram com a pesquisa. Neste mister, o emprego e aceitação da “multivocalidade” não apenas enquanto um conceito, mas sobretudo como uma *praxis* acadêmica capaz de dirimir as assimetrias entre “observador e observado”, nos auxilia a extrapolar os procedimentos e objetivos clássicos da “observação participante”, e nos aproxima construção de uma Arqueologia verdadeiramente

pública e colaborativa.

Portanto, compreender que o processo de memória coletiva e construção da roda de São Gonçalo não se limita a comunidade Lagoa das Emas, mas sim a todas as comunidades que pertencem ao Território Quilombola das Lagoas, é um desafio a ser encarado com a continuidade dos trabalhos junto às comunidades.

Assim, publicizamos nesse artigo, e também na monografia do qual esse trabalho se origina (SILVA, 2017), nossa admiração e respeito por todos aqueles que se dispuseram a colaborar com esta pesquisa e compartilhar suas histórias e saberes. Sendo essa não apenas mais uma forma de agradecer a todos, e tentar romper as distâncias que separam a academia e as pessoas que nem sempre têm acesso ao ensino formal, como também de firmar nosso compromisso com a continuidade dos trabalhos colaborativos e com as pessoas dessa comunidade.

REFERÊNCIAS

- AGROSINO, M. *Etnografia e observação participante*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ALMEIDA, F.A. *Terra de quilombo: Arqueologia da Resistência e Etnoarqueologia no território Mandirá, município de Cananéia/SP*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 2012.
- ASSIS, N. P. D. *Projeto de Extensão Patrimônio Cultural e Turismo Comunitário em áreas quilombolas: o sítio arqueológico e paleontológico Lagoa de São Vitor sob a ótica da ciência e da sabedoria popular*. Edital PIBEX, Petrolina, Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2013.
- BORBA, M. F. *Arqueologia da Escravidão numa vila litorânea: vestígios negros em fazendas oitocentistas de São Francisco do Sul (Santa Catarina)*. Dissertação (Mestrado Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural), Programa de Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille), Joinville, 2013.
- CARVALHO, A. V; FUNARI, P. P. A. Arqueologia e Patrimônio no século XXI: as perspectivas abertas pela Arqueologia Pública. In: *Anais do III Encontro de História da Arte*. Campinas: IFCH/ UNICAMP, 2007.
- CASCUDO, L. da C. *Dicionário do Folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: MEC, 1969.
- FALCÃO, C. R. *A Dança de São Gonçalo da Mussuca*. Rio de Janeiro: UNl revista. v. 1, n. 3, 2006.
- FUNARI, P. P.; OLIVEIRA, N. V.; TAMANINI, E. Arqueologia Pública no Brasil e as Novas Fronteiras. *Praxis Archaeologica* 3, p. 131-138, 2008.
- GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora S.A, 1989.
- HODDER, I. *Archaeological Process: An Introduction*. Oxford: Blackwell, 1999.
- LEMOS, C. M. *Se me der licença, eu entro; se não der, eu vou embora: Patrimônio e Identidade na comunidade quilombola Chacrinha dos Pretos (Belo Vale/MG)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

LAPLANTINE, F. *A descrição Etnográfica*. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LIMA, T. A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v.6, n. 1, jan-abr, pp. 11-23, 2011.

MARCONI, M. A; PRESOTTO, Z. M. N. *Antropologia: uma introdução*. São Paulo: Atlas, 1992.

PELLEGRINI, A. *Folclore Paulista*. São Paulo: Cortez, 1990.

SHANKS, M.; HODDER, I. Processual, post processual and interpretative archaeologies. In: Hodder, I. et al (ed). *Interpreting Archaeology: Finding Meaning in the Past*. Londres: Routledge, p. 3-29, 1995.

SANTOS, G. *Cultura Popular e Tradição oral da festa de São Gonçalo*. Salvador: Beira Rio, 2009.

SILVA, V. L. *Arqueologia pública, memória e valorização do patrimônio cultural em um território quilombola: estudo de caso da Roda de São Gonçalo na comunidade Lagoa das Emas, São Raimundo Nonato – PI*. Monografia. Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), São Raimundo Nonato-PI, 2017.

VIANNA, L. R. Patrimônio imaterial: legislação e inventários culturais. A experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular. In: *IPHAN. Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectiva*. Rio de Janeiro: Iphan; CNFCP, p.15-25. (Série Encontros e Estudos, n. 5), 2006.

VIEIRA, B. V. F. *O Sítio “Lagoa de São Vitor” sob a ótica da arqueologia da paisagem: Cultura material e marcos paisagísticos (sudeste do Piauí)*. Monografia, Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), São Raimundo Nonato-PI, 2015.

NOTAS

¹ Artigo originalmente publicado na Revista Noctua, v.3, n.1: 46-61, 2018.

² Graduada em Arqueologia pela Univasf, e-mail: vanderleia.arqueo@gmail.com

³ Professor dos colegiados de Graduação e Pós-Graduação em Arqueologia da Univasf, e-mail: alencar.amaral@univasf.edu.br

⁴ O pós-processualismo faz uma reflexão crítica acerca das dicotomias que foram estabelecidas até então na arqueologia, e exclui ideias tais quais sujeito e material; material e imaterial; história e ciência, admitindo assim que esses parâmetros não podem ser separados, sendo eles constituintes de um todo é nesse caminho que se dá a ruptura hierárquica entre saber científico e saber popular, sendo que ambos os saberes são relevantes para a construção dos discursos e pertencentes a uma mesma coisa (SHANKS & HODDER, 1995).

⁵ O termo quilombo foi ressemantizado, entrando para o texto constitucional com dispositivos legais correspondentes, inicialmente, definido como direito à terra como suporte de residência e sustentabilidade, em núcleos populacionais compostos majoritariamente – não exclusivamente – de afrodescendentes, como define a CF/88, artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias-ADCT. Em seguida, como conjunto de ações no âmbito de políticas públicas na perspectiva de ampliação de cidadania, em várias dimensões. Assim define a CF/88, no título I Direitos e Garantias Fundamentais, Título II, cap. II – dos direitos sociais; 3/ quilombo como conjunto de ações protetivas às expressões e manifestações culturais específicas, como estabelece a CF/88, em seus artigos 214 e 215, que versam sobre patrimônio cultural brasileiro (LEMOS, 2014).

⁶ Programa de Educação Territorial, São Raimundo além dos 100 anos.

⁷ A descrição etnográfica pode ser definida como a transcrição das culturas possibilitada pela atividade de observação; é, antes de tudo, “escrever o que vemos” (LAPLANTINE, 2004, p. 10). Praticar a Etnografia é elaborar uma descrição mais densa sobre o que um grupo de pessoas faz e o significado desses atos para elas, considerando o contexto em que vivem (GEERTZ, 1989). Segundo Laplantine (2004, p. 20), a descrição etnográfica vai além da percepção exclusivamente visual, pois mobiliza “a totalidade da inteligência, da sensibilidade e até da sensualidade do pesquisador”. A Etnografia é, antes de tudo, uma imersão total, um mergulho em outra cultura, em que se deve compreender uma sociedade, não nas suas evidências exteriores, mas nas significações que os indivíduos expressam por meio de seus próprios comportamentos (LAPLANTINE, 2004).

⁸ O termo inventário significa encontrar, tornar conhecido, identificar, e, portanto, descrever de forma acurada cada bem considerado, de modo a permitir a sua adequada classificação. Já a referência cultural é usada como identificação indireta de algo por meio de fato, objeto ou personagem conhecido, alcunhada com o objetivo de apresentar realidades como os valores e as significações enraizados nas práticas sociais, que ademais de intangíveis/imateriais, muitas vezes, não chegam a ser explicitados ou nem mesmo afloram à consciência dos atores sociais (VIANNA, 2006).

⁹ São Gonçalo foi um frade que para evitar o crescimento da prostituição na cidade de Amarante em Portugal, saía com sua viola na mão dançando e cantando, interagindo com as mulheres de forma que assim elas não tomassem o caminho da vida devassa. O culto a esse santo português foi permitido pelo papa Júlio III, 24 de abril de 1551.

¹⁰ A justificativa encontrada para a representação do Santo com estas vestes, deve-se a construção de uma ponte na região onde viveu, pois São Gonçalo trabalhava na construção da ponte e depois ia tocar viola para a conversão dos “pecadores”.

¹¹ Fazenda escravista, com sítios arqueológicos e paleontológicos (ASSIS, 2013).

¹² José Pereira dos Bons Olhos, fundador e primeiro mestre de São Gonçalo foi quem introduziu a dança na comunidade.

¹³ Conta-se que esse nome foi escolhido, pois na barragem existiam várias seriemas.

¹⁴ “Território Quilombola das Lagoas”, em alusão a grande quantidade destas na região. Desse modo, pode-se perceber a importância e a influência desse ambiente no que diz respeito não só ao meio natural, mas também cultural (VIEIRA, 2015:32).

¹⁵ Comunidade quilombola que faz parte do Território Quilombola das Lagoas.

CAPÍTULO 5

OBJETOS DE MEMÓRIA: ANÁLISE DA COLEÇÃO DA “DONA VANI” E “SEU VALDOMIRO” ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA

Thor Gabriel Martins¹

Alencar de Miranda Amaral²

INTRODUÇÃO

Para entrar num contexto macro em que esse trabalho se encontra é preciso entender que por muito tempo na região que engloba o Parque Nacional da Serra da Capivara, os estudos arqueológicos ou de outras áreas do conhecimento histórico escolheram focar seus esforços de registro e entendimento em algumas partes e comunidades específicas da região, esse fato não diminui o mérito desses trabalhos. É evidente que os estudos precisavam começar de algum lugar e é muito improvável que vários pesquisadores atualmente estivessem sequer cientes da existência desse contexto ou até mesmo dessa região se não fossem esses primeiros trabalhos que trouxeram essas pesquisas e questionamentos para essa localidade.

Mas enquanto algumas narrativas foram escolhidas para destaque, outras continuaram sendo inexploradas, isso é um desperdício de contextos e materiais que podem e deveriam ser estudados. Além disso, visto que o encobrimento da história das pessoas que viviam e vivem nesse local é algo desnecessário. A partir do início das atividades da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) ficou evidente que temos literalmente no entorno do *campus* e nas cidades circunvizinhas, um acervo de cultura material e imaterial tão grande e de fácil acesso quanto aquele disponível nos limites do Parque Nacional Serra da Capivara e Serra das Confusões. Além de um vasto campo de narrativas e conhecimentos orais de pessoas que não só viveram essa história como são parte dela.

Este trabalho irá explorar essas narrativas mostrando como esse contexto é complexo e intrigante, usaremos para essa pesquisa a cultura material e narrativas orais elaboradas pelos residentes dessa área não associada as pesquisas na Serra da Capivara. Mais especificamente pautaremos nossas análises no estudo de caso dos objetos e memórias generosamente compartilhados conosco pela Dona Vani e Seu Valdomiro, moradores do bairro da Ingazeira do município de São Raimundo Nonato-Piauí (SRN), localizado nas proximidades da Univasf, *campus* Serra da Capivara. Pedimos e usaremos as informações e objetos que eles acharem relevantes para que possamos entender a sua história, e assim integrar mais a universidade com a comunidade ao seu redor, fortalecendo assim a troca de conhecimento e os laços entre ambas, e ao mesmo tempo diversificando e popularizando a ideia de patrimônio, ao torná-la mais abrangente e acessível para os não familiarizados com esta área de pesquisa, mostrando que esses objetos são importantes para seus proprietários para eles também são patrimônio, pois são objetos de história e memória.

Pela própria natureza desse estudo, que é a não imposição de uma visão exterior a um contexto já existente, se mostra indispensável o uso da fonte oral, além da análise da cultura material que foi escolhida pelos próprios residentes e a colaboração direta dessas pessoas para que assim elas próprias possam nos contar a sua história. Que será mostrada através das memórias afetivas compartilhadas pelos mesmos, utilizando dos objetos que foram escolhidos e pelos quais existe essa relação afetiva. Assim, podemos entender e transmitir a história que nos foi apresentada, cuja narrativa é diferente da acadêmica tradicional.

Essa é a diferença desse trabalho em relação a outros feitos por pesquisadores que não estão inseridos no contexto que estão estudando. Ao invés de criar uma narrativa, a finalidade é registrar e reproduzir a narrativa que essas pessoas possuem sobre elas mesmas, isso sendo fruto de uma visão mais voltada ao entendimento contemporâneo do papel da memória e mais realista sobre sua influência na sociedade, já que progressivamente, o indivíduo vê a si mesmo e o mundo em que está inserido se distanciando cada vez mais da antiga busca por uma realidade histórica independentemente do sujeito. A verdade é vista então como uma construção cultural (MÉTIS, 2007, p. 34-35).

Abaixo, para melhor entendimento do objetivo e dos resultados obtidos, falarei sobre a metodologia utilizada e darei alguns exemplos dos resultados obtidos, em algumas das peças que foram abordadas³, concluirei com o resultado final da pesquisa.

METODOLOGIA

O plano metodológico do trabalho se baseia em duas ações separadas, primeiro a análise dos componentes físicos dos materiais, e segundo a análise dos materiais pela perspectiva dos sentimentos invocados pelas memórias criadas pelo uso desses objetos por Dona Vani e Seu Valdomiro, a coleta desses dados serão também diferentes nos dois casos. No primeiro, foi feita pela observação e uma pesquisa da origem do objeto, já a parte das memórias foi registrada em reuniões com Dona Vani no qual através de entrevistas abertas me foi relatado essas memórias e seus significados assim como entendidos por ela e seu marido.

A BIOGRAFIA AFETIVA DOS OBJETOS

Neste capítulo abordaremos as histórias que me foram narradas por Dona Vani e Seu Valdomiro, as dividirei por cada objeto que me foi apresentado. Tudo escrito aqui me foi relatado por Dona Vani e Seu Valdomiro em nossos encontros, nas conversas que tivemos focamos nos utensílios que foram preservados por eles, e nas memórias e sentimentos que eles evocam.

Ferro de passar a carvão

Segundo a Dona Vani o ferro (Figura 1) foi comprado em uma bodega na cidade, era usado tanto para passar roupa de sua família quanto para ganhar dinheiro ao passar as trouxas de vestimentas de outras famílias ou clientes. Era um trabalho interminável que se estendia dia sim e dia não e que tinha que ser feito pela maior parte do dia para que pudesse tanto prover a sua família com as roupas necessárias para seguir com suas vidas como para atender a demanda dos clientes. Dona Vani demonstra gostar muito do seu antigo ferro, o chamando de seu “guerreiro”; lembra-se dele e o guardou por ter um forte sentimento de gratidão com o objeto que a ajudou

tantas vezes a ganhar o pão de cada dia. O sentimento é tão forte que o guarda dentro de casa, para que se preserve a memória do auxílio que ele prestou para ela; o sentimento em geral pelas peças tem igual origem de afeto, um sentimento que nasce das horas em que passaram juntos e o papel que desempenharam para a sobrevivência de sua família. Entretanto isso não é o bastante para que ela sinta falta ou saudade do trabalho que tinha que fazer com ele, ficando muito feliz por ter passado por isso e não precisar fazê-lo de novo, e nessa questão há uma quebra entre o sentimento pelo objeto em contraste ao sentimento do passado. Enquanto o objeto foi a ferramenta da manutenção da sua própria existência, o próprio contexto em que vivia era o que ameaçava essa mesma existência.



Figura 1: Ferro de passar carvão. Fonte: (MARTINS, 2019, p. 29)

Marreta e Pegador

Esses objetos (Figura 2 e 3), mesmo que diferentes, e com funções diferentes, têm uma memória parecida porque Dona Vani e Seu Valdomiro os utilizaram para o mesmo objetivo que era o de quebrar pedras encontradas no chão do bairro da Ingazeira, que seriam vendidas em potes para serem usadas em construções. Inclusive, eles teriam vendido “britas” para a construção dos prédios da Univasf e do Museu do Homem Americano. O pegador segurava a pedra enquanto a marreta a despedaçava, e os potes de britas eram vendidos inicialmente por 50 centavos cada; o preço foi aumentando durante os anos até chegar a 3 reais, quando parou de vender por não haver mais essa demanda. Essa atividade era a que mais dava dinheiro para a subsistência da família; Dona Vani lembra que com a venda da brita dava para fazer uma feira (comprar as comidas necessárias para um mês todo). Assim, tal trabalho possuía um papel central em suas vidas, era uma atividade que, como o passar de roupa, era feita todo o dia, o dia todo, e desse modo tinha uma enorme importância no seu cotidiano.



Figura 2: Marreta. Fonte: (MARTINS, 2019, p. 34).



Figura 3: Pegador. Fonte: (MARTINS, 2019, p. 35).

Entretanto não há uma ligação emocional tão forte assim entre Dona Vani e Seu Valdomiro e essas ferramentas. Mesmo reconhecendo sua importância eles também se lembram da dor de quebrar essas pedras, os joelhos doíam, as lascas afiadas voavam e machucavam seus corpos e a poeira que entrava nos seus olhos, que os fizeram criar óculos para se protegerem, algo que fez com que a ligação emocional fosse muito menor nesse par de objetos em comparação a maioria, mas é importante lembrar que ainda existem mesmo sendo relacionados com dor, Dona Vani os guarda como um agradecimento por terem ajudado dar comida para a sua família. O pegador inclusive, foi inventado nessa comunidade, feito com borracha, madeira e pedra é único para essa comunidade por ter sido inventado por eles. Todavia, isso não aumenta o apreço que Dona Vani tem por esse objeto, mas nos diz muito de como eles eram inventivos e implacáveis na sua busca por sobrevivência, não só aguentavam tudo como criavam caminhos onde antes não existiam, e como a cultura material se transforma para atingir o patamar estabelecido pelas condições de sobrevivência existentes nesse contexto.

Ralo

O ralo (Figura 4), como é chamado o ralador nessa região, era mais comumente usado para ralar mandioca para virar o ingrediente básico de alimentos como beiju (tapioca), farofa e farinha; nele também era ralado coco para se fazer doce. Esse objeto foi feito pela Dona Vani e pelo Seu Valdomiro, e era fabricado com um pedaço de madeira qualquer ao qual era pregado a metade de uma lata de alumínio, que era anteriormente usada para guardar querosene ou chapa de zinco, depois se pegava um prego para se fazer os furos na parte de metal.

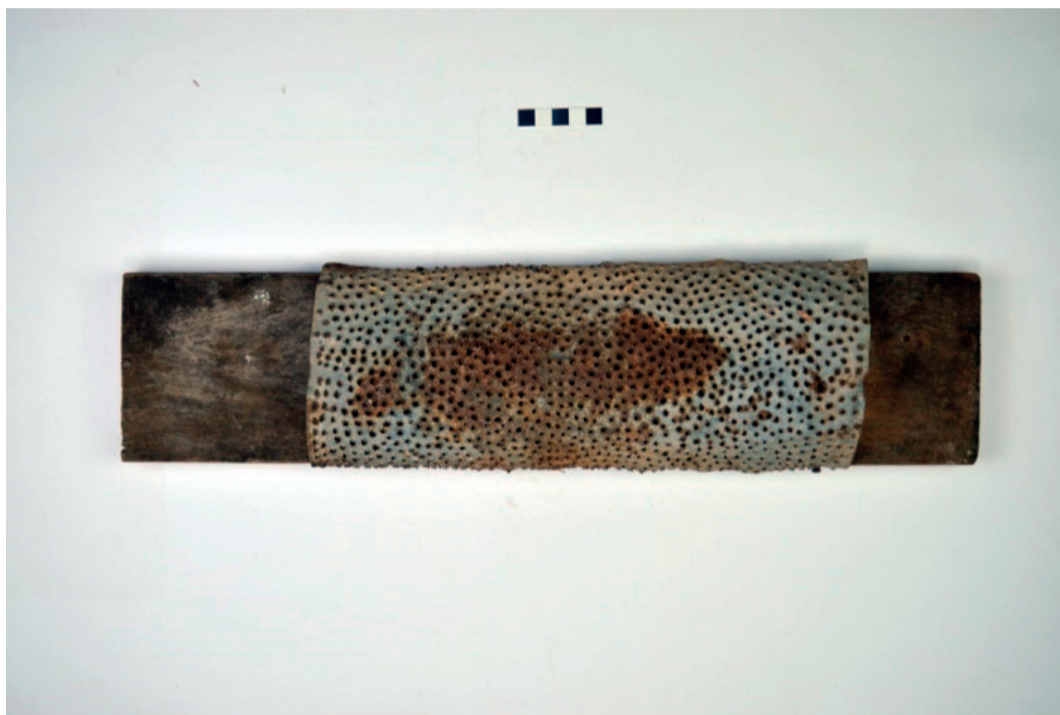


Figura 4: Ralo. Fonte: (MARTINS, 2019, p. 46).

As comidas feitas com esse objeto eram só para a família de Dona Vani, há uma relação emocional com esse objeto, vinda tanto da conexão entre esse artefato e a comida que ela podia prover para sua família, mas não tanto por ser um bem material feito por eles. Não há nesse contexto uma grande diferença entre um objeto que foi construído por eles com um que é simplesmente comprado, era uma simples questão prática, se não tinha como conseguir tal coisa comprando, se fazia. Interessante perceber como as várias partes do processo de fazer a comida eram controladas por eles. Não só a produção do objeto era deles, como a própria plantação da mandioca, a colheita, o preparo com o uso do ralo e o cozimento. Isso demonstra que por viverem com poucos recursos econômicos, Dona Vani e Seu Valdomiro precisaram controlar cada vez mais os meios de produção de seu alimento, por não poder se dar o “luxo” de esperar que outros fizessem certas partes por eles, e como esse controle é feito através da cultura material que quando não existe ou não está disponível deve ser “inventada” ou produzida. Mesmo que nessa situação eles estivessem num cenário econômico que não os ajudava em nada, eles procuravam controlá-lo, pelo menos em certo grau, através de seus esforços com objetos, que muitas vezes eram de sua própria construção.

Moinho

Talvez o objeto de maior valor monetário nessa coleção, foi quase que um “luxo” para essa família. Era uma ferramenta que, diferente de outros objetos que exigiam grande esforço para

serem utilizados, com esse instrumento eles “só” precisavam girar uma manivela. Segundo Dona Vani e Seu Valdomiro, na maioria das vezes, eles acordavam de manhã para utilizá-lo para moer café (que era antes torrado com o açúcar ao estilo da região), milho (para cuscuz), e carne (para paçoca). Anteriormente a aquisição de tal ferramenta, era preciso esmagar esses alimentos com um pilão o que requeria muito mais esforço e por isso foi um dia de grande alegria, segundo a lembrança de Dona Vani, quando finalmente conseguiram comprá-lo. Há uma grande afeição por parte de Dona Vani com esse moinho (Figura 5), mesmo sem mais utilidade, ele ainda é guardado por ser a personificação dessas “facilidades” que Dona Vani tinha ao empregá-lo e também como um aviso do começo da melhora dos tempos, utilizado na maioria das vezes de manhã para se fazer cuscuz e outras coisas, mas não possuía um momento muito fixo para utilizá-lo, por que a maioria dos seus produtos não tinham um horário rígido para serem requisitados, por não exigir tanto fisicamente de seu usuário ganhou um apreço maior por ser um dos poucos cuja memória não trazem algum tipo de sentimento de dor junto ao ser evocada, assim, quase só possui aspectos bons na memória de Dona Vani. Mas ele não era mais necessário que os outros objetos para a sobrevivência da família, entretanto, sem pedir muito em troca, mostrando assim que nem sempre a agência da memória afetiva é igual a real importância do objeto para fins de sobrevivência ou subsistência, mesmo que seja necessário que ele tenha desempenhado um papel na vida deles, para que se tenha o laço emotivo, as características envoltas no ato de utilizá-lo é o que decide o sentimento que será evocado ao se lembrar da ferramenta em si.



Fig.5: Moinho. Fonte: (MARTINS, 2019, p. 43).

Chapa

Esta chapa de ferro (Figura 6) servia como o fogão daqueles “tempos ruins”. Era preciso colocar um apoio de tijolos para segurar a chapa e o fogo era colocado embaixo. Essa ‘montagem’ tinha que ser feita toda hora, por ser necessária para qualquer preparação que exigisse uma panela quente. A chapa também foi comprada em uma bodega. Há sim uma relação forte de sentimento entre Dona Vani e esse fogão, que se dá mais por ele fazer uma comida com um gosto muito bom. Nele, como já dito antes, Dona Vani diz que a comida ficava melhor do que a de hoje em dia. Essa ferramenta, como as outras, foi abandonada depois da chegada de um fogão a gás, mas foi

guardada pelas memórias ainda existentes que a conectam a esse tempo passado que, mesmo sendo ruim, tinha seus pontos bons, como a comida que era consumida pela família. Sendo assim, o objeto final por onde passava quase todos os elementos que falamos anteriormente era esse, aqui passavam por seu último processo antes de serem consumidos. Se a vida de Dona Vani era trabalhar com suas ferramentas para conseguir produzir os alimentos para sua subsistência e de sua família, esses alimentos eram criados para serem cozidos ali, essa era a etapa final na produção da comida que fez eles conseguirem sobreviver aos “tempos ruins”. Assim também, com a ajuda do pilão, eram feitos os remédios que os curavam, sendo assim um elemento extremamente forte nas narrativas ouvidas, sendo um objeto que teve uma importância enorme nessa comunidade como um todo e que através da memória e do sentimento, tem merecidamente seu status como parte dessa coleção.



Figura 6: Chapa. Fonte: (MARTINS, 2019, p. 46).

Roda do carrinho de mão

Não havia muito apego com esse objeto (Figura 7) principalmente por não ter tanta importância assim dentro desse contexto geral, por só ser usado para transporte de algumas coisas como água, barro, terra e lixo, e exatamente por isso não é tão lembrado e também não tão bem guardado, estando bem enferrujado. Se os outros objetos tem um status de importância maior pelo papel que desempenharam na sobrevivência dessa família, esse tem um papel pequeno em comparação, não possuindo então essa valorização, por isso, muito menos que guardado, foi mais deixado num canto sem possuir realmente agência na memória e na narrativa da qual fez parte, mesmo que minimamente. Todavia, é interessante tê-lo nessa lista para ver o contraste entre um objeto que tem mais memória e sentimento conectado com um que tem menos.



Figura 7: Roda do carrinho de mão. Fonte: (MARTINS, 2019, p. 44).

Aros de ferro

Esses objetos (Figura 8) são uns dos mais interessantes porque diferente dos que vieram antes (até mesmo da roda do carrinho de mão), eles não possuem nenhuma memória viva que esteja relacionada a eles, foram completamente esquecidos, e por isso perderam qualquer status que talvez um dia tiveram. Não possuem nenhuma significância real na narrativa dos moradores da Ingazeira. Esse é um exemplo categórico das discussões teóricas apresentadas anteriormente, os objetos ganham força, agência e influência sobre seus donos se são lembrados, mas se não são mais parte da memória, eles perdem qualquer significado que possam ter, se transformando realmente em “quinquilharias” no sentido de não ter um valor real atribuído a ele, mesmo que provavelmente tenham sido usados para segurar as tábuas de um barril, a verdade é que não importa, porque ao deixar o cenário da memória de Dona Vani e Seu Valdomiro eles perdem importância no contexto desse trabalho e só foram trazidos aqui para mostrar o poder que a memória e os sentimentos tem sobre os objetos.



Figura 8: Aros de ferro. Fonte: (MARTINS, 2019, p. 45).

CONCLUSÃO

A noção retratada nesse trabalho e aquela advinda das conversas que tive com Dona Vani e é importante ter em mente que elas mostram uma face de várias a respeito desses objetos, a que foi mais comentada em tais conversas, mas não tem nenhuma razão para que essas interações estejam limitadas as comentadas aqui, Dona Vani tem outros objetos e outras histórias, o que abre uma variedade de maneiras em que a interação dessas pessoas com sua cultura material pode ser vista, a retratada aqui foi a que Dona Vani achou ser a mais relevante para sua história, Dito isso, acredito que, para entender esse ponto de vista e a importância desses objetos é preciso sempre ter em mente que a vida nos tempos aqui retratados era extremamente difícil, e nossos colaboradores viviam nesse complexo contexto, onde esses objetos auxiliavam na sua sobrevivência. Por isso, seus dias eram em sua esmagadora maioria totalmente ocupados com a manutenção da sobrevivência, da luta pelo amanhã, ou seja, pela manutenção e uso dos objetos que proviam a subsistência.

Mas há algumas nuances interessantes nesse sentimento, nem todos objetos são evocados de forma homogênea. Ao mesmo tempo em que Dona Vani sente afeição por seu ferro de passar roupa abastecido por carvão, mesmo após ter passado horas intermináveis a passar roupa tanto de sua família quanto de outras pessoas em troca de dinheiro, de demonstrar certa nostalgia ao lembrar-se de sua confiabilidade e utilidade; entretanto, ela não sente um afeto parecido pela marreta e o pegador que eram utilizados para quebrar pedras. Uma atividade que também servia para completar a renda, uma atividade que mesmo que não ligada diretamente à comida se faz necessária no sistema econômico vigente a época. Ou seja, mesmo que a maior parte dos objetos tenham sido ferramentas de resistência contra as adversidades econômicas dos “tempos ruins”, nem todos evocam os mesmos tipos de lembranças ou promovem um mesmo sentimento de carinho ou zelo.

O pegador de pedra inclusive foi um objeto inventado e produzido pelas pessoas dessa comunidade, não sendo reconhecido por outras pessoas de São Raimundo Nonato nas exposições promovidas durante o projeto de extensão “Outros olhares sobre São Raimundo Nonato-PI: construção de narrativas colaborativas e multivocais sobre o patrimônio cultural local”. Entretanto, para eles, esse objeto (na verdade, o pegador, a marreta e as pedras), representa um período de dificuldades; eles viviam por causa e em função destes objetos. Acordavam de manhã para poder utilizá-los, porque isso era o que era preciso para poder se viver, não era tanto uma escolha, mas uma imposição que os objetos e o contexto em que viviam os obrigavam a seguir. Desse modo eles criaram essas ferramentas e acabavam criando seus filhos usando-as.

Por isso mesmo, em certos momentos eles se sintam nostálgicos em relação aos seus objetos, não tendo, contudo, nenhuma ilusão ou glamorização dessa época, o que demonstra as dificuldades do “tempo ruim”. O próprio apego às ferramentas foi um mecanismo de sobrevivência, era necessário cuidar e se apegar para que os objetos durassem, e eles precisavam durar por serem o modo de sobrevivência dessas pessoas, eram uma de suas poucas posses materiais e seu meio de vida, e por isso tiveram um papel tão central em suas vidas, às vezes parecendo até como o principal em suas narrativas.

Mesmo esse contexto tendo sido imposto pela necessidade de sobrevivência, não significa que os sentimentos gerados entre as pessoas e os objetos sejam menos reais ou de alguma maneira não tenham o mesmo impacto que sentimentos produzidos pelo que a maioria das pessoas acharia que são situações “normais” para esse tipo de sentimento florescer. Esses instrumentos

faziam parte do dia-a-dia e a maior parte da rotina diária os envolvia: acordar de manhã para moer o milho no moinho, passar o dia quebrando pedras ou passando roupa, parando para preparar os alimentos ou chás e, à noite, quando para fazer qualquer coisa era necessário o lampião. Os objetos sempre se mostravam presentes.

É por isso que ao mesmo tempo em que lembram como esse tempo foi ruim, e como a qualidade de vida hoje é melhor, não se afastam destas poucas coisas e nem deixam de sentir saudades desses pequenos momentos que os ajudaram nessa dura caminhada. Como dito por Dona Vani, a comida feita nas panelas de ferro com fogo de carvão era mais gostosa e saudável, assim como a água que era pega nas cabaças e ficava gelada e gostosa. Mas isso não a faz querer que esses tempos voltem, como ela mesma reconhece, hoje a vida é mais fácil e isso é o melhor para ela e sua família. Todavia, mesmo com essa ideia, o afeto a esses objetos, ligados ao tempo ruim, permanece forte como se fosse uma última ponte com esses tempos passados, e uma lembrança das dificuldades que foram superadas e das vitórias que foram conquistadas com a ajuda destes objetos.

A relação que as pessoas vão ter como os objetos, assim como a própria natureza da cultura material, é ditada pelo contexto em que se apresenta, e nesse caso esse contexto era o de luta pela sobrevivência num cenário de desigualdades sociais. Então, tanto a cultura material quanto a relação dela com as pessoas se deu por uma necessidade de sobreviver. Todo o afeto criado pelo objeto veio dessa necessidade, assim como a influência que eles tinham sobre a vida dessas pessoas, essa era uma época em que viviam onde era preciso viver, primeiro com Deus, segundo com as ferramentas, como dito por dona Vani. Essa é a essência dessa relação e o motor dos sentimentos e das memórias, e a parte central de suas vidas; é por esse ângulo que podemos entender essa comunidade e a vida que levavam, tudo era feito para garantir o sustento da família, e os objetos eram o meio de atingir essa meta. Com a ajuda dos objetos apresentados conseguiram atingir essa meta e romper com esse ciclo, pois, como diz Dona Vani, ela aprendeu a usar esses objetos, e seus filhos também; mas seus netos não precisaram, as coisas mudaram e o “tempo bom” chegou.

Essa coleção de objetos é, segundo seus próprios donos, o testemunho de sobrevivência, a mostra de como era vida antigamente e o porquê a atual, mesmo com problemas, é tão valorizada. A esses objetos são atribuídos sentimentos que são evocados pelas memórias que os dizem respeito, são parte integral e inestimável da ideia que os moradores da Ingazeira têm de si mesmos, e por isso são parte do patrimônio dessa comunidade, e seu povo. Sendo, mesmo que não oficialmente, parte da identidade geral da cidade, sua importância e relevância para a vida, e principalmente a parte dessa história relacionada a esse “tempo de maior aperto e perigo”, é inestimável para o entendimento do modo de pensar das pessoas da Ingazeira. Importante também lembrar que no mesmo nível que essas pessoas foram influenciadas por seus objetos, elas também os influenciaram, mais claramente na invenção ou construção de alguns, e também na compra e aquisição deles, os trazendo assim para o seu contexto e para sua realidade. Também é possível ver essa influência nas ações que as pessoas praticavam com esses objetos e na conservação em que os mantiveram após não serem mais úteis.

Nossos colaboradores desde muito tempo reconhecem a importância desses objetos para sua comunidade, só falta que nós e a academia façamos o mesmo também. E através disso entendermos que em qualquer lugar e em qualquer período, há uma complexa e interessante relação entre cultura material e ser humano, cujo nosso dever, como arqueólogos, é estudá-la e apresentá-la ao mundo, para que desse modo possamos finalmente ver a arqueologia como ela deveria ser, o estudo de todos nós.

REFERÊNCIAS

- ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. Lugares de Memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. In: *I Encontro Memorial do ICHS, Mariana – MG*, 2004.
- BARCELOS, A. H. F. *De cultura material, memória, perdas e ganhos*. Métis (UCS), v. 8, p. 27-41, 2011.
- BRANDÃO, M. V. D. Coleções de objetos: memória tangível da cultura material. In: Ana Cavalcanti; Marize Malta; Sonia Gomes Pereira. (Org.). *Coleções de arte: formação, exibição e ensino*. 1° ed. Rio de Janeiro: Rio Books, p. 81-92, 2015.
- CARDINAL, Roger. *The cultures of collecting*. London: Reaktion Books Ltd., 1997. Pág. 70.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. *Ética, capitalismo e arqueologia pública no Brasil*. História. São Paulo, v. 27, n. 2, p. 13-30, 2008.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HODDER, I. *The Archeological Process: An Introduction*. In Oxford: Blackwell, 1992.
- HOWSON, J. E. *Social relations and material culture: a critique of the Archaeology of plantation society*, *Historical Archaeology*, 24, 4, 78-91, 1990.
- JACQUES, C. C. Os sentidos da cultura material no cotidiano e na memória das famílias da Comunidade Quilombola de Cinco Chagas do Matapi. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 8, p. 7-21, 2013.
- LEAL, L. A. M. *Memória, Rememoração e lembrança em Maurice Halbwachs*. Linguagem (São Paulo), v. 18, p. 1-8, 2012.
- LIMA, T. A. Cultura material, a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 6(1), p. 11-23, 2011.
- MARTINS, Thor Gabriel. *Objetos de Memória: Análise da coleção da “Dona Vani” e “Seu Valdomiro” através da perspectiva da Arqueologia Pública*. (TCC em Bacharelado de Arqueologia e Preservação Patrimonial), Departamento de Arqueologia e Preservação Patrimonial da UNIVASF, São Raimundo Nonato-PI, 2019
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de; Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n.21, p. 89-104, 1998.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n° 10, 1993.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. In LE GOFF, J. & NORA, P. (org). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 179-193, 1988.
- PRADO, André Pires; OLIVEIRA, Eduardo Romero de. *O patrimônio para além do tombamento: uma reflexão sobre a percepção afetiva como suporte de valoração e de legitimação de bens culturais*. (Apresentação de Trabalho/Comunicação), 2016.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

ROCHA, T. S. F. Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. In: *XVIII Encontro Regional ANPUH-MG*, v. 1. p. 1-12, Mariana, 2012.

SOUSA, L. C.; SILVA, A. S. N. F. Arqueologia Pública: um olhar sobre a interação social e a preservação de recursos arqueológicos no Estado do Piauí. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 11, p. 67-86, 2017.

SILVA, F. A. O passado no presente: narrativas Asurini sobre o Patrimônio Arqueológico na Terra Indígena Kuatinemo. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra), 2012.

SILVEIRA, E. S. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. *Métis* (UCS), v. 6, p. 35-44, 2007.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. Paisagem, patrimônio e memória urbana: a materialização da sociedade nas formas construídas. In: MICHELON, Francisca Ferreira; TAVARES, Francine Silveira (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios sobre a diversidade cultural*. Pelotas: UFPel, p. 119-147, 2008.

NOTAS

¹ Graduado em Arqueologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: thorgabriel1997@gmail.com

² Docente do colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e orientador desta pesquisa. E-mail: alencar.univasf@gmail.com

³ Outros objetos foram abordados no projeto de extensão “Outros olhares sobre São Raimundo Nonato-PI: construção de narrativas colaborativas e multivocais sobre o patrimônio cultural local” e por Martins (2019).

CAPÍTULO 6

PATAXÓS HÃ HÃ HÃES: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA RESERVA CARAMURU PARAGUAÇU-BA

Brisa Santana Pires¹

Fabiana Comerlato²

Ele era mais do que um homem... Era um líder e visionário. Porém, não era apenas um líder e visionário, era, sobretudo, um Pataxó. Ele foi e é parte do seu povo, e agora está plantado entre eles.³

INTRODUÇÃO

Entre o final do século XIX e o início do XX, o Sul da Bahia teve um grande avanço agrícola com a expansão da lavoura cacaueteira, o que atraiu colonos de todas as partes em busca de crescimento econômico. Neste contexto, os grupos nativos foram considerados um estorvo e estavam sujeitos a todos os tipos de atrocidades desde a disseminação de vírus como o da varíola até sequestros de crianças. Como reação, estes indígenas entravam nas fazendas, faziam as colheitas, flechavam animais e atacavam colonos, aumentando ainda mais o clima de hostilidade e aversão da população para com os nativos. Os conflitos eram constantes e a principal motivação eram as terras cobiçadas por políticos e fazendeiros, sem nenhum respeito aos que ali já estavam.

Esta situação foi reflexo de uma política republicana de incentivo à expansão agrícola em regiões pouco povoadas e um governo omissivo em relação a população indígena. Tendo em vista que nas primeiras décadas do governo republicano, a sociedade civil pressionava o Estado para solucionar as questões indígenas, Gagliardi (1989) destacou três soluções distintas dadas por políticos da época: a 1ª por Hermann Von Ihering, nascido na Alemanha e que chega ao Brasil com trinta anos de idade em 1880, ele defendia o extermínio dos “mais valentes” vistos como empecilho à expansão econômica; a 2ª era a catequização desenvolvida e idealizada pela Igreja Católica; e a 3ª a criação de um órgão que assegurasse os nativos, dando-lhes direito às suas terras e proteção, assim incorporando o indígena na sociedade.

Sendo assim, foi criado pelo Ministério da Agricultura o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI) no ano de 1910, sendo, em 1918, chamado apenas de Serviço de Proteção dos Índios (SPI). As políticas que deveriam ser aplicadas pelo SPI seriam de influências positivas, pois segundo os administradores e chefia do órgão os indígenas viviam em um estágio “primitivo” na escala “evolutiva” da humanidade. Era preciso civilizá-los através de uma política tutelar e de escolarização. Portanto, em dezembro de 1910, o SPI teve as primeiras tentativas de contato com os indígenas do Sul da Bahia (FERREIRA, 2017).

Com muita dificuldade, após 16 anos da instalação do SPI na região, finalmente em 09 de

agosto de 1926, a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia aprovou a Lei 1.916, segundo a qual, o Governo “reservava 50 léguas de terras [...] destinadas à conservação das essências florestais e gozo dos índios Tupinambás e Pataxós, ou outros que ali habitarem”. Seriam instituídos na região os postos de pacificação (FERREIRA, 2017). Fato que viabilizaria o trabalho do SPI.

Situada na região Sul da Bahia, nas cidades de Pau Brasil, Camacã e Itajú do Colônia, a Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu foi criada em 1926. A reserva abriga hoje cerca de 2.801 indígenas das etnias Pataxó, Kamakã, Kamakã Mongoiô, Kiriri-Sapuyá, Kiriri, Sapuyá Gueren, Tupinambá e Baenã, todos conhecidos como Pataxós Hã hã hães que é a junção de todos os grupos em apenas um. Com a demarcação da Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu, ficaria mais fácil a administração feita pelo SPI. Porém, com o passar dos anos, a corrupção dos gestores fez com que o SPI fosse extinto em 1967, dando lugar a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, criado pela Lei 5 371 de 5 de dezembro de 1967.

Tendo em vista que a educação escolar indígena apresenta pontos diferentes em relação as comunidades escolares das cidades, é fato que para assegurar uma educação diferenciada, dotada de uma identidade singular, não basta que os conteúdos sejam ensinados através da Língua Portuguesa, ou de uma outra de caráter étnico. É necessário incluir conteúdos curriculares propriamente indígenas, e acolher modos próprios de transmissão dos seus saberes. Mais do que isto, é imprescindível que a elaboração dos currículos, entendida como processo sempre em construção, se faça em estreita sintonia com a escola e a comunidade indígena a que serve, e sob a orientação desta última. Não podemos deixar de citar a proposta do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas/ RCNEI (1998), que tem como fundamentos o reconhecimento da multietnicidade de conhecimento indígena valorizando a comunidade – que possui sua sabedoria para ser comunicada, transmitida e distribuída para seus membros, e o direito das comunidades indígenas de gerenciar e administrar seus projetos de futuro.

Em 2004, após um longo histórico de lutas pela terra e pela escolarização indígena, foi inaugurada a Escola Estadual da Aldeia Indígena Caramuru-Paraguaçu, na Reserva Caramuru Paraguaçu, em funcionamento até os dias atuais. A pesquisa se insere dentro deste contexto escolar, com os objetivos de fortalecer as relações de pertencimento de crianças e jovens para sua cultura e identidade indígena, através da metodologia da Educação Patrimonial. Partindo da premissa dos indígenas como detentores de sua própria história, esta pesquisa teve uma perspectiva de trabalhar a Educação Patrimonial em âmbito escolar, junto a direção da escola, professores e estudantes indígenas. Ao longo do desenvolvimento deste estudo foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico; levantamentos de dados em instituições; diagnóstico de campo; realização e registro das atividades de Educação Patrimonial, bem como, análise e redação do processo educativo vivenciado.

O levantamento teórico foi de suma importância para dar início a pesquisa e fundamentá-la. Foram analisados trabalhos que tratam o tema relacionado aos sítios arqueológicos, e a importância da Educação Patrimonial e/ou que utilizem metodologia semelhante para servirem de embasamento com clareza e segurança aos assuntos abordados. De mesmo modo que o levantamento bibliográfico, a coleta de dados já existentes sobre a área de pesquisa, bem como a caracterização da mesma, ocorreu através de buscas nos bancos de dados de órgãos públicos relacionados ao monitoramento das reservas indígenas e de grande importância, sendo esses o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) , Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Fundação Nacional do Índio⁴ (FUNAI) dentre outros.

Foram realizadas visitas a Aldeia Indígena Caramuru-Paraguaçu, assim como a Escola Estadual Caramuru-Catarina Paraguaçu com o intuito de coletar novos dados e entender as dinâmicas que serão aceitas pela comunidade, e também as sugestões indicadas pela diretoria da escola. Após um período de dois anos de pesquisas e aprimoramento do contexto e histórico da Reserva, e de como foi institucionalizada a educação escolar na área, foram realizadas ações de educação patrimonial, entre os dias 15 e 18 de abril, e nos dias de 21 a 24 de maio de 2019, atividades efetivadas em comum acordo e cooperação do corpo escolar, tanto na elaboração quanto na realização das ações. Foram efetuadas atividades como a montagem da árvore genealógica, roda de conversa, e narrativas dos anciões sobre a vida e a trajetória de cada um na aldeia e nas “retomadas”⁵, contos sobre os achados arqueológicos, assim como as histórias que cercam a gruta encantada, além de atividades propostas pela própria escola com brincadeiras e exercícios que são executados apenas por algumas etnias que fazem parte da aldeia. Ao final foi elaborado um quadro com as ações, seus objetivos e possíveis resultados.

A fim de cumprir com o objetivo de discutir melhor a atividade ora apresentada, optamos por dividir o presente trabalho em dois tópicos, sendo o primeiro uma contextualização histórica pelo universo indígena de lutas e resistência, desde a criação da reserva até a apropriação legal de seus direitos. Por sua vez, dividimos este tópico em três subtópicos: o primeiro, histórico e chegada dos índios ao Posto Caramuru-Paraguaçu; o segundo trata-se da trajetória de expropriação do Serviço de Proteção dos Índios (SPI); e o terceiro tópico a escolarização e a chegada da escola na Caramuru até os dias atuais. No segundo tópico discutiremos as questões alusivas a sensibilização, conceituação e atividade de Educação Patrimonial discutidas e efetivadas junto ao corpo escolar: as atividades de Educação Patrimonial na Escola Estadual da Aldeia Indígena Caramuru-Paraguaçu. Este tópico, para efeito de melhor compreensão, foi dividido em outros dois subtópicos, tendo em vista que as ações foram realizadas em dois momentos e com públicos diferentes, tendo a primeira e a segunda etapa de ações.

A RESERVA CARAMURU PARAGUAÇU

Histórico e chegada dos índios ao posto caramuru

Na metade do século XVI, com a chegada das primeiras caravelas portuguesas nas terras de além-mar, posteriormente denominada como Brasil, desembarcaram também representantes da Igreja com o intuito de catequizar, evangelizar e tornar cristãos os povos aqui encontrados e considerados por eles como “primitivos”. Desde então, iniciou-se o processo de extermínio e expropriação dos indígenas, implicando no desaparecimento progressivo das culturas indígenas, as quais sofrem intervenções ainda nos dias atuais. Conforme já afirmamos, encontra-se no sul da Bahia, nas cidades de Pau Brasil, Itajú do Colônia e Camacã, a Reserva Indígena Caramuru-Catarina Paraguaçu, composta pelos grupos acima referidos. Sua junção compõe o que é denominado por Pataxós Hã hã Hães. Estas, tiveram seu primeiro contato com os não-indígenas por meio de expropriações, deslocamentos forçados, o que acarretou na morte de muitos por doenças e assassinatos.

A Reserva Indígena Caramuru-Catarina Paraguaçu foi criada oficialmente em 1926, nas denominadas terras devolutas do Estado da Bahia, localizadas no município de Itabuna e próximas ao povoado de Santa Rosa (atualmente cidade de Pau Brasil), além de suas extensões mais ao sul e ao norte, nas proximidades do povoado de Itajú (hoje cidade de Itajú do Colônia) (SOUZA, 2017).

A reserva reuniu em um dos seus postos, o Caramuru, formado por grupos ainda não contatados. Registros etnológicos mais recentes, como os de Silva e Nasser (1984), informam que esses “bandos” eram majoritariamente das etnias Pataxó Hã hã hãe e Baenã; posteriormente, e seguindo reconfiguração espacial, abrigou no Posto Paraguaçu outros grupos oriundos de aldeamentos extintos, como os já citados Kariri-Sapuyá, os Kamakã, Guerén e Tupinambá.

Dos Pataxó, dirá Aires de Casal em 1976 que eram mais numerosos do que todas as outras nações juntas; e estendiam-se repartidos em tribos duma até a outra extremidade da província (CASAL, 1976, p. 216). Do mesmo modo que João Gonçalves da Costa, que utiliza o etnônimo Cutachós como alternativo ao Patachó, Casal emprega Cotochós, e afirma que no sertão eram conhecidas, de “largo tempo duas nações pagãs: Patachós ou Cotochós, e Mongoiós (CASAL, 1976, p. 222)”.

Os Kiriri-Sapuyá são conhecidos como Índios da Pedra Branca; havia tradicionalmente dois grupos: os Kamuru, da Aldeia Pedra Branca, distrito do município de Santa Terezinha, subsequentemente chamada de Kariri, e os Sapuyá ou Sabuja da Aldeia Caranguejo, localizada a 20 minutos mais ao sul, ambos pertencentes à mesma família linguística Kariri como ramificações Kipeá e Sabujá. Os Kamakã são originários do rio de Ilhéus ou Catolé, onde eram também denominados Mongoiós. Às margens do rio Cachoeira, havia sido fundada, em 1814, quando se concluíra a estrada de Minas, a aldeia de São Pedro d’Alcântara ou Ferradas, onde eles teriam sido reunidos.

Sobre os Baenãs, segundo Jacobina, em 1927, por ocasião da fundação do Posto Paraguaçu, habitava ao sul do divisor das águas, para os lados do rio Pardo e um pouco acima da Reserva, um pequeno grupo denominado Baenã pelos Pataxó, e ao qual Jacobina designou “Nocnoács” (JACOBINA, 1932). Até então eles eram completamente ignorados pela literatura etnológica, a ponto de, à época, ser afirmado não haver nenhuma ideia sobre a origem dos Baenã. Eles teriam sido, também, capturados à força e arrastados para o posto, lá morrendo quase todos em pouco tempo, restando, em 1938, apenas um menino de uns seis anos “pegado” pequenino e que nunca havia aprendido uma única palavra sequer de sua língua nativa. Além dele, existia ainda um pequeno grupo de cerca de dez indivíduos nas cabeceiras do Ribeirão Vermelho, afluente do alto rio Cachoeira pela margem direita, fora, portanto, da Reserva.

Como podemos perceber, a própria configuração espacial da Reserva, que foi aquela que se consolidou até meados dos anos 1950, primou por estabelecer uma severa linha divisória entre “índios puros”, os “pegados no mato”, e os “impuros” ou “caboclos”, aqueles oriundos de antigos aldeamentos. A categoria “índios legítimos” ou “índios puros” foi-lhes fortemente inculcada por alguns encarregados dos Postos, que estabeleceram assim, de fato, uma prática classificatória e diversionista (SOUZA, 2017, p. 105).

Em 1932, o então encarregado do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no estado da Bahia, Alberto Jacobina, mencionara em relatório endereçado à presidência do órgão a dificuldade dos funcionários do Posto Paraguaçu, no Rio Colônia, de reterem os indígenas que haviam sido ‘conquistados’ nos anos anteriores. Ele classifica todos como Tupinambás selvagens, especificando-os em grupos como Guerens, Noc Nocs, Patachós e kamakãs. Jacobina trata nesse relatório da fuga de mais de 50 índios. Por não suportarem a fome e a falta de remédios, eles fogem do posto e voltam para a mata, que lhes dava a impressão de terem sido “atraídos da mata para morrer”. Com a demarcação, entre os anos de 1936 e 1937, haveria uma reconfiguração dos postos: o Ajuricaba foi extinto e se criará um posto na região do Rio Mundo Novo, que passara a ser conhecido como Paraguaçu, enquanto o do Rio Colônia passara a ser chamado Caramuru (SOUZA, 2017, p. 101).

Trajetória de expropriação do serviço de proteção dos índios

No início do século XX, existiam pequenos grupos indígenas que persistiam nas matas do sul e extremo sul da Bahia com pouco ou nenhum contato com o homem não indígena. Esses grupos estavam ameaçados de extinção por conta das doenças, pelas invasões de fazendeiros para o cultivo de cacau, maus tratos, vulnerabilidade cultural e a corrupção do SPI. O processo de escolarização teve como objetivo disciplinar e “civilizar” os povos tradicionais que habitavam a região desde antes da chegada dos colonizadores. Os povos indígenas, então, deveriam se tornar cativos, porém de uma forma parecida com a utilizada pelos jesuítas que tinha como principal função alfabetizar e catequizar os aldeados. Neste momento, o Estado Moderno tem a função de legitimar-se como tal, ou seja, o poder oficial, e assim garantir a “inserção” das populações nativas tradicionais que já vinham de um longo processo de extermínio e expropriação cultural e religiosa, de modo forçado pelos colonizadores e os neocolonialistas.

Entendida a importância da introdução dos povos tradicionais à economia moderna, assim como sua participação política, para tanto seria necessária uma mudança no cotidiano destes, desde as relações parental e econômica até o extermínio da língua mãe de cada etnia. Isso seria feito em âmbito nacional, o Estado se empenhou para “integrar” de forma violenta e intimidadora. Para tanto, em 1910, foi criado o Serviço de Proteção dos Índios (SPI). No Brasil, esse foi o primeiro órgão a atuar com o objetivo de proteger os povos tradicionais, com a atuação em todo território nacional gerando assim intensas mudanças nas sociedades indígenas as quais tiveram contato.

Em sua maioria, os índios eram considerados pelos gestores do SPI como selvagens, os que foram capturados pelo órgão eram levados para viver na área norte da Reserva do Posto Caramuru, em uma espécie de “vila”, onde foi construído um galpão para abrigar esse agrupamento denominados como “puros”. Os índios não podiam falar a sua língua materna, originária para os seus filhos, porque se o chefe de posto e a sua equipe visse, aquele índio era disciplinado. Para os homens e mulheres, indígenas, que obedeciam às ordens do SPI, haviam recompensas. Os que estabeleciam resistência, ao contrário, eram duramente massacrados. Os que aceitavam com brevidade os mandos dos gestores do SPI, facilitando seu trabalho de extermínio cultural, deixando seus costumes e língua, abraçando o português, eram melhor tratados para que os outros seguissem seu exemplo:

Nos tempos do SPI que era bom, não faltava nada pra nós, eu lembro, eu era pequenininha. Aqui tinha laticínio, os índios tinha seu gado, tinha o chefe pra não deixar nada acontecer aos índios, vinha cesta básica, não faltava nada. Hoje é essa pobreza, a FUNAI não quer dar nada aos índios... Maria José (Depoimento a SOUZA, em julho de 1999).

O depoimento acima, da Sra. Maria José, reflete uma indígena que foi acostumada a abrir mão de seu mundo. Línguas, costumes, práticas, visões de mundo, tudo isto foi dado em troca de comida, alguma terra e muita violência. Os homens e mulheres que insistiram em defender sua cultura, certamente não tiveram melhor sorte. Este foi o legado do SPI nestas paragens.

Os Pataxós Hã hã hães, que viviam no Sul da Bahia, foram os que mais sofreram com a atuação do SPI. Tiveram tratamento severo e violento, submetidos ao desmembramento de suas famílias, dentre outros aspectos. Todo este processo, adotado pelo órgão que deveria protegê-los, gerou grande impacto que passou a ser marco definidor da relação social entre os Pataxós e o SPI. As constantes violências a que eram submetidos, impunha a fuga da reserva para muitos, e outros eram “cedidos” a fazendeiros e comerciantes da região para trabalhos rurais forçados

(trabalho escravo) e em casas de família. Aqui se deve também indicar que os Pataxós foram objetos de tráfico de pessoas, pasmem, promovido pelo SPI. Conforme relato da Sra. Maura Titiá, que viveu entre os Pataxós, as mulheres de outras cidades ou estados chegavam à reserva com suas famílias e quando retornavam ao seu lugar de origem, levavam consigo crianças e mulheres indígenas por elas escolhidas para o trabalho braçal e forçado em suas casas. Aqui se deve considerar o fato de que tal costume em “pegar uma criança” para fazer uso de serviçal doméstico foi repetido por muitos anos por parte das famílias abastadas de nosso país.

Com a aproximação e o contato direto nos postos indígenas da região onde predominavam as etnias Pataxós Hã hã hães, Baenã, Tupinambá, Kariri Sapuyá e Pataxós, estes passaram a conviver submetidos à truculenta ação do SPI, que evocava ideias alusivas a uma hierarquia em que “índio” ocupava o último posto. Ao longo dos anos a corrupção e a ganância do SPI, que arrendava as terras indígenas à fazendeiros para agricultura e criação de gado, foi praticamente inviabilizando a vida dos nativos no Posto Caramuru. A maior parte de seu território foi arrendado a esses fazendeiros que, por sua vez, expulsavam os índios de suas próprias terras, gerando assim uma dispersão e o êxodo indígena para as cidades circunvizinhas ao território demarcado por lei.

Dentro da lógica constituída de patrimônio indígena, o posto Caramuru, durante muitos anos, teve que fomentar e gerir renda para a sua sobrevivência. Assim, eram elaborados, mensalmente, balancetes sobre a movimentação da renda do posto, com especificações sobre receita e despesas totais. Operando dentro dessa lógica mercantilista, os arrendamentos nos postos indígenas Caramuru e Paraguaçu buscavam apresentar-se como uma solução mediadora de conflitos agrários na região de Itabuna (COQUEIRO, 2002, p. 377). Assim, dando a ideia de que o arrendamento era necessário e o principal subsídio remunerativo do Posto Caramuru, os balancetes sugeriam que do ponto de vista financeiro tudo estava em equilíbrio, mas, na verdade, os recursos eram oriundos ou do arrendamento de terras indígenas, ou da expropriação da força de trabalho destes.

Na metade da década de 1950, o SPI já não tinha o controle total das terras, e dos 36 mil hectares reservados aos indígenas, restavam apenas 3 que eram destinados ao cultivo e utilização destes. O restante estava sob o domínio dos fazendeiros arrendatários. Sendo assim, não havia mais áreas disponíveis para os indígenas que eram obrigados a sair das terras já apropriadas por fazendeiros, tomadas de violência e falta de assistência. O gado do SPI foi vendido, sob argumentos de não haver mais pastos suficientes para manter a reserva. O recrudescimento do descontrole ao longo dos anos, em 1957, teve seu ápice em invasões armadas nas terras, forçando a gestão do Posto a perda do controle da reserva.

Em 1982, a comunidade resistente e seus descendentes que ainda ocupavam as terras demarcadas, se organizaram politicamente com o apoio da então FUNAI, que entrou com o pedido no STF de anulação de posse dos títulos de terras indígenas concedidos aos fazendeiros pelo SPI. Neste mesmo ano houve a “retomada” da Fazenda São Lucas, antiga sede do SPI. Daí por diante, os indígenas realizavam novas “retomadas” e, na medida em que isso acontecia, os parentes que foram expulsos de suas terras abraçavam também essa causa e voltavam a seu território. Para além das retomadas territoriais, os indígenas tiveram também a preocupação com a questão da educação formal, tendo em vista que já tinham um maior contato com a sociedade nacional ao seu redor, dando um novo significado a escolarização sem os efeitos do SPI. O intuito, na época era expandir as relações entre os integrantes e fortalecer a história e trajetória dos Pataxós Hã hã hães através da educação, o que por si só já seria um grande desafio, no caso, a construção da educação formal e intercultural.

Escola Estadual da aldeia indígena Caramuru-Paraguaçu

O primeiro contato com a escolarização indígena do Posto Paraguaçu deu-se através dos trabalhos do SPI na região, a partir das documentações resguardadas no Museu do Índio no Rio de Janeiro e publicado por este, que evidencia e comprova os indícios relacionados à escolarização no Posto.

Ordem de serviço n. 19 sobre construção de escola rural e casas para os índios do posto. P.I.A. Paraguaçu, 29 ago. 1943 (COQUEIRO, 2002, p. 66).

Memorando-circular de Raimundo Dantas Carneiro a Sílvio dos Santos instrui sobre a necessidade de que “a instrução primária seja ministrada nesse Posto [Caramuru] com todo rigor”. Com o objetivo de atrair os jovens índios para as aulas, sugere que “é de boa prática instituídes a merenda escolar e prêmios semestrais ou anuais”. I.R.4. Recife, 22 jan. 1947 (COQUEIRO, 2002, p. 97).

Ofício de José Brasileiro da Silva informa sobre a desativação da escola do posto e propõe o reinício de suas atividades para atender às crianças indígenas. P.I.C. Caramuru, 2 out. 1966 (COQUEIRO, 2002, p. 295).

Sendo assim, é possível observar que a escola do posto tenha funcionado até pouco tempo antes do fim do SPI. Desde então, a valorização dos saberes externos para um entendimento melhor de como o mundo ao redor funciona, e fazendo com que a comunidade que ali resistia tenha uma apropriação cultural e esta seja passada também no ambiente escolar. Nesta época (da criação da primeira sala de aula) surge então Dona Maria Muniz, muito conhecida até hoje na região, saiu da reserva aos 10 anos com sua família para o município de Palmira e concluiu o ensino básico. Em 1982, na primeira retomada, Maria Muniz já era professora no município de Itajú do Colônia e foi convidada por seu irmão, Nelson Sarakura, Cacique de um dos grupos, e por seu outro irmão Naílton Muniz, para ser professora da escola. A partir da administração da FUNAI, Maria Muniz foi a professora principal, atuante na formação de novos professores indígenas, todos por ela alfabetizados. Dona Maria, lutava pelo desenvolvimento do seu povo e para ver seus parentes instruídos para fortalecer a luta indígena na região.

Para além das dificuldades já existentes em manter uma escola com poucos professores, faltam também recursos (verbas) para o funcionamento mínimo da escola. As aulas eram ministradas em salas improvisadas e multisseriadas, sem material didático, merenda ou cantina, fazendo com que Maria Muniz fizesse de tudo para captar recursos. Para ajudar a ministrar as aulas multisseriadas, ela contava com alunos que estavam mais avançados. No entanto, Maria Muniz ensinava no posto somente até a 4ª, sendo assim, quem tinha condições seguia até os municípios próximos para dar continuidade aos estudos.

Foram muitas as dificuldades enfrentadas pelos estudantes para continuarem os estudos, a exemplo de ocorrências de violência e discriminação, particularmente no município de Pau Brasil. Em 1991, após o decreto presidencial 26/1991, que transfere a administração escolar indígena da FUNAI para o MEC (Ministério da Educação), algumas escolas municipais passaram a funcionar na reserva contando com professores indígenas. Porém, isso não foi o bastante, tendo em vista que a administração pública municipal tratava a educação indígena com total descaso e não proporcionava as demandas necessárias para o bom funcionamento escolar, fazendo com que os indígenas solicitassem a estadualização da escola, algo que ocorreu no ano de 2000. A escola

foi estadualizada e em agosto de 2002 foi inaugurada uma unidade escolar: A Escola da Aldeia Indígena Caramuru-Paraguaçu.

Contudo, a escola agregava alunos até o ensino fundamental; para o ensino médio os estudantes teriam que sair e ir até os municípios mais próximos. Em 2004, após um incêndio criminoso com o ônibus de transporte escolar destes estudantes, foi exigido pela comunidade indígena a Secretária de Educação da Bahia o implemento do Ensino Médio na reserva. Nesta época, já teria sido realizado o Primeiro Curso de Magistério Indígena na Bahia e alguns professores já teriam cursado ou estavam cursando, assim com um período de exceção por conta da graduação incompleta dos professores, foi então implementado o Ensino Médio, fazendo com que os Pataxós Hãhãhãe se tornem pauta em relação a formação de nível superior dos povos indígenas, sendo hoje pauta nacional o curso de formação intercultural.

A Escola Estadual da Aldeia Indígena Caramuru-Paraguaçu, em 2019, funcionou sob a direção da Professora Edenisia Pereira dos Santos e a vice-diretora Ivanilda Pereira dos Santos. A escola conta com mais dois anexos escolares: um no Povoado da Água Vermelha e outro em Taguari, que abriga respectivamente, 73 e 17 estudantes, somando um total de 551 (quinhentos e cinquenta e um) alunos matriculados na escola indígena. De acordo com os índices escolares, estão divididos em 289 do sexo masculino e 262 do sexo feminino, incluindo-se 80 estudantes matriculados no Ensino para Jovens e Adultos (EJA).

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA ESTADUAL DA ALDEIA INDÍGENA CARAMURU PARAGUAÇU

Pressupostos teórico metodológicos

Após vários anos de muitas lutas e conflitos por terras, no processo de retomadas, os pataxós conseguiram muitas conquistas, das quais a construção de uma escola de ensino médio. Atualmente, a reserva abriga a Escola Estadual da Aldeia Indígena Caramuru Paraguaçu, na qual o ensino vai da Alfabetização ao Ensino Médio regular, e também o Educação de Jovens e Adultos (EJA). Abriga também uma sala de extensão de ensino técnico do IFBA com o curso Técnico em Informática, cursando 38 estudantes. No ano de 2019, estiveram matriculados na escola em um contingente de 551 estudantes do Ensino Fundamental 1 ao Ensino Médio e EJA. A partir do levantamento de dados, primando pela conscientização e sentimento de pertencimento cultural individual e coletivo de cada estudante da Caramuru, foram realizadas ações de Educação Patrimonial nos meses de abril e maio de 2019. Para tanto, foram elaboradas atividades em âmbito cultural de maneira lúdica, com acompanhamento dos professores e direção da escola, com base metodológica e conceitual a partir de autores e pesquisadores da Educação Patrimonial.

Segundo o Guia de Educação Patrimonial, esta [...] que define: “consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva (HORTA *et. al.*, 1999, p. 6)”. O patrimônio cultural e o meio-ambiente histórico em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles (HORTA *et. al.*, 1999). A partir disso, é relevante afirmar o quão importante é a apropriação cultural indígena partindo do meio escolar, e a valorização da identidade individual e coletiva indígena.

De acordo com Casco, as ações patrimoniais de preservação e educação podem aparecer

sob a iniciativa de pessoas e grupos da sociedade que entendem ser também seu espaço de atuação os lugares em que o Estado não se encontra presente (CASCO, 2006). Observa-se que, apesar das influências externas de assimilação cultural que os indígenas sofreram ao longo dos anos, suas raízes são baseadas nas experiências de seus antepassados, as quais os diferenciam dos demais segmentos sociais (PORTO, 2015). Assim, ao colocar em prática a cultura indígena como bem simbólico que os valorizam em prol da construção de sua identidade, no período entre 2012 e 2014, pôde-se perceber as estratégias utilizadas pelos Pataxós com objetivo da manutenção de suas moradias e subsistências no território ocupado (PORTO, 2015).

Partindo da premissa dos indígenas como detentores de sua própria história, esta pesquisa teve uma perspectiva de trabalhar a Educação Patrimonial em âmbito escolar, junto a direção da escola e professores indígenas. A educação patrimonial é instrumento importante no processo de ensino-aprendizagem sobre o patrimônio cultural e passa a ser um dispositivo aliado nas instituições de ensino. No Brasil, estas práticas vêm sendo aplicadas desde 1983, quando foram iniciadas as primeiras atividades, que compreendem a educação patrimonial e suas metodologias.

Para salientar a questão identitária e as afirmativas em relação as terras e a cultura indígena, a reserva contou com estudos arqueológicos e antropológicos que lhes propiciaram subsídios para robustecerem seus argumentos de luta pela posse da terra. Segundo Carlos Etchevarne, nestas terras que até hoje são disputadas por indígenas e fazendeiros, há urnas funerárias contendo corpos de pessoas sepultadas há muitos anos. Por mais que o parecer arqueológico não defina os liames entre o grupo que produziu as urnas funerárias e os Pataxós da atualidade, o fato de haver corpos enterrados nestas terras constitui-se por si só em indício para legitimar os argumentos de que as terras são de fato propriedade indígena. Em 2011 foram escavadas três urnas funerárias e uma grande quantidade de artefatos (ETCHEVARNE, 2012). A escavação no sítio arqueológico em Água Vermelha gerou um acervo indígena pré-colonial, que foi associado a tradição arqueológica Aratu.

Com isso, entende-se a preocupação da comunidade em apropriar-se desta sua cultura que há anos vem sendo sufocada e sofrendo intervenções externas. Em conjunto aos dados coletados, e o corpo escolar da aldeia indígena, que vem demonstrando a preocupação com a manutenção de suas práticas e costumes culturais, construímos sob negociações consensuais as práticas de ações de educação patrimonial transcritas a seguir, reforçando mais uma ação propiciadora do incremento das memórias e identidade do grupo em questão.

Primeira etapa das atividades de educação patrimonial

Neste primeiro momento, em decorrência da Semana do Índio 2019, as atividades foram propostas pelo corpo escolar em reunião geral com os professores, atividades estas que aconteceram entre os dias 15 e 18 de abril. Estas atividades foram realizadas com todos os estudantes nos turnos da manhã e tarde, durante todos os dias. Os mesmos ficavam em tempo integral na escola e foram oferecidas as principais refeições, muitos pais também participaram das ações durante a organização.

Em 15 de abril de 2019, foram disponibilizadas pela Escola Estadual da Aldeia Indígena Caramuru Paraguaçu documentos contendo informações alusivas aos discentes, divididos por idade escolar e ano. Nesse mesmo tempo estava sendo montada uma exposição sobre a morte do índio Galdino, assassinado em 20 de abril 1997 em Brasília, para que os estudantes pudessem conhecer seu envolvimento e trajetória na Caramuru. Esta atividade foi elaborada por um grupo de

professores da própria escola, como parte de uma atividade do curso de especialização na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), que na época estavam (os docentes) cursando. Assim sendo, foi aberta a semana de reflexão escolar indígena com toda a comunidade estudantil.

Neste primeiro momento, as atividades foram propostas pela direção da escola, assim com um misto de aprendizado e jogos indígenas como metodologia de afirmação e apropriação cultural. Os jogos fazem com que os jovens possam interagir com colegas de outras turmas e idades diferentes. Sendo assim, foram elaborados jogos que objetivavam despertar em cada estudante o significado das palavras “coletivo”, “comunidade” e “união”. Tendo em vista que são as brincadeiras, no decorrer do período que corresponde à infância, que oferecem às crianças alguns pontos de referência cruciais para a percepção das dimensões espaciais e temporais nas quais seu cotidiano acontece. Uma vez incorporados, esses pontos de referência tornam-se conhecimentos, tanto de domínio individual como coletivo, conhecimento este que acompanhará o indivíduo ao longo de toda sua vida.

Iniciamos as atividades com o jogo da Onça, que consiste em um jogo para 15 crianças, sendo uma a onça e as outras os cachorros, sendo um jogo de estratégia, os cachorros precisam cercar a onça para que ela não possa ter mais ações, por outro lado a onça precisa comer pelo menos 5 cachorros para que o jogo acabe.

Corrida com maracá: Nos jogos, a corrida de maracá é disputada por dois grupos de séries iguais, sendo o primeiro um grupo feminino, e depois um grupo masculino. Os participantes devem correr com o maracá na mão até o ponto estipulado, fazer a volta e entregar o maracá na mão do próximo participante. Ganha o grupo em que todos os participantes concluírem o trajeto primeiro.

Cabo de guerra: Esse jogo é disputado por dezesseis índios, sendo dois grupos de oito homens da mesma série escolar. Ganha o grupo que conseguir arrastar os adversários primeiro, puxando uma corda. Esse jogo exige muita força e resistência.

Corrida de tora: tradicionalmente, os Pataxó sempre estiveram em confronto com outros povos, por isso a corrida de tora era usada como um teste para saber se o kakuçu (homem) estava preparado para casar. Neste caso, o estudante kakuçu tem o dever de carregar uma tora com o peso da sua jokana (mulher) até uma determinada distância, porque ele tem o dever de ajudá-la caso ocorra algo com ela na mata. Ela é disputada por dois estudantes da mesma sala. Eles ficam a uma determinada distância um do outro, um deles corre com a tora até o participante que está do outro lado e faz a passagem da tora para o outro retornar ao ponto inicial. Ganha quem fizer o trajeto mais rapidamente.

E para finalizar as atividades diárias, foi realizado o Toré, presente nas manifestações culturais de diversos povos indígenas, o Toré é um ritual que une a dança, religião, luta e brincadeira. Ele pode variar de acordo com a cultura de cada povo.

Segunda etapa das atividades de educação patrimonial

A segunda etapa das ações foi efetivada nos dias 21 a 24 de maio de 2019, com a escolha de duas turmas determinadas para cada tipo de ação a ser realizada. Para tanto, participaram das atividades a turma do 3º ano de Ensino Médio, uma classe de 14 estudantes na faixa etária de 16 a 19 anos, com a turma do 5º ano do Ensino Fundamental, formada por 26 estudantes na faixa etária de 10 a 14 anos.

Com a turma do 3º ano do ensino médio, foi proposta a construção da árvore genealógica. As demais atividades, no caso, a Roda de História com anciões, a Coleta de documentações

antigas para a realização de encontro com a ancestralidade, e a oficina de confecção de adornos corporais, foram executadas pela classe do 5º ano do ensino fundamental. Para que ficasse explicado quais os objetivos das atividades, foi dada uma introdução sobre o que se compreende como Educação Patrimonial, e qual a sua importância e o porquê de cada faixa etária dispor de suas atividades específicas. Segundo Bessa Freire (2004), existem três valores que norteiam a educação comunitária:

- . valor da tradição oral: que são os saberes da sociedade, que orientam as ações e decisões dos indivíduos em qualquer circunstância;
- . o valor da ação: é quando pessoas adultas da comunidade envolvem crianças e adolescentes em seus afazeres tornando o aprender fazendo;
- . o valor do exemplo: são pessoas adultas e sobretudo as anciãs, modelando o comportamento com o intuito de refletir o conteúdo prático das tradições (FREIRE, 2004, p. 15).

Nas sociedades tradicionais,

o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é o meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na comunidade do passado, presente e futuro, os quais por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes (HALL, 2004, p.15).

As contribuições da educação indígena para a construção da identidade dos seus membros, como valores e juízos, são balizadas nos exemplos dos mais velhos e na oralidade como principal meio de transmissão de conhecimento, tornando assim a escola um local onde, “(...) a educação escolar é valorizada como instrumento extra-aldeia e que pode oferecer o domínio de novos conhecimentos e tecnologias específicas de auxílio (SILVA, 2002, p. 57)”. Para tanto, foi elaborada a atividade da construção da árvore genealógica, e para tal exercício a turma escolhida foi a do 3º ano do Ensino Médio, estudantes na faixa etária de 16 a 19 anos. Prontos para irem à universidade e ganhar o mundo, esses estudantes tomaram contato com seu passado imediato, de modo a saber parte de sua história, quem foram seus parentes mais distantes e qual a função de cada um para o bom convívio e fortalecimento daquela comunidade. As atividades foram realizadas em duas etapas, uma em sala de aula e a outra em casa com a colaboração dos familiares. A árvore inicia-se com os bisavôs maternos e paternos, até a geração do estudante.

A árvore genealógica é uma representação das pessoas que tiveram participação na existência de uma pessoa ou família, ou seja, é o histórico que levanta dados sobre os ancestrais dos mesmos, de forma que fiquem conhecidas as conexões estabelecidas entre esses. Normalmente coloca-se o nome do ancestral mais antigo de que se conseguiu dados e, a partir desse, seus descendentes, até chegar ao membro mais novo da família ou então até a pessoa que se tem interesse.

Roda de História com Ancião: Após um período de observação, pudemos notar o quão importante seria este momento de contar e ouvir suas histórias e de seus antepassados. Para tanto foi convidada a anciã Maria Ilsa, avó de um dos estudantes da escola e parente de muitos outros. No primeiro momento, ela falou sobre a importância do fortalecimento cultural indígena, contou sobre os encantados e narrou sobre as lutas e resistências pelas terras em sua juventude, junto a parentes, avôs e avós, tio e tias, de muitos destes que estão ali a escutar.

Sala das Memórias: As lembranças também constituem parte do patrimônio, herança a ser apropriada, reconstruída e passada para os mais novos de diversas maneiras. Assim, pudemos entender que as memórias fazem parte do patrimônio indígena, a memória social é resultado de

como as selecionamos, reconstruímos e rememoramos ao longo das gerações. As memórias são muito valorizadas na cultura indígena, e o ato de saber passar esses aspectos culturais, hábitos, costumes e crenças é muito importante. Deste modo, a Sala das Memórias, foi idealizada, como ponto de memória afetiva.

Oficina de adornos corporais: Para tanto, foi pensado também como ação de Educação Patrimonial a oficina de adornos. Nesta foram produzidos colares e pulseiras com sementes de: Pau Brasil, árvore nativa do Brasil e que deu origem ao nome do país e também ao município do Pau Brasil, onde também está localizada parte da Reserva Caramuru; e, sementes de Lágrimas de Nossa Senhora, sementes utilizadas para a confecções de objetos artesanais. Nativa da Índia, é uma erva de fácil adaptação em lugares úmidos. Como pingentes desses colares e pulseiras foram usados: coco, rabo de tatu, dente de animais e algumas miçangas. Segundo os anciões, os colares e pulseiras não servem apenas como adornos corporais, mas também como transporte de medicamentos medicinais de quando o índio entra na mata, a depender das sementes usadas na fabricação dos colares e pulseiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da convivência com a comunidade escolar indígena, e após a realização das atividades de Educação Patrimonial, a partir dos referenciais teóricos específicos, pudemos constatar a preocupação do corpo escolar e da comunidade indígena em preservar seu maior patrimônio: a cultura. Neste contexto, a Educação Patrimonial configura-se como uma proposta ainda pouco difundida entre as comunidades indígenas e povos tradicionais, embora reveladora de um trabalho que se torna facilitador do conhecimento crítico por parte da comunidade, fortalecendo assim o sentimento de pertencimento.

Constata-se a necessidade de uma maior contribuição para a valorização do patrimônio cultural na escola, entendido de modo mais amplo, incorporando inclusive os bens imateriais. Neste sentido, acreditamos que a prática da Educação Patrimonial faz-se necessária em todos os âmbitos, de maneira efetiva nas escolas desde a alfabetização, para que estas ações possam ser realizadas de forma contínua, visando assim um trabalho integrado e interdisciplinar, valorizando ainda mais os bens patrimoniais, sítios arqueológicos, patrimônio imaterial e natural que compõe a Reserva Indígena Caramuru. Tal atividade permitiu assim, que fossem ultrapassados os limites de cada área/disciplina e o aprendizado de habilidades e temas que são importantes para os estudantes. É importante enfatizar que a Educação Patrimonial contribui muito na formação de professores e estudantes, tornando-os atentos com seu entorno.

Em relação a experiência vivida na Escola Estadual da Aldeia Indígena Caramuru Paraguaçu, ao final das atividades, podemos notar com facilidade a diferença entre a escola tradicional (não-indígena) nas cidades, e a postura dos estudantes de uma escola indígena. Observando-se que apesar das atividades serem realizadas por estudantes de séries e idades diferentes, tendo uma faixa etária que varia entre os dezenove e três anos de idade, não observamos conflitos ou desavenças entre os mesmos. Eles contribuíram com todas as atividades escolares e fizeram isto coletivamente, um cuidando do outro como se fosse uma grande brincadeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCON, Daniela Fernandes. A forma retomada: contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir do caso tupinambá da Serra do Padeiro. *Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais* – UNICAMP, Vol. 07, n. 01, p. 99 - 126, 2013.
- CARVALHO, Maria Rosário de. Os índios pedem passagem. *Ciência e Cultura*, v. 59, n. 2, p. 29-31, 2007.
- CARVALHO, Maria Rosário. As revoltas indígenas na aldeia da Pedra Branca no século XIX. In: ELISA REIS et al (orgs.). *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Anpocs/Hucitec, 1995: 272-90
- CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Basílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
- CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. *Sociedade e educação patrimonial*. 2006. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/> Acesso em 16\02\2019.
- COQUEIRO, Sonia Otero (Coord.). *Povos indígenas no sul da Bahia: Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002.
- ETCHEVARNE, Carlos. O sítio de tradição Aratu de Água Vermelha, Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu, e suas implicações arqueológicas e etno-políticas. *Cadernos de Arte e Antropologia*, v. 1, n. 1, p. 53-57, 2012.
- FERREIRA, Talita Almeida. *Contato, Territorialização e Conflito no Posto Indígena Caramuru-Paraguassú: O SPI e os Baenã, Gueren, Kamakan, Maxakali, Pataxó, e Índios de Antigos Aldeamentos no Sul da Bahia, 1910-1936*. 2017.
- FREIRE, José Ribamar Bessa (org.). *Educação Escolar Indígena em terras brasílicas, tempo de descobrimento*. IBASE, 2004.
- GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: Hucitec: EDUSP/ Editora da Universidade de São Paulo/Secretária do Estado da Cultura, 1989.
- GUIMARÃES DE SÁ, Sheila Maria. Anotações sobre os Arrendamentos de Terras no Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu/BA. In: COQUEIRO, Sonia Otero (Coord.). *Povos indígenas no sul da Bahia: Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002.
- HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Educação patrimonial. In: *Comunicação apresentada na Conferência Latino Americana sobre a preservação do Patrimônio Cultural*. 1991.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: Iphan, 1999. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf
- JACOBINA, Alberto. Encaminha, da Bahia, ao Diretor do SPI, atendendo ordens, relatório referente aos trabalhos desta sub-seção durante o ano de 1931, “em que esteve o nosso Serviço na Bahia sem um funcionário que o dirigisse”. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Serviço de Proteção aos Índios. Bahia; Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1932. *Relatório dos trabalhos de 1931*.

MOLINA, Luísa Pontes. Lutar e habitar a terra: um encontro entre autodemarcações e retomadas. *Revista de Antropologia da UFSCAR*, Vol. 9, N. 01, jan./jun. p. 15-35, 2017.

NÁSSER, Nássaro & LOPES DA SILVA, M. Aracy. *Laudo Antropológico Interdito Proibitório 32.096*, 2ª. Vara de Justiça Federal, Salvador – BA, 1984.

PORTO, Helânia Thomazine. Linguagens e identidade cultural: uma abordagem etnográfica. *Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa*, v. 1, n. 2, 2015.

SILVA, Aracy Lopes da; NUNES, Ângela; MACEDO, Ana Vera (orgs). *Crianças Indígenas - Ensaios Antropológicos*. São Paulo: Global, 2002.

Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena\ SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena, *Povos Indígenas do Brasil - Pataxós Hã Hã Hães*, 2014. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/>. Acessado em: 08\10\2019

SOUZA, Jurema Machado de Andrade. Remoções, dispersões, e reconfigurações étnico-territoriais entre os Pataxó Hãhãhã. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, v. 22, n. 2, p. 99-124, 2017.

NOTAS

¹ Graduada em Museologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Integrante do Grupo de Pesquisa Recôncavo Arqueológico. brisa.s.pires@gmail.com

² Professora do Centro de Artes Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Líder do grupo de Pesquisa do Recôncavo Arqueológico. fabilato@gmail.com

³ Estas palavras, simples e desprovidas de rebuscamento, constituem nossas homenagens para o inesquecível Cacique Gerson Pataxó, uma das principais lideranças dos Pataxós Hã Hã Hãe, e também querido e saudoso amigo. A ele, assim como a todos e todas as lideranças indígenas, este texto serve de homenagem e tributo. Gerson Souza Melo faleceu, vítima da Covid, no dia 15/10/2020.

⁴ Sua missão é coordenar e executar as políticas Indígenas do Governo Federal, protegendo e promovendo os direitos dos povos indígenas. São, também, atribuições da Funai: identificar, delimitar, demarcar, regularizar e registrar as terras ocupadas pelas nações indígenas, promovendo políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas e reduzindo possíveis impactos ambientais promovidos por agentes externos nessas terras; bem como prover, aos indígenas, o acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania, como o direito à seguridade social e à educação escolar indígena. (Disponível em <<https://www.gov.br/funai/pt-br/acesso-a-informacao/Institucional>>, acesso em 2019)

⁵ Por “Retomada”, entende-se o processo de reocupação das terras outrora pertencentes ao grupo, e que se encontrava em poder de posseiros ou fazendeiros. O movimento das retomadas ocorreu em diferentes contextos, em que povos indígenas reivindicaram o direito as suas terras. Observa-se o movimento de retomada não apenas entre os Pataxós, mas também entre os Pankararus, Xucurus, dentre outros. Referente ao o movimento de retomadas, consultar as obras de Alarcon, 2013 e Molina, 2017.

CAPÍTULO 7

PLANO DE CONSERVAÇÃO PARA UM SÍTIO HISTÓRICO URBANO: O CASO DO CASARÃO DA VÁRZEA, RECIFE – PE

Eduardo de Freitas Muniz¹

Gabriela de Andrade Monteiro²

Ravena Barbosa Machado de Souza³

Renata Alves Lucena⁴

Ana Catarina Peregrino Torres Ramos⁵

INTRODUÇÃO

Nas práticas preservacionistas, o plano de conservação para os bens culturais arquitetônicos pode ser considerado como uma ferramenta de planejamento, que orienta uma gestão de administração e legislação para o uso adequado das áreas e dos componentes construtivos, assim como da manutenção regular da edificação. Nesse sentido, o presente estudo aborda a situação do Casarão da Várzea, sítio histórico urbano que teve a sua construção datada do início do século XX para sediar a moradia de uma importante família da região. O Casarão é um exemplar significativo do patrimônio cultural local, pois possui importância para os moradores do bairro, provocando ações populares que extrapolam o seu entorno e mostram uma consciência coletiva da importância de sua preservação. Hoje, no entanto, devido ao mal estado de conservação, o edifício está fechado e necessita urgentemente de intervenção (Figura 1).



Figura 1: Fachada do Casarão⁶.

Em razão disso, uma equipe de alunos da graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) desenvolveu o levantamento arquitetônico e o mapeamento de danos, que permitem identificar e sistematizar os problemas relacionados à estrutura física da edificação. De posse desses dados e com a revisão dos conceitos de conservação e preservação

patrimonial, entre os diferentes instrumentos que orientam a elaboração dessas atividades, esse artigo buscou desenvolver uma proposta de plano de conservação para esse bem cultural, que havendo interesse, poderá ser executado por qualquer órgão ou pessoa física.

Para isso, foram lançadas diretrizes para a elaboração de um plano de conservação, fundamentado nas propostas da própria população para o Casarão da Várzea, a fim de promover a funcionalidade do prédio e estimular ações de educação patrimonial de forma participativa, preservando a memória e identidade local. Desse modo, grande parte das informações aqui trabalhadas foi retirada de *sites* e *blogs* criados nesse processo de tomada de rédeas pela população em defesa desse monumento. Além do contato via redes sociais com integrantes do grupo “Salve o Casarão da Várzea”, para esclarecer quais os interesses e o que foi e está sendo feito para atingi-los.

Sendo assim, o objetivo deste artigo é discutir a importância dessas ações coletivas na defesa do seu patrimônio cultural, que, mesmo em contraponto aos interesses das autoridades responsáveis pela manutenção e uso dos edifícios históricos, luta por meio de vias legais pela manutenção tanto da materialidade quanto da imaterialidade presentes no Casarão da Várzea.

À vista disso, o trabalho foi dividido em seis partes. A primeira consiste na contextualização histórica, com informações obtidas, sobretudo em *sites* de jornais do estado. A segunda é a justificativa para a valorização histórico-cultural do Casarão. A terceira é a fundamentação teórica, com o uso das cartas patrimoniais. A quarta é feita com base no trabalho realizado por outro grupo de estudantes de Arqueologia da UFPE, que consiste no levantamento arquitetônico, mapeamento de danos e diagnóstico do estado de conservação. A quinta são as intervenções propostas para o plano de conservação e a sexta são as considerações finais.

CONTEXTO HISTÓRICO

O “Casarão da Várzea” localiza-se na Rua Azeredo Coutinho, número 130, no bairro da Várzea, zona oeste da cidade do Recife – PE (Figura 2). Começou a ser construído na segunda metade de 1904 e teve a sua inauguração no dia 27 de maio de 1905. Primeiramente, a edificação foi construída para servir de moradia, permanecendo assim até a década de 1950, quando passou a sediar o primeiro Hospital Odontológico da América Latina, o Hospital Magitot, o qual já havia sido localizado nos bairros de Casa Forte e Madalena, respectivamente, na cidade do Recife (BARBOSA, 2013). Mas não foram encontradas informações sobre quem construiu e a quem pertencia o Casarão inicialmente.



Figura 2: Mapa do bairro da Várzea (Recife) sinalizando o Casarão e a UFPE⁷.

O Hospital fechou na década de 1960 – quando o seu fundador, o doutor Nelson de Albuquerque Melo, faleceu –, e então começou a funcionar, em uma pequena área nos fundos do prédio, um posto de saúde, que atendia a comunidade local, o qual perdurou até a década de 1980. Com o fechamento do posto, o casarão passou a ser cuidado por um caseiro e sua família. Entretanto, no ano de 1992, o prédio, já bastante deteriorado (com portas, paredes e janelas quebradas e sem o piso térreo), foi atingido por um incêndio que destruiu o telhado e o piso do primeiro pavimento.

Preocupados com a situação do casarão, um grupo de profissionais, juntamente com a sociedade civil, ainda na década de 1990, propôs uma iniciativa para a inclusão do edifício como Imóvel Especial de Preservação (IEP). Todavia a proposta não obteve êxito na época.

Em consequência dos fatos, um pouco depois do incêndio, devido ao abandono do local, uma família em situação vulnerável passou a residir no ambiente anexo ao prédio, o qual não havia sido atingido pelo incêndio. Os moradores, em parceria com os comerciantes e moradores da comunidade, promoviam diversas atividades culturais (aulas de capoeira), religiosas (missas que eram realizadas em uma capela improvisada nos fundos do prédio) e até mesmo de limpeza e preservação do ambiente.

A família permaneceu no local até o ano de 2013, quando foram expulsos pela prefeitura da cidade, que solicitou à justiça um mandato de reintegração de posse, alegando a execução de um projeto de restauração do Casarão pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC). O projeto previa a revitalização do espaço e do seu entorno e a criação de um mercado público para os comerciantes que ocupavam a calçada ao redor. Todavia, até a presente data, este não foi executado.

Em 2008 o Casarão foi incluído no Setor de Preservação Especial (SPA), na Zona Especial de Preservação Histórico-Cultural da Praça da Várzea (ZEPH-07), conforme o Plano Diretor do Município do Recife (Lei nº 17.511/08) (VASCONCELOS, 2015). À vista disso, assim como ocorre em um tombamento, o imóvel é preservado e protegido de demolições e de outras ações danosas, que caso aconteçam, serão punidas através do pagamento de indenizações (DJPE, 2016, p. 197).

No mesmo ano foi elaborado um projeto de restauração pela arquiteta e professora da UFPE, Terezinha Pereira, com o apoio da Prefeitura do Recife e dos alunos do curso de Arquitetura dessa instituição. Esse projeto tinha como proposta a criação no local de um centro cultural para a juventude, com cursos profissionalizantes e atividades de ensino culturais, mas este também não saiu da etapa de projeto.

Cansados de esperar uma ação efetiva, os moradores da comunidade se uniram e juntamente ao Ministério Público Estadual e a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), e cobraram da Prefeitura ações mais concretas em relação à garantia de preservação do prédio. Após trâmites burocráticos, em maio de 2015, obtiveram a classificação do casarão como Imóvel Especial de Preservação (IEP)⁸.

Apesar dessa classificação, a Prefeitura não tomou mais nenhuma iniciativa para a preservação do casarão, o qual permaneceu sofrendo contínua deterioração pela ação das intempéries do tempo e do mau uso do espaço – depósito de lixo – e até mesmo como local de abrigo para cavalos. Contudo, a comunidade local continua realizando diversas atividades culturais periódicas no local, incluindo mutirões de limpeza, controle de vegetação e pequenos reparos, garantindo assim uma mínima preservação do que ainda resta do imóvel.

VALOR HISTÓRICO-CULTURAL

O Casarão da Várzea possui valor histórico-cultural para a comunidade, pois carrega em si elementos históricos do bairro, como demonstra a intensa utilização do espaço e luta pela sua manutenção ao longo dos anos. Frequentemente lembrado como o antigo Hospital Odontológico Magitot, o casarão compõe a identidade e memória visual do entorno da Praça da Várzea, fazendo com que o seu abandono revolte toda a população.

Como consequência desse processo, jovens e integrantes de movimentos sociais e culturais do bairro da Várzea formaram em 2016 o grupo “Salve o Casarão da Várzea”, o qual defende que o prédio seja destinado para os movimentos culturais do bairro, com sala de dança, teatro, cinema, rádio comunitária e estúdio. E que no pátio externo do terreno seja construído um espaço agroecológico, em consonância com o mercado público para alocar o comércio do entorno do casarão.

A formação desse grupo se mostrou eficaz quando a Prefeitura, também em 2016, tentou demolir, sem aviso prévio, a torre da caixa d’água, protegida em instância municipal. Questionada sobre o que motivou a demolição, a Prefeitura alegou que a torre não se tratava de um componente arquitetônico original do prédio, além de oferecer riscos de desabamento.

Todavia, como argumentado pelo Movimento, a torre que foi construída quando da instalação do Hospital Magitot, mesmo não sendo elemento do projeto original, foi resultado de uma adequação física às necessidades do novo uso, compondo assim, materialmente, a história do prédio. O Movimento Salve o Casarão da Várzea com o apoio do Ministério Público do Estado, conseguiu paralisar a demolição da torre (COMUNIDADE, 2016).

Foi dentro desse contexto que surgiu a necessidade, por parte da comunidade, de organizar mutirões de preservação (Figura 3), buscando chamar a atenção da população e do governo para a urgente e necessária proteção e restauração do prédio.



Figura 3: Ações culturais e de limpeza da área⁹.

Essas atividades tiveram grande impacto social, promovendo a disseminação do conhecimento acerca do Casarão e da sua história. A cada novo mutirão, se observava uma maior adesão da população local. Vale ressaltar o importante apoio dado pela mídia independente, que teve grande participação nessa luta, expondo o mau uso e o descaso com o Casarão. Como fruto dessa movimentação, também foi criada uma rádio comunitária – Rádio Magitot – com o objetivo de aproximar a comunidade ao movimento (SILVA, 2017).

Consonante ao exposto nota-se a importância da formulação de um plano de conservação para o imóvel em questão, pois, mesmo com as atividades promovidas pela comunidade – sendo

estas vistas como de grande valor no que tange ao despertar do sentimento de pertencimento e identidade com o lugar, promovendo assim a sua conservação – é necessário que o poder público seja mais efetivo em suas ações.

Vale salientar, ainda, a importância de além das obras de restauro, ser solicitado ao IPHAN o tombamento do prédio para que este se torne Patrimônio Cultural Nacional e seja, assim, protegido em esfera federal, incluindo-o em projetos de preservação, vide PAC - Cidades Históricas, garantindo recursos para ações de conservação, que evitem futuros danos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O conceito de patrimônio é amplo e passa por várias modificações ao longo dos anos, como percebemos nas legislações concernentes. Aqui, tentamos traçar o entendimento de patrimônio a partir do ponto de vista dos integrantes do grupo “Salve o Casarão da Várzea”, os quais consideram todo o espaço onde se encontra a edificação, em ruínas, como patrimônio, com suas distintas memórias, bem como as ações que ali são realizadas periodicamente.

Para traçar uma proposta de plano de conservação, tivemos que nos debruçar sobre alguns dos conceitos presentes nas legislações patrimoniais.

As propostas de conservação do espaço fundamentam-se primariamente nas Cartas Patrimoniais e em suas resoluções. Contudo, as normatizações e leis locais também podem ser usadas para embasar as propostas.

A *priori*, pode-se classificar o termo conservação como os diversos tipos de cuidados indispensáveis a serem tomados para um bem histórico, a fim de promover a preservação e a valorização do significado cultural desse bem. Pode compreender mínimas obras de reconstrução e/ou adaptação que visem exigências práticas (MENDES *et al.*, 2001).

Aqui, entende-se reconstrução como as ações que são necessárias quando da inexistência física de uma parte ou do prédio todo. Nessas intervenções, deve estar claro os novos materiais, além de respeitarem os originais presentes na edificação, evitando assim os falsos históricos e o desrespeito ao bem patrimonial (DECLARAÇÃO DE SOFIA, 1996).

A reconstrução algumas vezes é a única saída, estando frequentemente associada à consolidação, reparação e restauração de alguns remanescentes do imóvel. A reparação é uma intervenção direta no patrimônio, que tem como objetivo corrigir falhas existentes em sua estrutura através da restauração ou reconstrução (CARTA DE BURRA, 1999).

Em geral, entende-se por restauração qualquer intervenção para dar novamente eficiência a um produto da atividade humana. Compreende ações mais efetivas, estudadas e planejadas, tendo um caráter intrusivo e direto (CARTA DO RESTAURO, 1972).

Segundo Adriana Sarmiento (2003), a restauração é um tratamento bem mais complexo e profundo, constituído de intervenções mecânicas e químicas, estruturais e/ou estéticas, com a finalidade de revitalizar um bem cultural, resgatando seus valores históricos e artísticos. Respeita-se ao máximo a integridade e as características históricas, estéticas e formais do bem cultural. Deve ser feita por especialistas, constitui-se, portanto, de uma atividade de alta complexidade e custo. As ações de restauro devem ser evitadas sempre que possível e não podem acontecer como um fato isolado, sendo necessário um trabalho contínuo de manutenção.

Pode-se conceituar manutenção como uma atividade técnica e/ou administrativa que visa conservar e recuperar edificações, promovendo a requalificação funcional do prédio e das suas partes constituintes, e, assim, a segurança dos usuários. Sendo assim, existem diversos níveis e

modalidades de manutenção. Neste projeto, visando à manutenção física do Casarão da Várzea, se propõe utilizar um método corretivo que busque a reparação e restauro de falhas e anomalias (GOMIDE, 2006). Deve ser um método contínuo para garantir a sua eficiência. Encontra-se a definição de manutenção no documento do ICOMOS da Austrália (*International Council on Monuments and Sites*):

Manutenção significa os cuidados contínuos para a protecção da fábrica e da envolvente de um sítio, e deve ser distinguida da reparação. A reparação envolve restauro ou reconstrução. (CARTA DE BURRA, 1999, p. 5).

A manutenção é, portanto, uma parte fundamental do processo de conservação do patrimônio cultural. As ações de manutenção têm que ser organizadas após uma investigação sistemática das características do edifício, dentro das normas de controle e segurança (CARTA DE BURRA 1999).

Todas as ações citadas têm por objetivo final a reabilitação e requalificação de um bem físico, possibilitando assim o seu uso por parte da sociedade. Para tanto, compreende-se que a reabilitação é uma ação direta no bem patrimonial destinada ao uso social do mesmo, e de acordo com a Declaração de Amsterdã:

A reabilitação dos bairros antigos deve ser concebida e realizada, tanto quanto possível, sem modificações importantes da composição social dos habitantes, e de uma maneira tal que todas as camadas da sociedade se beneficiem de uma operação financiada por fundos públicos. A conservação permanente do patrimônio arquitetônico permitirá, a longo prazo, evitar onerosas operações de reabilitação. Todo programa de reabilitação deveria ser estudado meticulosamente antes de sua execução, e convém, ao mesmo tempo, reunir uma documentação completa sobre os materiais e as técnicas e proceder a uma análise dos custos. Essa documentação deveria ser reunida em centros apropriados. (DECLARAÇÃO de Amsterdã, 1975, p. 2).

As ações de reabilitação são necessárias para a manutenção de um bem cultural. Há que se dar vida a um edifício para que, com o uso por parte da população, ele cumpra sua função social. O uso constante possibilita um monitoramento mais assíduo, e com resultados mais eficazes. De acordo com a declaração de Tlaxcala:

A conservação e realização das pequenas aglomerações são, por um lado, uma obrigação moral e uma responsabilidade dos governos de cada Estado e das autoridades locais, por outro, um direito de as comunidades participarem das decisões que dizem respeito à conservação de seu habitat, intervindo diretamente no processo de realização. (DECLARAÇÃO DE TLAXCALA, 1982, p. 1).

Complementando esse conceito, deve-se associá-lo a uma revitalização do espaço como um todo. Pode-se inicialmente compreender o conceito de revitalização como uma prática projetual ou um processo socioespacial liderado estrategicamente por determinados grupos associados ao planejamento urbano contemporâneo (SOTRATTI *et al.*, 2015).

A preservação do sítio histórico urbano deve estar inserida no planejamento urbano, entendido como processo contínuo e permanente, alicerçado no conhecimento dos mecanismos formadores e atuantes na estruturação do espaço. É fundamental a ação integrada dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a participação da comunidade interessada nas

decisões de planejamento, como uma das formas de pleno exercício da cidadania (CARTA DE PETRÓPOLIS, 1987).

Por fim, acredita-se que todas essas práticas devem ser pensadas em um amplo espectro temporal, promovendo atividades, independentemente de o seu resultado ser a curto, médio e longo prazo.

Com base nos conceitos descritos acima, serão agora apresentadas as características arquitetônicas do Casarão e em seguida o seu diagnóstico, obtido a partir do mapeamento de danos, de forma a possibilitar a elaboração do plano de conservação. Essas informações foram coletadas em outro trabalho realizado para uma disciplina da graduação em Arqueologia da UFPE.

CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS

O casarão configura-se como um prédio de arquitetura eclética do tipo Chalé Inglês em estilo romântico e possui dois pavimentos (térreo e primeiro andar) – sendo o único imóvel com essas características na cidade; apresenta também abertura oval na fachada, muros baixos com gradil, pinturas florais nas paredes internas, sacadas das janelas de ferro e grade de chumbo do porão com figuras fitomorfas, pés direitos altos, arcos plenos e olhal (VASCONCELOS, 2015). Está localizado em uma ampla área, bastante arborizada, onde havia um amplo jardim. Continha, também, um grande número de espécies de árvores, como mangueiras, castanholas, coqueiros, jambeiro, dentre outras.

Além dessas características, a edificação possui alguns aspectos relacionados ao seu entorno, pois está situado próximo à Praça da Várzea, destacando-se em relação às demais edificações por suas características únicas, localizado na rua que margeia a Praça da Várzea, principal ponto de urbanidade do bairro. O casarão ocupa apenas uma parte do terreno, cerca de 20%, locado na porção sudoeste que oferece visão para a praça, interferindo o mínimo possível no restante da área, mais especificamente na arborização, que continua bastante densa, contendo árvores frutíferas, nativas e palmeiras (SILVA, 2017).

Tendo em vista as características explicitadas e após um reconhecimento de terreno, foram elaboradas plantas arquitetônicas com o objetivo de auxiliar no mapeamento de danos, feito posteriormente.

MAPEAMENTO DE DANOS

Aqui serão apresentados os resultados de um trabalho feito para a disciplina de Métodos e Técnicas de Restauração (JEREMIAS *et al*, 2017), que consiste inicialmente na escolha de uma edificação de valor histórico, no levantamento histórico e arquitetônico e no mapeamento dos danos – feito com base em outros trabalhos que classificam os danos em materiais construtivos.

O mapeamento permitiu identificar danos como desagregação de portas e janelas, perda de material construtivo, perda de reboco, vegetação intensa, oxidação, desagregação do telhado e pichação (Figuras 04, 05, 06 e 07).

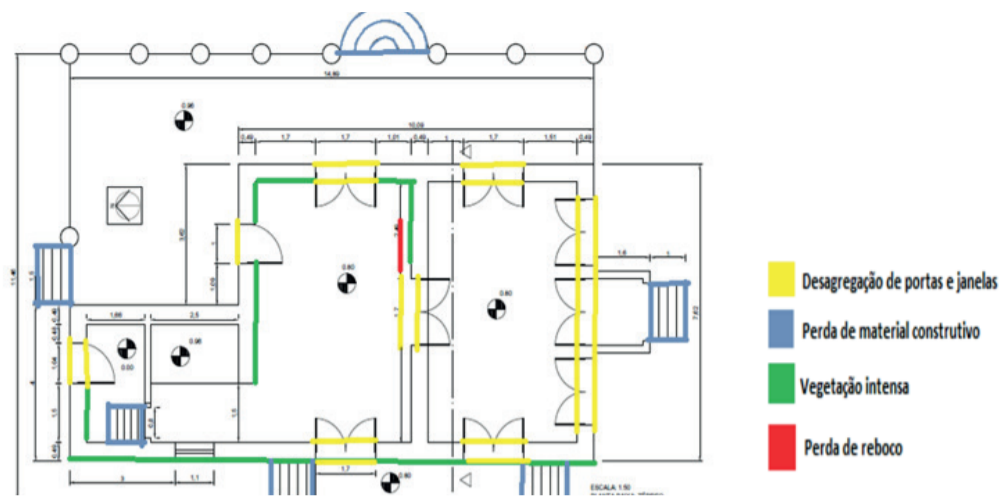


Figura 04: Mapeamento de danos do andar térreo do casarão¹⁰.

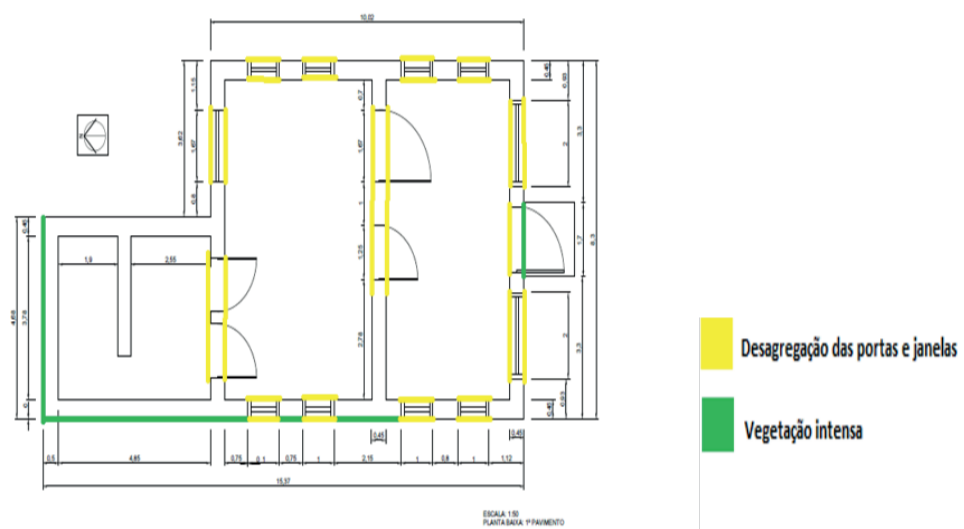


Figura 05: Mapeamento de danos do 1º pavimento¹¹.

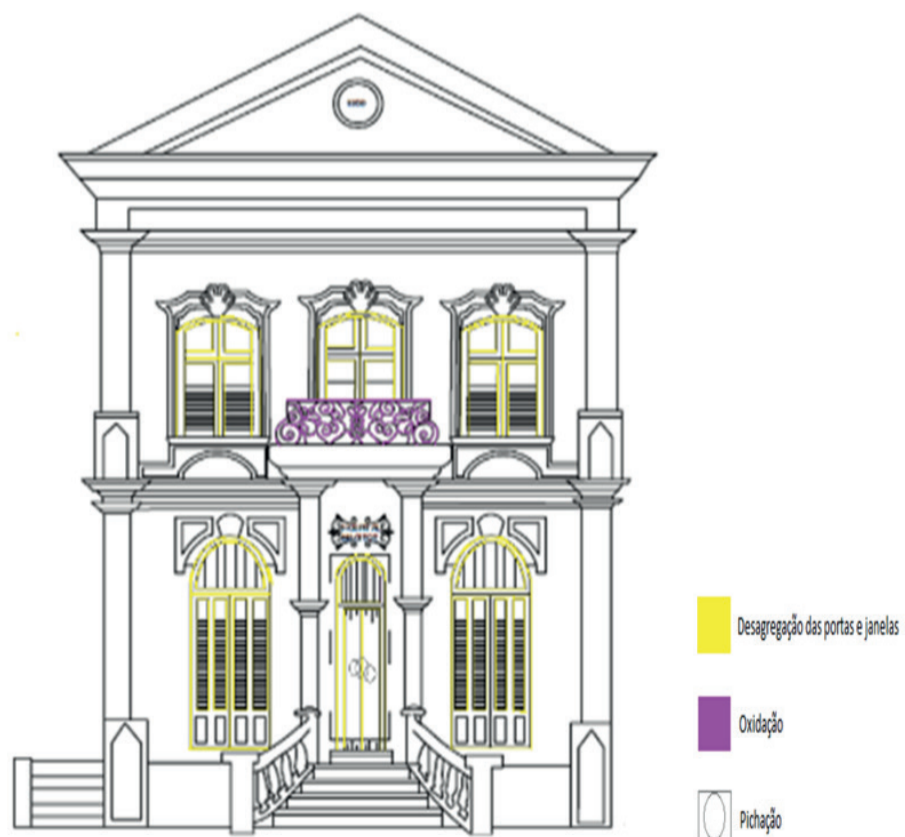


Figura 06: Mapeamento de danos da fachada principal¹².

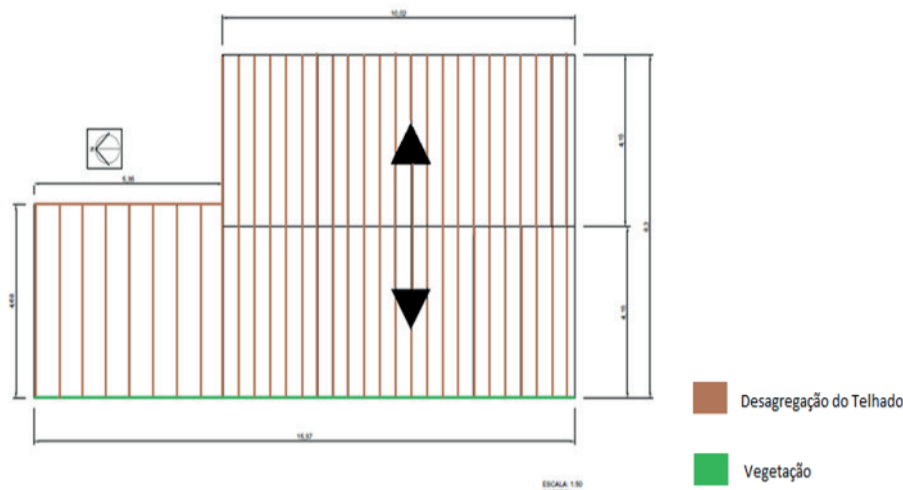


Figura 07: Mapeamento de danos da cobertura¹³.

DIAGNÓSTICO

Diante do mapeamento realizado no Casarão, observou-se que o dano predominante é a desagregação de portas, janelas e telhado, seguido da vegetação, perda do material construtivo, perda do reboco, alteração cromática, oxidação e pichação. O estado de abandono do prédio, verificado em seu histórico, é a causa da maior parte desses danos, incluindo o mais intenso, a desagregação.

Após a elaboração do mapeamento, foi produzida uma tabela com as possíveis ações de restauração, e respectivas propostas de intervenção (Figura 8):

LOCAL	RECONSTRUIR	RESTAURAR	CONSERVAR
Portão de Entrada	0%	60%	40%
Fachada	10%	60%	30%
Lateral Esquerda	10%	50%	40%
Lateral Direita	10%	60%	40%
Sala de Estar	10%	80%	10%
Sala de Jantar	10%	80%	10%
Cômodo (1) 1° Andar	40%	50%	10%
Cômodo (2) 1° Andar	40%	50%	10%
Cômodo 1 (cozinha)	20%	50%	30%
Cômodo 2 (dispensa)	20%	50%	30%
Cômodo 3 (Q. dos Empregados)	20%	60%	20%
Varanda lateral Esquerda	10%	60%	30%
Varanda lateral Direita	10%	50%	40%

Figura 08: Tabela de ações de restauro¹⁴.

AS INTERVENÇÕES

O plano de conservação aqui proposto apresenta ações que se estruturam em quatro esferas principais, a restauração do prédio; a reabilitação e requalificação do espaço; um projeto de conservação preventiva; e atividades de educação patrimonial.

Devido ao atual estado de conservação do Casarão, a restauração é extremamente

necessária, e, principalmente, desejada pela comunidade. Algumas partes do conjunto como o piso dos dois pavimentos, o telhado e as esquadrias, precisam ser reconstruídas. Outras partes como as paredes externas e os elementos ornamentais da fachada, precisam ser reparadas e restauradas.

Para além do edifício, entendendo o terreno do Casarão como lugar de encontro, diante da identificação da comunidade com aquele lugar, um espaço de disseminação de arte e cultura, reforça-se a proposta de transformar a casa em um centro cultural e o terreno como um todo, em um centro de comercialização para produtores locais, incluindo, ainda, uma área para atividades esportivas e artísticas, como as que já ocorrem atualmente. É demanda também da população, que um pequeno espaço, aos fundos, seja destinado à implantação de uma horta comunitária, que será mantida pela mesma.

Como não se encontram mais paredes ou divisões internas, propõe-se a não reconstrução delas. O uso destinado a um centro cultural dialoga com essa ideia, pois este carece de espaços amplos e livres. Portanto, em ambos os pisos se projetariam grandes salões, sendo o térreo transformado em um cine teatro, com grande capacidade de público, e o primeiro pavimento seria um local sem elementos fixos, destinados às atividades diárias. O estúdio de gravação e de rádio solicitado pela comunidade seria instalado no anexo do prédio.

A área externa deve ser toda revitalizada e reestruturada para dar suporte à instalação de um pequeno mercado público, com lojas, banheiros e espaço com mesas e bancos, tornando-se, assim, um espaço de lazer confortável.

Concomitante a isso, é necessário que se elabore um plano de conservação preventiva, no qual sejam feitas periódicas vistorias e manutenção no edifício, portanto, devem-se garantir verbas para essas futuras despesas. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de capacitar pessoas da comunidade para que elas façam, de forma autônoma, pequenos reparos que não comprometam a estrutura e a integridade da edificação.

As ações de educação patrimonial devem buscar estabelecer novos paradigmas para a preservação do patrimônio, considerando prioritariamente a perspectiva da comunidade, como também enfrentando verdadeiramente a construção de uma noção de patrimônio cultural integrado – independente da sua materialidade ou imaterialidade – nos quais o valor está associado tanto ao físico quanto ao simbólico.

O patrimônio, enquanto significado, é antes de tudo, um fato social (MENESES, 2009), pois é a sociedade que lhe valora e significa, cabendo ao Estado apenas reconhecer o valor e garantir os meios para a sua preservação, proporcionado, assim, que as porvindouras gerações possam ter as condições necessárias para construir uma relação de afeto com o bem.

Ao se reconhecer através de um bem cultural presente na sua região, o indivíduo reafirma o seu lugar na sociedade e na história local e contribui para perpetuá-la, através da preservação do patrimônio associada à produção e disseminação do conhecimento gerado pelo mesmo. Salienta-se que esse processo se dá de diferentes formas. A depender do contexto social, o indivíduo atribui distintos valores aos conceitos de história e patrimônio.

A Educação Patrimonial é um instrumento que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (SECULT-AL, 2017).

Corroborando com a afirmação acima citada e depois de uma pesquisa sobre a realidade

sociocultural do Casarão e do seu entorno, bem como da comunidade que o rodeia, foram pensadas propostas que buscam atingir os objetivos desejados por todos. São elas:

- Elaboração, em conjunto com o movimento “Salve o Casarão da Várzea”, de um inventário participativo da Várzea, reunindo os bens culturais materiais e imateriais, como a Escola de Arte João Pernambuco, a Rua da Feira, a Praça da Várzea, o Casarão, e os eventos promovidos nesses espaços, como o encontro do Maracatu Real da Várzea;
- Elaboração de uma cartilha ilustrativa, em formato paradidático e com foco no público infantil, contendo as principais informações sobre a edificação, para distribuição nas escolas do bairro bem como em locais públicos e de grande circulação de pessoas;
- Criação de um jogo digital de maneira similar a cartilha, o qual será divulgado em escolas públicas e privadas do bairro assim como em praças e parques públicos. A equipe promoverá atividades de apresentação e inicialização ao jogo e torneios mensais, a fim de estimular o interesse dos jovens;
- Continuar a realização de atividades lúdicas, culturais, educativas, esportivas e políticas, como as já existentes, as quais destacam a relevância do imóvel para a cultura local e identidade coletiva;
- Realização de debates públicos periódicos, geridos pelos integrantes do movimento “Salve o Casarão da Várzea” e da própria comunidade da Várzea, promovendo a divulgação do Movimento, o compartilhamento dos interesses para o uso desse espaço, bem como de outros patrimônios do bairro, e reforçando um pensamento mais dinâmico em relação ao patrimônio cultural local;
- Consolidação do movimento “Salve o Casarão da Várzea”, unindo poder público, sociedade civil e acadêmica, com o intuito de desenvolver projetos e garantir uma efetiva conservação do edifício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos culturais de uma sociedade são considerados patrimônio material ou imaterial quando são vinculados à memória coletiva, ou seja, são aqueles que permanecem no cotidiano do grupo porque se tornam significativos para o mesmo, como um prato típico da culinária pernambucana (elemento material) e a forma de prepará-lo (elemento imaterial).

Desde 1937 há um Decreto-lei relativo ao Patrimônio Histórico e Artístico – denominado Patrimônio Cultural apenas na Constituição de 1988, quando introduziu os elementos imateriais na definição (DECRETO-LEI, 1937). De acordo com esse Decreto, cujas normas ainda são aplicadas hoje, um bem só poderia ser considerado patrimônio após ter sido tombado (IPHAN, 1937). Contudo, atualmente sabe-se que o tombamento é realizado quando o bem já é reconhecido como patrimônio, pela população ou pelo Estado.

Apesar de ser entendida pelo senso comum como um encargo do governo, a administração do patrimônio é um direito dos cidadãos, os quais têm o papel de auxiliar na sua preservação. Dessa forma, qualquer pessoa pode e deve pedir o tombamento de um bem ao IPHAN – órgão responsável pela gestão do Patrimônio Cultural – quando considerá-lo componente significativo da sua cultura. Essa ferramenta consiste em impossibilitar a destruição de bens materiais importantes nacionalmente, registrando-os no Livro do Tombo (IPHAN, 2014).

A noção de preservação precisa ser adotada em seu sentido mais amplo que envolve o uso sustentável do patrimônio e da participação de todos os setores da sociedade e das diversas áreas

do conhecimento. Recorrer à restauração depois que o edifício chega a alto nível de degradação tem sido regra, visto que não faz parte da nossa cultura adotar políticas conservacionistas.

Os riscos que uma restauração traz vêm sendo ignorados, embora a Carta de Veneza já alertasse para sua excepcionalidade. “Não se disseminou ainda em nosso meio conceitos como de conhecer muito para intervir pouco” nem o de “prevenir para não intervir” (IPHAN, 1999, p. 1). A elaboração de um plano de conservação é importante como meio de operacionalizar as estratégias necessárias para a melhoria das condições de preservação de qualquer bem cultural.

A atuação profissional e o monitoramento permanente devem ocorrer no sentido de buscar a qualidade efetiva do seu uso, incorporando novos elementos para a valorização do patrimônio cultural e, dentro deste, do patrimônio arqueológico.

Um plano de conservação para o Casarão da Várzea se dá pela sua importância histórica, cultural e social no bairro. Sendo assim, torna-se necessário um apoio à reorganização da funcionalidade e promoção de atividades culturais no edifício, reafirmando a memória e identidade da comunidade local. É importante frisar a participação da comunidade da Várzea como promotora das propostas de intervenção e conservação para um local, hoje ainda subutilizado devido ao desinteresse político.

Em nosso país, são muitos os imóveis e bens culturais que são dilapidados, ao contrário do que determina a legislação. Isso, sob os olhos de quem deveria cuidar e proteger, e que continua inerte, numa clara omissão Estatal. O poder público tem o dever jurídico de preservar o patrimônio cultural, garantido o seu acesso e uso para as presentes e futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, V. *Hospital Magitot*. Fundação Joaquim Nabuco, 2013. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=971%3Ahospital-magitot&catid=43%3Aletra-h&Itemid=120. Acesso em: 11 de jul. 2017.

CARTA de Burra. *Carta para la conservación de lugares de valor cultural*. Burra- AUS. Agosto de 1999. Disponível em: http://consejocentrohistoricopuebla.com/wp-content/themes/Web_Consejo_doctos/internacional/carta_de_burra.pdf. Acesso em: 13 de jul. 2017.

CARTA De Petrópolis. *1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos*. Petrópolis- BRA, 1987. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>. Acesso em: 08 de jul. 2017

CARTA do Restauo. *Ministério da Instrução Pública do Governo da Itália*. Roma- ITA. Abril de 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Restauo%201972.pdf>. Acesso em: 05 de jul. 2017

COMUNIDADE denuncia demolição de torre do Casarão da Várzea. Diário de Pernambuco. Recife, 28 de set. 2016. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2016/09/28/interna_vidaurbana,667136/comunidade-denuncia-demolicao-de-torre-do-casarao-da-varzea.shtml. Acesso em: 11 de jan. 2017.

DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ. *Amsterdam*, HOL. Outubro de 1975. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaração%20de%20Amsterdã%201975.pdf>. Acesso em: 13 de jul. 2017.

DECLARAÇÃO DE SOFIA. SOFIA. Outubro de 1996. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaração%20de%20Sofia%201996.pdf>. Acesso em: 13 de jul. 2017.

DECRETO-LEI Nº. 25. *30 de novembro de 1937*. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_25_de_30_11_1937.pdf. Acesso em: 13 de jul 2017.

DJPE. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/113625976/djpe-20-04-2016-pg-197>. Acesso em: 26 de out. 2016.

GOMIDE, T. L. F., PUJADAS, F. Z. A., NETO, J. C. P. F. *Técnicas de Inspeção e Manutenção Predial*. PINI. São Paulo, 2006.

IPHAN. *Bens Tombados*. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 30 de out. 2020.

IPHAN. *Manual de Conservação Preventiva para Edificações*. Brasília, DF, 1999. Disponível em: http://ipurb.bentogoncalves.rs.gov.br/uploads/downloads/IPHAN_Manual_de_conservao_preventiva.pdf. Acesso em: 03 de nov. 2020.

JEREMIAS, J.; AUGUSTO, F.; OLIVEIRA, M., HOLANDA, R. *O Casarão da várzea – situação e mapeamento de danos*. Trabalho avaliativo apresentado na disciplina Métodos e Técnicas de Restauração do curso de Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

MENDES, M.; BATISTA, N. A. C.; BEVILAQUA, F.; SILVEIRA, L. *Conservação – Conceitos e Práticas*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

MENESES, Ulpiano T. B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: *Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, I., 2009. Anais 2. Ouro Preto: 2009, p. 25-39. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf. Acesso em: 03 de nov. 2020.

SARMENTO, A. G. S.; Preservar para não restaurar. In: *Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação e Ética, Florianópolis*. Anais eletrônicos. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2003.

SECULT-AL. *O que é afinal educação patrimonial?* Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-aco-es/patrimonio-cultural/o-que-e-afinal-educacao-patrimonial>. Acesso em: 15 de jan. 2017.

SILVA, A. *Salve o Casarão da Várzea*. Revista Vitruvius. Recife, jan. 2017, ano 17. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/17.198/6389>. Acesso em: 13 de jul. 2017.

SOTRATTI, M. A. Revitalização. In: REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. L.(Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

VASCONCELOS, R. “Chalé de 110 anos será restaurado na Várzea”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 01 de ago. 2015. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/08/01/interna_vidaurbana,589899/chale-de-110-anos-sera-restaurado-na-varzea.shtml. Acesso em: 12 de jul. 2017.

NOTAS

- ¹ Aluno do Curso de Bacharelado em Arqueologia da UFPE. E-mail: eduardomuniz62@gmail.com
- ² Aluna do Curso de Bacharelado em Arqueologia da UFPE. E-mail: gabrieladeandrademonteiro@gmail.com
- ³ Aluna do Curso de Bacharelado em Arqueologia da UFPE. E-mail: ravena.souza@hotmail.com
- ⁴ Aluna do Curso de Bacharelado em Arqueologia da UFPE. E-mail: lucena_renata@live.com
- ⁵ Professora e coordenadora do Laboratório de Conservação – LACOR, do Departamento de Arqueologia da UFPE. E-mail: ana.tramos@ufpe.br
- ⁶ Fonte: Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YqaD7y_sws. Acesso em: 11 de jul. 2017.
- ⁷ Fonte: Google Maps, 2017.
- ⁸ Decreto municipal n.28.820/2015
- ⁹ Fonte: Disponível em: <http://mandatonecessario.com.br/intervencoes-populares-no-casarao-da-varzea/>. Acesso em: 13 de jul. 2017.
- ¹⁰ Fonte: JEREMIAS *et al*, 2017.
- ¹¹ Fonte: JEREMIAS *et al*, 2017.
- ¹² Fonte: JEREMIAS *et al*, 2017.
- ¹³ Fonte: JEREMIAS *et al*, 2017.
- ¹⁴ Fonte: JEREMIAS *et al*, 2017.

CAPÍTULO 8

A LAVAGEM DA ESCADARIA DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO EM VALENÇA-BA: UM ENSAIO SOBRE O PATRIMÔNIO IMATERIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Vaneza da Silva Nunes¹

Inaiara Lôbo Mendes²

O SINCRETISMO RELIGIOSO E A IGREJA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO

No processo de colonização das Américas, milhões de pessoas do continente africano foram traficadas de seus países para servir como mão de obra escrava³. Esse tipo de trabalho tem como característica principal a não-remuneração e no caso das Américas esteve ligado a uma restrição total a quaisquer direitos; os escravizados viviam em condições sub-humanas, e entre as coisas que não lhes eram outorgadas encontra-se o direito ao próprio credo. Porque além da tomada de terras e exploração das mesmas por meio de escravizados, a colonização aqui consistiu em evangelizar os povos originários e os escravizados, por meio da Igreja Católica, o que era um meio também de impor a língua.

Um questionamento válido de ser feito, é se tais povos não teriam relações já entremeadas por uma religiosidade própria, como pontua Macedo (2008, p.16), então especificamente sobre o Brasil: “(...) os portugueses não chegaram ao Brasil para impor sua religião sobre uma nulidade sócio-cultural”. Isso fez com que a tentativa de catequizar esses povos fosse em alguns momentos exitosa, mas não de todo e não sem alguma resistência. É possível constatar com a leitura de autores como Monteiro (1992), Gruzinski (1991) e Vainfas (1992) que a catequização nas colônias americanas foi um processo complexo, que envolveu diferentes artífices da parte dos africanos, indígenas e até dos colonizadores.

Levando em conta que não existe essa nulidade sociocultural e que tanto indígenas como africanos tinham suas crenças espirituais, observa-se que estas eram distintas do Deus cristão. Um dos mecanismos utilizados por ambos grupos foi o do sincretismo religioso⁴, que é a junção de cultos distintos para formar um novo. Nesse caso, em decorrência da imposição violenta do catolicismo, mas que mostra uma resistência dos povos escravizados, como coloca o historiador João José Reis:

É óbvio que escravos e quilombolas foram forçados a mudar coisas que não mudariam se não submetidos à pressão escravocrata e colonial, mas foi deles a direção de muitas dessas mudanças, pois não permitiram transformar-se naquilo que o senhor desejava. Nisso, aliás, reside a força e a beleza da cultura que escravos e quilombolas legaram à posteridade (REIS, 1996, p.20).

De maneira prática, um exemplo é o Candomblé brasileiro. A origem dessa religião afro-brasileira está relacionada ao sincretismo pois, entre outros aspectos, povos de linguagem yorubá

que cultuavam Orixás (deidades vinculadas a ancestralidade das pessoas) viram na incorporação destes aos santos católicos uma maneira de cultuar suas crenças reinventando-as sob o contexto de exploração que foram colocados.

Tais correlações se davam por elementos próximos (FERRETTI, 1998) entre Orixá e Santo, como Iansã, senhora dos ventos e dominadora dos raios e trovões, ser associada a Santa Bárbara, protetora contra relâmpagos e tempestades. Oxalá, que controla a vida e a morte, a Nosso Senhor do Bonfim, uma das figuras que representa Jesus Cristo, etc.

Outras manifestações desse sincretismo seriam a junção de vários orixás em um mesmo culto (CARVALHO, 2006), já que na África o culto varia de território para território, não ocorrendo em conjunto. O festejo de santos dentro de terreiros de Candomblé e Umbanda (outra religião afro-brasileira, que absorve também traços de religiões indígenas e do kardecismo), e também o festejo com orixás nas igrejas católicas, que é o caso de Oxum junto as comemorações a Nossa Senhora do Amparo, em Valença-BA.

Percebe-se então que a herança sincrética na religiosidade sobrevive ao período escravocrata, tornando-se parte da cultura dos afrodescendentes e incorporando-se à sociedade como um todo, e a lavagem da escada da Igreja do Amparo aparece como uma expressão disso. Desse modo, no presente artigo, buscamos entender melhor, por meio de levantamento bibliográfico e entrevistas, alguns aspectos relacionados com o histórico e execução da manifestação.

A LAVAGEM DO AMPARO

A Igreja de Nossa Senhora do Amparo está situada no “alto do Amparo” (Figura 1), um dos pontos mais altos da cidade, por isso é assim chamado pelos moradores. Vem de um projeto da década de 1757, inicialmente só uma capela, que em 1780 ganha duas torres; também possui um relógio datado do séc. XIX. Sua estrutura física não difere muito de outras igrejas de Salvador, e há na verdade uma grande semelhança com a Igreja do Senhor do Bonfim, que igualmente possui uma festa de largo que inclui a lavagem de sua escadaria.



Figura 1: O Alto do Amparo. Fonte: Site Memorial Amparo

Com a instauração da Companhia Valença Industrial (CVI) em 1844, surge em Valença uma dinâmica industrial nova, modificando significativamente o desenvolvimento econômico da cidade. Os operários que ali trabalharam, cerca de 300 funcionários, sendo em sua maioria mulheres

(WEBBER, 2003), movimentaram não somente a industrialização da cidade como também o início de um festejo que posteriormente tomaria um significado ao qual não imaginariam.

Assim, este patrimônio imaterial passou a ser alvo de registro no Brasil a partir do Decreto Nº3.551 de 04 de Agosto de 2000, sendo o registro uma forma de reconhecimento e preservação desse patrimônio que reflete a cultura, identidade e memória⁵ de um grupo social. No caso do Festejo de Nossa Senhora do Amparo, nós temos uma celebração religiosa repleta de imaterialidade, como os cânticos e orações, tanto para Nossa Senhora do Amparo como para Oxum dentro do sincretismo religioso. Temos ainda alguns rituais que refletem as duas religiões dentro do mesmo festejo.

Em entrevista⁶ com o Sr. Rosinalvo Ramos de Azevedo, valenciano filho de operários, este relatou que a lavagem do Amparo que hoje assume um vínculo tão entrelaçado com o sincretismo religioso afro, antigamente se dava exclusivamente à devoção de Nossa Senhora do Amparo. Considerada por eles a protetora dos operários, o apelo religioso ganhou tamanha proporção a ponto de haver um festejo muito maior do que as comemorações voltadas para o padroeiro oficial do município, que seria o Sagrado Coração de Jesus (PAIXÃO, 2006). A igreja passou a adotar além das atividades litúrgicas, a lavagem da escadaria, realizada e financiada pelos operários.

Na verdade, no século passado quem comandava essa festa do Amparo era a Companhia Valença Industrial, a Igreja só se preocupava com a parte litúrgica da festa, era formado assim, um tripé: a classe operária, a Companhia Valença Industrial que fazia toda a manutenção e a Igreja. Nessa época já existia a lavagem do Amparo, eu sei que existia uma comissão que cuidava, e essa festa do Amparo eram os operários que bancavam a festa, havia uma cobrança, uma taxa semanal já que os operários recebiam semanalmente, então havia um caixa e esse caixa era destinado a manutenção da festa... (Entrevista com o Sr. Rosinalvo Ramos de Azevedo realizada no dia 19 de abril de 2019).

Entendemos então que a lavagem pode ser considerada em duas fases, sendo essa a primeira delas: com características completamente católicas, onde os funcionários eram obrigados a contribuir com uma quantia semanalmente, como relata o Sr. Rosinalvo:

Interessante que naquela época já haviam pessoas evangélicas e elas tinham que pagar aquela taxa, seja lá qual fosse o seguimento religioso, era descontado no envelope exclusivamente para esse caixa, ai tinha a comissão e a comissão saia para viajar pra Salvador e pra todo canto pra comprar as flores e a decoração e o andor, eu já confeccionei o andor umas três vezes, e ai era aberto para a comunidade, quem tivesse também colaborava, mas o interessante é que havia essa comissão responsável pela festa (Entrevista com o Sr. Rosinalvo realizada no dia 19 de abril de 2019).

O simbolismo e significado atribuídos pelos operários no ato de lavar as escadarias em si fica sem uma resposta concreta. Nos costumes dos mais antigos é possível notar a presença de superstições e costumes com relação a forma de fazer a limpeza e até mesmo a associação com datas relacionadas a festividades religiosas.

Durante o que seria uma segunda fase da lavagem do Amparo, o festejo assume um caráter diferente do anterior, passa a ser muito parecido com o que vemos na igreja do Bonfim⁷ em Salvador, com a participação dos terreiros de candomblé. O cortejo realizado pelas baianas foi algo incorporado à festa do Amparo há mais de quarenta anos, durante o segundo mandato do prefeito João Leonardo da Silva, entre 1977 e 1983⁸ (Figura 2). A Mãe Celidivalva participou da primeira lavagem quando ainda era filha de santo, atualmente como lalorixá do terreiro ela segue com a tradição.



Figura 2: Terreiros de Candomblé em sua primeira participação na lavagem do Amparo Fonte: Acervo pessoal da Mãe Celidalva

Quando o antigo prefeito João Leonardo da Silva “encomendou” essa festa, o objetivo pode ter sido criar um vínculo através da semelhança com o cortejo realizado na Igreja do Bonfim em Salvador. Mas ponderando os dados da entrevista com Dona Celidalva, com os dados retirados do Portal da Câmara Municipal de Valença, é possível ter uma noção do início dessa prática, entre 1977 a 1983, período marcado pela Ditadura Militar, em cujos propósitos estava a criação de uma nacionalidade que buscou na Bahia o início dessa nova narrativa, consequentemente chegando ao candomblé (JENSEN, 2001), o que é uma explicação possível para os propósitos do ex-prefeito.

A parte que antes era atribuída aos operários, passaria a ser uma responsabilidade dos terreiros da cidade, assumindo uma identidade voltada a religiões de matriz africana, e mais de quatro décadas depois é notável como essa mudança foi algo que mexeu com a identidade do festejo ao mesmo tempo em que foi aceito pela comunidade envolvida. A ritualística aplicada no modo de fazer a lavagem assume características próprias do candomblé, que segundo o depoimento de Dona Celidalva, foi incorporado o uso de água de cheiro, quartinhas específicas para a ocasião e toda a vestimenta característica das baianas. É relevante destacar que mesmo com a atribuição dada aos terreiros, o cortejo continuou tendo como ponto de partida a Vila Operária que já o era nos anos iniciais (Figura 3).



Figura 3: Concentração do cortejo em praça da Vila Operária Fonte: Acervo pessoal da Mãe Celidalva

Quando questionada sobre a interação entre o cortejo de matriz africana e a ritualística da igreja católica, Dona Celivalva afirma que a lavagem é uma forma de reconhecer que ambas são religiões diferentes, mas coexistem de forma amistosa nos dias atuais, não deixando de ser uma forma de trabalhar questões acerca do preconceito e intolerância religiosa. O significado e motivação por trás do cortejo é a devoção a Oxum e Nossa Senhora do Amparo, que não são desvinculadas durante o festejo. Dona Celivalva também fala a respeito do valor patrimonial da lavagem. Em suas palavras, diz que é “patrimônio histórico”, que já assim considerava e que a lei municipal⁹ aprovada em 2018 (Lei nº 2524/2018) vem reiterar esse caráter. A percepção da lavagem como patrimônio vem da sociedade valenciana como um todo.

Dois pontos a respeito do que seria uma segunda fase na lavagem do Amparo chamam atenção: o sincretismo por “encomenda” e a lei advinda deste. O primeiro porque embora a presença dos terreiros na lavagem pareça ter vindo da vontade pessoal de um prefeito, foi algo aceito – não há registros, segundo Dona Celivalva, de intolerância entre as religiões nem da população para com o evento, e pelo contrário, a comunidade se envolve e espera todo ano pela data, conforme a Figura 4, que é do cortejo realizado em 2019 (com presença de pessoas da zona rural e de municípios vizinhos). E que se incorporou de tal maneira que leva à admissão, nos moldes como hoje é feito, daquilo como patrimônio pela população e ao reconhecimento pela lei 2524/2018, que chama atenção porque demonstra que houve uma demanda atual em torno da proteção dessa manifestação cultural.



Figura 4 – Cortejo à Lavagem do Amparo em 2019 Foto de Valdemir Lima; Ascom Fonte: Prefeitura de Valença-BA

Olhando para o início dessa mudança no que diz respeito não ao ato de realizar a lavagem da escadaria em si, mas à ação dos agentes envolvidos e todas as crenças e materialidades que foram inseridas em um contexto posterior, podemos identificar traços de um longo processo de construção de valores culturais que foram iniciados com os operários da CVI. Quando a lavagem (Figura 5) passa para o seu segundo momento, através de uma modificação realizada pelo prefeito João Leonardo da Silva, essa identidade criada com os operários fica, com o tempo, esquecida. Uma nova expressão desse patrimônio surge e com isso novos significados.



Figura 5 - Lavagem do Amparo em 2016. Fonte: Site Valença Agora

Se a princípio a “encomenda” tinha a intenção de promover o turismo como foi dito por Dona Celidvalva em entrevista, hoje vemos que a consolidação dessa manifestação é para celebrar a fé, mostrar que o sincretismo e toda a história que envolve a prática são contemporâneos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio, pela vivência que tivemos na cidade de Valença, a impressão é de que a lavagem sempre foi do jeito que está sendo feita, e é com o intuito de compreender o sincretismo na contemporaneidade que a pesquisa foi iniciada, ao que outros tópicos acabaram se tornando mais relevantes quando nos deparamos com esse “sincretismo por encomenda”.

No entanto, continuamos considerando o sincretismo presente como marca importante, não só por, no seu histórico, representar uma resistência da cultura afrodescendente, mas também, nesse caso, pela forma com que se incorpora à população.

Dentre os outros tópicos que passamos a destacar encontra-se entender como ocorria a dinâmica do festejo antes dessa incorporação: a participação dos operários, e como a comunidade da vila operária hoje se insere; e também entender a percepção das pessoas em torno da questão patrimonial. Por fim, observamos que seria preciso analisar, depois de anos em vigor, se a lei causou alguma alteração na organicidade do festejo. Se ela continuará existindo para respaldar a tradição, como se supõe, ou se será aproveitada por demandas político-eleitorais. O que já é uma preocupação dos terreiros, que depõem que a prefeitura faz uma colaboração ínfima em torno dos custos e quer com isso ditar como deve ser feito.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de. O conceito de religião popular e as religiões afro-brasileiras: cultura, sincretismo, resistência e singularidade. *Revista Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, UESC, v.9, n.15, p. 181-198, jan./jun. 2006.

DICIONÁRIO ONLINE DA LÍNGUA PORTUGUESA. *Sincretismo*. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/sincretismo>>, acesso em 19 nov. 2020

FARINHA, Alessandra. CERQUEIRA, Fabio Vergara. A resignificação do patrimônio imaterial na Festa de Nossa Senhora dos Navegantes de São José do Norte –RS. *Revista Museologia e Patrimônio*, 2016, Volume 9. Disponível em < <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/download/401/477>>, acesso em: 14 nov. 2020

FERRETI, Sérgio E. Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 182-198, 1998.

GRUZINSKI, Serge. *La colonización de lo imaginario*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

JENSEN, Tina Gudrun. Discursos sobre as religiões afro-brasileiras: da desafricanização para a reafricanização. *Revista de estudos da religião*, nº 1, p. 1-21, 2001.

MACEDO, Emiliano Unzer. Religiosidade popular brasileira colonial: um retrato sincrético. *Revista Ágora*, Vitória, n.7, 2008, p. 1-20.

MONTEIRO, John Manuel. Os guarani e a história do Brasil meridional. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 475-498.

PAIXÃO, Neli Ramos. *Ao soar do apito da fábrica: idas e vindas de operárias(os) têxteis em Valença-Bahia (1950-1980)*. Dissertação de mestrado em História. PPH-UFBA: Salvador 2006. Disponível em <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10864>>, acesso em: 05 nov. 2019.

PORTAL DA CÂMARA DE VALENÇA. *História de Valença*. Disponível em <<http://www.camara.valenca.ba.io.org.br/historia>>, acesso em: 06 nov. 2019.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, n. 28, p. 14-39, 1 mar. 1996.

Santuário Senhor do Bonfim. Santuariosenhordobonfim.com. Disponível em: <<https://www.santuariosenhordobonfim.com/festividades>>. Acesso em: 20 Nov. 2020.

VAINFAS, Ronaldo. Idolatrias e Milenarismos: resistência indígena nas Américas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n. 9, 1992, p. 29-43.

VIAGENS EM ESCRAVO. Disponível em <<https://www.slavevoyages.org/>>, acesso em: 06 nov. 2019.

Webber. Indústria Têxtil na Bahia: o apogeu no século XIX e as tendências atuais. *Cadernos de Análise Regional*, número especial, ago. 2003, pp. 73-88. Disponível em <<https://docplayer.com.br/21128075-Industria-textil-na-bahia-o-apogeu-no-seculo-xix-e-tendencias-atuais.html>>, acesso em: 05 nov. 2019.

FORNE ORAL

Janete Pereira de Sousa Vomeri, entrevista concedida no dia 02 de abril de 2019.

Ialorixá Celidalva (Celidalva Conceição Souza), entrevista concedida no dia 03 de abril de 2019.

Rosinalvo Ramos de Azevedo, entrevista concedida no dia 19 de abril de 2019.

NOTAS

- ¹ Discente do colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial na UNIVASF, bolsista do Programa de Educação Tutorial no grupo PET Arqueologia. E-mail: vaneza.nunes@hotmail.com
- ² Discente do colegiado de História – América Latina na UNILA. E-mail: inaiara.l@hotmail.com
- ³ O Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico reuniu documentação em que constam 5.532.120 pessoas traficadas só para o Brasil, os dados estão disponíveis no website 'Viagens em Escravo' através do link <https://www.slavevoyages.org/>, acesso em: 06 nov. 2019.
- ⁴ O conceito de sincretismo religioso aqui adotado foi retirado do Dicionário Online da Língua Portuguesa, acessível através do link: <https://www.dicio.com.br/sincretismo/>, acesso em: 06 nov. 2019.
- ⁵ Associando o pensamento dos autores Farinha e Cerqueira (2006) de que o pesquisador deve ser munido de uma sensibilidade ao lugar de memória dos nativos, para falar sobre as expressões locais e interpretar o significado do bem cultural; tal sensibilização guiou a pesquisa, estudo de caso, desde o começo, com a inquietação durante os anos em que vivíamos na cidade e percebendo algumas diferenças entre o que víamos no festejo e nas histórias e memórias sendo transmitidas através da oralidade.
- ⁶ A metodologia da pesquisa foi composta por entrevistas semiestruturadas realizadas no início de 2019, houve a necessidade de ir a campo para realizá-las e conseguir as autorizações por escrito, exceto a do Sr. Rosinalvo que só pode realizar a entrevista através de uma chamada telefônica, dando uma autorização verbal para a utilização do conteúdo da entrevista para fins acadêmicos.
- ⁷ Para mais informações sobre as festividades do Senhor do Bonfim, consultar o link <https://www.santuariosenhordobonfim.com/festividades>.
- ⁸ Dado retirado do website da Câmara de Vereadores de Valença-BA, disponível no link <http://www.camara.valenca.ba.io.org.br/historia/>, acesso em: 06 nov. 2019.
- ⁹ Um dos motivos que também tornou indispensável ir a campo nesta pesquisa foi não ter conseguido localizar no portal da Prefeitura Municipal de Valença a Lei nº 2524/2018, onde é declarado como patrimônio imaterial do Município de Valença a Festa de Nossa Senhora do Amparo, sendo necessário ir até a Secretaria de Cultura da cidade para conseguir uma foto do documento impresso que ainda não se encontra disponível na internet para consulta pública.

CAPÍTULO 9

ARQUEOLOGIA, NOVA HISTÓRIA CULTURAL E QUADRINHOS: UMA ABORDAGEM POSSÍVEL NO ESTUDO DO PASSADO RECENTE¹

Tacio Vieira Machado²

Leandro Elias Canaan Mageste³

INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentaremos os resultados de pesquisa fundamentada em uma dupla provocação em relação aos objetivos e aplicações da Arqueologia no mundo contemporâneo. Por um lado, buscamos expandir de forma operacional o arsenal de fontes capazes de contribuir com análises arqueológicas sobre uma determinada realidade. Por outro, incorporamos a representação dessa realidade como campo propício para elaboração de leituras materiais preocupadas em identificar as estratégias de construção do passado. Em termos práticos, esses interesses foram articulados no exame de representações das paisagens urbanas de Hiroshima pós-explosão nuclear, expostas no mangá⁴ autobiográfico *Gen Pés Descalços*, de autoria de Keiji Nakazawa. Por meio de uma postura transdisciplinar, fundamentada nas conexões entre abordagens arqueológicas com os campos da Nova História Cultural, Literatura e Estudos de Cultura Material, desenvolvemos um percurso metodológico voltado para entender os processos que constroem os sentidos de tempo e ambiente nessa reelaboração do passado, utilizando uma narrativa ficcional produzida no bojo da indústria cultural⁵.

O quadrinho examinado conta a trajetória de vida de Nakazawa antes e depois de Hiroshima ser atingida pela bomba nuclear lançada pelos EUA. O protagonista da história, *Gen Nakaoka*, é o *alter ego* do próprio autor. A obra possui 10 volumes e foi publicada em 1973 até 1985 no Japão. No Brasil, a série foi reeditada pela editora Conrad entre 2011 a 2016⁶. A história apresenta três períodos temporais: antes da bomba, período em que o Japão participou da II Guerra Mundial; durante a explosão nuclear, que destruiu boa parte da estrutura da cidade, e, por último, o cotidiano da população de Hiroshima pós-cataclismo nuclear, isto é, as sequelas deixadas pela bomba e sentidas pela população local. Na conjuntura, Nakazawa utilizou a gramática dos mangás para transmitir e compartilhar suas experiências, vivências e sobrevivência ao desastre nuclear de Hiroshima para a população japonesa.

Nosso recorte de análise focou no período depois da catástrofe sobre a cidade, atentando-se em mapear as mudanças nas representações de paisagens ao longo desses dez volumes e que refletem a produção de um determinado discurso sobre o passado, contextualizando-as a partir de uma interpretação arqueológica que prioriza as formas de representação dos materiais. Para fins de contextualização, devemos mencionar que as histórias em quadrinhos são gêneros artísticos/literários, que apresentam em sua estrutura, conteúdo imagético e textual. Nesse sentido, imagens

e palavras constituem atributos inerentes na construção da linguagem dos quadrinhos, que por sua vez lida com esses recursos para contar uma determinada história ou explorar em forma de drama uma ideia (EISNER, 1989). Assim, “ler uma história em quadrinhos é sempre, em primeira instância, conectar-se prioritariamente ao encadeamento de fatos ou, se assim preferir, à dinâmica da narrativa” (GROENSTEEN, 2015, p. 132).

Para análise desse material, seguimos o caminho aberto por arqueólogos pós-processualistas, encabeçado por Ian Hodder, no qual se busca aproximações em termos de teorias e métodos. De fato, a Arqueologia pós-processual de Hodder, que ele denominou de Arqueologia Contextual, apresentou um programa baseado na tradição hermenêutica, focando em questões sobre contexto, significado, interpretação e subjetividade da cultura material (Hodder & Hutson, 2003). Isso possibilitou buscar outras fontes para compreender a dinâmica do passado, que no caso da pesquisa se concentrou em analisar um produto construído dentro de um passado recente (década de 1970) no contexto da indústria cultural japonesa, mas globalmente massificada no bojo da indústria cultural.

Os estudos de um passado recente na Arqueologia levantaram questões sobre a necessidade de abordar temas de interesses da sociedade e ao mesmo tempo suscitar novas discussões sobre a materialidade e temporalidade, além de facilitar o diálogo da Arqueologia com outras disciplinas científicas (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012). A Arqueologia do passado recente entra como um subcampo capaz de trazer leituras alternativas sobre eventos ocorridos recentemente, de modo a trazer novos dados e interpretações para o contexto em questão (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2008). Esse subcampo se constituiu, ainda que de forma discreta, na Arqueologia Histórica e ultimamente tem provocado um significativo impacto em termos teóricos e metodológicos dentro da Arqueologia e instigado debates em outras disciplinas de modo mais amplo (HARRISON, 2018).

Para melhor visualização do percurso de pesquisa e resultados obtidos, este artigo será estruturado em quatro tópicos. O primeiro tópico abordará os desdobramentos teóricos desenvolvidos na pesquisa. No segundo, as metodologias aplicadas no trabalho. O terceiro investigará o conteúdo imagético-textual nos diferentes contextos paisagísticos que transitam em *Gen Pés Descalços*. No quarto, apresentação dos resultados obtidos, que refletem as estratégias de construção de visões sobre um passado a partir de uma obra ficcional de cunho autobiográfico. Por último, as considerações finais sobre a relevância da pesquisa para os estudos arqueológicos.

QUADRINHOS COMO ARTEFATOS: APONTAMENTOS INTERDISCIPLINARES

Quadrinhos têm uma história e um conjunto de particularidades de linguagem, que foram definidas pela sociedade produtora de arte sequencial narrativa, ou seja, são objetos historicamente criados por grupos sociais para responder as suas demandas culturais. São artefatos culturais, frutos de intervenção humana, no qual contêm e constroem dialeticamente diferentes significados das sociedades que o criaram. Eles estão sujeitos a constantes transformações, ou seja, ao longo do tempo novas funcionalidades e recursos surgem para atender as necessidades humanas (REINHARD, 2018). Assim sendo, todo esse registro está preservado numa sequência narrativa contendo imagens e textos, sendo possível identificar uma gama de dados sobre sua sociedade criadora, como, por exemplo, relações socioculturais, legitimação de discurso, tensões sociais e políticas, contexto de produção,

imaginários sobre o passado ou futuro, memória, etc. Trata-se, portanto, de cultura material reveladora de comportamentos emergentes, já que são produtos que transitam ativamente no nosso cotidiano, moldando o comportamento de pessoas que as usam e ao mesmo tempo sendo reajustados aos interesses desse público consumidor.

A cultura material dos quadrinhos exibe uma materialidade que “traduz e exprime em termos visuais tudo que se pode ver: personagens, cenário, objetos, detalhes de atmosfera, expressões, gestos, ações. Na verdade, tudo exceto as trocas verbais (e pensamentos), as quais ela é incapaz de traduzir e pode apenas citar” (GROENSTEEN, 2015, p. 136). Os elementos representados nas histórias em quadrinhos também podem ser visualizados como uma paisagem repleta de significados construídos tanto pelo criador de quadrinhos quanto pelo leitor, ou seja, uma paisagem que mantém laços de interação com o autor e o público leitor; que transita no tempo e espaço; que constrói um canal de diálogo; que ocupa espaço na imaginação das pessoas; que é manipulada por diferentes agentes sociais quando é transformada para outros meios fora da linguagem da arte sequencial, como, por exemplo, uma adaptação em filmes e animações, pôsteres, peças teatrais, produção de objetos baseados em suas histórias, etc. Todo esse processo, tanto de uso e interação como de manipulação, contribui para inserir novas camadas de significados e história para o artefato (REINHARD, 2018).

Essa paisagem representada capta e preserva visões de mundos emergentes de uma sociedade, já que é produzida a partir de um contexto historicamente situado no tempo e espaço. A paisagem nos quadrinhos é qualquer elemento presente em sua gramática, como personagens, balões, quadros, requadros, onomatopeias, palavras, linhas, cenários, cores, sombras, etc. Ela também é memória, pois sua representação imagética-textual permite que as pessoas se lembrem, percebam e reelaborem eventos captados do mundo, seja do presente ou do passado e mostrado na narrativa da história em quadrinhos.

Entretanto, esses artefatos, na maioria das vezes, sempre são vistos como meros produtos de consumo e entretenimento. Visualizar esse objeto fora dessa visão reducionista parece ser uma tarefa difícil, mas não é. O principal fator de peso na resistência da Academia aos quadrinhos como fonte, está no fato de serem produtos para consumo das massas, ou seja, inseridos no bojo da indústria cultural. Assim sendo, seu potencial não pode ser reduzido em um mero aspecto mercadológico (RAMA, 2006). Devemos considerar que nos quadrinhos, estão inseridas questões que vão além dos apelos vendáveis, já que é um produto que circula nas mãos de um variado público, de diferentes classes sociais, que trabalham a mensagem transmitida pelo seu criador. A circulação da mensagem envolve múltiplas apropriações, recepções e ressignificações por quem a recebe. No caso da criação da obra, ela é envolvida por experiências, vivências, ideologias, imaginários representados pelo autor e situado no contexto de produção da história em quadrinhos, bem como na recepção em escala global.

No campo das Ciências Humanas e Sociais, particularmente na História, o advento da Nova História Cultural possibilitou aos quadrinhos ocuparem cada vez mais espaços dentro da Academia. A Nova História Cultural abriu caminhos para os pesquisadores atuarem e investigarem campos inexplorados pelas Ciências Humanas. O movimento encontrou consonância nas áreas de Letras, Pedagogia, Comunicação Social, Artes Visuais e História (CALLARI & GENTIL, 2015). Entre esses campos, encontra-se a Literatura, que passou a ser vista com outro olhar para o entendimento do passado humano, possibilitando “aos pesquisadores da cultura - em geral - e aos historiadores - em especial - adentrarem em um universo amplo e repleto de significações/representações” (SENA JUNIOR, 2010, p. 4).

Conforme explica Pesavento (2003), a análise da informação não deve se atentar ao conteúdo temporal da narrativa, mas sim as consequências históricas, sociais e culturais que permitiram a construção da narrativa.

Assim como na literatura, as histórias em quadrinhos também são produtos criados a partir de um contexto histórico e social da sociedade que favoreceu a criação e recepção da narrativa. Nesse sentido, *Gen Pés Descalços* é um mangá resultado dos diferentes acontecimentos que marcaram a sociedade japonesa na década de 1970, isto é, uma obra que absorveu a realidade daquela época. Essa história apresentou aos japoneses outra realidade sobre as duas cidades do país que foram atingidas pelas armas nucleares estadunidenses, sob a perspectiva do seu autor – um sobrevivente do desastre nuclear. As paisagens representadas no mangá foram desenhadas a partir do olhar de Nakazawa sobre a cidade destruída, inserindo suas vivências nesse novo ambiente construído, que é material, social e simbólico.

No que tange a ideia de representação, instrumentalizamos a abordagem teórica de Chartier (1991). Por meio desse autor, percebemos que as representações são instituições que visam firmar posicionamentos sobre a percepção do real, agindo sob diferentes perspectivas; construindo identidades e reafirmando visões de mundo. Elas estão sujeitas as transformações no tempo e espaço, pois atende aos interesses dos grupos que as forjaram. Seus discursos não são neutros, já que visam legitimar escolhas políticas e produzir mecanismos de lutas para confrontar com outras representações. É o que notamos na narrativa de Nakazawa, no qual exhibe uma história sob seu ponto de vista; uma testemunha ocular do evento ocorrido em Hiroshima. É uma história que mostra uma versão completamente diferente do que a Academia costuma contar. Isso inclui também a versão oficial divulgada pelo governo japonês, sobre o que aconteceu em 06 de agosto de 1945. O mangá *Gen Pés Descalços* nos apresenta uma história alternativa de Hiroshima a partir das vivências, memórias, experiências, relatos compartilhados por Nakazawa, no qual tem o propósito, de além de divulgar os horrores da guerra e das armas nucleares, confrontar o *establishment* acadêmico através de um produto que durante muito tempo foi rejeitado, excluído das investigações científicas. Ou seja, enquanto o interesse dos pesquisadores recai na reconstrução do passado, as representações direcionam esforços para projetar uma imagem desse passado em diferentes presentes (PORTELLI, 2004).

Nakazawa escolheu os quadrinhos para representar sua história de vida porque se identificou com a linguagem desse veículo comunicativo. Segundo ele: “eu sou um mangaká⁷, então os mangás são minha única arma”⁸ (NAKAZAWA, 2008, p. 11). Uma arma que tem a intenção de “mostrar de forma violenta [ao leitor] os horrores sofridos e presenciados, porque, de alguma maneira, é preciso alertar, é preciso evitar que o horror se repita” (GONÇALVES, 2011, p. 16). Seu relato não só exhibe sua história de vida como também incorpora um conjunto de narrativas dos sobreviventes do desastre nuclear em Hiroshima, expondo ao mundo memórias dolorosas do povo japonês. A história contada por Nakazawa é apenas uma dentre várias outras representações existentes que abordam o bombardeio nuclear em Hiroshima e Nagasaki sob diferentes pontos de vistas e posicionamentos acerca desse evento histórico.

Nessa seara de debate sobre a relevância dos quadrinhos na investigação científica, a inclusão desses artefatos nos estudos arqueológicos abre espaço para problematizar novas abordagens para se pensar o passado recente. De fato, a ampliação de fontes capazes de trazer outras leituras sobre o passado contribui para enriquecer a interpretação arqueológica (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012). Nessa perspectiva, pesquisar quadrinhos amplia possibilidades de adentrar na indústria cultural para identificar e formular interpretações sobre as estratégias

que esse campo atua, em diferentes contextos socioculturais, na conformação de sujeitos e na manipulação destes para satisfazer suas necessidades cotidianas.

Essas discussões teóricas desenvolvidas na pesquisa possibilitaram a aplicação de metodologias capazes de abordar a construção e recepção de representações nas histórias em quadrinhos e, ao mesmo tempo, perceber o caráter material desses processos.

LENDO QUADRINHOS: INTERFACES METODOLÓGICAS

A postura transdisciplinar adotada na pesquisa proporcionou a aplicação de metodologias preocupadas em identificar a construção de sentidos que perpassam a obra examinada. Foram utilizadas as seguintes metodologias na análise do objeto pesquisado: Hermenêutica de Profundidade (HP) proposto por Thompson (2011) e o Levantamento Arqueológico de Paisagem de Carver (2009), esta última adaptada à representação de paisagens em quadrinhos. Essas duas metodologias foram mescladas para se obter uma melhor compreensão e análise acerca dos contextos paisagísticos em *Gen Pés Descalços*.

A HP destaca que o artefato sujeito a análise é um produto carregado de simbolismo e significados que necessita de uma interpretação. Para isso, Thompson elaborou uma abordagem tríplice que inclui: análise sócio-histórica; análise formal ou discursiva e interpretação/re-interpretação. O pesquisador alerta que essas três fases “devem ser vistas não tanto como estágios separados de um método sequencial, mas antes como dimensões analiticamente distintas de um processo interpretativo complexo” (THOMPSON, 2011, p. 365).

A análise sócio-histórica examina como pessoas, situadas no tempo e espaço, agem e reagem às formas simbólicas, de sua produção à recepção. Por meio dessa fase, investigamos como foram produzidos e recebidos os mangás japoneses em diferentes contextos. Para isso, examinamos o histórico de desenvolvimento da arte pictórica narrativa japonesa, bem como a inserção dos mangás na indústria cultural, no intuito de compreender alguns aspectos iniciais envolvidos na produção e recepção de obras e a interação entre o mangaká e o público leitor.

A segunda fase da HP, que é a análise formal ou discursiva, visa investigar o sistema, a linguagem do objeto de estudo. Nessa fase, analisamos a estrutura interna da linguagem dos quadrinhos, especialmente a dos mangás japoneses, por possuírem uma gramática distinta das HQs ocidentais (SCHODT, 1996)⁹. De modo similar aos especialistas de arte rupestre, concentramos os nossos esforços para entender os sentidos produzidos pela disposição dos quadros e desenhos, organizados no intuito de invocar determinados sentidos, sempre passíveis de serem ressignificados.

A última fase da HP, que é a interpretação/re-interpretação, consiste em apresentar uma síntese dos resultados proveniente da análise formal ou discursiva e sócio-histórica. Na prática, possibilitou amalgamar os dados na elaboração de uma leitura geral sobre o artefato pesquisado.

Além da HP, utilizamos as três etapas de Levantamento Arqueológico de Paisagem de Carver (2009), compatível com quadrinhos. Essas fases foram utilizadas para investigar, descrever, mapear, contextualizar as representações de paisagens presente no mangá.

A primeira etapa, conhecida como pesquisa exploratória (*exploratory survey*), é usada para realizar um reconhecimento do local, ou seja, registrar tudo o que é visível na área. A aplicação dessa fase nos quadrinhos consiste em descrever tudo o que é visualizado na paisagem representada.

A segunda etapa consiste em uma pesquisa de avaliação (*evaluation survey*), sendo voltada para avaliar e compreender os processos de transformações no ambiente; o que foi alterado no

local, tendo em vista que a paisagem muda constantemente conforme as necessidades humanas. Diferente da pesquisa de exploração, que visa descrever tudo o que está em volta, a pesquisa de avaliação se preocupa com evidências não registradas na fase anterior, visando o preenchimento de lacuna de dados. A utilização dessa fase nos quadrinhos serve para investigar o contexto de produção e recepção do produto. Em termos práticos, essa etapa foi empregada para investigar os processos que favoreceram a criação do mangá *Gen Pés Descalços*.

A terceira e última etapa, que é a de pesquisas (*research surveys*), visa coletar dados específicos. É focada em explorar e questionar os dados obtidos do campo tratado. Também se interessa em fornecer um contexto para o local pesquisado. A aplicação dessa fase nos quadrinhos se refere ao mapeamento de mudanças na representação da paisagem ao longo da narrativa, contextualizando-as e dando-lhes uma interpretação. Ela é utilizada para mapear, contextualizar e apresentar uma interpretação arqueológica por meio dos resultados extraídos das etapas anteriores.

Assim, esse percurso metodológico contribuiu para trazer à baila preocupações arqueológicas quanto à construção de significados em termos de tempo e espaço na produção e recepção de quadrinhos, levando em consideração o contexto histórico de produção da obra e os processos de interação, uso e manipulação entre o público e autor.

PAISAGENS EM QUADRINHOS: PROSPECÇÃO INICIAL DOS DADOS

A partir do percurso metodológico explicitado no tópico anterior, utilizamos o mangá *Gen Pés Descalços* como ponto de partida para investigar a construção da paisagem de Hiroshima logo após a explosão nuclear, produzindo um cenário nunca vivenciado pelo povo japonês, sob a ótica de testemunha ocular de Nakazawa. As imagens¹⁰ analisadas na pesquisa foram escolhidas levando em consideração as transições temporais que acompanham a narrativa da obra, o que possibilitou extrair dados sobre cada contexto urbano presente em Hiroshima. Para os propósitos deste artigo, separamos para discussão as que melhor contemplam essas transições temporais a partir das principais tendências identificadas no mangá *Gen*, em compasso com a HP e do levantamento arqueológico de paisagem. Cabe destacar que uma visão mais detalhada desses dados pode ser visualizada em Machado (2019).

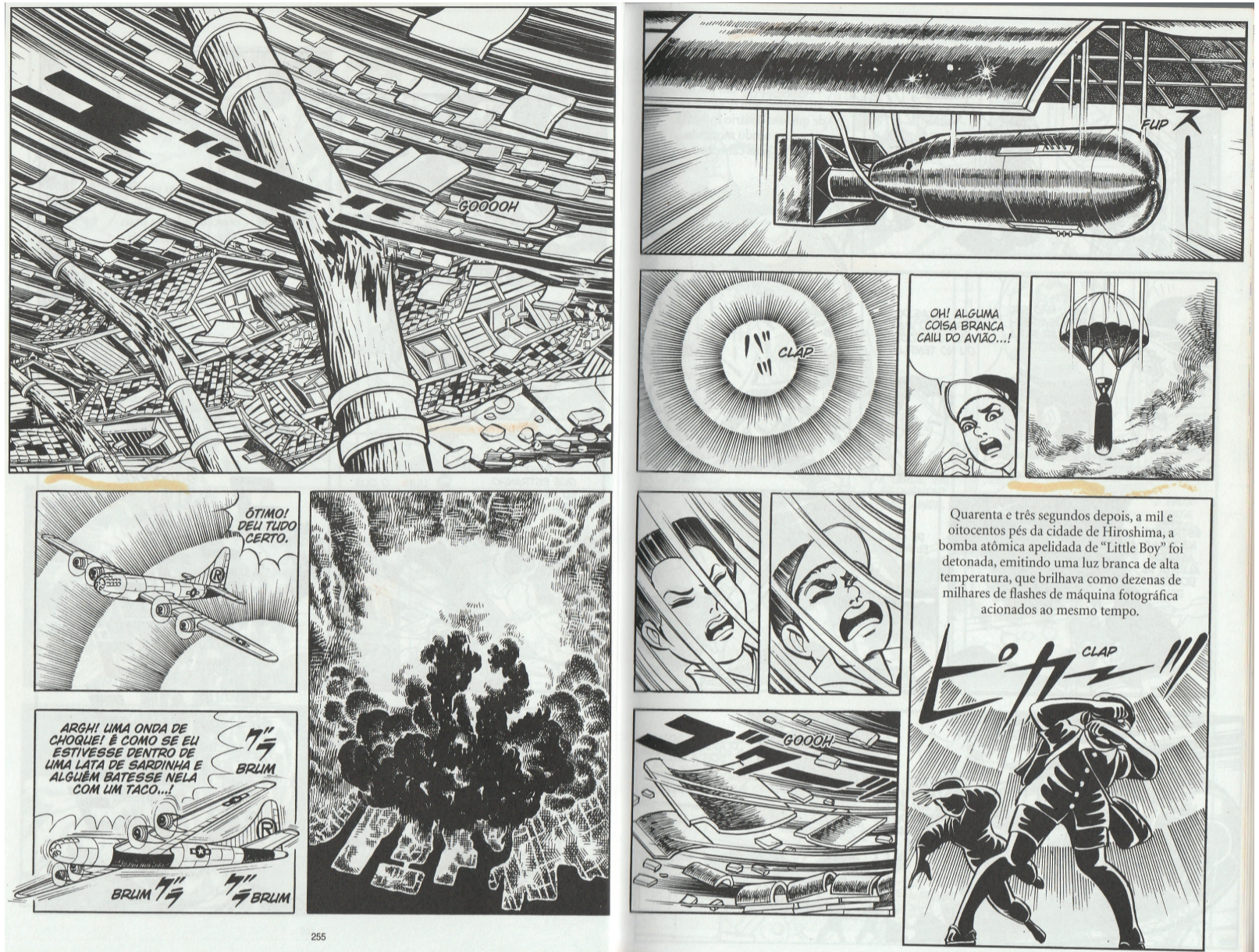


Figura 1: A explosão nuclear em Hiroshima. Fonte: (NAKAZAWA, 2011a, vol. 1, p. 254-255)

Nesta figura visualizamos o momento em que a bomba é despejada do avião para, em seguida, explodir em Hiroshima, produzindo um clarão que ofuscou a visão das vítimas e gerando uma onda de calor e ventania pela cidade. Nota-se aqui que o autor usa a disposição do tempo dos quadros – tempo este destacado a partir do tamanho dos quadros – para situar o ritmo de leitura do leitor em determinados requadros. Diferentes ângulos a partir da bomba são mostrados para o público acompanhar de perto os momentos antes e depois da explosão nuclear em Hiroshima. Além disso, a quantidade de quadros justapostos neste contexto paisagístico reforça a representação do poder da bomba nuclear e a destruição causada por ela na cidade (CHAPMAN *et al.*, 2015).

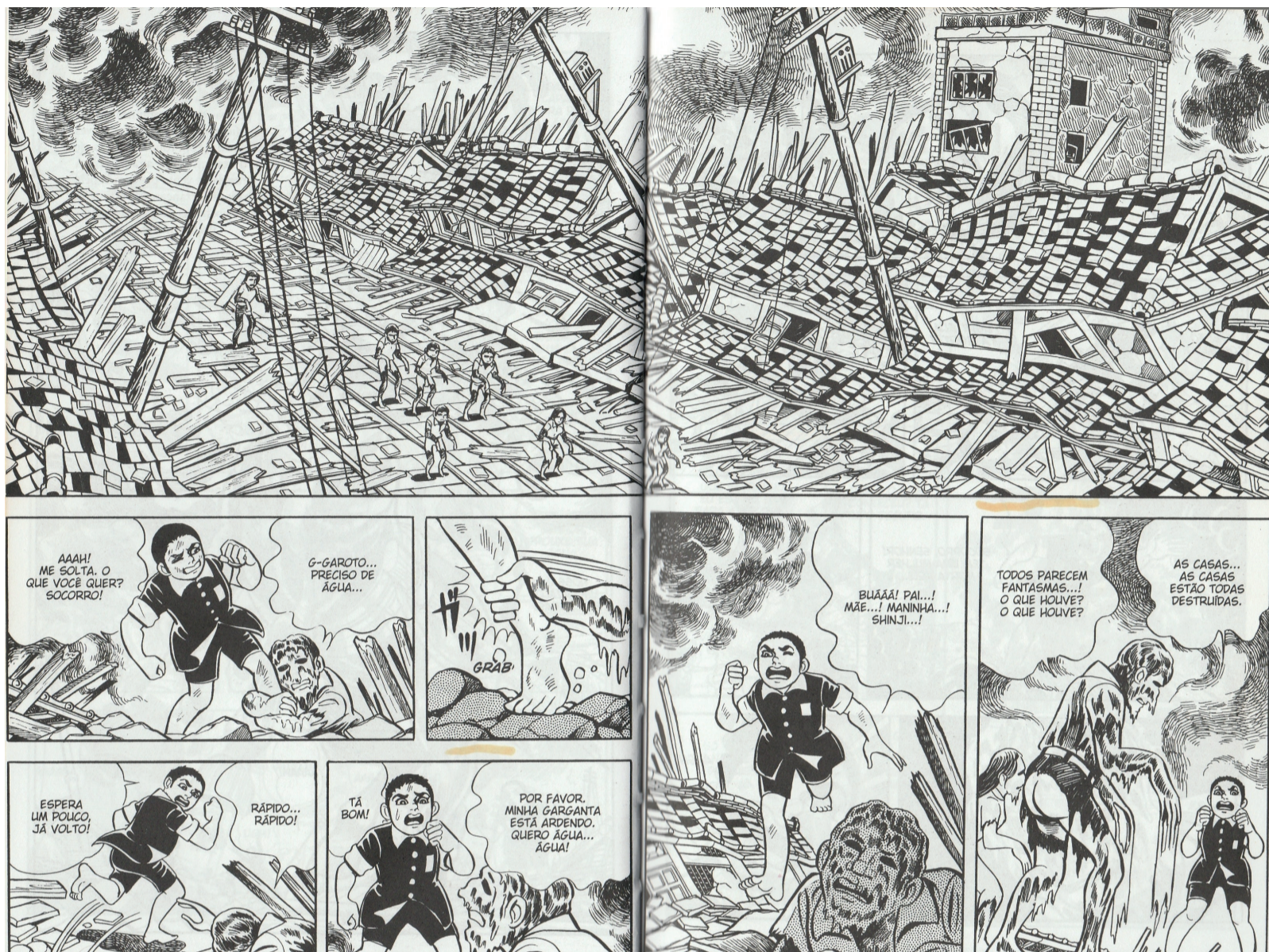


Figura 2: Hiroshima depois da explosão nuclear. Fonte: (NAKAZAWA, 2011a, vol. 1, p. 258-259)

Casas destruídas uma atrás da outra; pessoas desorientadas andando sem direção; postes de transmissão de energia elétrica com fios soltos pela cidade. No fundo, chamas consumindo as madeiras das casas destruídas e se alastrando pelo local. Esse é o conteúdo do primeiro requadro que atravessa duas páginas e ocupa a metade do corpo da página, deixando o interlocutor passar mais tempo absorvendo as informações contidas no quadro. A ausência de limite nas laterais esquerda e direita e parte superior revela espaço ilimitado (Eisner, 1989).

Percebe-se que esse quadro deveria cobrir por completo as duas páginas, mas o autor preferiu que a imaginação do público complementasse a outra parte, dado seu impacto logo de cara para o leitor. Esse painel exerce uma espécie de pressão nos requadros seguintes, assumindo uma função de zoom ao ampliar o estado em que as vítimas se encontravam naquele momento. Vejamos a representação do olhar das vítimas com peles derretidas. Seus olhos não possuem vida; o fundo escuro expressa olhares sinistros. Além do caos e destruição, esses olhares acrescentam mais uma camada imagética na paisagem obscura que toma forma em Hiroshima.



Figura 3: Paisagens em chamas. Fonte: (NAKAZAWA, 2011a, vol. 1, p. 275)

O recurso gráfico utilizado neste requadro condensa em um único quadro o caos, destruição, sofrimento e mortes que atravessam Hiroshima. Aqui o leitor consegue visualizar todo esse cenário apocalíptico pós-explosão nuclear. De imediato, o que capta mais a atenção do espectador no painel é o poste de fiação elétrica quebrado e a mulher segurando um bebê no colo. Consequentemente, primeiro é observado os detalhes desse poste para depois direcionar o olhar para o caos e sofrimento das vítimas. A absorção imagética começa na destruição e termina com as pessoas procurando ajuda. Nota-se, pelo formato do corpo dos balões, que as vítimas não gritam; outras, como no caso do bebê, sequer falam, mesmo apresentando uma feição facial que facilmente remete a emissão de som.

De um modo geral, o contexto paisagístico transmite ao leitor uma carga significativa de simpatia pelo sofrimento das vítimas. O conteúdo imagético-textual desse quadro e dos demais requadros analisados até agora evidencia que o traço simples do autor combinado com conteúdo sério é chocante e esse estilo trabalhado por Nakazawa intensifica ainda mais o impacto das imagens (Chapman *et al.*, 2015). De acordo com McCloud (1995), as linhas nos quadrinhos podem transmitir e estimular emoções ao leitor e essas linhas no mangá *Gen* carregam uma mensagem de vulnerabilidade das vítimas (CHAPMAN *et al.*, 2015).

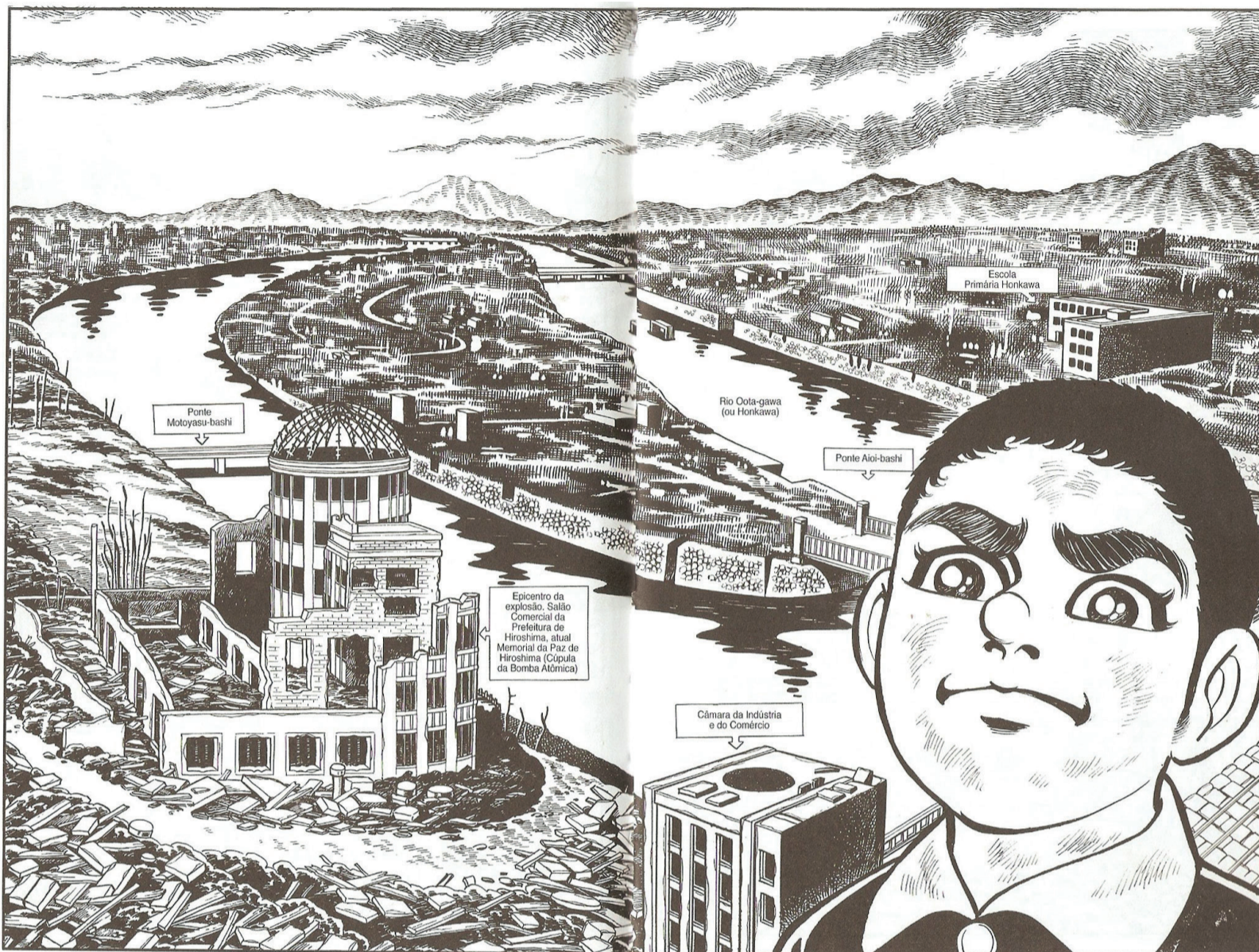


Figura 4: Paisagem pós-explosão nuclear. Fonte: (NAKAZAWA, 2011b, vol. 2, p. 30-31)

Nesta figura, em página dupla, um panorama do que aconteceu em Hiroshima. A explosão nuclear destruiu boa parte da cidade. *Gen* é representado em primeiro plano no enquadramento do requadro. Nessa paisagem modelada pela bomba nuclear, o destaque do personagem transmite a mensagem de que um novo ambiente de significações está sendo construído na cidade; um novo lugar a ser ocupado e transformado pela população sobrevivente.

O caos e desastre aqui é visualizado a partir de um ponto alto sobre a cidade. O leitor ainda conta com informações extras com nomes de alguns prédios e pontes que resistiram ao impacto da explosão. São estruturas públicas que em seu interior continham material suficiente para resistirem e permanecerem total ou parcialmente com seus formatos originais.

Este requadro poderia ser desenhado sem ter esses limites que o acompanha, mas Nakazawa preferiu deixá-lo fechado. Talvez para deixar o leitor se concentrar apenas naquele conteúdo dentro do quadro.

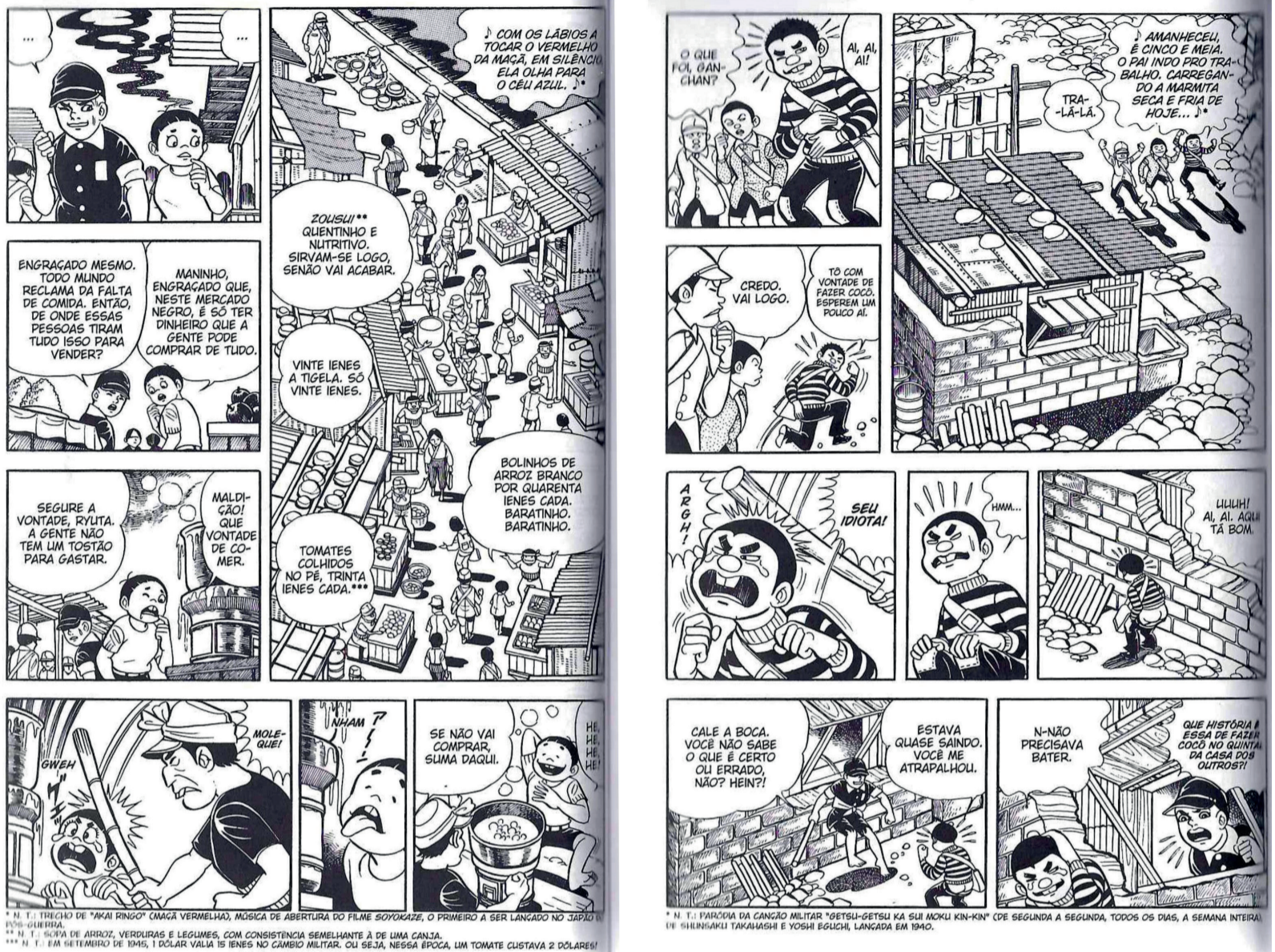


Figura 5: Ocupação de ambientes configurados pela bomba nuclear. Fonte: (NAKAZAWA, 2012a, vol. 4, p. 101 e p. 133)

Aqui visualizamos duas figuras diferentes que revelam a população ocupando, interagindo e manipulando a paisagem pós-explosão nuclear; contextos que evidenciam as relações cotidianas dos habitantes e formas de organização do espaço. A figura do lado esquerdo mostra uma rua bem movimentada do mercado clandestino de Hiroshima. Já no lado direito, o contexto exhibe o novo lar da família do protagonista. No escopo mais amplo, o que se percebe é a forma como foram construídos e rearranjados esses estabelecimentos, no qual todos compartilham a mesma estrutura de construção, ou seja, casas erguidas a partir dos escombros deixado pela bomba nuclear. Evidencia-se como as condições materiais postas pela bomba forçaram a população a procurar destroços espalhados pela cidade para construir suas novas residências, tais como madeiras, telhas de zinco e blocos de rochas para reforçar o telhado da casa.

Merece nota de destaque o tamanho do penúltimo requadro da figura do lado esquerdo e o quinto quadro do lado direito. O perímetro desses requadros expressa o estado particular em que se encontram os personagens. O tempo é medido para entrar em consonância com uma situação de pressa – sentimento de fome e necessidade de defecar. A paisagem comunica ao leitor o estado interior dos sujeitos desses painéis.



Figura 6: Gen conhecendo a casa de sua amiga. Fonte: (NAKAZAWA, 2012a, vol. 4, p. 157)

Se na última figura exibia construções feitas a partir de madeiras, blocos de rochas e telhas de zinco – materiais oriundos da destruição de Hiroshima – neste contexto paisagístico um novo tipo de moradia é mostrado. Trata-se de casas populares, conforme é possível captar essa informação através do diálogo entre os personagens. A casa tem um bom destaque no enquadramento do requadro, ocupando a maior parte do espaço. E o tamanho do quadro e conteúdo imagético em seu interior são suficientes para o leitor visualizar a fachada de uma das moradias populares construídas e vendidas pelo governo.

No canto inferior direito, ponto que encerra a leitura da imagem, o leitor depara-se com um telhado de uma casa pequena. Esse telhado possui uma irregularidade na distribuição do material de cobertura em relação ao da casa que tem sua fachada exibida. Possivelmente, essa casa não pertence ao conjunto habitacional ou sua construção apresenta características que diferem da moradia destaca no requadro.

Numa comparação entre esta figura e a 5, é notório a discrepância dos espaços de moradias nesses contextos paisagísticos. De um lado, pessoas erguiam suas casas com os destroços que encontravam no caos de Hiroshima, no outro, moradias sofisticadas construídas e vendidas pelo governo. A desigualdade é latente ao observar esses contrastes; o cenário que se configurou no pós-explosão nuclear ocasionou um acirramento nas contradições socioeconômicas mais marcantes em Hiroshima.

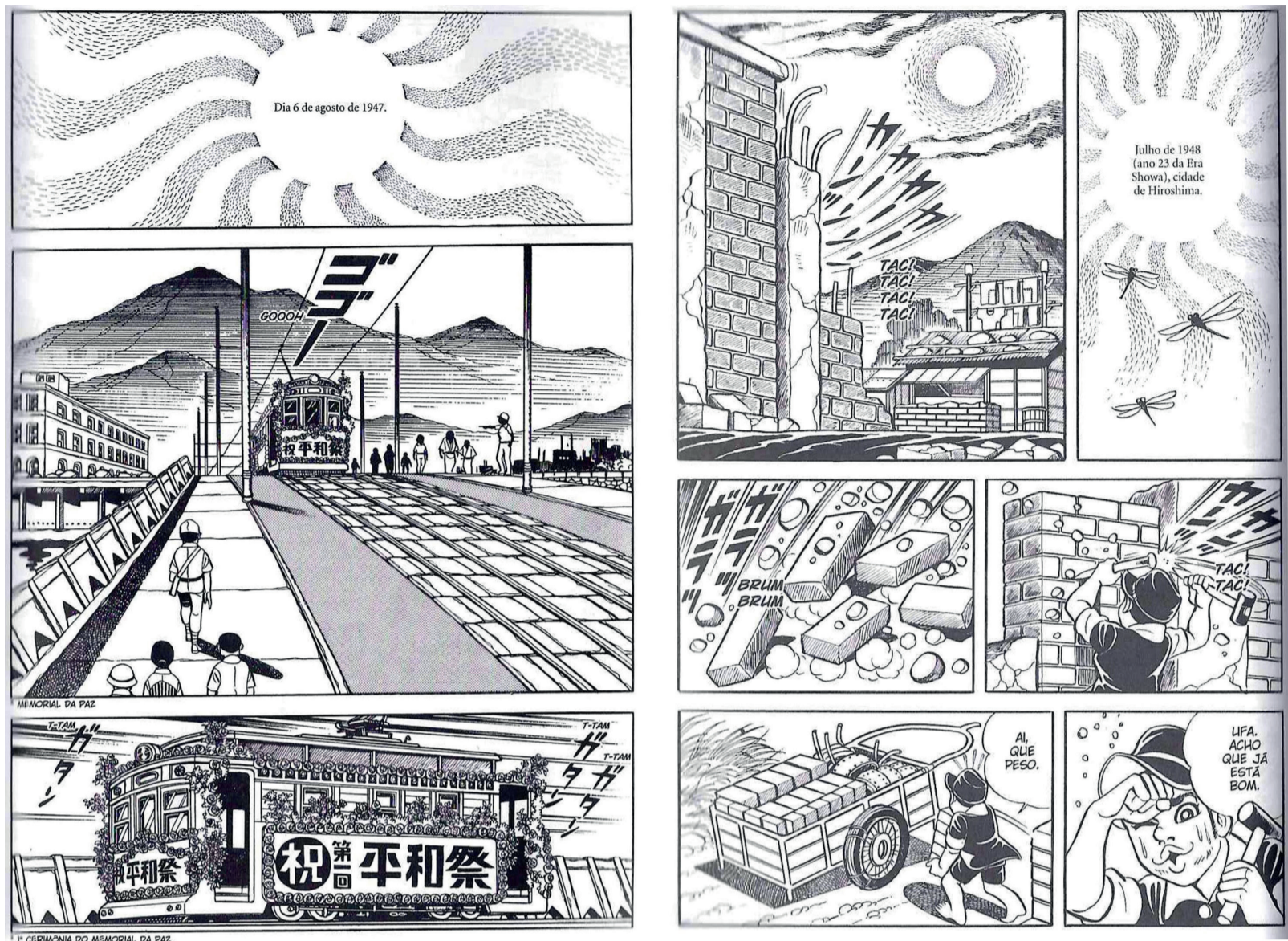


Figura 7: Transição temporal de contextos paisagísticos.
 Fonte: (NAKAZAWA, 2012a, vol. 4, p. 234| NAKAZAWA, 2013, vol. 6, p. 119)

A representação do sol no primeiro requadro de cada página da figura trazem à tona uma memória daquele fatídico 06 de agosto de 1945. A clareza que esses dois sóis revelam remete ao clarão produzido no dia da explosão nuclear em Hiroshima. Seus raios em forma de linhas bem pequenas, que, em conjunto, caminham onduladamente, lembram o sofrimento das vítimas daquele calor de verão que intensificou a dor de suas feridas. Outro fator observado nesses sóis são as datas em seu interior, servindo como demarcação de passagem temporal e de transição de contextos paisagísticos dentro da narrativa.

O contexto entre as duas páginas possui uma distância temporal de um ano, e, ainda assim, é possível visualizar Hiroshima convivendo com a destruição deixada pelo desastre nuclear. Ao mesmo tempo, presencia-se a população procurando meios para sobreviver e continuar ocupando esse novo ambiente configurado, como podemos assistir *Gen* demolindo um muro e recolhendo seus destroços para vendê-los em alguma sucata.

Percebe-se que o primeiro painel de cada figura possui o mesmo formato geométrico, entretanto seus encaixamentos são distintos no suporte da página – o primeiro é um retângulo vertical, enquanto o segundo é horizontal. Em se tratando de ser o primeiro quadro, acaba ordenando a configuração dos demais requadros dentro dos limites da página, por outro lado orienta o ritmo de leitura do leitor. Enquanto a primeira página mergulha o espectador num único cenário fragmentado em mais de um quadro, o outro transporta o olhar para distâncias significativas de espaço e tempo.

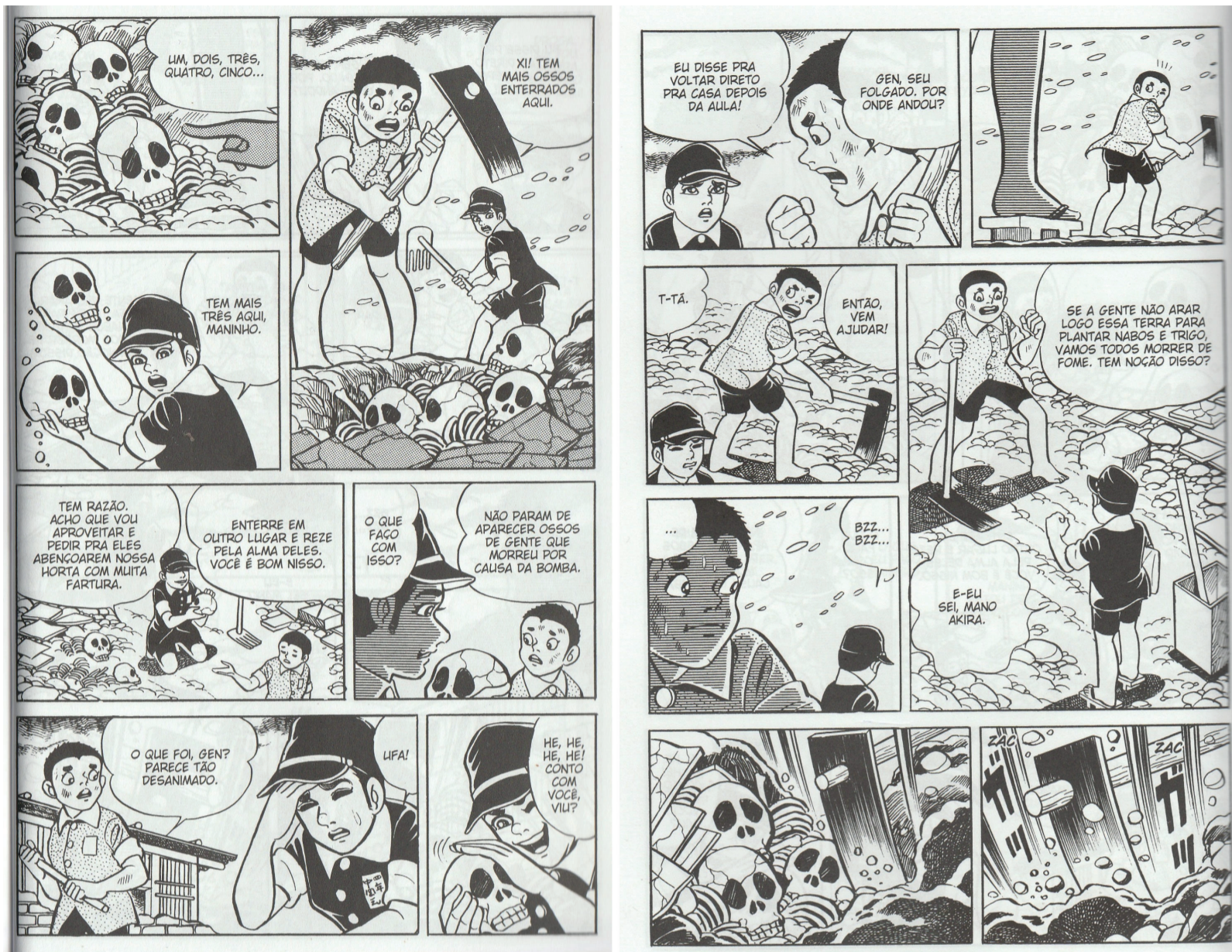


Figura 8: Personagens encontrando ossadas. Fonte: (NAKAZAWA, 2012b, vol. 5, p. 50 e p. 49)

Nas duas páginas acima é revelado um contexto em que os personagens Akira e Gen encontram ossadas quando aram a terra da residência onde moram para plantar nabos e trigos. Na medida em que eles escavam, encontram ossos e mais ossos quando os sedimentos são removidos. Constata-se que o solo de Hiroshima está repleto de ossadas de pessoas que morreram por causa da bomba nuclear. As ossadas estão aflorando em diversos cantos da cidade, conseqüentemente a população busca meios para lidar com essa grande quantidade de ossos desenterrados. A conjuntura aqui ganha uma nova configuração, estabelecendo um intercâmbio entre passado e presente por meio do material osteológico das vítimas mortas pelo cataclismo nuclear.

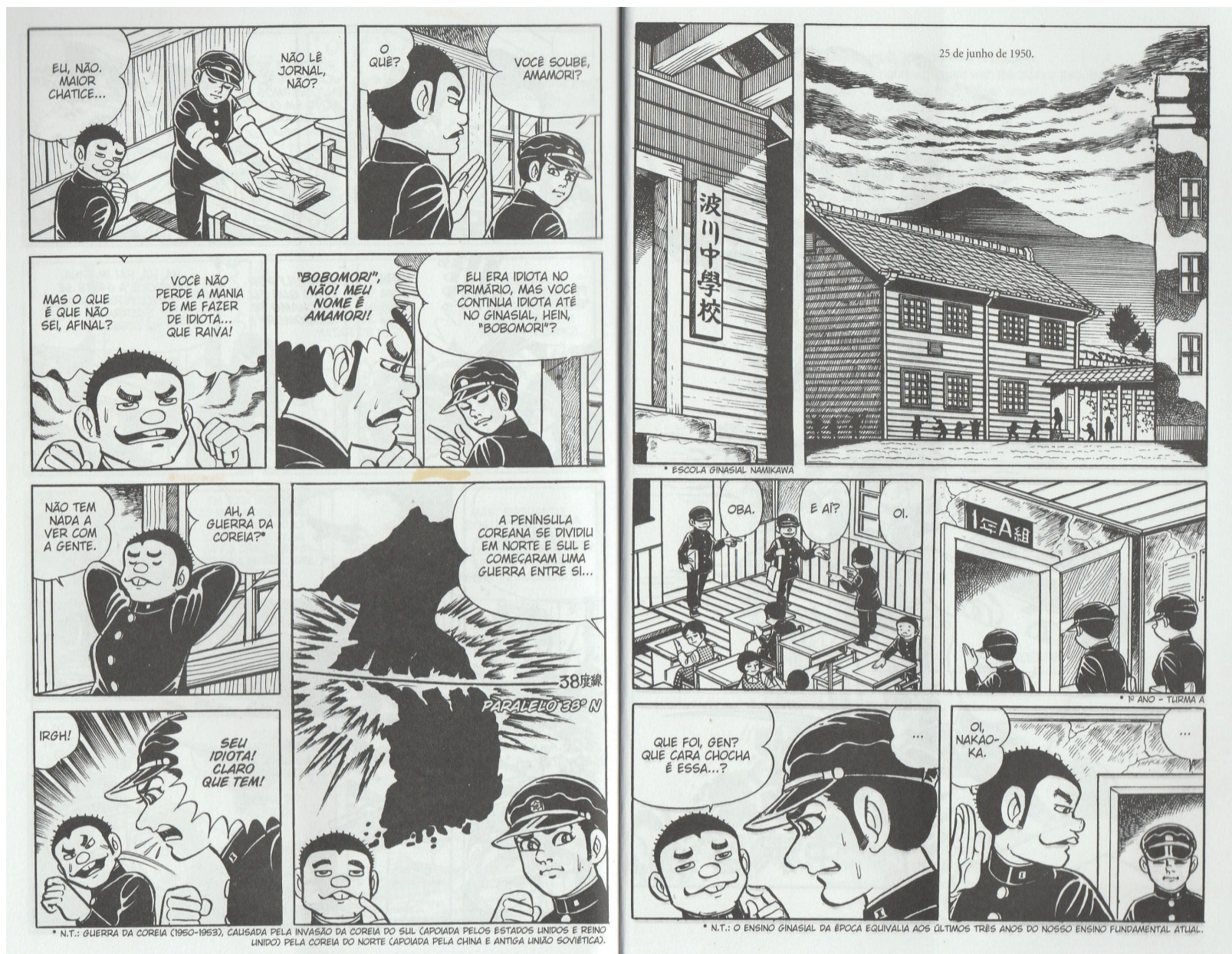


Figura 9: A Guerra das Coreias. Fonte: (NAKAZAWA, 2015, vol. 8, p. 04-05)

É verão de 1950. Nota-se que Nakazawa não marcou a transição temporal em um sol. A temporalidade da narrativa se passa no início da Guerra Fria, então é de supor que os próximos cenários a partir desse contexto terão disputas acirradas sob diferentes perspectivas.

A quantidade de quadros neste contexto paisagístico revela a preocupação dos personagens sobre os recentes acontecimentos na península coreana¹¹, temendo o envolvimento do Japão na guerra e dos envolvidos utilizarem armas nucleares na região. O cenário que é visualizado como um todo mostra o ambiente interno de uma escola e cada painel exibe um detalhe de cada parte da estrutura do espaço escolar.

O décimo primeiro quadro difere do restante dos painéis por apresentar um conteúdo imagético-textual que não é do ambiente escolar e sim de um mapa da península coreana dividida em dois países. As linhas que remetem a uma explosão e que circunda o centro da representação da península reforçam um estado de guerra na região. Essas linhas são identificadas como selvagens e mortais (MCCLLOUD, 1995). O mapa serve como uma ilustração do comentário de Gen sobre a situação da península coreana, e o fundo branco do quadro potencializa o clima de tensão nas Coreias.

As transformações que ocorrem nesse contexto paisagístico revelam o poder público tentando a todo custo remover qualquer moradia identificada como irregular dentro do raio de construção da cidade da paz. O despejamento de famílias que já ocupavam a região e sem qualquer tipo de assistência do governo abre um novo capítulo de conflitos em Hiroshima.

Os requadros das duas páginas da figura possuem uma regularidade na distribuição horizontal de encaixamento dos painéis. O intervalo ou espaço em branco entre os quadros, conhecido como sarjeta, apresenta uma continuidade horizontal entre as páginas. Identifica-se que o tempo de duração de leitura é quase idêntico para cada página.



Figura 12: Gen se despedindo de Hiroshima. Fonte: (NAKAZAWA, 2016, vol. 10, p. 256-257)

Os requadros possuem tamanhos médios de forma a dar espaço para Gen se despedir lentamente de Hiroshima. A cidade aqui é lembrada, transmitindo os sentimentos do autor pelo local que está se reerguendo dos escombros de destruição para ser uma cidade da paz. O pisoteamento do trigo visto da janela do trem pelo protagonista, serviu como um gatilho para ele se lembrar de conselhos paterno, que fala do trigo como símbolo de vitalidade, força e resiliência diante de adversidades da vida. Como símbolo, o cereal carrega significados mais amplos: é um alimento que entra em contraste com o arroz, sendo este associado historicamente ao imperador e sua política soberana de poder centralizado, enquanto o trigo simboliza autonomia e resistência a esse sistema centralizador (LAMARRE, 2010).

No último requadro, que tem o tamanho maior, as onomatopeias¹² vão aumentando no intuito de acompanhar o movimento do trem até romper o limite do painel. A perspectiva que o veículo ferroviário ocupa no enquadramento do painel transmite uma sensação dele sair daquele espaço para continuar seu trajeto na mente do leitor.

RESULTADOS OBTIDOS: CONTEXTUALIZANDO E INTERPRETANDO CONTEXTOS PAISAGÍSTICOS

Realizada a análise do conteúdo imagético-textual, apresentaremos os resultados obtidos na investigação do mangá *Gen Pés Descalços*. Para melhor compreensão da captação de dados, separamos um subtópico específico para cada metodologia aplicada no trabalho, visando facilitar a leitura de resultados. Primeiro, apresentaremos os dados alcançados em cada fase da Hermenêutica de Profundidade de Thompson (2011) para, em seguida, divulgar os resultados adquiridos pelo levantamento arqueológico de paisagem de Carver (2009).

Dados obtidos pela Hermenêutica de Profundidade

Este subtópico será dividido em três partes de forma a auxiliar na percepção dos resultados apurados em cada fase da HP.

Análise sócio-histórica da HP

Nessa fase da HP identificamos que a sociedade japonesa possui uma rica tradição de narrar eventos em formato de desenhos e esse histórico é bem antigo. A continuidade dessa tradição milenar possibilitou aos japoneses se familiarizarem com a narração gráfica, o que contribuiu significativamente no surgimento e aceitação social dos mangás (BOUISSOU, 2010). Além disso, percebemos que o mercado, diferente dos quadrinhos ocidentais, é direcionado para atender a um público específico e encontra-se segmentado por gêneros através de faixa etária, sexo e gostos específicos, sendo esse mercado bastante disputado e absorvendo a maior parte da receita editorial do país. Os mangakás precisam cumprir um rigoroso calendário exigido pela editora e ajustar a história para atender ao gosto do público-alvo – por meio de enquetes distribuídas e recolhidas pelas editoras – para que a antologia/série não seja cancelada.

Também foi investigada a biografia de Keiji Nakazawa para saber o contexto de produção de *Gen Pés Descalços*; as decisões por trás da criação da obra. Nela, obtemos informações que o autor nasceu na época em que eclodiu a II Guerra Mundial. O mangaká tinha seis anos quando presenciou a destruição em sua cidade natal, perdendo alguns parentes mais próximos. Na década de 1960 ele se mudou para Tóquio na esperança de conseguir uma editora disposta a editar seus primeiros trabalhos. Logo após a morte de sua mãe, o autor se dedicou a escrever histórias baseadas em suas experiências sobre a bomba nuclear. Posteriormente, devido aos acontecimentos marcantes da década de 1970, tanto no Japão quanto no mundo, decidiu desenhar sobre sua vida, culminando na criação de sua obra máxima, *Gen Pés Descalços* (NAKAZAWA, 2008; NAKAZAWA, 2010).

O mangá *Gen* demorou 12 anos para ser concluída (1973-1985), completando 10 volumes impressos em forma de livros – o último encadernado (volume 10) foi publicado em março de 1987¹³. Nesse período de publicação, o mangá passou por diferentes revistas até finalizar a história. Inicialmente a série foi editada na revista *Weekly Shonen Jump*, pertencente a uma das grandes editoras do mercado de mangás no Japão e voltada para o público infanto-juvenil masculino, sendo cancelada após completar 18 meses circulando na empresa. A obra foi interrompida por causa do conteúdo impactante da narrativa, além de fatores como a crise do petróleo na década de 1970, a baixa popularidade, troca de editor e pressão política interna na editora desautorizando

a venda de encadernados (NAKAZAWA, 2010). Após o cancelamento na *Shonen Jump*, o mangá foi acolhido nos seguintes meios: *Shimin*, *Bunka Hyoron*¹⁴ e *Kyoiku Hyoron*. Diferentemente da *Shonen Jump*, essas três revistas não eram voltadas para o entretenimento e sim para o setor da educação, sendo, no entanto, que isso não afetou substancialmente o estilo de Nakazawa (LAMARRE, 2010).

Em termos de recepção, as edições encadernadas renderam versões para as mídias de massa. Em 1976 a série conseguiu adaptação em filme *live-action*¹⁵, sendo dividida em três partes e concluída em 1980. Na década de 1980 ganhou versão animada, no qual precisou ser dividida em duas partes (1983 e 1986). Em agosto de 2007 a história se transformou em seriado televisivo para uma emissora de TV japonesa e transmitida aos telespectadores por dois dias. Também houve versões para peças de teatro e ópera. O mangá tornou-se o primeiro quadrinho a ocupar as prateleiras das bibliotecas escolares do país (NAKAZAWA, 2008).

Gen Pés Descalços obteve a oportunidade de ser traduzido em outras línguas – até 2013 a série já tinha recebido tradução em 20 idiomas e vendido mais de 10 milhões de cópias no Japão e no exterior¹⁶. A primeira tradução da obra, em língua inglesa, aconteceu em 1976 através do Projeto Gen. O projeto nasceu da iniciativa de jovens japoneses e estrangeiros residentes em Tóquio, no qual se voluntariaram para transmitir a mensagem de *Gen* para outros países. Quatro volumes da série foram traduzidos e o mangá sofreu alteração na distribuição das cenas dos quadrinhos para atender a leitura ocidental: orientado da esquerda para a direita (Nakazawa, 2003). No Brasil, os quatro volumes foram trazidos pela editora Conrad, entre 1999 e 2001, da versão estadunidense originada do Projeto Gen. Em 2011 a Conrad republicou os dez volumes da história traduzida diretamente do japonês, sendo concluída em 2016.

Análise formal ou discursiva da HP

Essa fase constitui a síntese formal dos dados apresentados no tópico “paisagens em quadrinhos: análises iniciais”. Por meio dessa etapa, foi possível capturar alguns sentidos que emanam da obra de Nakazawa, considerando a linguagem dos mangás. Há diversos requadros, com seus múltiplos formatos, construídos para transmitir possíveis sentimentos e significados não só do autor, mas também dos próprios personagens da narrativa. O autor manipula constantemente o ritmo de leitura do leitor, isto é, a gramática dos quadrinhos permitiu a Nakazawa controlar o tempo de leitura e apropriação do conteúdo imagético-textual por parte do espectador, desencadeando um conjunto de emoções no público.

Esses vários artifícios da linguagem dos quadrinhos, especialmente dos mangás, contribuíram para que *Gen Pés Descalços* interagisse com o público leitor sob diferentes perspectivas. Uma delas advém das ações dos personagens na narrativa, que agem, reagem e sentem emoções particulares em dado contexto paisagístico da obra, isto é, a forma como a gramática da arte sequencial opera proporciona a formação de uma consciência interior nos sujeitos que circulam na história, estimulando emoções complexas por parte do interlocutor. O leitor é transportado para o mar profundo das emoções dos personagens; ele é absorvido por essa paisagem imagética-textual, a qual imprime uma marca significativa e impactante na mente desse espectador (Kajiya, 2010). É por via desse processo que o público encontra uma rara oportunidade de levantar questionamentos acerca da distinção entre vítima e agressor ou entre o bem e o mal e, também, as realidades da guerra e da paz, abrindo espaço para reavaliarmos esses conceitos (KAWAGUCHI, 2010).

Outro ponto notado na análise imagético-textual de *Gen* se refere a justaposição dos

requadros e de como eles são estabelecidos no corpo da página. De acordo com Kajiya (2010), os quadros apresentam uma disposição ortodoxa e a ação não ultrapassa o limite do painel; o que se visualiza é uma estrutura regular entre os quadros (LAMARRE, 2010). Os requadros são quase todos retângulos. Essa foi a fórmula que Nakazawa encontrou para se expressar na linguagem dos mangás, explorando ao máximo esse recurso dentro de arranjos de quadros monótonos.

Interpretação/re-interpretação da HP

O mangá examinado foi produzido no contexto da década de 1970, cuja narrativa compartilha com o leitor a experiência, vivência e sobrevivência do autor sobre o desastre nuclear em Hiroshima. A paisagem imagética-textual do produto envolve e estimula uma significativa carga de emoções no interlocutor, deixando marcas em sua mente. O conjunto de elementos que transita na obra combinado com o desenvolvimento narrativo de um conteúdo sério promove uma complexidade emocional no espectador que pode até ser traumática ao ler o mangá (KAJIYA, 2010).

A obra de Nakazawa não só nos convida a compartilhar sua história de vida e memórias de Hiroshima como também aborda questões sobre o suporte material utilizado para transmitir a experiência, isto é, considerações sobre a gramática dos mangás para a nossa compreensão acerca de representações de traumas, guerras e armas nucleares (LAMARRE, 2010). A representação da bomba nuclear influenciou profundamente a formação da subjetividade tanto do leitor quanto do autor (SAKAGUCHI, 2010).

Dada a conjuntura da década de 1970, o mangaká encontrou a oportunidade perfeita para criar histórias baseadas em suas memórias de infância e juventude sobre o desastre nuclear em Hiroshima, pois a população japonesa naquela época estava aflita com as notícias sobre a Guerra do Vietnã. Para o autor, as imagens que ele recebia da imprensa transportava o mangaká para suas memórias traumáticas que remetiam a guerra e a bomba nuclear, por isso sentia a necessidade de descarregá-las em sua obra máxima, *Gen Pés Descalços*, e alertar a população sobre os perigos do uso de armas nucleares. Com isso, Nakazawa transmite seu depoimento de testemunha ocular para a linguagem dos quadrinhos; ele firma seu posicionamento sobre as armas nucleares através de um produto culturalmente construído pela população japonesa.

A história foi inicialmente dirigida ao público infanto-juvenil masculino, já que o mangá foi editado em uma revista direcionado para essa faixa etária. A narrativa se desenvolve a partir das convenções do mangá *shounen*¹⁷. Isso favoreceu a aceitação da obra por parte desse público-alvo, que apresentou personagens com a mesma idade do leitor para que este tivesse uma melhor identificação com as vítimas sobreviventes da bomba nuclear (KAJIYA, 2010). Posteriormente, a obra rompeu os limites da recepção ao transitar em espaços políticos e partidários, como na época em que circulava na revista do Partido Comunista Japonês e a autorização do governo para ocupar espaço nas bibliotecas de ensino básico do país. A permissão causou certa estranheza por parte de Nakazawa, já que a história responsabiliza o imperador pela guerra e crítica ao sistema imperial japonês (NAKAZAWA, 2008).

A crítica constante do sistema imperial presente no mangá manifesta a investida em desconstruir com força a narrativa dominante em torno da representação que aborda a experiência nuclear no Japão pós-guerra, mostrando uma clara tentativa em lembrar ao público as inúmeras experiências pessoais que não são reconhecidas pelo discurso oficial (KAWAGUCHI, 2010). É a memória entrando em disputa sobre os eventos pós-desastre nuclear ocorrido em Hiroshima e Nagasaki. Nessa situação, a memória oficial e a memória subterrânea (POLLAK, 1989) disputam

espaço no campo da recepção para fixar na memória do povo japonês um fato ocorrido no passado, no qual cada representação conta e transmite sua própria versão.

De um modo geral, as representações de paisagens em *Gen Pés Descalços* revelam o contexto histórico em que foram produzidas, no qual elas transmitem uma mensagem de denúncia e protesto contra a produção e uso de armas nucleares, que eram usadas como poder de barganha na geopolítica mundial durante o período da Guerra Fria, época de produção da obra. Segundo Nakazawa (2010), ainda existem vítimas da bomba e seus derivados tanto no Japão quanto no mundo e enquanto essas armas nucleares continuarem a existir, Hiroshima permanecerá a ser um problema. Ou seja, essas representações paisagísticas objetivam mostrar os horrores causados pelas armas nucleares, que mudaram radicalmente os modos de vida da população de Hiroshima, deixando sequelas na memória das vítimas.

Dados obtidos pelo Levantamento Arqueológico de Paisagem de Carver (2009)

Os resultados alcançados pela HP possibilitaram extrair informações para a elaboração de uma interpretação arqueológica das paisagens presentes em *Gen Pés Descalços*, bem como situá-la em seu contexto de produção.

Através do levantamento arqueológico de paisagem de Carver (2009) – por meio da fase de pesquisas – identificamos que o mangá *Gen Pés Descalços* apresenta uma diversidade de espaços e tempos ao longo de sua narrativa, evidenciando o interesse do autor em demarcar essas diferentes transições que estão a todo momento acompanhando as transformações da realidade de Hiroshima. Elas foram marcadas e delimitadas a partir da memória de Nakazawa e materializada por meio da gramática dos quadrinhos. Isso nos permitiu mapear os contextos paisagísticos presentes na obra. Identificamos três tipos de camadas de formação e ocupação: paisagens nucleares, que se formaram a partir da explosão nuclear na cidade, destruindo tudo o que via pela frente e deixando rastros de mortes e sofrimento na região; paisagens pós-nucleares, que foram as paisagens modeladas pelo desastre nuclear nos dias seguintes, bem como remodelada pela população local; paisagens reconstruídas, que foram aquelas da década de 1950.

Nas paisagens nucleares – identificada nas figuras 1, 2, 3 e 4 – percebemos um contexto em que Hiroshima é atingida por um mar de chamas e destruição. As vítimas têm seus corpos desintegrados pela explosão nuclear e logo morrem devido às graves queimaduras por todo o corpo. Essas paisagens possuem um período curto de atuação na narrativa. Pela contagem temporal, elas ocuparam e permaneceram dois ou três dias em Hiroshima. A construção dessas paisagens parece mais sensível para Nakazawa, pois transportava o mangaká para lembranças vívidas de um passado traumático; era sufocante para o autor desenhá-las (NAKAZAWA, 2008).

Em seguida, as paisagens pós-nucleares – expressa nas figuras 5, 6, 7 e 8 – revelam os sobreviventes ocupando um novo espaço construído e reajustando esse ambiente, inserindo diferentes significados nele. As vítimas construíram suas casas com materiais provenientes dos escombros, tais como telhas de zinco, madeira e blocos de rochas. Mas à medida que iam construindo suas casas, os moradores encontravam ossos de pessoas que morreram por causa da bomba nuclear. Um tempo passado que, de uma hora para outra, ele entra no presente, adicionando uma nova camada de significados no contexto paisagístico da obra.

Essas paisagens pós-nucleares também promoveram desigualdades expressas em bases materiais, representada na aquisição de materiais para a construção de moradias. Por meio da arquitetura de diferentes casas, é possível identificar as condições socioeconômicas que passavam

cada personagem na obra analisada. Notamos que as paisagens pós-nucleares permaneceram até 1949, dando espaço para as paisagens reconstruídas (1950-1953).

Nas paisagens reconstruídas – revelada nas figuras 9, 10, 11 e 12 – Hiroshima transita em um contexto situado na Guerra Fria, no qual as paisagens sintonizam com o contexto da década de 1950. Conflitos e disputas são mostrados, como, por exemplo, a Guerra das Coreias e a desapropriação de casas pelo poder público, deixando a população mais vulnerável sem lar e desamparada para dar lugar à construção da cidade da paz.

Essas diferentes representações de paisagens têm seu contexto de produção ligado à década de 1970. Diversos acontecimentos do final da década 1960 para o início da década de 1970, como a retomada de relações diplomáticas do Japão com a China e Coreia do Sul, a crise do petróleo e a Guerra do Vietnã (NAKAR, 2008) abriram espaços para Nakazawa publicar *Gen* e ter sua narrativa aceita pelo público naquela época. A Guerra do Vietnã era constantemente noticiada pela imprensa e os conflitos naquele país lembravam os tempos de guerra do império japonês. Tais notícias foram decisivas para Nakazawa ter flashbacks de memórias traumáticas sobre o bombardeio nuclear em Hiroshima, transportando essas lembranças em *Gen Pés Descalços*. A obra em si é um registro que preservou esse contexto na linguagem dos mangás.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada neste artigo serviu para testar as possibilidades de investigação arqueológica sobre representações paisagísticas inseridas em um artefato oriundo da indústria cultural, adicionando novos problemas para esse campo e ampliando foco de interesse no tocante as temáticas e fontes para a compreensão de um passado recente. De acordo com González-Ruibal (2008), a Arqueologia do passado recente suscita importantes debates que tem a ver com a Arqueologia de um modo geral, como tempo, memória e materialidade, por exemplo. Em se tratando dos quadrinhos, esses artefatos oferecem dados sobre comportamentos emergentes de uma sociedade contemporânea, sendo, portanto, uma rica fonte para compreender e investigar esses processos que estão registrados e preservados numa sequência de imagens e textos.

O conteúdo que os quadrinhos carregam é permeado de significados. Eles carregam consigo princípios culturais, sociais e políticos próprios da indústria cultural, constantemente consumido pelas massas (RIBEIRO, 2018). Também refletem, por meio da representação de objetos, modos como uma sociedade observa as mudanças físicas em seu mundo circundante (RIVERA *et al.*, 2016). Nessas circunstâncias, é papel da Arqueologia investigar essa materialidade que participa ativamente na formação desses sujeitos em cada contexto histórico e cultural (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2012).

A análise da obra *Gen Pés Descalços* só foi possível com o auxílio de outros campos de saberes através de uma postura transdisciplinar. Tal ponte foi encontrada na Nova História Cultural, Literatura e Estudos da Cultura Material com a Arqueologia, direcionando a investigação para os estudos sobre representações, o que possibilitou aplicar metodologias capazes de atender essa demanda. Por meio dessas considerações, foi possível compreender que as representações visam instituir mecanismos de lutas e legitimação de discursos, firmando posicionamentos sobre determinadas situações cotidianas. Esses fatores foram percebidos na obra examinada, construída para protestar contra a produção e uso de armas nucleares e revelar outras experiências não contempladas pela grande narrativa. Essas experiências possuem um registro de memória, que é tanto de Nakazawa quanto da população de Hiroshima. São memórias compartilhadas

que transportam o leitor para o passado de sofrimento dessas vítimas do desastre nuclear, estimulando emoções complexas no espectador.

O público interage com paisagens que configuraram as relações socioculturais em Hiroshima. Elas atuaram ativamente como agências reguladoras sobre os modos de vida dos sobreviventes, ditando regras nas diferentes transições de paisagens ao longo do mangá Gen. Por sua vez, os sobreviventes não se tornaram agentes passivos diante dessas várias camadas de transformações ocorridas na cidade. Eles também participaram ativamente na remodelação dessas paisagens, adaptando-as de acordo com suas necessidades e se reajutando aos contextos paisagísticos, logo inserindo diferentes significados ao ocupar esses espaços. Ambos os atores estão em uma dialética na conformação de ambientes configurados, favorecendo “uma proliferação de diversidades em termos de ocupações, mercadorias, experiências e relacionamentos” (MILLER, 2013, p.13) em Hiroshima.

Para todos os efeitos, trata-se de reflexões pautadas na identificação, análise e interpretação das formas adotadas para representação de paisagens, tempo e espaços na interface de intenções políticas e afetivas de seus contextos de inserção, traduzível na gramática sistematizada dos mangás. Sistematizada por ser uma linguagem regida por determinados códigos com o fim de produzir certos entendimentos no leitor. São princípios que se universalizaram com a inserção desses produtos em uma indústria cultural de caráter global, permitindo nesse momento acessar alguns dos ordenamentos produzidos pela disposição dos quadinhos em relação ao seu contexto de produção e recepção. Contudo, ao considerar o nosso olhar ocidental sobre um produto específico da indústria cultural do Japão, percebemos que a análise empregada pode ser expandida e redimensionada. Afinal, permanece em aberto as possibilidades de visualizar os significados ontológicos mais profundos dos temas e arranjos identificados na obra para a sociedade japonesa.

Na verdade, longe de comprometer nossos argumentos nesse artigo, tal constatação encontra paralelos com os desafios enfrentados por qualquer arqueólogo na condução de suas práticas, sejam os pesquisadores que trabalham com vestígios tradicionais de um passado mais remoto, como, por exemplo, cerâmicas, líticos, edificações coloniais, ou aqueles já comprometidos com os problemas de uma Arqueologia do passado recente. Em todas essas situações, de maneira declarada ou não, nos esforçamos em tentar traduzir para um presente socialmente situado as coisas que diferentes pessoas construíram para melhor representar o seu mundo, a partir de referenciais que façam sentido para nossa experiência. O investimento na hermenêutica permanece uma chave fundamental para esse exercício de tradução ontológica, aprofundando as relações entre significado e contextos (SHANKS & TILLEY, 1987; ALBERTI, 2016).

Portando, as considerações trazidas por este artigo trazem à tona questões para se pensar sobre produtos pertencente da indústria cultural e ao mesmo tempo compreender a formação de subjetividades contemporâneas moldada por essa indústria. Se por um lado ela configura sujeitos, no outro os interesses são reajutados de acordo com as necessidades do público consumidor. Nessa situação dialética, sujeitos e objetos fornecem pistas sobre o contexto histórico e social que estão inseridos. Quando incorporados aos domínios da Arqueologia, transmuta-se em um poderoso registro, fornecendo acesso a leituras alternativas sobre o passado e o presente, no escopo de conjunturas políticas e afetivas específicas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a revisão e sugestão atenciosa dos professores Jaime Macedo, Rosemary Cardoso e Vanessa Linke na consolidação das reflexões que estruturam esse trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, B. 2016. *Archaeologies of Ontology*. *Annual Review of Anthropology*, 45: 163-179.
- BOUISSOU, Jean-Marie. 2010. Manga: a historical overview. In: JOHNSON-WOODS, Toni. *MANGA: an anthology of global and cultural perspectives*. New York: Continuum International Publishing Group Inc. p. 17-33.
- CALLARI, Victor; GENTIL, Karoline Kunieda. 2015. A produção acadêmica sobre histórias em quadrinhos das universidades brasileiras estaduais e federais: análise de 1972 à 2013. In: *Anais da III Jornadas Internacionais de Histórias em Quadrinhos*. São Paulo: ECA/USP.
- CARVER, Martin. 2009. *Archaeological investigation*. New York: Routledge.
- CHAPMAN, Jane L.; ELLIN, Dan; SHERIF, Adam. 2015. *Comics, the Holocaust and Hiroshima*. New York: Palgrave Macmillan.
- CHARTIER, Roger. 1991. O mundo como representação. *Estud. av.*, v. 5, n. 11. São Paulo. p. 173-191.
- EISNER, Will. 1989. *Quadrinhos e arte seqüencial*. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes.
- GONÇALVES, Ana Cristina. 2011. *Representações de Hiroshima: a problemática da representação a partir de Gen Pés Descalços*. 123 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. 2008. Time to Destroy: An Archaeology of Supermodernity. *Current Anthropology*, v. 49, n. 2, p. 247-279.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. 2012. Hacia otra arqueología: diez propuestas. *Complutum*, v. 23(2), p. 103-116.
- GROENSTEEN, Thierry. 2015. *O Sistema dos Quadrinhos*. Tradução de Érico Assis. Nova Iguaçu-RJ: Marsupial.
- HARRISON, Rodney. 2018. Arqueologias de futuros e presentes emergentes. Tradução de Marian Petry Cabral. *VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 12, n. 2, p. 83-104.
- HODDER, Ian; HUTSON, Scott. 2003. *Reading the past: current approaches to interpretation in archaeology*. 3rd edn. Cambridge: Cambridge University Press.
- ITO, Kinko. 2005. A History of Manga in the Context of Japanese Culture and Society. *The Journal of Popular Culture*, v. 38, n. 3, p. 456-475.
- KAJIYA, Kenji. 2010. How emotions work: the politics of vision in Nakazawa Keiji's Barefoot Gen. In:

BERNDT, Jaqueline (ed.). *Comics Worlds and the World of Comics: Towards Scholarship on a Global Scale*. Kyoto, Japan: International Manga Research Center, Kyoto Seika University. p. 245–261.

KAWAGUCHI, Takayuki. 2010. Barefoot and ‘A-bomb literature’: re-recollecting the nuclear experience. In: BERNDT, Jaqueline (ed.). *Comics Worlds and the World of Comics: Towards Scholarship on a Global Scale*. Kyoto, Japan: International Manga Research Center, Kyoto Seika University. p. 234–244.

LAMARRE, Thomas. 2010. Manga Bomb: between the lines of Barefoot Gen. In: BERNDT, Jaqueline (ed.). *Comics Worlds and the World of Comics: Towards Scholarship on a Global Scale*. Kyoto, Japan: International Manga Research Center, Kyoto Seika University. p. 262–307.

LEJEUNE, Philippe. 2006. *Qu’est-ce que le pacte autobiographique?*. Disponível em: http://www.autopacte.org/pacte_autobiographique.html. Acesso em: 20 set. 2019.

MACHADO, Tacio Vieira. 2019. *Paisagens em quadrinhos: uma análise arqueológica da representação de Hiroshima a partir do mangá Gen Pés Descalços*. 195 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato-PI.

MCCLOUD, Scott. 1995. *Desvendando os quadrinhos*. Tradução de Helcio de Carvalho e Marisa do Nascimento Paro. São Paulo: Makron Books.

MILLER, Daniel. 2013. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar.

NAKAR, Eldad. 2008. Framing manga: on narratives of the second world war in japanese manga, 1957–1977. In: MACWILLIAMS, Mark W. *Japanese visual culture: explorations in the world of manga and anime*. New York: M. E. Sharpe, Inc. p. 177-199.

NAKAZAWA, Keiji. 2003. Keiji Nakazawa Interview. *The Comics Journal*, n. 256. Entrevista concedida à Alan Gleason. Disponível em: <http://www.tcj.com/keijinakazawa-interview/>. Acesso em: 30 set. 2019.

NAKAZAWA, Keiji. 2008. Barefoot Gen, the atomic bomb and I: the Hiroshima legacy. *Japan Focus: The Asia-Pacific Journal*, v. 6. Entrevista concedida ao presidente do Hiroshima Peace Institute, Asai Motofumi, em 20 de agosto de 2007. Disponível em: <https://apjif.org/-Nakazawa-Keiji/2638/article.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

NAKAZAWA, Keiji. 2010. *Hiroshima: the autobiography of Barefoot Gen*. Edited and translated by Richard H. Minear. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

NAKAZAWA, Keiji. 2011a. *Gen Pés Descalços: o nascimento de Gen, o trigo verde*. v.1. Tradução de Drik Sada. São Paulo: Conrad Editora.

NAKAZAWA, Keiji. 2011b. *Gen Pés Descalços: o trigo é pisoteado*. v.2. Tradução de Drik Sada. São Paulo: Conrad Editora.

NAKAZAWA, Keiji. 2012a. *Gen Pés Descalços: cresça firme, trigo verde*. v.4. Tradução de Drik Sada. São Paulo: Conrad Editora.

NAKAZAWA, Keiji. 2012b. *Gen Pés Descalços*. v.5. Tradução de Drik Sada. São Paulo: Conrad Editora.

- NAKAZAWA, Keiji. 2013. *Gen Pés Descalços*. v.6. Tradução de Drik Sada. São Paulo: Conrad Editora.
- NAKAZAWA, Keiji. 2015. *Gen Pés Descalços*. v.8. Tradução de Drik Sada. São Paulo: Conrad Editora.
- NAKAZAWA, Keiji. 2016. *Gen Pés Descalços*. v.10. Tradução de Drik Sada. São Paulo: Conrad Editora.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. 2003. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, n. 14, Pelotas-RS. p. 31-45.
- POLLAK, Michael. 1989. *Memória, esquecimento, silêncio*. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*, v. 2. n. 3, Rio de Janeiro. p. 3-15.
- PORTELLI, Alessandro. 2004. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, D. R. *et al.* (Orgs). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Editora Olho D’água. p. 296-313.
- RAMA, Maria Angela Gomez. 2006. *A representação do espaço nas histórias em quadrinhos do gênero super-heróis: a metrópole nas aventuras de Batman*. 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- REINHARD, Andrew. 2018. *Archaeogaming: an introduction to archaeology in and of video games*. New York: Berghahn Books.
- RIBEIRO, Edylon Kleber Menezes. 2018. *Arqueologia e quadrinhos: patrimônio e prática arqueológica em as aventuras de Tintin*. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Departamento de Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, Campus de Laranjeiras, Laranjeiras-SE.
- RIVERA, Francisco; LORCA, Rodrigo; ROJAS TORO, Felipe. 2016. La materialidad de ficción y el tercer tiempo del objeto arqueológico-histórico (Siglos XIX-XX). *Revista Chilena de Antropología*, núm. 31 (2015): 1er semestre, p. 81-94.
- SCHODT, Frederik L. 1996. *Dreamland Japan: Writings on Modern Manga*. Berkeley, CA: Stonebridge Press.
- SHANKS, M.; TILLEY, C. 1987. *Re-constructing archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SENA JUNIOR, Gilberto Ferreira. 2010. Realidade versus ficção: a literatura como fonte para a escrita da história. In: *Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura*. Aracaju: UFS.
- THOMPSON, John B. 2011. *A metodologia da interpretação*. In: THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Tradução do Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. 9. ed. Petrópolis-RJ: Vozes. p. 353-421.

NOTAS

¹ Este artigo é parte da monografia intitulada “*Paisagens em quadrinhos: uma análise arqueológica da representação de Hiroshima a partir do mangá Gen Pés Descalços*”, defendida em 2019 pelo primeiro

autor no curso de graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. O Trabalho de Conclusão de Curso contou com a orientação do segundo autor. O TCC pode ser consultado em: <http://www.univasf.edu.br/~tcc/000014/00001425.pdf>

²Graduado em Arqueologia e Preservação Patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Contato: ttacio.vm@gmail.com.

³ Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UNIVASF. Coordenador do Laboratório de Preservação Patrimonial (LAPA-UNIVASF). Contato: leandromageste@gmail.com.

⁴ O termo mangá é utilizado no ocidente para identificar quadrinhos produzidos no Japão e/ou como um estilo estético para qualificar sua gramática, enquanto para os japoneses se refere a qualquer história em quadrinhos, incluindo as HQs estrangeiras.

⁵ Conceito formulado por Adorno e Horkheimer em que se identifica a inserção de capital na produção de bens culturais massificados. Ver mais em: Adorno, Theodor W.; Horkheimer, Max. O iluminismo como mistificação das massas. In: Adorno, Theodor W. Indústria cultural e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 5-44.

⁶ A primeira edição foi publicada entre 1999 a 2001 a partir da versão estadunidense.

⁷ Nome dado aos profissionais de mangás; autor e/ou roteirista de mangá.

⁸ I'm a cartoonist, so cartoons are my only weapon (NAKAZAWA, 2008, p. 11).

⁹ Foram utilizados alguns métodos para examinar a estrutura interna dos mangás, e devido ao limite estrutural do artigo, não será possível explicar esses métodos no corpo deste trabalho.

¹⁰ Ao iniciar a leitura das imagens, é importante ter em mente que a leitura dos quadros se inicia da direita para a esquerda e de cima para baixo, obedecendo a dinâmica de leitura dos mangás.

¹¹ A Guerra das Coreias (1950-1953) foi um conflito que envolveu os dois países da península coreana (Coreia do Norte e Coreia do Sul), onde o Norte era apoiado pela antiga URSS e China, enquanto o Sul contava com o apoio dos EUA e seus aliados.

¹² Representação do som em forma de palavras.

¹³ Os mangás são inicialmente publicados em capítulos nas páginas da revista para, posteriormente, serem compilados em uma versão encadernada em forma de livro para os fãs colecionarem a obra.

¹⁴ Essa revista pertencia ao Partido Comunista Japonês e o mangá serviu por um bom tempo como um produto para fins de propaganda política partidária (NAKAZAWA, 2003).

¹⁵ Filme live-action é aquele que realiza adaptação de uma animação para filme ou seriado com a presença de atores reais.

¹⁶ Informação extraída do site: <https://kotobank.jp/word/%E3%81%AF%E3%81%A0%E3%81%97%E3%81%AE%E3%82%B2%E3%83%B3-189583>. Acesso em: 05 out. 2019.

¹⁷ Gênero de mangá voltado ao público infanto juvenil masculino. *Shounen*, em japonês, significa “menino”.

CAPÍTULO 10

REFLEXÕES INICIAIS SOBRE AS ARQUEOLOGIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO¹

Leandro Elias Canaan Mageste²

Alencar Miranda de Amaral³

Mayke Lopes dos Santos⁴

Ao longo desse ensaio, buscaremos apresentar alguns dos significados e práticas relacionadas com a inserção da Arqueologia no presente, considerando o contexto particular de São Raimundo Nonato, no semiárido piauiense. Demonstraremos como essas interfaces acontecem baseadas principalmente em relações afetivas, que tem levado a ressignificação dos propósitos da disciplina e nos provocado acerca da utilização de categorias de patrimônio. Baseamos essa constatação em algumas conexões estabelecidas entre ciência, comunidades, arqueologia e patrimônio arqueológico, culminando na definição de arqueologias afetivas, que incorporam outras leituras materiais da realidade e se expressam por meio de processos socialmente engajados de produção de conhecimento (cf. CABRAL, 2014; LIMAVERDE, 2015; OLIVEIRA ET AL, 2017; BEZERRA, 2017). Caracterizam uma abordagem particular de entendimento do mundo, marcada pela pluralidade e relacionada com um conjunto de condições históricas que tornaram o afeto o pressuposto básico para operacionalização de qualquer trabalho que envolva arqueologia e patrimônio.

Para começo de conversa, em São Raimundo Nonato, palavras como arqueologia, patrimônio, arqueólogos e instituições científicas, estruturaram parte das vivências e experiências no local desde a década de 1970, sempre com um sentido muito pessoal para a vida de cada um. Exercem em muitos casos o papel do Estado, em uma região historicamente carente em termos de políticas públicas; desapropria populações ao mesmo tempo que constrói caminhos para projeção regional e melhora dos índices de desenvolvimento humano (GUIDON, 2007; OLIVEIRA & BORGES, 2015). Ela aproxima, afasta e transforma vidas. Nada aqui é maniqueísta. Não existem mocinhos e vilões. Arqueologia e patrimônio são termos reais, que vazam para a vida das pessoas, carregando com isso todas as contradições que as vivências humanas reais carregam em si. Essas contradições instigam, inspiram as pessoas a buscarem a Arqueologia como formação; ao passo que desafiam os olhares externos a essa realidade. No semiárido, arqueologia é dor e esperança.

Nosso argumento é que esta conjuntura foi determinante, em muitas camadas, para a configuração de outros sentidos para as práticas arqueológicas, que subverteram os olhares autorizados ao se apoiarem em uma interface entre conhecimento científico e afeto. Falamos, portanto, de *experiências arqueoafetivas*, que articulam as subjetividades com a necessidade de transformação de um presente. Acreditamos que a atuação da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, tornou-se decisiva nesse processo, na medida em que foi democratizando

as suas formas de acesso e manutenção estudantil. Não se trata de um processo geograficamente circunscrito, mas socialmente transversal. Isto porque os conflitos e acordos organizados ao redor da Arqueologia, mostraram-se suficientemente impactantes para redimensionar objetivos e percepções dos estudantes provenientes de outras localidades, estabelecendo capilaridade para o trânsito das abordagens. Importante dizer que não estamos de fora dessa equação, pois encarar essas arqueologias afetivas, envolve o questionamento de nossas próprias convicções e nosso papel como educadores e arqueólogos.

Para fins de contextualização, o curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial foi criado no ano de 2004, inserido no audacioso projeto de instalação de uma universidade federal *multicampi*, comprometida com o desenvolvimento regional do semiárido – a UNIVASF. Com a criação da UNIVASF, foi instalado em São Raimundo Nonato o Campus Serra da Capivara. A graduação revelava-se um desdobramento natural das pesquisas realizadas no Parque Nacional Serra da Capivara, fortalecendo a luta pela sua preservação e estudo. Para o momento, destaco que a UNIVASF se configurou em uma região carente em termos de infraestrutura, devido à ausência de políticas públicas, lidando com problemas históricos como aquelas relacionadas à luta pela terra, transporte, saneamento, saúde, água e comunicação, rodeada por belas paisagens e com uma das maiores concentrações de sítios arqueológicos do planeta.

No tocante a forma de acesso, priorizou o vestibular até o ano de 2010, quando passou a adotar o ENEM - SISU como fase única, democratizando de fato a inserção de pessoas da região na Universidade. Em termos educativos, com a gradual implementação do curso, consolidou-se uma grade curricular pautada nas divisões clássicas da Arqueologia, que se destacam na ênfase no rigor metodológico, nas atividades de campo e reflexões teóricas relacionadas com os campos do passado pré-colonial, arqueologia histórica e patrimônio. Nesses termos, em 2009, é formada a primeira turma.

Em 2010, aconteceu a criação do Programa de Educação Tutorial em Arqueologia – PET Arqueologia. Desse encontro, foi configurada a proposta “São Raimundo Nonato: Além dos 100 anos”, com o foco em contextos pré-coloniais e históricos situados fora do Parque Nacional Serra da Capivara. Desde o início, o PET Arqueologia constituiu-se como núcleo dinâmico, com fluxo de estudantes que passaram a desenvolver abordagens específicas dentro dessa proposta ampla, colocando em discussão outros contextos temporais, sociais e temáticos. A ocasião fortaleceu também na UNIVASF, as práticas de extensão, sempre presentes, voltadas para temas como educação ambiental, educação, patrimonial e turismo sustentável, até chegar nos esforços comprometidos em descolonizar as relações entre comunidades, pesquisadores e ciência (SIQUEIRA, 2014; OLIVEIRA ET AL, 2017).

Frente a esse cenário histórico, o que nos interessa é perceber as repercussões desses contextos na operacionalização da Arqueologia, enxergar os vieses dessas relações em suas implicações epistemológicas e ontológicas. Sabemos que o desejo é ambicioso e começamos apenas a arranhar a sua superfície. Para esse momento, trazemos algumas informações referentes à produção discente do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial. Foram analisadas 205 monografias (vide quadros com a listagem, ao final desse texto), defendidas pelos discentes da UNIVASF entre os anos letivos de 2009 até 2019 - finalizado em fevereiro de 2020. Ressaltamos que esse registro constitui somente uma amostra inicial, não correspondendo à totalidade de monografias produzidas por todos os estudantes matriculados. Nesse ponto, devemos salientar que consideramos a defesa da monografia e sua consequente divulgação, uma postura importante para demarcação de determinadas posições políticas no tocante ao interesse em definir uma

abordagem. Assim, priorizamos os aspectos qualitativos dos documentos, com o intuito de identificar tendências e experimentar interlocuções.

As informações foram analisadas considerando o tema predominante e foco de aplicação (Tabela 1 e 2 e listagem disponível ao final desse texto). Desse modo, para o primeiro quadro, definimos de forma não hierárquica alguns aspectos, a partir dos objetivos e desdobramentos das pesquisas analisadas. São classificações que dizem muito mais a respeito de nossa necessidade de enquadramento e interpretação, não coincidindo necessariamente com os termos adotados nos trabalhos. Denominamos de ‘Arqueologias do Passado Recente, do Presente e Patrimoniais’ os trabalhos que procuraram conectar a Arqueologia com o presente, por meio de discussões relacionadas com a memória, com o patrimônio ou a abordagem de contextos históricos recentes, com ramificações explícitas/perseguidas sobre a contemporaneidade; ‘Arqueologia dos Passados Remotos’, para se referir aos estudos comprometidos com o análise de contextos pré-coloniais, abarcando o estudo de uma cronologia mais profunda, em conexão em alguns casos com a Geoarqueologia; os trabalhos de ‘Arqueologias Históricas’, para se referir às pesquisas que abordam contextos históricos específicos, geralmente delimitados temporalmente até o início do século XX; as monografias voltadas para procedimentos de conservação e preservação aplicada; e ao fim, as revisões teóricas, metodológicas e bibliográficas. Em termos de foco, observamos a incidência dos estudos sobre o Parque Nacional Serra da Capivara e Parque Nacional Serra da Confusão (PNSC); para os demais contextos do Piauí (PI); e as investigações relacionadas com outros estados do Brasil (Externo).

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Arqueologias de Passados Remotos	11	13	3	6	2	6	6	13	7	6	7
Arqueologias Históricas	1	-	-	-	2	1	3	1	-	2	2
Arqueologias do Passado Recente, do Presente e Patrimoniais	5	2	2	1	2	9	7	15	9	11	23
Revisão Teórica, Metodológica e Bibliográfica	1	1	3	1	1	2	2	6	2	3	-
Conservação e Restauração Aplicada	-	3	-	-	1	-	-	-	-	1	-

Tabela 1 – Monografias defendidas entre os anos letivos 2009 e 2019, agrupadas por temas

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Piauí	4	3	2	1	2	5	5	8	11	10	23
PNSC's	11	13	4	2	3	4	4	8	1	3	2
Externo	3	2	-	4	2	7	7	15	4	8	5
Não se aplica	-	1	2	1	1	2	2	4	2	2	2

Tabela 2 - Monografias defendidas entre 2009 e 2019, considerando o foco de aplicação

Sobre os resultados, até 2012 predominaram monografias relacionadas com os estudos de contextos pré-coloniais, associados à diversidade das ocupações humanas que caracterizam os sítios do Parque Nacional Serra da Capivara. A partir de 2014, verificamos um sensível aumento nas investidas que buscaram relacionar a Arqueologia com as demandas do presente, desde então sempre prevalentes. Paralelamente, chama a atenção a alta incidência de iniciativas dedicadas em refletir sobre outras realidades regionais. Em 2017, o quadro altera-se, onde é possível observar predomínio de estudos relacionados com contextos piauienses, para além dos parques nacionais. Desse ponto em diante, configura-se uma situação inédita, com o predomínio de investidas sobre contextos marginais, a maior parte relacionados com a microrregião de São Raimundo Nonato, tratados de um ponto de vista afetivo.

Esses dados fazem mais sentido se levarmos em consideração as mudanças nas formas de acesso à universidade pública federal, com o incentivo maior para inserção de alunos fora dos grandes centros urbanos de produção de conhecimento. Até 2013, as monografias defendidas foram produzidas em um campus sensivelmente diferente da atualidade, com uma presença mais expressiva nas primeiras turmas de estudantes de outras regiões, revelando o papel central do Parque Nacional Serra da Capivara e da ideia de “pré-história” na organização da Arqueologia. Os discentes que defenderam a partir de 2014, na maioria dos casos participaram dos desdobramentos que redimensionaram o curso no ano de 2010: ingressaram pelo o ENEM – SISU; envolveram-se nas ações do PET Arqueologia; participaram de projetos de extensão colaborativos; sentiram-se oprimidos ou motivados, frente a uma diversidade de conflitos e parcerias que compõem a paisagem acadêmica local e emergem no envolvimento com outras instituições. Os discentes que defenderam os seus trabalhos no ano de 2019, ingressam em um campus em ebulição, em uma conjuntura de disponibilidade incipiente de bolsas que assegurou a formação acadêmica e alimentou esperanças de ascensão social. São conectados de formas específicas com a Arqueologia em suas biografias. São filhos e netos pertencentes às comunidades expropriadas dos seus territórios para a criação do Parque Nacional Serra da Capivara; participantes diretos ou indiretos das ações sociais desenvolvidas pela FUMDHAM; ou mesmo interessados que foram seduzidos por “observar de longe” o trabalho dos arqueólogos, que passavam por suas casas e nas suas escolas a tantos anos.

Esses aspectos políticos podem ser traduzidos para tons afetivos quando damos uma olhada nos aspectos qualitativos desses documentos. É nessa ocasião que percebemos a atuação dos estudantes que se formaram na UNIVASF, como potencialmente transformadora e catalisadora de uma profunda reflexão crítica a respeito do papel da Arqueologia no mundo contemporâneo, a partir de suas inquietações pessoais. Paralelamente, sedimentaram novas interações entre as comunidades e a universidade.

Nessa perspectiva, desde 2009, são produzidos trabalhos que entendem a Arqueologia como uma forma de conhecer o mundo, considerando os trânsitos da materialidade na vida cotidiana e nos domínios da memória. São pesquisas que trazem incutidas em suas proposições, uma percepção de patrimônio cultural ou mesmo de patrimônio arqueológico que se constrói nas experiências da vida em comunidade, por meio de práticas nem sempre autorizadas pelo Estado e por pesquisadores. Patrimônio, arqueologia e memória se instituem como vértices fundamentais de um empreendimento, que busca falar mais de projetos de futuro do que necessariamente de passado, constituindo via de resistência e alternativa aos discursos acadêmicos construídos na região. Essas declarações vão se tornando mais explícitas ao longo dos anos. Importante destacar nesse momento, que desde muito cedo, as Arqueologias Históricas e Patrimoniais praticadas no campus Serra da Capivara vão se alinhar com as preocupações do estudo de tempos mais recentes e com a construção do passado no presente do semiárido. Destacamos alguns exemplos emblemáticos, como o “Misticismo e Simbolismo na Cova da Tia” (Crisvanete Aquino, 2009), “A casa rural no Sudeste do Piauí: o sítio arqueológico histórico casa do avô do Sr. Nivaldo (Aliane Oliveira, 2009).

A partir de 2014, observamos reflexões formalizadas sobre a Arqueologia Pública, Educação Patrimonial e Crítica Decolonial, que envolveram inclusive os limites do Parque, em um fluxo intenso de estudantes de São Raimundo Nonato e de outros pontos do Brasil. Esse prenúncio pode ser identificado em obras como “A Educação Patrimonial como Estratégia de Arqueologia Pública na Área do Parque Nacional Serra da Capivara (Jaime Oliveira, 2014), “Mulheres que foram além das práticas cotidianas: estudo de caso de proprietários de terras, residentes rurais e agricultores na região de São Raimundo Nonato” (Izabel Daniel, 2014), “Da (Des)Obediência Patrimonial à Colonialidade Cultural: Identidades Inventadas e Memórias Fragmentadas na Capital do Vale do Paraíba” (Taiguara Silva, 2014).

Em 2017, os questionamentos se tornam mais incisivos, explodindo nas monografias defendidas em 2019. Os limites disciplinares estão sendo tensionados, envolvendo também a atuação de docentes, em suas afinidades intelectuais e materiais, em um processo que tem demandado inclusive a transformação dos canais tradicionais de validação acadêmica. Histórias de vida, afetos e leituras materiais socialmente situadas da realidade, têm se combinado em turmas compostas em sua maioria por estudantes da micro-região, culminando em novas formulações. As pesquisas reivindicam para Arqueologia o compromisso com a transformação social e com reparação histórica nas relações de exclusão que caracterizam as formas de produção de conhecimento e do trabalho com o patrimônio. De certa maneira, indicam o caminho da desobediência epistêmica, como estratégia para a produção de discursos que façam sentido para suas comunidades, para utilizar o conceito postulado pelo argentino Walter Mignolo (2008). Nessa perspectiva, alguns outros exemplos nos permitem ilustrar de forma mais diversa essas arqueologias afetivas.

Destacamos a pesquisa “Arqueologia Pública, Memória e Valorização do Patrimônio Cultural em um Território Quilombola: estudo de caso da roda de São Gonçalo na comunidade Lagoa das Emas, São Raimundo Nonato – PI” (Vanderléa Silva, 2017). Longe de defender uma neutralidade científica, a discente partiu dos afetos construídos e no entendimento de seu lugar de fala, enquanto mulher negra e trabalhadora, para assumir um posicionamento direto e militante em defesa das pessoas envolvidas na pesquisa. Inseriu suas reflexões nas lutas contra o racismo, pela demarcação das terras, por visibilidade e pelos direitos dessas comunidades se representarem simbolicamente, que continuou para além da defesa.

Devemos chamar a atenção para a defesa, que ocorreu no centro do Território Quilombola,

deslocada, portanto, dos canais tradicionais de validação acadêmica. Os colaboradores da pesquisa participaram do exercício de tradução de um discurso social em produção científica. Uma postura mais incisiva foi adotada na monografia “Objetos de memória: análise da coleção da ‘Dona Vani’ e ‘Seu Valdomiro’ através da perspectiva da Arqueologia Pública” (Thor Martins, 2019), que construiu uma narrativa sobre a história de vida de uma família e seus objetos. A defesa da monografia contou com Dona Vani como participante da banca, definindo a nota do discente. Ainda são atitudes pontuais, mas que revelam uma disposição para transformar os processos clássicos de validação acadêmica.

As premissas das arqueologias afetivas se fortalecem em monografias como “Alida do vaqueiro da Comunidade Boqueirão/ Buriti do Rei, Oeiras-PI” (Janaina Martins, 2018) e “Conexões entre Cultura Material e Memória Social: A indumentária dos vaqueiros da comunidade de Queimadinha, São Raimundo Nonato” (Amanda Silva, 2019). São propostas marcadas por experimentações teóricas e metodológicas, desenvolvidas em contextos familiares. Os interesses fundamentais são afetivos, na medida em que suas autoras se posicionam não somente como pesquisadoras, mas como netas de vaqueiros, que transmitem a Arqueologia em porta de acesso para suas próprias histórias. Assim, os trabalhos de campo acontecem como um encontro familiar, traduzido para lógica comunitária do associativismo e do mutirão, que estabelece para todos os envolvidos o papel momentâneo de pesquisadores, em conversas conduzidas com colegas e familiares, sendo marcadas por conflitos, acordos e (des) entendimentos. Certamente, isto culmina em reflexões fundamentadas em outras leituras da realidade, onde as dicotomias entre pesquisador e comunidade, sujeitos e objetos, ou mesmo entre passado e presente, não parecem fazer tanto sentido.

Desse modo, essas arqueologias afetivas não se constroem com limitações temporais ou temáticas. Isto porque reconhecem os perigos em separar um mundo material do imaterial, ressaltando sempre a sua indissociabilidade. É uma arqueologia apta a tratar de tudo, ao mesmo tempo que reconhece a multitemporalidade, que possibilita o trânsito por diferentes narrativas. É uma arqueologia que fala de fé e crença, como mostram as monografias “Ex-votos da Toca do Cruzeiro: Uma análise da memória religiosa e da materialidade da fé na comunidade Sítio do Mocó - Coronel José Dias – Piauí” (Marisa Sousa, 2019)”, defendida publicamente na comunidade; e “Casa da Mãe Eugênia: Arqueologia em uma Casa de Santo na cidade de São Raimundo Nonato – PI (Nara Marques, 2019).

As percepções dos vieses políticos do passado no presente, atrelado ao reconhecimento do papel da Arqueologia na invisibilização de determinadas pessoas e suas agências, têm se estruturado a partir de um conjunto de trabalhos que podem ser entendidos como pesquisas de resistências. Alimentam reflexões sobre as formas de dominação e desigualdade. São vieses implícitos nos estudos que acontecem no município de São Braz do Piauí. Situada no corredor ecológico entre a Serra da Capivara e a Serra das Confusões, a cidade foi classificada por Gabriela Martin (1996) como um extenso sítio a céu aberto e palco de intensa ocupação indígena no passado. Apresenta uma frequência impressionante de achados de urnas funerárias no seu centro urbano, às vezes com enterramentos estruturados, que vazam para o presente, irrompendo por espaços íntimos e públicos. Estudantes da localidade partiram dessa realidade para o desenvolvimento de monografias como “Os lugares de memória de São Braz do Piauí: lembranças e narrativas sobre a história e o patrimônio local” (Jordânia Sousa, 2019); “Memórias e Narrativas sobre as populações indígenas em São Raimundo Nonato – PI e Microrregião” (Pablo Santos, 2019) e “Aqui, onde cavar acha pote: patrimônio arqueológico nos quintais dos moradores de São Braz do Piauí e seus usos

e significados no presente” (Géssika Macedo, 2019). São também participantes e co-autores de um projeto colaborativo, intitulado “Mapeamento Arqueológico do Município de São Braz do Piauí: Ciência, Tradição e Público”

Em conjunto, as iniciativas ressaltam que em São Braz do Piauí, as coisas arqueológicas não estão restritas ao passado e as pessoas apresentam suas próprias ideias e afetos para tratar do assunto, sem pedir licença para qualquer olhar autorizado. Potes de barro são doados, vendidos ou colecionados; lâminas de machado, as pedras de raio ou corisco, são objetos comuns como aparador de portas. O cenário assemelha-se com os contextos amazônicos analisados por Márcia Bezerra (2017), ao refletir acerca dos usos e significados dos bens arqueológicos no presente. Retornando ao Piauí, os san-brazenses relatam encontros com grupos indígenas e reconhecem-se como parentes dos “caboclos” que viviam escondidos nas matas das serras até um passado muito recente e excluído nas narrativas oficiais. Em São Braz do Piauí, as coisas arqueológicas atravessam os territórios da memória, ao produzir mediações com os diferentes passados elaborados nas experiências do cotidiano. São constatações que demarcam nas arqueologias afetivas, a percepção de que a história de vida dos objetos não deve ser organizada necessariamente em função de uma autoria ou função tecnológica, mas considerando a sua participação em temporalidades múltiplas e capacidade de embaralhar as noções de passado, presente e futuro.

Para nós docentes e discentes, incorporados nesse movimento e inspirados por nossas próprias afetividades e convicções, ignorar esses diferentes sentidos é oferecer uma Arqueologia fechada em si mesma e aliada de estruturas de poder disciplinadoras. Existe uma estratigrafia de vozes que nos rodeia, para usar o conceito criado por Mariana Zanchetta Otaviano (2019). Desse modo, as arqueologias afetivas incorporam uma variedade de narrativas, que não negam o discurso científico - invocado sempre como estratégico em situações onde ele é poderoso politicamente falando - mas demonstram que ele não é único e exclusivo, nem as realidades que ele busca universalizar. Não estamos falando de processos pacíficos, mas sim de disputas políticas, que adquirem um outro contorno quando paramos para pensar que o que está em jogo é o direito das pessoas se representarem.

Talvez seja o momento de ponderar, dada as circunstâncias em que vivemos, de negacionismo histórico, em compasso com a ascensão de políticas e políticos de ódio, que falar de desobediência epistêmica como base das arqueologias afetivas, não significa uma revolução pelo direito de falar qualquer coisa. Afinal, é preciso diferenciar a voz do oprimido e do opressor, sempre localizados a partir das relações de colonialidade (MIGNOLO, 2008). A luta pela democratização da ciência, com a inclusão de novas epistemologias e ontologias, não pode ser confundida com autorização para promoção de pós-verdade ou de pós-política, que muitas vezes se utilizam de argumentos críticos para reforçar velhos paradigmas colonialistas.

No fim desse ensaio, destacamos que nossas experiências têm demonstrado que nos desejos e expectativas trazidos pelos discentes do curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial uma outra arqueologia se configura. Na UNIVASF, a disciplina tem sido tensionada para resolver os problemas da vida, a remexer incômodos, é passível de paixão e de raiva. Os nossos discentes não restringem a disciplina somente a um passado, mas sim ao período de sua vida. Se formam dentro dos cânones clássicos da disciplina, para perverte-la, ressignificá-la, produzir uma forma de Arqueologia que é oriunda das vivências e relações estabelecidas entre comunidades, pesquisadores e instituições. Criam arqueologias afetivas, que abraçam as afetividades como mola propulsora para a produção de conhecimento socialmente contextualizado e potencialmente transformador.

LISTAGEM DAS MONOGRAFIAS CLASSIFICADAS

Arqueologias de passados remotos

TÍTULO	AUTOR	ORIENTADOR	INCIDÊNCIA	ANO
CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS FUNERÁRIAS DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS TOCA DO SERROTE DA BASTIANA E TOCA DO BARRIGUDO, NA ÁREA ARQUEOLÓGICA SERRA DA CAPIVARA – PI.	Claudeilson Santos de Moraes	Daniela Cisneiros Silva	PNSC	2009
CERAMISTAS DO SUDESTE DO PIAUÍ: O PERFIL TÉCNICO CERÂMICO DO SÍTIO ALDEIA DA BAIXA DOS CARVOEIROS	Ledja Suzana da Silva Leite	Mauro Alexandre Farias Fontes	PNSC	2009
CARACTERIZAÇÃO DOS GRAFISMOS PUROS PINTADOS NO VALE DO RIOCARNAÚBA, ÁREA ARQUEOLÓGICA DO SERIDÓ, RN.	Rômulo Macêdo Barreto de Negreiros	Daniela Cisneiros Silva	Externo	2009
A OCUPAÇÃO MANIÇOBEIRA DOS ABRIGOS SOB ROCHA NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA: UMA ABORDAGEM ARQUEOLÓGICA	Tainã Moura Alcântara	Vivian Karla de Sena	PNSC	2009
CARACTERIZAÇÃO DAS CENAS DE GUERRA DA SUBTRADIÇÃO VÁRZEA GRANDE NA ÁREA ARQUEOLÓGICA DA SERRA DA CAPIVARA – PI	Luciano de Souza	Daniela Cisneiros Silva	PNSC	2009
A CARACTERIZAÇÃO DOS ANTROPOMORFOS DA TRADIÇÃO AGRESTE NA ÁREA ARQUEOLÓGICA SERRA DA CAPIVARA – PI	Carolina Sá Espinosa	Daniela Cisneiros Silva	PNSC	2009
VESTÍGIOS HUMANOS E MEGAFUNA DA ZONA CÁRSTICA DA ÁREA ARQUEOLÓGICA SERRA DA CAPIVARA – PI	Maria Raquel Neto Silva	Daniela Cisneiros Silva	PNSC	2009
CENAS DE CAÇA NA SUBTRADIÇÃO VÁRZEA GRANDE: PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA – PI	Luzia Bastos de Castro	Daniela Cisneiros Silva	PNSC	2009
OS SÍTIOS CERAMISTAS ALDEIA DA QUEIMADA NOVA, BARREIRINHO E BAIXÃO DA SERRA NOVA: UMA DELIMITAÇÃO DOS DEPÓSITOS DE ARGILA.	Emília Maria Almeida Arnaldo	Janaina Carla dos Santos	PNSC	2009
CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS FUNERÁRIAS NOS SÍTIOS ABRIGOS DA ÁREA ARQUEOLÓGICA SERRA DA CAPIVARA - PI	Ilca Pacheco da Costa	Daniela Cisneiros	PNSC	2009

TEMÁTICA DOMINANTE NAS PINTURAS RUPESTRES DO BOQUEIRÃO DO RIACHO DAS TRÍRAS, NO MUNICÍPIO DE SENTO SÉ - BA	Sebastiao Lacerda de Lima Filho	Celito Kesting	Externo	2009
PINTURAS RUPESTRES NO MUNICÍPIO DE SÃO BRAZ DO PIAUÍ: PADRÃO DE RECONHECIMENTO E TEMÁTICA DOMINANTE	Adriana Mayra de Almeida Soares	Celito Kesting	PI	2010
A TRADIÇÃO NORDESTE NA ÁREA ARQUEOLÓGICA DE SOBRADINHO - BA	Cinthia de Castro Ribeiro	Celito Kesting	Externo	2010
ESTRUTURAS DE FOGUEIRA DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA E ENTORNO.	Camila Amorim de Sá Andrade	Mauro Alexandre Farias Fontes	PNSC	2010
IDENTIFICAÇÃO DA TÉCNICA DE EXECUÇÃO DAS GRAVURAS RUPESTRES DO SÍTIO TOCA DOS OITENTA - PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA/PI	Caroline Siqueira de Oliveira Negreiros	Mauro Alexandre Farias Fontes	PNSC	2010
OFICINA LÍTICA DO CACIQUE: FUNCIONALIDADE E TECNOTIPOLOGIA DE UM SÍTIO A CÉU ABERTO	Lívia de Oliveira e Lucas	Vivian Karla Sena	PNSC	2010
O PERFIL TÉCNICO CERÂMICO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO TOCA DO SERROTE DO TENENTE LUIZ	Jacson Ramos Nascimento	Mauro Alexandre Fontes Farias.	PNSC	2010
PINTURAS RUPESTRES DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO TOCA DA GAMELA DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA-PI	Thalison dos Santos	Mauro Alexandre Farias Fontes	PNSC	2010
OS REGISTROS RUPESTRES DA REGIÃO DE JAGUARARI, BAHIA	Pâmara Araújo dos Santos	Mauro Alexandre Farias Fontes	Externo	2010
AS REPRESENTAÇÕES DA FALO NOS ANTROPOMORFOS EM CENAS DE GUERRA DA SUBTRADIÇÃO VÁRZEA GRANDE	Itelmar de Negreiros Oliveira	Guilherme de Souza Medeiros	PNSC	2010
REPRESENTAÇÕES SEXUAIS NA PRÉ-HISTÓRIA, PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA: PADRÕES CENOGRÁFICOS.	Luiza Maria Bastos de Castro	Maria Fátima Barbosa Souza	PNSC	2010
TECNO-TIPOLOGIA LÍTICA DO HOLOCENO INICIAL (9.450 – 8.100 ANOS BP) DO SETOR 2 DO SÍTIO DO MEIO – PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA - PI	Leidiana Alves de Mota	Waldimir Maia Leite Neto	PNSC	2010

CARACTERIZAÇÃO DO REGISTRO EMBLEMÁTICO DA “CENA ÁRVORE” DA SUBTRADIÇÃO VÁRZEA GRANDE.	Laécio Lucas de Sousa Lima	Guilherme de Souza Medeiros	PNSC	2010
SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM ENTERRAMENTOS PRÉ-HISTÓRICOS DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA-PI	Roberto Costa de Oliveira	Mauro Alexandre Farias Fontes	PNSC	2010
ESPACIALIDADE DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE GRUPOS CERAMISTAS PRÉ-HISTÓRICOS DA MICRO BACIA RIACHO DA LAGOINHA, SUDESTE DO PIAUÍ	Adilson Pereira Nascimento Júnior	Janaina Carla dos Santos	PNSC	2011
PADRÕES FITOMORFOS NAS CENAS DA ÁRVORE DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA	Alano Jaciguara Dantas de Alencar Martins	Celito Kesting	PNSC	2011
ZOOARQUEOLOGIA DA TOCA DA JANELA DA BARRA DO ANTONIÃO, CORONEL JOSÉ DIAS - PI: PROPOSTA DE ANÁLISE	Rafael Barreto Ruben Siqueira Negreiros	Mauro Alexandre Farias Fontes	PNSC	2011
PADRÃO DE RECONHECIMENTO E TEMÁTICA DOMINANTE NAS PINTURAS RUPESTRES DO BOQUEIRÃO DO RIACHO DO BONSUCESSO, NO MUNICÍPIO DE SENTO SÉ - BA	Cinthia Martins Davis Duarte	Celito Kesting	Externo	2012
PADRÃO DE RECONHECIMENTO NAS PINTURAS RUPESTRES DO SERROTE DO CALDEIRÃO DA TIRIRICA, NO MUNICÍPIO DE SENTO SÉ - BA	Reuber Henrique de Lima Reis	Celito Kesting	Externo	2012
OS REGISTROS RUPESTRES DO MUNICÍPIO DE SÃO BRAZ - PI: IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL GRÁFICO DAS PINTURAS E GRAVURAS	Edna da Mota Santos	Mauro Alexandre Farias Fontes	PI	2012
PRÁTICAS FUNERÁRIAS DOS SAMBAQUIS JABUTICABA II E PIAÇAGUERA: RELAÇÃO DE IDADE E SEXO PARA IDENTIFICAÇÃO DOS STATUS SOCIAL	Luan Ribeiro Bastos	Mauro Alexandre Farias Fontes	Externo	2012
PADRÃO DE RECONHECIMENTO E TEMÁTICA DOMINANTE NAS PINTURAS RUPESTRES DO BOQUEIRÃO DO RIACHO DE SÃO PEDRO E DO BOQUEIRÃO DA RESIDÊNCIA, NO MUNICÍPIO DE SENTO SÉ - BA	Rakel de Castro Alves	Celito Kesting	Externo	2012

A CARACTERIZAÇÃO DOS ANTROPOMORFOS DO ESTILO SERRA BRANCA NA ÁREA DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA- PIAUÍ-BRASIL	Jaionara Rodrigues Dias da Silva	Guilherme de Souza Medeiros	PNSC	2012
ANÁLISE ESPACIAL EM ARQUEOLOGIA: UM ENFOQUE INTRA-SÍTIO DOS ARTEFATOS LÍTICOS DO SÍTIO PONTE VELHA, SUDESTE DO PIAUÍ	Diógenes Rodrigues Costa	Leandro Surya Carvalho De Oliveira Silva	PI	2013
QUEIMARAM OSSOS NA TOCA DO ALTO DO CAPIM! CONTRIBUIÇÕES AOS ESTUDOS DE PRÁTICAS FUNERÁRIAS PRÉ-HISTÓRICAS NO PARQUE NACIONAL SERRA DAS CONFUSÕES	Lucas Braga da Silva	Mauro Alexandre Farias Fontes	PNSC	2013
ARQUEOFAUNA DO SÍTIO TOCA DA JANELA DA BARRA DO ANTONIÃO: UM ESTUDO SOBRE PALEOECOLOGIA HUMANA NA SERRA DA CAPIVARA	Tamara Grazielle Cavalcante Moraes	Nívia Paula Dias de Assis	PNSC	2014
ANÁLISE ZOOARQUEOLÓGICA DO SÍTIO TOCA DO BAIXÃO DO PERNA I – SÃO RAIMUNDO NONATO – PI	Gizelle Santos de Sousa	Maria Fatima Ribeiro Barbosa	PNSC	2014
PINTURAS RUPESTRES DO SERROTE DO MORRINHO, EM SENTO SÉ - BA: TRADIÇÃO SÃO FRANCISCO E SUBTRADIÇÃO INCÓGNITA	Morgana Cavalcante Ribeiro	Celito Kesting	Externo	2014
REGISTROS RUPESTRES DO BOQUEIRÃO DO RIACHO DO MOCAMBO, EM JAGUARARI – BA: TEMÁTICA DOMINANTE E O PROCESSO DE MISTIÇAGEM DA CULTURA	Regiana Coelho de Souza	Celito Kesting	Externo	2014
OS TEMPOS DA PEDRA ESCREVIDA: PETROLINA - PE	José Nicodemos Chagas Junior	Gisele Daltrini Felice	Externo	2014
ANÁLISE DOS RESTOS FAUNÍSTICOS DO SÍTIO TOCA DA ROÇA DO DALTON II: CONTRIBUIÇÃO PARA A ZOOARQUEOLOGIA DA REGIÃO DE SÃO BRÁS DO PIAUÍ - PI	Leonel Brizola Marques Vieira Junior	Maria Fatima Ribeiro Barbosa	PI	2014
COMPLEXO ARQUEOLÓGICO DO AÇUDE DAS PEDRAS: A DINÂMICA DE OCUPAÇÃO DE UM CONTEXTO SINGULAR NO RIACHO DO PONTAL	Natalicio Reges de Oliveira	Celito Kesting	PI	2015
O SÍTIO “LAGOA DE SÃO VITOR” SOB A ÓTICA DA ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM: CULTURA MATERIAL E MARCOS PAISAGÍSTICOS (SUDESTE DO PIAUÍ)	Bruno Vítor de Farias Vieira	Nívia Paula Dias de Assis	PI	2015

OCUPAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA NO MUNICÍPIO DE SÃO BRAZ DO PIAUÍ: UMA ANÁLISE ESPACIAL	Iunny Sousa Macedo	Mauro Alexandre Farias Fontes	PI	2015
TAFONOMIA COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DO MATERIAL ZOOARQUEOLÓGICO DO SÓTIO TOCA DA GAMELA, PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA, PIAUÍ.	Carem Daine Araujo de Brito	Gisele Daltrini Felice	PNSC	2015
CERAMISTAS TUPIGUARANI DO SUDESTE DO PIAUÍ: QUESTÕES DE CRONOLOGIA E VARIABILIDADE	Fernanda de Sousa Fernandes	Leandro Elias Canaan Mageste	PNSC	2015
PINTURAS RUPESTRES DO BOQUEIRÃO DO RIACHO DOS OLIVEIRAS, EM JAGARARI-BA.	Loriane Rocha Alves	Celito Kesting	Externo	2015
CORRELAÇÃO ENTRE A INDÚSTRIA LÍTICA DAS DUNAS FÓSSEIS DE CASA NOVA – BA E O PALEOAMBIENTE DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO.	Ana Caroline Teixeira Maciel	Celito Kesting	Externo	2016
A PALEOFAUNA NO CONTEXTO DAS PINTURAS RUPESTRES DA ÁREA ARQUEOLÓGICA SERRA DA CAPIVARA	Iderlan de Souza	Celito Kesting	PNSC	2016
PALEOPATOLOGIA NOS REMANESCENTES ÓSSEOS HUMANOS NA ÁREA ARQUEOLÓGICA SERRA DA CAPIVARA-PI: ESTUDO DE CASO NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO TOCA DA BAIXA DOS CABOCLOS.	Edwiges Araújo de Castro Ribeiro	Maria Fátima Ribeiro Barbosa	PNSC	2016
PINTURAS RUPESTRES DO SÍTIO SALINA 1, MUNICÍPIO DE REMANSO - BA	Welder Katlen Carvalho Soares	Celito Kesting	Externo	2016
REGISTROS RUPESTRES DA TOCA DO GADO, MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL - BA	Raphael Godinho Martins Dos Santos	Celito Kesting	Externo	2016
REGISTROS RUPESTRES DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO: DA METONÍMIA À METÁFORA	Vanessa Cosma da Silva	Celito Kesting	Externo	2016
REGISTROS RUPESTRES DO BOQUEIRÃO DO OLHO D'ÁGUA DA LARANJEIRA, MUNICÍPIO DE JUAZEIRO - BA	Neilson Evangelista de Souza Júnior	Celito Kesting	Externo	2016
PROVÁVEIS FONTES DE MATÉRIAS-PRIMAS PARA CONFECÇÃO DAS FERRAMENTAS LÍTICAS DA REGIÃO DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA /PI	Augusto Cesar de Souza Pereira	Gisele Daltrini Felice	PNSC	2016

ZOOARQUEOLOGIA - IDENTIFICAÇÃO DE ESPÉCIES DE MAZAMA (ARTIODACTYLA: CERVIDAE), DO SÍTIO TOCA DO ENOQUE (PI) POR MEIO DE TÉCNICAS MOLECULARES	Bruna Laura Alves Carvalho	Maria Fatima Ribeiro Barbosa	PNSC	2016
PADRÕES DE ASSENTAMENTO DO SÍTIO SERRA DOS CABOCLOS II CADEIRÃO GRANDE DO PIAUÍ- PI	Charles Sousa Lima Miller	Mauro Alexandre Farias Fontes	PNSC	2016
QUEIMADA GRANDE NO CONTEXTO CRONOLÓGICO DAS PINTURAS RUPESTRES DE SOBRADINHO-BA	Leandro Borges Bispo	Celito Kesting	Externo	2016
GRAVURAS RUPESTRES DO SÍTIO RASTRO DA EMA: TRADIÇÃO E TEMÁTICA DOMINANTE	Leonardo de Farias Leal	Celito Kesting	Externo	2016
A GEOMORFOLOGIA E AS POTENCIALIDADES DE SEDIMENTAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS PLEISTOCÊNICOS DA REGIÃO DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA - PI	Tassyara Guerra Negreiros de Araujo	Gisele Daltrini Felice	PI	2016
ANÁLISE ESPACIAL DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO JUAZEIRO: OCUPAÇÃO TUPIGUARANI NA CHAPADA DO ARARIPE - CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUÍ	Marlene dos Santos Costa	Mauro Alexandre Farias Fontes	PI	2017
A DIETA DAS COMUNIDADES PRETÉRITAS E ATUAIS, NA REGIÃO DO PARQUE SERRA DA CAPIVARA, PI: OS ROEDORES.	Aline Ribeiro Deusará	Maria Fátima Ribeiro Barbosa	PNSC	2017
ESTUDOS DE RECONSTITUIÇÃO DAS FORMAS CERÂMICAS DO SÍTIO CACHOEIRINHA I – CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUÍ - PI	Rômulo Timóteo Macêdo Barbosa	Mauro Alexandre Farias Fontes	PI	2017
PERFIL TÉCNICO CERÂMICO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO CACHOEIRINHA I	Sarah Tayran Guerra de Araújo	Mauro Alexandre Farias Fontes	PI	2017
PERFIL CERÂMICO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO BRITE I	Aldemir Francisco Rodrigues de Carvalho	Mauro Alexandre Farias Fontes	PI	2017
ANALISE DOS MOTIVOS GRÁFICOS DO SÍTIO CACHOEIRINHA I	Marlos Pereira Lopes	Mauro Alexandre Farias Fontes	PI	2017
CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DAS GRAVURAS RUPESTRES DA LAGOA DA PONTA BAIXA, EM JAGUARARI – BA	Tamires Danielle De Jesus	Leandro Surya Carvalho Oliveira Silva	Externo	2017

CARACTERIZAÇÃO DA MATRIZ ARQUEOLÓGICA DO SÍTIO PALEONTOLÓGICO/ARQUEOLÓGICO TOCA DE CIMA DOS PILÃO, ÁREA ARQUEOLÓGICA SERRA DA CAPIVARA, PI	Luiza Kow da Silveira Moraes	Janaina Carla dos Santos	PNSC	2018
PERFIL CERÂMICO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO CANTEIRO DA SUCESSO	Gelson Pequeno Evangelista	Mauro Alexandre Farias Fontes	PI	2018
PRÁTICAS FUNERÁRIAS DOS GRUPOS CERAMISTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO BRAZ DO PIAUÍ	Aline Reinaldo de Freitas	Gisele Daltrini Felice	PI	2018
O REGISTRO RUPESTRE NO SÍTIO TOCA DO MARTILIANO NA REGIÃO DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA – PI, BRASIL.	Htângelo dos Santos Neto	Mauro Alexandre Farias Fontes	PNSC	2018
PERFIL CERÂMICO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO SERRA DA BATINGA	Artenice dos Santos Miranda	Mauro Alexandre Farias Fontes	PI	2018
ANÁLISES DAS ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO NA PORÇÃO PIAUIENSE DA CHAPADA DO ARARIPE: ESTUDOS DO CONTEXTO VESTIGIAL E PAISAGÍSTICO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO MUNICÍPIO DE CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUÍ	Eder Marques Dutra	Alencar de Miranda Amaral	PI	2018
CAÇADORES DA PRÉ- HISTÓRIA: RECORRÊNCIAS TEMÁTICAS NAS PINTURAS RUPESTRES DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA- PI	Vanessa da Silva Belarmino	Mauro Alexandre Farias Fontes	PNSC	2019
SÍTIO MONUMENTAL PEDRA BRANCA DO MARCO: UM INSELBERG E UMA REFERÊNCIA CULTURAL NA PAISAGEM ARQUEOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE REMANSO - BA	Lucas Ferreira de Freitas	Mauro Alexandre Farias Fontes	Externo	2019
A MATERIALIDADE TUPIGUARANI ASSOCIADA A RITUAIS ANTROPOFÁGICOS E SUA POSSIBILIDADE DE CORRELAÇÃO COM OS CONTEXTOS ARQUEOLÓGICOS	Ludmilla Paes Landim De Carvalho	Mauro Alexandre Farias Fontes	PI	2019
OS MOTIVOS GRÁFICOS CERÂMICOS DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS BRITE I E CACHOEIRINHA I. CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUÍ - PI.	Maharany Timoteo Macedo Barbosa	Mauro Alexandre Farias Fontes	PI	2019
CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS GEOARQUEOLÓGICOS DA LAGOA DO SÃO VITOR, PIAUÍ - BRASIL	Levi Fonseca Dias De Freitas	Gisele Daltrini Felice	PI	2019

TÍTULO: CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA COLEÇÃO LÍTICA DO SÍTIO AREIAS – FLORESTA – PERNAMBUCO.	Lucas de Camargo Costa	Gisele Daltrini Felice	Externo	2019
A MATERIALIDADE TUPIGUARANI ASSOCIADA A RITUAIS ANTROPOFÁGICOS E SUA POSSIBILIDADE DE CORRELAÇÃO COM OS CONTEXTOS ARQUEOLÓGICOS	Ludmila Paes Lamdim de Carvalho	Mauro Alexandre Farias Fontes	PI	2019

Arqueologias históricas

TÍTULO	AUTOR	ORIENTADOR	INCIDÊNCIA	ANO
SÍTIO ARQUEOLÓGICO BREJO DE SÃO JOÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A COMPANHIA DE JESUS NO PIAUÍ – SÉC. XVIII	Nívia Paula Dias de Assis	Mauro Alexandre Farias Fontes	PI	2009
A FUNÇÃO DAS EDIFICAÇÕES RELIGIOSAS NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO DE 1535-1654: UM ESTUDO ARQUEOLÓGICO DA ERMIDA DE SÃO GONÇALO DO PAIVA (CABO DE SANTO AGOSTINHO – PE)	Getúlio Alípio X. De J. Santos	Guilherme de Souza Medeiros	Externo	2013
SÍTIO ARQUEOLÓGICO FAZENDA ÁGUA VERDE – PI: RETALHOS HISTÓRICOS E DETALHES ARQUITETÔNICOS	Marcelo Alves Ribeiro	Nívia Paula Dias de Assis	PI	2013
UTÉIS A SI E A PÁTRIA ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA E PODER DISCIPLINAR: UM ESTUDO DE CASO DA COLÔNIA ISABEL EM PERNAMBUCO	Silvyo Bruno Guerra Correia	José Jaime Freitas Macedo	Externo	2014
RESISTENCIA CULTURAL DA NAÇÃO SENTO SÉ NO SERROTE DA GAMELEIRINHA, FAZENDA SÃO ROMÃO - BA	Leylianny Mara Oliveira Paes	Celito Kesting	Externo	2015
CASA DE AMANSAMENTO DE ÍNDIOS - RECONHECIMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO CASA DA BOLANDEIRA	Leonardo Tomé de Souza	Gisele Daltrini Felice	Externo	2015
ARQUEOLOGIA E ARQUITETURA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ESTRUTURA ARQUITETÔNICA DO TEATRO MINERVA, AREIA? PARAÍBA.	Selena Samara Gomes da Silva	Mauro Alexandre Farias Fontes	Externo	2015
A CASA DA FAZENDA BOA ESPERANÇA: UM OLHAR SOBRE O PASSADO ATRAVÉS DA SINTAXE DO ESPAÇO.	Taliana Silva Oliveira	Mauro Alexandre Farias Fontes	Externo	2016

UMBUZEIRO E JUREMA: POSSIBILIDADES DO PROCESSO DE INTERAÇÃO SOCIAL NA ANÁLISE DO VIDRO LASCADO NO CONTEXTO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO TERRAS DE MANINHO, JUREMA-PI	Lucas Ribeiro dos Santos Assis	Waldimir Maia Leite Neto	PI	2018
IGREJA DE SÃO RAIMUNDO NONATO – PI: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA	Ana Raquel Neves Maia	Alencar de Miranda Amaral	PI	2018
OCUPAÇÃO HISTÓRICA NA PORÇÃO PIAUIENSE DA CHAPADA DO ARARIPE: UMA ANÁLISE TECNOTIPOLOGICA SOBRE AS LOUÇAS DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO ALAGOINHA I – CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUÍ – PI.	Ana Emília de Oliveira Costa	Mauro Alexandre Fontes	PI	2019
RUÍNAS DA POVOAÇÃO: UM ESTUDO DA ARQUEOLOGIA DO CONSTRUÍDO NO VALE DO UNA. BARREIROS - PE	Rodrigo Bernardo da Silva	Leandro Elias Canaan Mageste	Externo	2019

Arqueologias do passado recente, do presente e patrimoniais

TÍTULO	AUTOR	ORIENTADOR	INCIDÊNCIA	ANO
SÃO RAIMUNDO DE BELAS PAISAGENS, MUITAS HISTÓRIAS: UM DIAGNÓSTICO SOBRE O PATRIMÔNIO EDIFICADO DE SÃO RAIMUNDO NONATO - PI	Flávio André Gonçalves Da Silva	Mauro Alexandre Farias Fontes	PI	2009
ANÁLISE TIPOLOGICA DAS LÁPIDES DO CEMITÉRIO NOSSA SENHORA DE LOURDES DA CIDADE DE SÃO RAIMUNDO NONATO - PI	Shirlene Marques de Matos	Demétrio Mutzenberg	PI	2009
MISTICISMO E SIMBOLISMO NA “COVA DA TIA” UM OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DA REGIÃO DE SÃO RAIMUNDO NONATO E ENTORNO.	Crisvanete de Castro Aquino	Pávula Maria Sales Nascimento	PI	2009
O USO E TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UM ESTUDO ARQUEOLÓGICO DA CIDADE DE REMANSO VELHO, BA.	Karol Jarryer de Jesus Pinheiro	Vivian Karla de Sena	Externo	2009
A CASA RURAL NO SUDESTE DO PIAUÍ: O SÍTIO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO CASA DO AVÔ DO SR. NIVALDO	Aliane Pereira de Oliveira	Vivian Karla de Sena	PNSC	2009
GUERRA DA TELHA: MEMÓRIA, HISTÓRIA, ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO	Tânia Maria de Castro Santana	Pávula Maria Sales Nascimento	PI	2010

QUILOBOLOGIA NO TERRITÓRIO LAGOAS: UMA LEITURA ETNOGRÁFICA	Isadora D'Lavor Santana de Almeida Rocha	José Jaime Freitas Macedo	PI	2010
IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO DA CIDADE DE CORONEL JOSÉ DIAS – PIAUÍ	Rianne Maria Oliveira Paes	Mauro Alexandre Farias Fontes	PI	2011
OS RITUAIS DO MORRO DO CRUZEIRO COMO ATRIBUTOS DA IDENTIDADE SANRAIMUNDENSE: UM PATRIMÔNIO MODIFICADO	Maria de Fátima Paes de Almeida Neta	Celito Kesting	PI	2011
ARQUEOLOGIA HISTÓRICA DO CONTEXTO MANIÇOBEIRO: ASPECTOS DO MODO DE VIDA NOS ARTEFATOS DE CONTEXTO DOMÉSTICO DO SÍTIO CASA DO ALEXANDRE	Felipe Silva Sales	Vivian Karla de Sena	PNSC	2012
UMA ARQUEOLOGIA DOS MANIÇOBEIROS: REFLEXÕES ACERCA DAS VIVÊNCIAS NA SERRA BRANCA – PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA	Geórgia Layla Holanda de Araújo	Selma Passos Cardoso	PNSC	2013
ASPECTOS DO COTIDIANO DOMÉSTICO SERTANEJO: UM ESTUDO DE CASO DO SÍTIO CASA DO AVÔ DO SR. NIVALDO – SERRA DA CAPIVARA – CORONEL JOSÉ DIAS – PI, BRASIL.	Janiclete de Sousa Ribeiro	Waldimir Maia Leite Neto	PNSC	2013
ARQUEOLOGIA PÚBLICA E PATRIMÔNIO: O ACERVO DO “MUSEU DA CIDADE” E A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM BOM DESPACHO - MG	Rafaela Fonseca de Oliveira	Gisele Daltrini Felice	Externo	2014
DA (DES)OEDIÊNCIA PATRIMONIAL À COLONIALIDADE CULTURAL: IDENTIDADES INVENTADAS E MEMÓRIAS FRAGMENTADAS NA CAPITAL DO VALE DO PARAÍBA	Taiguara Francisco Alexo da Rocha Silva	José Jaime Freitas Macedo	Externo	2014
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO ESTRATÉGIA DE ARQUEOLOGIA PÚBLICA NA ÁREA DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA	Jaime de Santana Oliveira	Gisele Daltrini Felice	PNSC	2014
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ARQUEOLOGIA BRASILEIRA: UM ESTUDO DE CASO NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA	Claudio Marcio Barbosa de Siqueira	Selma Passos Cardoso	PNSC	2014

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDIFICADO DA CIDADE DE PETROLINA-PE: UMA ANÁLISE DA DISSONÂNCIA ENTRE DESENVOLVIMENTO E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL NAS CIDADES MÉDIAS.	Jéssica Rafaella de Oliveira	Selma Passos Cardoso	Externo	2014
MULHERES QUE FORAM ALÉM DAS PRÁTICAS COTIDIANAS: ESTUDO DE CASO DE PROPRIETÁRIAS DE TERRAS, RESIDENTES RURAIS E AGRICULTORAS NA REGIÃO DE SÃO RAIMUNDO NONATO - PI.	Izabel Aparecida Daniel	José Jaime Freitas Macedo	PI	2014
RESIDÊNCIA DO SENHOR ANTÔNIO: HABITAÇÃO DE TAIPA E BARRO, LUGARES DE MEMÓRIA E MEMÓRIAS DO LUGAR.	Cícero Ney Pereira de Oliveira	Selma Passos Cardoso	PI	2014
"CASAS TOMBADAS": O PROCESSO DE TOMBAMENTO NA CIDADE DE SÃO RAIMUNDO NONATO E A EXCLUSÃO DAS CASAS DE PAUS-A-PIQUE; 2014	Melquisedeck Mendes da Silva	Waldimir Maia Leite Neto	PI	2014
HISTÓRIA, MEMÓRIA E CULTURA MATERIAL DOS TROPEIROS DE SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ (1910-1980).	Fernanda Gomes da Mota	Celito Kesting	PI	2014
ABORDAGEM ETNOZOOLOGICA COMO SUBSÍDIO PARA O CONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL NO NORDESTE DO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO DO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA	Felipe Ribeiro Ramos	Maria Fátima Ribeiro Barbosa	PNSC	2015
CASA DO MAJOR JOSÉ DESIDÉRIO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS ESPAÇOS DOMÉSTICOS DE UMA CASA RURAL EM REMANSO- BA.	Nina Rosa Pereira Ledoux	Celito Kesting	Externo	2015
RABISCANDO CELAS: ARQUEOLOGIA COGNITIVA APLICADA NA INTERPRETAÇÃO DOS REGISTROS GRÁFICOS DA PENITENCIÁRIA TENENTE ZECA RÚBEN EM SÃO RAIMUNDO NONATO - PI	Rosivânia de Castro Aquino	Celito Kesting	PI	2015
E SE A CASA CAIR??? IDENTIDADE E PATRIMÔNIO DAS CONSTRUÇÕES DE MADEIRA EM ARAUCÁRIA, PARANÁ;	Taina Salles dos Passos	Selma Passos Cardoso	Externo	2015
SOB A ÓTICA ARQUEOLÓGICA: ARQUITETURA POPULAR, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO EM SÃO RAIMUNDO NONATO	Jaqueline Lima de Amorim	Celito Kesting	PI	2015

ARTEFATOS EM AÇÃO: SKATE E RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	Jose Thiago Alves dos Santos Silva	Celito Kesting	Externo	2015
MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO EDIFICADO NO SÍTIO TOCA DO JÃO SABINO, PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA	Lunnara Soares Silva	Rodrigo Lessa Costa	PNSC	2015
ATRIBUTOS CONSERVADOS E MODIFICADOS NOS CEMITÉRIOS DE REMANSO - BA	Sara Oliveira de Souza	Celito Kesting	Externo	2016
CASA DE FARINHA: O SABER TRADICIONAL COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL	Jussara Ribeiro Lacerda	Selma Passos Cardoso	PI	2016
AS CASAS DE FARINHA DE REMANSO – BA: PATRIMÔNIO CULTURAL SERTANEJO	Suele Magalhães Cerqueira	Celito Kesting	Externo	2016
OS CAUSOS, MEMÓRIAS E HISTÓRIA DOS ENGENHOS DO ESTUÁRIO PARAENSE – UMA INTERFACE ENTRE ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM E ARQUEOLOGIA SENSORIAL	Augusto Moutinho Miranda	Nívia Paula Dias de Assis	Externo	2016
COSTURANDO MEMÓRIAS: SABERES PATRIMONIAIS E ARTEFATOS RELACIONADOS À ARTE DA COSTURA NA COMUNIDADE CAPIM DO ZÉ MACÁRIO/ DIRCEU ARCOVERDE- PI	Maria Betânia de Castro Passos	Nívia Paula Dias de Assis	PI	2016
DE HOSPITAL A QUARTEL: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DA CIDADE DE SÃO RAIMUNDO NONATO - PI	Kelly Patrícia Nunes de Aquino	Celito Kesting	PI	2016
DEPOIS DA GUERRA, NOS RESQUÍCIOS DAS CINZAS, EIS QUE EXISTE “VIDA”: GUERRA DO PAU DE COLHER SOB A ÓTICA DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA.	Auritana Gomes de Jesus	Mauro Alexandre Farias Fontes	PI	2016
FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DE PILÃO ARCADO - BA	Alessandra Rocha da Silva	Celito Kesting	Externo	2016
MARCOS PAISAGÍSTICOS DA CIDADE DE SÃO RAIMUNDO NONATO – PI	Wuendell de Negreiros Ribeiro	Mauro Alexandre Farias Fontes	PI	2016
O PATRIMÔNIO EDIFICADO DE CAMPO FORMOSO- BAHIA	Thiago Marques de Souza	Mauro Alexandre Farias Fontes	Externo	2016
O PATRIMÔNIO VERNACULAR DA CASA DE FARINHA: ARQUITETURA, CULTURA MATERIAL E O SABER FAZER ARTESANAL TERRITÓRIO SERRA DA CAPIVARA - BONFIM DO PIAUÍ	Raquel da Silva Santos	José Jaime Freitas Macedo	PI	2016
A SENZALA E A ESCOLA: MEMÓRIAS SOBRE RUÍNAS	Ana Ferreira de Assis	Selma Passos Cardoso	Externo	2016

ARQUITETURA DOS DISCURSOS ARQUEOLÓGICOS: REFLEXÕES DESCOLONIAIS A FORMALIZAÇÃO DO "BERÇO DO HOMEM AMERICANO", PIAUÍ, BRASIL	Lennon Oliveira Matos	José Jaime Freitas Macedo	PNSC	2016
A CONSTRUÇÃO DE UM AÇOUGUE E UMA DESCOBERTA ARQUEOLÓGICA: A PRIMEIRA ANÁLISE DO SÍTIO BELA VISTA.	José Maurício Leal de Melo	Mauro Alexandre Farias Fontes	PI	2016
A ARTE INDENTITÁRIA DO MALUCO DE BR: POR UM COABITAR PACIFICO	Wagner dos Santos Ribeiro	José Jaime Freitas Macedo	Não se aplica	2016
ARQUEOLOGIA PÚBLICA, MEMÓRIA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM UM TERRITÓRIO QUILOMBOLA: ESTUDO DE CASO DA RODA DE SÃO GONÇALO NA COMUNIDADE LAGOA DAS EMAS, SÃO RAIMUNDO NONATO - PI	Vanderleia Lima da Silva	Alencar de Miranda Amaral	PI	2017
"O LUGAR DAS COISAS" ARQUEOLOGIA PÚBLICA E DESCOLONIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: UM ESTUDO DE CASO EM LAGOA DE SÃO VITOR - PI	Mariana Zanchetta Otaviano	Nívia Paula Dias de Assis	PI	2017
GESTÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMONIO HISTÓRICO: VIÇOSA DO CEARÁ -CE	Dalvelini Barros de Lima	Nívia Paula Dias de Assis	Externo	2017
PRESERVAÇÃO DA CULTURA IMATERIAL DA CIDADE DE REMANSO-BA	Ítalo Barbosa de Souza	Mauro Alexandre Farias Fontes	Externo	2017
PRODUÇÃO DE CAL: UM ESTUDO DE ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NO MUNICÍPIO DE CORONEL JOSÉ DIAS-PI	Anderson de Santana Castro	Mauro Alexandre Farias Fontes	PI	2017
O UNIVERSO SIMBÓLICO E MÍTICO DO SERTANEJO QUE É TIDO COMO SANTO POPULAR: FINADO NÉ, SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ.	Elânia Patrícia Paes de Castro	Nívia Paula Dias de Assis	PI	2017
O RIO PIAUÍ NA CIDADE DE SÃO RAIMUNDO NONATO: UM ESPAÇO DE MEMÓRIA	Cleiton Damasceno Macêdo	Maria de Fátima Ribeiro Barbosa	PI	2017
ARMAMENTO LEVE: DAS ORIGENS A EVOLUÇÃO DOS FUZIS DE ASSALTO	Erivaldo Araújo Costa Júnior	Alencar de Miranda Amaral	PI	2017
A BRAGANTINA NA ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL: PRESERVAÇÃO E REUTILIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS FERROVIÁRIAS.	Moisés Moraes de Matos	Mauro Alexandre Farias Fontes	Externo	2017

ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM: NEGOCIAÇÕES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE DE SOBRADINHO - BA	Felipe James Silva de Sousa	Waldimir Maia Leite Neto	Externo	2018
“OS ANOS DE CHUMBO” E A ARQUEOLOGIA DOS ESPAÇOS ESCOLARES DE SÃO RAIMUNDO NONATO - PIAUÍ.	Shilton Paes Ribeiro Alves	Mauro Alexandre Farias Fontes	PI	2018
A LIDA DO VAQUEIRO DA COMUNIDADE BOQUEIRÃO/BURITI DO REI, OEIRAS-PI: CULTURA MATERIAL, ESPAÇOS, MEMÓRIAS E SABERES”	Janaina Ferreira Martins	Alencar de Miranda Amaral	Externo	2018
OS LUGARES DE MEMÓRIAS E A CARTA ARQUEOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE BREJO SANTO, ESTADO DO CEARÁ, BRASIL	Daline Lima de Oliveira	Alencar de Miranda Amaral	Externo	2018
MAPEAMENTO ARQUEOLÓGICO DOS SÍTIOS ASSOCIADOS À DIÁSPORA AFRICANA NO MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI	Gracilene Eufigênia dos Santos Coelho	Alencar de Miranda Amaral	PI	2018
ARQUEOLOGIA E O MUSEU INDÍGENA KANINDÉ, CEARÁ: SUJEITOS, OBJETOS E SIGNIFICADOS.	Mariana Beatriz Nogueira Martins	Leandro Elias Canaan Mageste	Externo	2018
ARQUEOLOGIA URBANA E BIOPOLÍTICA: O CASO DE FOZ DO IGUAÇU (1974-1984)	Carolina De Moraes Alburquerque	Leandro Elias Canaan Mageste	Externo	2018
PICHAÇÃO, CORPO E PAISAGEM: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O FENÔMENO GRÁFICO URBANO DE SÃO RAIMUNDO NONATO – PI E JANDIRA – SP.	André Araújo da Silva	Vanessa Linke Salvio	Externo/PI	2018
OBJETOS DE MEMÓRIAS: ANÁLISE DA COLEÇÃO DA “DONA VANI” E “SEU VALDOMIRO” ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA.	Thor Gabriel Martins	Alencar de Miranda Amaral	PI	2018
MEMÓRIAS E NARRATIVAS SOBRE POPULAÇÕES INDÍGENAS EM SÃO RAIMUNDO NONATO – PI E MICRORREGIÃO: UMA DESCRIÇÃO SOBRE AS PRODUÇÕES HISTÓRICAS ANTECEDENTES, ABORDAGENS PRECURSORAS E RELATOS ORAIS.	Pablo Patrick Jovino Dos Santos	Alencar de Miranda Amaral	PI	2018
ARQUEOLOGIA E O MUSEU INDÍGENA KANINDÉ, CEARÁ: SUJEITOS, OBJETOS E SIGNIFICADOS	Mariana Beatriz Nogueira Martins de Sousa	Leandro Mageste	Externo	2018

EX-VOTOS DA TOCA DO CRUZEIRO: UMA ANÁLISE DA MEMÓRIA RELIGIOSA E DA MATERIALIDADE DA FÉ NA COMUNIDADE SÍTIO DO MOCÓ - CORONEL JOSÉ DIAS – PIAUÍ.	Marisa Lima Miranda Sousa	Alencar de Miranda Amaral	PI	2019
PAISAGENS EM QUADRINHOS: UMA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DA REPRESENTAÇÃO DE HIROSHIMA A PARTIR DO MANGÁ GEN PÉS DESCALÇOS	Tacio Vieira Machado	Leandro Elias Canaan Mageste	Não se aplica	2019
CONTRIBUIÇÕES PARA ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI: A FÁBRICA DE CERÂMICA CASTANHEIRO E O DESENVOLVIMENTO DO BAIRRO SANTA LUZIA	Alan Alves Ribeiro	Alencar de Miranda Amaral	PI	2019
HISTÓRIAS, CAUSOS E LUGARES: UM OLHAR DA ARQUEOLOGIA PARA AS NARRATIVAS DE “ALIVUSIAS” E DOS LUGARES DE MEMÓRIA DE CALDEIRÃOZINHO, JUREMA, PIAUÍ.	Fábio Isídio dos Santos	Vanessa Linke Salvio	PI	2019
CASA DE MÃE EUGÊNIA: ARQUEOLOGIA EM UMA CASA DE SANTO NA CIDADE DE SÃO RAIMUNDO NONATO - PI	Nara Letície Vilanova Marques	Vanessa Linke Salvio	PI	2019
"AQUI, ONDE CAVAR ACHA POTE": PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NOS QUINTAIS DOS MORADORES DE SÃO BRAZ DO PIAUÍ – PI E SEUS USOS E SIGNIFICADOS NO PRESENTE.	Géssika Sousa Macêdo	Leandro Elias Canaan Mageste	PI	2019
COLEÇÃO, COLECIONADORA, MUSEU: UMA PESQUISA ACERCA DO MUSEU SERTÃO ANTONI COELHO REMANSO – BA.	Andreiza Oliveira Silva	Leandro Elias Canaan Mageste	Externo	2019
OS LUAGARES DE MEMÓRIA DE SÃO BRAZ DO PIAUÍ: LEMBANÇAS E NARRATIVAS SOBRE A HISTÓRIA E PATRIMÔNIO LOCAL	Jordania dos Santos Sousa	Leandro Elias Canaan Mageste	PI	2019
CONEXÕES ENTRE CULTURA MATERIAL E MEMÓRIA SOCIAL NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE: A INDUMENTÁRIA DOS VAQUEIROS DA COMUNIDADE DE QUEIMADINHA, MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO - PI	Amanda Paes Landim Silva	Leandro Elias Canaan Mageste	PI	2019
“ERAM TODOS HOMENS?”: POR UMA ARQUEOLOGIA FEMINISTA DAS MULHERES DO CONTEXTO MANIÇOBEIRO.	Dhara Rodrigues Lima	Vivian Karla de Sena	PNSC	2019

MEMÓRIAS DE UMA COMUNIDADE: CASTANHEIROS DOS MACÁRIOS, SÃO RAIMUNDO NONATO – PI.	Katia Milene Ferreira Dos Santos	Mauro Alexandre Farias Fontes	PI	2019
VIVA AOS SANTOS REIS: NARRATIAS, MÚSICAS E CULTURA MATERIAL ASSOCIADOS AO REISADO DO BAIRRO GAVIÃO, SÃO RAIMUNDO NONATO – PI.	Rochele de Oliveira Barros	Alencar de Miranda Amaral	PI	2019
PRAÇA DO RELÓGIO: A RESSIGNIFICAÇÃO DE UM PATRIMÔNIO ATRAVÉS DA MODERNIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	Bruna Ferreira Ribeiro	Mauro Alexandre Farias Fontes	PI	2019
UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA REDE DE ENSINO SANRAIMUNDENSE	Anderson Wallecy Rodrigues De Carvalho	Rodrigo Lessa Costa	PI	2019
MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA ANÁLISE DO PATRIMÔNIO MATERIAL DE GRUPOS FAMILIARES DA REGIÃO SUDESTE DO PIAUÍ.	Alinny Paes Landim Alves	Alencar De Miranda Amaral	PI	2019
ARQUEOLOGIA DO PRESENTE & TEORIA QUEER: (DES)ENCONTROS NA ABORDAGEM DE SÍTIOS CONTEMPORÂNEOS	Allan Veloso Da Silva	Leandro Elias Canaan Mageste	Não se aplica	2019
OS ARTESÃOS E SEUS TRANÇADOS: UM ESTUDO ETNOARQUEOLÓGICO NA ZONA RURAL DE SÃO RAIMUNDO NONATO – PI E SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ - PI	Luara Ferreira Lima	Rodrigo Lessa Costa	PI	2019
FERRAMENTAS DA MEMÓRIA: MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA EM SÃO RAIMUNDO NONATO – PI	Larissa Campos Pereira	Leandro Elias Canaan Mageste	PI	2019
COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA DAS EMAS: EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO NO TERRITÓRIO DE LAGOAS	Alexandre Keity Hawls De Moura	Rodrigo Lessa Costa	PI	2020
AS NARRATIVAS ACERCA DO ALDEAMENTO SÃO JOÃO DE SENE (1765-1786): HISTORIOGRAFIA, TRADIÇÃO ORAL E ARQUEOLOGIA.	Marcia de Santana Castro	Rodrigo Lessa Costa	PI	2020
HISTÓRIA ORAL E CULTURA MATERIAL: O ENGENHO DE CANA-DE-AÇUCAR DO SR. ABÍLIO FERREIRA NO MUNICÍPIO DE SÃO BRAZ DO PIAUÍ	Carlos Eduardo Ferreira dos Santos	Waldimir Maia Leite Neto	PI	2020
REFLEXÕES SOBRE A SERRA DO VELOSO: A COMPLEXIDADE ARQUEOLÓGICA E A SELETIVIDADE DAS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO ESTADO	João Paulo Felisberto Oliveira	Vanessa Linke Salvio	Externo	2020

ANJOS E PAGÃOS: ENTERRAMENTOS NÃO-ADULTOS, SUAS MEMÓRIAS E PRÁTICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO - PIAUÍ	Ianca Ribeiro Bastos	Jaciara Andrade Silva	PI	2020
---	----------------------	-----------------------	----	------

Revisões teórica, metodológica e bibliográfica

TÍTULO	AUTOR	ORIENTADOR	INCIDÊNCIA	ANO
ANÁLISE DOS MÉTODOS DE DATAÇÃO POR LUMINESCÊNCIA E SUA APLICAÇÃO NOS SÍTIOS CEREMISTAS DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVRA, PIAUÍ.	Joyce Cristina da Silva Holanda	Janaina Carla dos Santos	PNSC	2009
O CONCEITO DE IDENTIDADE NO ESTUDO DA PRÉ – HISTÓRIA: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS	Andréia de Sousa Ribeiro	Mauro Alexandre Farias Fontes	Não se aplica	2010
O DESENHO COMO REFLEXO DE MODELOS EXPLICATIVOS ARQUEOLÓGICOS NA SERRA DA CAPIVARA (1973-2007)	Annelise da Silva Neves	Nívia Paula Dias de Assis	PSNC	2011
UMA REVISÃO DA LEGISLAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO SUBAQUÁTICO NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES SOBRE O GALEÃO SÃO PAULO - PE	Marina Souza Barbosa	Pávula Maria Sales Nascimento	Não se aplica	2011
HUEYATLACO: UM BREVE ESTUDO DE CASO SOBRE A CENSURA INSTITUCIONAL NA ARQUEOLOGIA MODERNA.	Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva	Guilherme de Souza Medeiros	Não se aplica	2011
A MATERIALIDADE DOS MITOS: ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE MITO E CULTURA MATERIAL E UMA BREVÍSSIMA INTRODUÇÃO À ARQUEOMITOLOGIA	Orestes Jayme Mega	Guilherme de Souza Medeiros	Não se aplica	2012
SISTEMAS COMPUTACIONAIS EM ARQUEOLOGIA: SOLARQUE LINUX, UMA DISTRIBUIÇÃO LINUX PARA A ARQUEOLOGIA	Cleberon Carlos Xavier de Albuquerque	Nívia Paula Dias de Assis	Não se aplica	2013
PRESERVAÇÃO DE SÍTIOS SAMBAQUIEIROS NO BRASIL E NO MUNDO	Ingrid Lopes de Oliveira	Janaina Carla dos Santos	Não se aplica	2014
UTILIZAÇÃO DA FOTOGRAFIA NOS PROCEDIMENTOS DE DOCUMENTAÇÃO VISUAL DA ARTE RUPESTRE	Adolfo Yuji Okuyama	Nívia Paula Dias de Assis	Não se aplica	2014
A FOTOGRAFIA NAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS	Amanda Nunes Cavalcante	Mauro Alexandre Farias Fontes	Não se aplica	2015

USO DA REALIDADE AUMENTADA NA DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO	Carlos Roberto Rocha Silva	Selma Passos Cardoso	Não se aplica	2015
ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DO DISCURSO CRONOLÓGICO PARA A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DE TIWANAKU	Nevi Yaciara Santos Amorim	Nívia Paula Dias de Assis	Externa	2016
CONHECIMENTOS ARQUEOLÓGICOS APLICADOS NOS PROGRAMAS DE PESQUISA SETI: EXPLORANDO OS POTENCIAIS E OS LIMITES INTERDISCIPLINARES	Carla Ohana de Castro Araújo	Andreia de Sousa Ribeiro	Não se aplica	2016
AS PRÁTICAS DA COLETA DE AMOSTRAS PARA DATAÇÃO EM SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS: PROTOCOLO DE CRONOLOGIA	Felipe Andrade de Oliveira	Maria Fátima Ribeiro Barbosa	Não se aplica	2016
ARQUEOLOGIA SIMÉTRICA: UMA PROPOSTA TEÓRICA DE ANÁLISE NOS ESTUDOS DE GÊNERO	Dalina Maria Rodrigues de Oliveira Diógenes	Mauro Alexandre Farias Fontes	Não se aplica	2016
POVOAMENTO DA AMÉRICA: CONFRONTANDO AS DIVERSAS HIPÓTESES SOBRE A CHEGADA DO HOMEM AO CONTINENTE AMERICANO	Mateus Santana Rizério	Gisele Daltrini Felice	PNSC	2016
MODELOS VIRTUAIS GEORREFERENCIADOS PARA O CURSO DE ARQUEOLOGIA E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL/ UNIVASF: SIG E FOTOGAMETRIA APLICADOS AO SÍTIO ESCOLA TOCA DA INVENÇÃO	Flávio De Araujo Carvalho	Nívia Paula Dias de Assis	PNSC	2016
O DESENVOLVIMENTO DOS MÉTODOS E TÉCNICAS ARQUEOLÓGICAS DE 1850 À 1950	Ianthe Santos Silva	Waldimir Maia Leite Neto	Não se aplica	2017
MODELISMO E ARQUEOLOGIA	Renato Gomes Ferreira	Leandro Surya Carvalho de Oliveira Silva	Não se aplica	2017
EVOLUÇÃO CULTURAL: CRÍTICAS A TEORIA DOS MEMES E ENSAIOS PARA UMA TEORIA DA TRANSMISSÃO CULTURAL NÃO DARWINISTA	Diego Rego Monteiro	Leandro Elias Canaan Mageste	Não se aplica	2018
ARMAMENTO LEVE: DAS ORIGENS A EVOLUÇÃO DOS FUZIS DE ASSALTO	Erivaldo Araujo Costa Junior	Alencar de Miranda Amaral	Não se aplica	2018
ANÁLISE COMPARATIVA DO CONTEXTO FUNERÁRIO DOS SAMBAQUIS AMOURINS (RJ) E JABUTICABEIRA (SC)	Jander de Oliveira Delmondes	Gisele Daltrini Felice	Externo	2018

Conservação e restauração aplicada

TÍTULO	AUTOR	ORIENTADOR	INCIDÊNCIA	ANO
AGENTES INTEMPÉRICOS ATUANTES EM SÍTIOS RUPESTRES NA ÁREA DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA - PI	Andréia Oliveira Macedo	Maria Fátima Barbosa Souza	PNSC	2010
DIAGNÓSTICO DO ESTADO DE PRESERVAÇÃO DE SÍTIOS COM PINTURAS RUPESTRES DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA: ANÁLISE DAS ATIVIDADES DE CONSERVAÇÃO	Elen Caroline de Carvalho Barros	Maria Fátima Barbosa Souza	PNSC	2010
DIAGNÓSTICO DO IMPACTO DOS FATORES NATURAIS DE DEGRADAÇÃO NA CONSERVAÇÃO DOS GRAFISMOS RUPESTRES: PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA	Bernardo Grillo Guimarães	Janaina Carla dos Santos	PNSC	2010
A TRAJETÓRIA DE UM PATRIMÔNIO: AÇÕES PRESERVACIONISTAS NA CAPELA FRANCISCANA DO BOM JESUS DA GLÓRIA, JACOBINA-BA	Murilo Muritiba Araújo	Nívia Paula Dias de Assis	Externo	2013
O CLIMA NO CÂNION: MONITORAMENTO E PROCESSAMENTO DE DADOS CLIMÁTICOS EM SÍTIOS DO DESFILADEIRO DA CAPIVARA	Danilo Miranda de Magalhães Matias Dos Santos	Leandro Surya Carvalho de Oliveira Silva	PSNC	2018

REFERÊNCIAS

AQUINO, C. C. *Misticismo e Simbolismo na Cova da Tia: Um olhar sobre o Patrimônio Cultural Imaterial da região de São Raimundo Nonato e entorno*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial), Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial, UNIVASF, São Raimundo Nonato, 2009.

BEZERRA, M. *Teto e Afeto: Sobre as pessoas, as coisas e a Arqueologia na Amazônia*. Belém: GKNoronha, 2017.

CABRAL, M. P. *No tempo das pedras moles: arqueologia e simetria na floresta*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia, concentração em Arqueologia. UFPA, Belém, 2014.

DANIEL, I. A. *Mulheres que foram além das práticas cotidianas: Estudo de caso de proprietárias de terras, residentes rurais e agricultoras na região de São Raimundo Nonato - PI*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial), Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial, UNIVASF, São Raimundo Nonato, 2014.

GUIDON, N. Parque Nacional Serra da Capivara: modelo de preservação do Patrimônio arqueológico ameaçado. *Revista do Instituto Histórico e Artístico Nacional*. n° 33, 2007, pp. 75-93.

LIMAVERDE, R. *Arqueologia Social Inclusiva: a Fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio cultural da Chapada do Araripe, Nova Olinda, CE, Brasil*. Tese de doutorado. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

MACEDO, G. S. *'Aqui, onde cavar acha pote': patrimônio arqueológico nos quintais dos moradores de São Braz do Piauí e seus usos e significados no presente*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial), Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial, UNIVASF, São Raimundo Nonato, 2019.

MARQUES, N. L. V. *Casa da Mãe Eugênia: Arqueologia em uma Casa de Santo na cidade de São Raimundo Nonato – PI*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial), Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial, UNIVASF, São Raimundo Nonato, 2019.

MARTIN, G. *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

MARTINS, J. F. *A lida do vaqueiro da Comunidade Boqueirão/ Buriti do Rei, Oeiras-PI*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial), Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial, UNIVASF, São Raimundo Nonato, 2019.

MARTINS, T. G. *Objetos de memória: análise da coleção da “Dona Vani” e “Seu Valdomiro” através da perspectiva da Arqueologia Pública*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial), Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial, UNIVASF, São Raimundo Nonato, 2019.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, nº34, 2008, p. 287-324.

OLIVEIRA, A. P. *A casa rural no Sudeste do Piauí: o sítio arqueológico histórico casa do avô do Sr. Nivaldo*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial), Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial, UNIVASF, São Raimundo Nonato, 2009.

OLIVEIRA, A. S. N.; ASSIS, N. P. D.; GALVÃO NETO, A. A. (Org.) *Sentidos do Patrimônio: Parque Nacional Serra da Capivara e Comunidade São Vitor*. Teresina: IPHAN, 2017.

OLIVEIRA, J. S. *A Educação Patrimonial como estratégia de Arqueologia Pública na área do Parque Nacional Serra da Capivara*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial), Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial, UNIVASF, São Raimundo Nonato, 2014.

OLIVEIRA, J. S.; BORGES, J. F. Sociedade, Arqueologia e Patrimônio: As relações de pertencimento da Comunidade Zabelê com a área arqueológica do Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC). *História Unicap*, 2(3), 2015, p. 108-121.

OTAVIANO, M. Z. *Não tem certo, não tem errado: estratigrafia das vozes, significados e apropriações da cultura material na comunidade da Aldeia da Mina Grande – T.I Kapinawá (PE)*. Dissertação de mestrado, Departamento de Arqueologia da UFPE, Recife, 2019.

SANTOS, P. P. J. *Memórias e Narrativas sobre as populações indígenas em São Raimundo Nonato – PI e Microrregião*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial), Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial, UNIVASF, São Raimundo

Nonato, 2019.

SILVA, A. P. L. *Conexões entre Cultura Material e Memória Social: A indumentária dos vaqueiros da comunidade de Queimadinha, São Raimundo Nonato*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial), Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial, UNIVASF, São Raimundo Nonato, 2019.

SILVA, T. F. A. R. *Da (Des) Obediência Patrimonial à Colonialidade Cultural: Identidades Inventadas e Memórias Fragmentadas na Capital do Vale do Paraíba*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial), Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial, UNIVASF, São Raimundo Nonato, 2014

SILVA, V. L. *Arqueologia Pública, Memória e Valorização do Patrimônio Cultural em um Território Quilombola: estudo de caso da roda de São Gonçalo na comunidade Lagoa das Emas, São Raimundo Nonato – PI*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial), Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial, UNIVASF, São Raimundo Nonato, 2017.

SIQUEIRA, C. M. B. *A educação patrimonial na Arqueologia Brasileira: um estudo de caso no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial), Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial, UNIVASF, São Raimundo Nonato, 2014.

SOUSA, J. S. *Os lugares de memória de São Braz do Piauí: lembranças e narrativas sobre a história e o patrimônio local*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial), Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial, UNIVASF, São Raimundo Nonato, 2019.

SOUSA, M. L. M. *Ex-votos da Toca do Cruzeiro: Uma análise da memória religiosa e da materialidade da fé na comunidade Sítio do Mocó - Coronel José Dias – Piauí*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial), Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial, UNIVASF, São Raimundo Nonato, 2019.

NOTAS

¹ Esse texto consiste em reflexões compartilhadas ao público pelo primeiro autor em duas ocasiões: durante mesa redonda do 1º V Simpósio de Arqueologia e Patrimônio do Laboratório de Preservação Patrimonial da UNIVASF, intitulada “Patrimônio Arqueológico e Comunidades”, em maio de 2019; e na conferência de abertura da II Semana de Arqueologia da UFPE, realizada em Recife, em outubro de 2019

² Coordenador do Laboratório de Preservação Patrimonial da UNIVASF. Docente do Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial e Pós-Graduação em Arqueologia da UNIVASF.

³ Docente do Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial e Pós-Graduação em Arqueologia da UNIVASF.

⁴ Acadêmico de Arqueologia e Preservação Patrimonial UNIVASF. Bolsista de Extensão do Laboratório de Preservação Patrimonial da UNIVASF.

PRÊMIO DOUTORA FÁTIMA LUZ

CONCEPÇÃO DO PRÊMIO: VIVIAN KARLA DE SENA

Maria de Fátima Ribeiro Barbosa

Gisele Daltrini Felice

Alencar de Miranda Amaral

Rosemary Aparecida Cardoso

Iniciamos esta humilde homenagem nos apropriando das palavras da própria Fátima Luz para saudar “as irmãs e os irmãos” aqui presente. O “Prêmio Fátima Luz” é um tributo a uma mulher empoderada, guerreira, versátil, inteligente, e principalmente a uma amiga fiel, atenciosa e carinhosa.

Maria de Fátima Luz é graduada em Educação Física e em Geografia, é Mestre e Doutora em Arqueologia. Sua última grande contribuição acadêmica é sua tese intitulada “Práticas Funerárias na área arqueológica Serra da Capivara, Sudeste do Piauí - Brasil”, defendida em 2014. Entre diversas atividades, com força, dedicação e determinação trabalhou como professora do Ensino Médio, como pesquisadora da Fundação Museu do Homem Americano, foi Diretora do Parque Nacional Serra da Capivara. Sua derradeira atividade profissional foi no IPHAN onde atuou como técnica em Arqueologia. Além de sua relevante contribuição para o desenvolvimento e valorização das pesquisas arqueológicas, essa singela homenagem a Fátima Luz busca também reconhecer e divulgar a profunda importância e impacto na vida de todos que tiveram o privilégio de conhecê-la. Fátima Luz, “Tupiniquim com orgulho”, como ela mesma se descrevia, fazia jus ao nome (com um sorriso sempre iluminado), dona de uma profunda e inabalável fé em Nossa Senhora de Fátima, e também nas pessoas, as quais sempre demonstrou respeito e apreço, independente de classe social ou título acadêmico. Tão importante quanto às diversas escavações arqueológicas que Fátima realizou ou os trabalhos acadêmicos dos quais participou, foram os laços de amizade, exemplos de fé e solidariedade que ela construiu durante sua linda jornada. Fátima nunca deixou que o brilho falso da autoridade, que alguns julgam ser concedida pela formação acadêmica, turvasse sua visão sobre a necessidade de tratar com zelo e respeito todos que estavam ao seu redor, especialmente os trabalhadores que lhe acompanhavam nas atividades de campo. Sua luz era fomentada pela alegria, simplicidade e carinho, atraindo naturalmente aqueles que valorizavam essas virtudes ou que careciam em momentos de desalento de um exemplo positivo

no qual se espelhar. Seu jeito leve de ver a vida, em contraponto a sua postura rígida no cuidado com o trabalho arqueológico, demonstram que seriedade e o rigor científico não são opostos a afetividade e gentileza. Esperamos que a vida e obra de Fátima Luz, não apenas como doutora em arqueologia, mas principalmente como mulher, irmã, filha e amiga, continuem a iluminar aqueles que tiveram a sorte de conhecê-la, e que sirva de inspiração para aqueles que não tiveram o mesmo privilégio que nós.

